TERCEIRA MARGEM
AMAZÔNIA

3-4

TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

3-4

Volume 1 – Número 3-4
Outras Expressões
São Paulo, dezembro de 2014

Copyright © Outras Expressões

Outras Expressões
Imagem da capa
Projeto Gráfico Krits Estúdio
Revisão Dulcinéia Pavan e Juliano Carlos Bilda
Editor Responsável pela Edição
Edane de Jesus França Acioli

Organização da edição
Carla Kelen de Andrade Moraes
Edane França Acioli
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Tânia Miranda
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Roberto Araújo Martins

Entrevista
Armando Lírio de Souza
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Alexandre Gibson (Jornalista)
Secretária: Rose da Silva Monteiro

Conselho Editorial
Alison Castilho
Carla Kelen de Andrade Moraes
Céline Raimbert
Edane França Acioli
Genival Carvalho
José Guilherme de Carvalho
Leonardo Malcher
Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Maria Albenize Farias Malcher
Mauro André Castro
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Pedro Chaves Baía
Roberto Araújo Martins
Tânia Miranda
Wolfgang Hees

Conselho Científico
Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
Armando Lírio de Souza
Farid Eid
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Heloisa Fernandes
José Aroudo Mota
Josep Point Vidal
Maria do Socorro Ferreira
Maria Marize Duarte
Maria das Graças da Silva
Maria Goretti da Costa Tavares
Mario Vasconcellos Sobrinho
Martine Droulers
Milton Cordeiro Farias Filho
Roberto Marinho A. Silva
Romero Ximenes
Saulo Baptista
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Vilma Barban

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T315 Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões.- v.1, n.3-4
-- São Paulo : Outras expressões, 2014-
v.. : il. : 23 cm.

Semestral
ISSN 2238-7641

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociais aplicadas – Periódicos. I. Outras Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: dezembro de 2014

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

Editora Outras Expressões Ltda.
Rua Abolição, 201 | Bela Vista | 01319-010
São Paulo – SP | Tel (11) 3105 9500 | 3522-7516
livraria@expressaopopular.com.br
editora.expressaopopular.com.br

Revista Terceira Margem Amazônia
BR 316, Km 06, Rua Macapá, 628 | 67015-790
Ananindeua – PA | Fone (+5591) 3255 3855
contato@revistaterceiramargem.com
www.revistaterceiramargem.com

SUMÁRIO

7 Editorial

9 Apresentação

CORPUS

ARTIGOS

13 Curso de agronomia do *campus* universitário de Marabá: diálogo na construção do conhecimento
Rosemeri Scalabrin
Ana Lúcia Assunção Aragão

39 Evolução do sistema agrário do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica
Armando Lirio de Souza

67 Revisitando o cotidiano: Belém na memória da geração de 1930
Alexandre Martins de Lima

83 Metodologia participativa em educação ambiental: impactos sobre as comunidades urbanas
Shaji Thomas

101 A construção social da ação pública: o acordo de pesca de Jaracuera Grande, Cametá (PA)
Aquiles Simões, Sara Corrêa Dias

117 Vidas escritas de educadores em formação: (re)memorações de processos de alfabetização na interface com a educação popular
Eula Regina Lima Nascimento

131 Desenvolvimento ambiental e gestão compartilhada: o caso das reservas extrativistas Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri (PA) – 2006/2007
Patricia Campos, Daniel Penteado, Marcelo Salazar , Jeferson Straatmann , Valéria Vasconcelos , Cristiano Siqueira , Raquel Santos, Allan Reis

159 Benedito Nunes e a Amazônia: reflexões sobre o uso da técnica e questões ambientais
Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães, Edna Maria Ramos de Castro

NOTA DE PESQUISA

177 Ensaio metodológico para o estudo da mitopoese amazônica
Fernando Alves da Silva Júnior
Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões

193 A casa dos franceses no projeto de Assentamento Benfica, Itupiranga (PA): lócus de construção de metodologias e diálogos entre camponeses e pesquisadores
Gutemberg Armando Diniz Guerra

RESENHA

209 Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios
por Lindomar de Jesus de Sousa Silva

217 TESES E DISSERTAÇÕES

PRÁXIS

ENTREVISTA

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO

225 Trajetória acadêmica e interdisciplinariedade: reflexões sobre a (des)construção das matrizes conceituais do desenvolvimento na amazônia
por Gutemberg Armando Diniz Guerra, Armando Lírio de Souza e Alexandre Gibson

DEBATES

227 Dendeicultura de energia e agricultura familiar na Amazônia Paraense: a microrregião de Tomé-Açu
João Santos Nahum

247 Por quem os sinos dobram?
as implicações da expansão do dendê na amazônia paraense
Guilherme Carvalho

264 Instruções para colaboração

EDITORIAL

A *Revista Terceira Margem Amazônia* pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimulem o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribuam para a produção de conhecimentos sobre a região.

O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de *Corpus* e *Práxis*. O *Corpus* será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A *Práxis* agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates.

Por que *Terceira Margem Amazônia*? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o lócus privilegiado pela revista. "Terceira Margem" é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica de certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade que o nome Terceira Margem foi escolhido, a fim de expressar o pensar Amazônico a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e, sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

APRESENTAÇÃO

A *Revista Terceira Margem Amazônica* chega ao seu terceiro número e avança para se consolidar como veículo de comunicação científica da e na Amazônia, ampliando o diálogo de estudantes de pós-graduação, pesquisadores, professores e produtores de conhecimento em todos os níveis e áreas de conhecimento. O seu sucesso vem se expressando pelo volume de artigos que se apresentam para apreciação e o afinamento para produções temáticas, sem que com ela se perca o caráter multidisciplinar e diversificado que a RTMA se propôs a bancar.

Nesta edição a revista apresenta 08 artigos que tratam de assuntos ancorados em problemas regionais, com ênfase para aspectos educacionais, uma demanda explicita deste território nacional. O primeiro deles, intitulado "O Curso de Agronomia do Campus Universitário de Marabá: diálogo na construção do conhecimento", de autoria de Rosemeri Scalabrin e Ana Lucia Assunção Aragão trata do ensino agronômico que se implanta no Sul do Pará, ampliando as suas bases críticas ao modelo da Revolução Verde, promovendo o confronto entre os saberes produzidos localmente e aqueles construídos em bases científicas, em que pese se manter elementos da pedagogia e dos paradigmas convencionais dominantes da área.

Armando Lirio de Sousa, traz à baila a discussão sobre as alterações que se processam na Ilha do Marajó, reduto dominado por áreas de grandes fazendas e relações sociais anacrônicas. Este é um debate a se travar sobre umas das áreas mais prósperas do período colonial, imperial e republicano, em que pese relações sociais conservadoras que se mantêm e permitem a manutenção de um sistema agrário em que o poder permanece concentrado em famílias oligárquicas e tradicionais.

Alexandre Martins de Lima propõe uma volta ao cotidiano de Belém na década de 1930, marcada positivamente pelo período de exploração da borracha, encerrado melancolicamente na década de 1920. Ancorado na história demonstra que nesse período se pode apreciar a herança firmada nos ícones da arquitetura e dos investimentos públicos que atravessaram até os tempos mais recentes.

Dos legados na área da educação, Shaji Thomas envereda pelo questionamento do componente ambiental inserido como conteúdo na contemporaneidade, refletindo em seu artigo sobre os impactos de metodologias

participativas em comunidades urbanas quando no tratamento da questão ambiental.

No bioma em que a água predomina, as políticas públicas vêm se construindo por proposições e acordos dos setores envolvidos no uso dos recursos naturais presentes neste ambiente. Aquiles Simões e Sara Correa Dias tomam como lócus o município de Cametá e tratam dos acordos de pesca que ali vêm se estabelecendo na perspectiva e busca de uma sustentabilidade possível.

"Vidas escritas de Educadores em formação: (Re) Memorações de processos de alfabetização na interface com a Educação Popular" é o título do artigo de Eula Regina Lima Nascimento, engrossando o caldo sobre as possibilidades de qualificação profissional em um dos setores mais fragilizados da sociedade brasileira em geral, e da amazônica em particular.

Tomando como referência uma das áreas mais recônditas do Estado, Patricia Campos, Daniel Penteado, Marcelo Salazar, Jeferson Straatmann, Valéria Vasconcelos, Cristiano Siqueira, Raquel Santos, Allan Reis se arriscam no debate sobre Desenvolvimento ambiental e gestão compartilhada. As Reservas Extrativistas do Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri são tomadas como tema de um estudo de caso e oferecem amplas possibilidades de análise.

Encerrando o bloco de artigos as professoras Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães e Edna Maria Ramos de Castro oferecem uma reflexão sobre o pensamento de um dos intelectuais mais expressivos entre os amazônidas, reconhecido internacionalmente pela profundidade de suas proposições. Expressam e espelham neste artigo o que se esclarece e complementa na entrevista da professora Edna Castro que vem nesta mesma edição.

Duas notas de pesquisa vêm apresentadas neste número. A primeira propondo-se como ensaio metodológico para o estudo da mitopoese amazônica, por Fernando Alves da Silva Júnior e Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões e a segunda refletindo sobre uma base de pesquisa instalada por pesquisadores franceses e seu significado no quadro de proposições metodológicas friccionadas pelo Centro Agroambiental do Tocantins, na região do Araguaia-Tocantins.

A resenha do livro das professoras Rosa Acevedo e Edna Castro, "Negros dos Trombetas: guardiães de matas e rios", feita por Lindomar de Jesus de Sousa e Silva é uma demonstração de que vão se consolidando clássicos da literatura acadêmica regional, tanto quando se difundem as teses e dissertações de mestrado, neste número enriquecido com três de cada uma destas

modalidades. A tônica é dada pela análise dos grandes projetos instalados na região, com predominância para os de mineração, e a reação dos atores sociais presentes neste espaço.

A entrevista com a professora Edna Maria Ramos de Castro ilustra o esforço de intelectuais que se formaram no cadinho das intensas transformações a que a região está submetida, e da árdua tarefa de pensar e propor formulações que contribuam para a inserção desta mesma região na posição de igualdade com as outras do país e do mundo. A trajetória da professora entrevistada é ao mesmo tempo a trajetória das instituições que vêm sendo construídas para realizar o bem comum a que todos têm direito neste espaço secundarizado e submetido a lógicas estranhas.

Na seção de debates, fechando o rico acervo deste número da Revista Terceira Margem Amazônica, a expansão da dendeicultura é considerada nos posicionamentos do professor da Universidade Federal do Pará, João Santos Nahum e do pesquisador da ONG FASE, Guilherme Carvalho, em cabal demonstração do monitoramento que a academia e os movimentos sociais vêm fazendo sobre as transformações no agrário amazônico.

O rico material que compõe esta edição é promessa do sucesso e continuação deste empreendimento editorial e um convite a que os intelectuais atuantes na Amazônia encontrem nele um espaço de manifestação de sua produção acadêmica, qualquer que seja a sua área de atuação. Agora é conferir e replicar o que nela vem escrito, com críticas e contribuições que serão sempre muito bem vindas a este espaço de interação.

Gutemberg Guerra
Edane Acioli

CURSO DE AGRONOMIA DO *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ: DIÁLOGO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Rosemeri Scalabrin[1]
Ana Lúcia Assunção Aragão[2]

Resumo

Neste artigo buscamos entender a relação dialógica entre pessoas, áreas, instituições e conhecimentos na protagonização de uma política pública específica de Educação do Campo no âmbito do ensino superior, em especial no curso de Agronomia. Para isso, discuto o papel do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e a contribuição dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária na afirmação de uma concepção de pesquisa e de educação na academia. Também, apresento a proposta do curso em sua estrutura curricular e metodológica, sua constituição, objetivos e princípios da formação dos agrônomos, bem como os aprendizados dos sujeitos envolvidos.
Palavras-chave: Ciências agronômicas. Educação do Campo. Curso de Agronomia.

Abstract

On this article I seek for the dialogical relationship among people, fields, institutions and knowledge in the protagonization of a public policy specific for Agricultural Education, in the scope of higher education, specially concerning to the course of Agronomy. Thus, I discuss the role of the Agroambiental Center of Tocantins (CAT) and the contribution of Pronera projects in the affirmation of a research and of the education in the Academy. I present the proposal of the course in its curriculum structure and methodology, its constitution, objectives and principles of

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Correio eletrônico: rosemeri.scalabrin@gmail.com.
2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Correio eletrônico: analuciaaragao@gmail.com.

agronomists development, that the course wanted to assert, as well as the learning of people involved.
Keywords: Agronomic sciences. Fields of education. Agronomy course.

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa de doutoramento na qual se investigou o curso de Agronomia da UFPA – campus *universitário* de Marabá, como articulador de conhecimentos (científicos e não científicos) na formação de assentados, com o propósito de perceber indicadores de mudanças (coletivas/sociais, individuais, de sustentabilidade) na gestão do ensino superior. A pesquisa se realizou por meio de entrevistas com professores da universidade, representantes de movimentos sociais (Movimento Sem Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Pará, Comissão Pastoral da Terra) e educandos do curso de Agronomia, além da observação em campo realizada em cinco assentamentos da referida mesorregião.

Neste artigo, discutimos o curso de Agronomia e a relação dialógica entre pessoas, áreas, instituições e conhecimentos na protagonização de uma política pública específica de Educação do Campo no âmbito do ensino superior, em especial neste curso.

O estudo tem demonstrado que a dinâmica que envolve a gestão coletiva do curso de Agronomia tem se efetivado pelo diálogo no interior da universidade e dela com a sociedade, em especial pela relação construída com os movimentos sociais do campo.

Antecedentes históricos

A constituição do campus universitário de Marabá

Criado em 1987, como parte da política de descentralização das atividades acadêmicas deflagrada pela UFPA em meados dos anos de 1980, por meio do Programa de Interiorização, o *campus* universitário de Marabá tinha como objetivo a aproximação da universidade às demandas da mesorregião. Desse modo, o *campus*

> (...) surgiu como uma via potencial para suprir a região de profissionais que, uma vez bem preparados, com conhecimentos científicos e tecnológicos, teóricos e práticos, possam trabalhar as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais da região, para planejar um desenvolvimento social justo, economicamente equilibrado, ecologicamente correto e sustentado por princípios fundamentados na ética (UFPA, 2006, p. 12).

Atuando como polo irradiador de ações acadêmico-científicas na mesorregião sudeste do estado do Pará, o *campus* buscou alicerçar cursos estratégicos para o desenvolvimento com atuação concentrada, principalmente, na área de formação de profissionais licenciados (cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, História e Geografia) para atuarem no ensino fundamental e médio. Nesse sentido, seu Plano de Gestão (2006, p. 10) destaca:

> Esses cursos foram criados após discussões com a sociedade civil organizada e o poder público, que perceberam ser imperativa a oferta de cursos de licenciatura para a formação de docentes, e assim melhorar a qualidade do ensino, uma vez que os professores que atendiam as escolas públicas da região, em sua maioria, possuíam apenas o ensino médio.

O estudo sobre a história do *campus* universitário de Marabá possibilita entender que, desde sua origem, está presente a perspectiva da ação coletiva, identificada pela busca do diálogo entre os professores e estudantes engajados socialmente, ou simpatizantes dos movimentos sociais do campo da mesorregião sudeste do Pará, e a sociedade organizada.

Observa-se que o Plano de Gestão do *campus* apresentava como principal problemática educacional a baixa escolaridade dos professores atuantes na educação básica na mesorregião, a carência de profissionais formados para atender essa demanda e o alto índice de analfabetismo. Ao lado disso, destaca-se a inexistência de uma visão de escola articulada à sociedade (Cortella, 2008), principalmente nas escolas do campo, que mantêm o mesmo currículo e calendário escolar, desconsiderando as especificidades da vida e dos processos produtivos no meio rural.

Por isso, o Programa de Interiorização visou desenvolver uma atuação articulada nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com ações diversificadas para responder aos desafios apontados na realidade agrária da mesorregião sudeste do Pará, pretendendo com isso contribuir para

> (...) a reversão do caótico panorama educacional dos interiores, não apenas no contexto do ensino superior como também da educação fundamental e média,

> buscando caminhos que levem à consolidação do papel da universidade como agente de apoio ao processo de transformação social e como fator de desenvolvimento regional (UFPA, 2006, p. 9).

O propósito do programa não foi apenas formar profissionais, mas também contribuir na formulação de políticas públicas para esta mesorregião, a partir de um projeto de desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ambiental que teria papel estratégico na construção de um projeto de desenvolvimento contra-hegemônico ao implementado na região pelo governo militar, e que, salvo algumas mudanças, perpetua-se até os dias atuais.

De acordo com o Plano de Gestão, sua consolidação se deu após 2000 com a instituição da autonomia dos *campi*, regulamentada pela Resolução 3.211/2004, que os reconheceu como Unidades Acadêmico-Administrativas. O plano pretendia

> Consolidar o papel da universidade, como instituição formativa capaz de contribuir com a transformação social, atingindo patamares altos do seu desenvolvimento, considerando as características da mesorregião, a qual abriga uma grande diversidade étnico-cultural e com sérios problemas socioeconômicos relacionados a conflitos agrários e exploração das riquezas naturais distante de um desenvolvimento sustentável ideal; tendo, a despeito das adversidades, oportunidades e potencialidades favorecedoras do desenvolvimento regional e condizente com as razões de existir da instituição (UFPA, 2006, p. 11).

Com sede em Marabá, o *campus* atua em 38 dos 39 municípios da mesorregião sudeste do Pará, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente são oferecidos 15 cursos de graduação, sendo três à distância e 12 em período regular ou intervalar, e três cursos de pós-graduação *lato sensu*. Todos são desenvolvidos na cidade de Marabá, mas oito deles também são oferecidos nos núcleos de integração.

Os cursos desenvolvidos recebem recursos próprios e também de convênios de prefeituras,[3] da Companhia Vale do Rio Doce (Vale)[4] e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/Incra). Entretanto, são os

3 O *campus* Marabá desenvolve convênios com os municípios de Ourilândia do Norte, São Geraldo do Araguaia e Itupiranga para realizar os cursos de Pedagogia, Matemática, Letras, Ciências Sociais e Ciências Naturais.

4 Os cursos conveniados com a CVRD são: Geologia, Engenharia de Materiais e Engenharia de Minas e Meio Ambiente.

convênios com a Vale e com o MDA que vêm influenciando fortemente as definições e ações do *campus*, constituindo, segundo os professores do núcleo de Educação do Campo, a afirmação de duas linhas de atuação: a da mineração e a da educação do campo, que disputam concepções, espaços e intervenções.

Isso decorre do perfil regional agrário e do potencial extrativista dessa mesorregião, que demandam à universidade respostas aos problemas oriundos do modelo de base fundiária imposto pela ação governamental a partir de meados do século XIX, quando os agricultores familiares se mobilizaram em prol da reforma agrária reivindicando à UFPA Marabá cursos de Ciências Agrárias, Agronomia, Letras e Pedagogia. Decorre também da existência de áreas de riqueza mineral, as quais favorecem a instalação de mineradoras e siderúrgicas que propiciam a implantação dos cursos de Geologia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente (UFPA, 2006, p. 17).

O que não se pode negar é que os pontos nevrálgicos dessa disputa estão na estruturação do conhecimento, que tem a ver com a compreensão de ciência hegemônica presente na academia e uma compreensão da luta social, do trabalho e de vida que desafia esse conhecimento.

Concordamos com Santos (2006) de que há uma hegemonia do modelo de racionalidade ocidental predominante no mundo, e essa visão não só esconde e desperdiça as experiências sociais existentes, como também tem impedido que elas sejam traduzidas em alternativas ao capitalismo global.

Para superar essa visão, a universidade, segundo os professores, se colocou à disposição para atender as demandas sociais presentes e, ao mesmo tempo, reconhecer a existência dos saberes tradicionais e seu papel na construção da humanidade, com vista a democratizar o conhecimento científico para que a sociedade possa utilizá-lo. Discutindo esse tema, a compreensão de Santos (2008, p. 17) é a de que ele "é a forma oficial e privilegiada de conhecimento, e sua importância para a vida da sociedade nunca foi questionada". No entanto, não se pode deixar de "(...) questionar o privilégio de um conhecimento em detrimento dos demais", uma vez que tem conferido "privilégios extracognitivos (sociais, políticos e culturais) a quem os detém". Assim, é fundamental compreender que isto ocorre tanto porque o conhecimento científico provoca impactos na sociedade quanto porque ele não está distribuído de maneira equitativa socialmente.

Em consequência disso, o conflito entre as duas formas de compreensão do conhecimento traz a perspectiva de desafiar a lógica de estruturação do conhecimento científico na academia e desmascarar a lógica existente na

sociedade – naturalizadora da visão de que, para as populações do campo, basta a educação do mínimo; e trazer à baila uma educação que propicie o diálogo entre os conhecimentos dos agricultores e os conhecimentos da academia, fazendo valer a assertiva de Paulo Freire de que "conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e, somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer" (Freire, 1977, p. 27). Daí por que não se pode substituir um conhecimento por outro, pois é na relação dos dois saberes que se constrói outro conhecimento.

No *campus* de Marabá a parceria da universidade com os movimentos sociais esteve calcada nessa compreensão, mas, de acordo com a pesquisa, o diálogo da academia com a sociedade organizada se consolidou com a criação do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e se intensificou com a constituição dos projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), por meio do curso de Agronomia e das licenciaturas em Pedagogia, Letras e Educação do Campo, conforme discutiremos nos itens a seguir. Nesse processo, observam-se práticas políticas que se desenvolvem em torno de um eixo comum: a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que vise contribuir para a construção de um projeto de sociedade em que a educação tenha papel estratégico.

Programa Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)

De acordo com as publicações do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (Neaf), a relação entre a Universidade Federal do Pará e o movimento sindical se iniciou, formalmente, em 1989 com o programa de extensão rural do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), *campus* Marabá, e teve como propósito "fazer a integração entre pesquisa-desenvolvimento e a formação de profissionais de ciências agrárias" (Simões e Oliveira, 2003, p. 13). Esse processo envolveu diferentes espaços e ações desenvolvidas pela UFPA em parceria com os movimentos sociais do campo, conforme demonstra a linha do tempo a seguir, e os que se inter-relacionam e se complementam:

De acordo com os professores entrevistados, a criação da equipe multidisciplinar de pesquisadores envolveu os professores dos Laboratórios Agroambiental do Tocantins (Lasat/Marabá) e Agroextrativista da Transamazônica (Laet/Altamira) e do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (Neaf Belém) constituindo o que denomino rede Marabá-Altamira-Belém.

Fonte: Construído pela autora a partir dos dados da pesquisa de campo, 2010.

Esse processo possibilitou a percepção da necessária complementação da formação dos profissionais vindos de outras instituições, com vista a rever a formação centrada no modelo de transferência de tecnologia e/ou da revolução verde, motivo pelo qual se criou, em 1991, o Programa de Especialização em Agriculturas Familiar Amazônica e Desenvolvimento Agroambiental, que se transformou, em 1996, no curso de mestrado e, em 2010, de doutorado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), desenvolvido pelo Centro Agropecuário (CA), criado em 1994 pela UFPA, em Belém.

Observa-se que a estratégia da rede teve como foco o debate sobre a necessidade da formação dos filhos de agricultores, que fez emergir a criação da licenciatura plena em Ciências Agrárias em Altamira (1997) e em Marabá (1999), com o objetivo de formar profissionais das ciências agronômicas para atuarem nas Casas Familiares Rurais do estado do Pará; e também do curso de graduação de Agronomia nos dois *campi*, em 2001, ambos desenvolvidos em parceria com os movimentos sociais do campo (Simões e Oliveira, 2003).

Para Simões (2001), essa estratégia oportunizou desenvolver uma formação capaz de superar a fragmentação disciplinar e a tríade ensino-pesquisa--extensão, bem como romper com a desarticulação entre teoria e prática, na medida em que despertou, nos profissionais das ciências agrárias, mudança

de postura. Tal definição teve por objetivo "Formar profissionais capazes de pensar e executar ações de desenvolvimento rural, buscando responder às mudanças e reforçar as políticas públicas dirigidas à agricultura familiar que ocorreram a partir de meados da década de 1990" (Sablayrolles; Rocha, 2003, p. 14). Ao incorporar elementos da formação integral e a percepção da unidade de produção em sua totalidade, possibilitou a compreensão sobre a necessidade de uma gestão racional dos recursos naturais.

Observa-se que essa formação se diferencia das demais, no campo das ciências agronômicas, em outras instituições de ensino superior no estado do Pará, pela sua origem, visto que sua criação foi "resultado de um demorado e amplo processo de discussão com as organizações de trabalhadores rurais, entidades e instituições ligadas ao setor rural" (Simões, 2001, p. 161), o que resultou na mudança de foco do curso: em vez de formar profissionais para atuar em empresas, optou-se em formá-los para atuar na agricultura familiar camponesa. O propósito das entidades envolvidas foi o de contribuir para uma maior aproximação da universidade com a sociedade, buscando identificar, a partir dessa relação, as prioridades de ações e estabelecer diálogo permanente com os agricultores em parceria com suas organizações.

Assim, a busca da interdisciplinaridade entre as ciências agronômicas e as humanidades, e entre o conhecimento científico e o dos agricultores, advém do acúmulo vivenciado pelos profissionais que atuam no campo das ciências agronômicas da UFPA e na rede Marabá-Altamira-Belém. Segundo Simões (2001), isso fez avançar as discussões e formulações de um conceito capaz de consensuar uma visão de pesquisa, de formação e de desenvolvimento entre a academia e os movimentos sociais do campo no estado do Pará, à medida que possibilitou aos profissionais da academia perceber a necessidade de mudanças profundas na formação dos agrônomos, promovendo novas posturas em relação ao conhecimento, ou seja, que se dispõem a superar a visão hierárquica da ciência e do conhecimento, na qual o saber dos pesquisadores é visto como superior ao dos agricultores. Assumem então uma postura em que os agrônomos são também educadores e compreendem que "sabem algo e podem assim chegar a saber mais" se estabelecerem "diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem" – os agricultores – "para que estes, transformando seu pensar de que nada sabem (...), possam igualmente saber mais" (Freire, 1985, p. 15).

A visão de levar, transferir, entregar e depositar conhecimento em alguém tem uma conotação mecanicista de um ser ativo (o técnico) que

deposita conhecimentos como se o outro (camponês) fosse espectador, desconsiderando assim que há algo dinâmico na prática da extensão. Esta é uma visão ingênua do conhecimento humano.

Nessa perspectiva, o debate sobre a necessidade de multiplicação da experiência, como a do Programa CAT, levou à criação do Laet, desenvolvido em parceria com o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Embrapa Amazônia Oriental para atuar no âmbito da pesquisa. Este provocou, no período de 1990 a 1993, inúmeros eventos municipais, regionais, estaduais e internacionais para discutir "os rumos para o desenvolvimento da produção familiar (...) e a formulação de políticas públicas" (FVPP, 2006, p. 34). Esse processo resultou na elaboração de um programa específico para a região sudoeste do Pará, envolvendo instituições brasileiras e francesas, com apoio da comunidade europeia e do governo francês, por meio do Ministère des Affaires Étrangères (MAE), denominado Programa Agroambiental da Transamazônica (Paet).

Este processo envolve o local e o global, o particular e o universal, o uno e o diverso nas interconexões das identidades no enfrentamento ao latifúndio e ao modelo de desenvolvimento econômico imposto na mesorregião. Deste modo, a articulação entre diferentes instituições, espaços e ações se dá em torno do que Scherer-Warren (2009, p. 107) denominou "movimento social em rede", que se caracteriza pela efetivação de três dinâmicas sociopolítico-culturais e coletivas: "(...) a identificação em torno de uma causa comum; a definição de uma situação de conflito e de seus adversários; a construção de um projeto ou utopia de mudança".

Percebe-se que o acúmulo dos profissionais da rede Marabá-Altamira-Belém envolvidos nesse processo propiciou avanços significativos na região Transamazônica. No entanto, no sudeste do Pará houve limitações, e ainda há inúmeros desafios para a consolidação da agricultura familiar camponesa, devido à realidade histórica desta mesorregião.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)

Segundo os dirigentes dos movimentos sociais e os professores do núcleo de educação do campo da universidade, os cursos financiados pelo Pronera, inicialmente no âmbito da educação básica e posteriormente no ensino superior, possibilitaram uma concepção de pesquisa, articulada a uma concepção de extensão, de desenvolvimento e de alternância, consolidando uma matriz de Educação do Campo, e contribuíram, também, na construção da matriz técnico-científica de base agroecológica.

Observa-se que a Educação do Campo na UFPA Marabá se consolidou como linha de atuação pela força política do núcleo de professores engajados e pelo peso econômico de seus projetos do Pronera (mais de R$ 4 milhões em três anos), passando, inclusive, a influenciar nas tomadas de decisão da instituição e nas estratégias do plano de gestão. De acordo com a coordenadora do curso de Letras,

> No momento em que a Educação do Campo adentrou os espaços institucionais a briga é outra: é teórica, é metodológica, é na forma de conduzir a formação desse professor.

E a Universidade tem um papel importantíssimo neste espaço com os sujeitos que neles atuam na formação dos sujeitos da Educação do Campo, que é disputar formas de construir os saberes, que não deve ser o modelo que tem persistido atualmente, porque adentrar para o campo institucional não tem mais como barrar isto aí, isto é uma dinâmica sem solução, mas são os espaços formativos que nós temos que privilegiar neste momento.

A disputa macro está no campo de projetos de desenvolvimentos, e micro no âmbito educacional, que é metodológica e curricular. A disputa se delineia também sobre quais são os saberes que adentram para o currículo? É válido ensinar partindo do conhecimento dos sujeitos para que eles alcem conhecimentos ditos universais, confrontem com os seus saberes, tendo a possibilidade de não serem apenas sujeitos informados do que já foi produzido, mas sujeitos que informam, também formam e se formam, porque confrontam conhecimentos. Há um temor em sair dos blocos que sempre foram construídos, das caixas, das gavetas compartimentadas e altamente especializadas (coordenadora do curso de Letras, entrevista realizada em fevereiro de 2009).

Essa dinâmica tem desafiado a instituição em seu conjunto a desenvolver seu papel social por meio do diálogo que se efetiva na relação com os movimentos sociais. Isso tem implicado mudanças no interior da universidade, no que se refere à relação entre ensino-pesquisa-extensão e teoria-prática.

O fato de a UFPA Marabá, em especial na linha da Educação do Campo, ter assumido a perspectiva da produção de um conhecimento que ajude na transformação da matriz tecnológica presente nas políticas públicas de apoio à produção e no processo de construção do projeto de desenvolvimento do

campo, e que reforce a autonomia dos sujeitos, gera uma atuação que vem representando uma transformação descentralizadora da universidade pelas avessas, de cunho eminentemente político (Santos, 2004).

Essa perspectiva se faz presente não apenas nos discursos e práticas dos professores do núcleo de Educação do Campo, mas também nos documentos oficiais da instituição, materializados nos projetos político-pedagógicos dos cursos regulares de Agronomia, Letras, Pedagogia e Educação do Campo; também nos Planos Trienais da instituição 2007-2009 e 2010-2012, que avançam em questões como a democratização das relações pelo diálogo entre sujeitos e instituições.

Embora a perspectiva produtivista e mercadológica protagonizada pelo Estado e os empresários da mineração na mesorregião sudeste do Pará esteja presente no *campus* e em disputa constante, a perspectiva desenvolvida pela Educação do Campo não só tem sido reconhecida pelas instâncias superiores da universidade como também tem se afirmado perante o poder público local, pela demanda de realização de cursos de extensão e especialização para professores que atuam na educação básica nas escolas do campo desta mesorregião.

Isso consolida na academia "(...) um comportamento político de caráter conservador e inovador que se expressa também no modo como esse mesmo conhecimento é compreendido, selecionado, transmitido e recriado" (Cortella, 2008, p. 17), ao mesmo tempo em que consolida na instituição universitária uma perspectiva mais progressista da educação e dos professores.

A universidade, como centro de reflexão crítica, não pode aderir sem resistência aos interesses globalizados do neoliberalismo e deixar de dar o retorno à sociedade daquilo que constitui seu objetivo essencial, o serviço do bem comum, com compromisso social e desenvolvimento da formação integral do ser humano.

Os projetos educacionais do Pronera oportunizaram a ampliação da ação educacional junto aos assentados não apenas atendendo à demanda dos movimentos sociais do campo, mas principalmente fortalecendo a parceria envolvendo a rede Marabá-Altamira-Belém e entre Escola Família Agrícola (EFA), UFPA Marabá e movimentos sociais do campo, em especial com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e o Movimento Sem Terra (MST), inaugurando mudanças no interior da academia.

A Educação do Campo na UFPA se afirma na perspectiva crítica, criativa, dialógica e problematizadora tanto na relação interna quanto

externa à universidade, na medida em que está ajudando a consolidar relações democráticas, seja no interior da academia, seja na sua relação com outras instituições parceiras e pela consolidação de espaços de debate e definições coletivas. Denominamos este processo como uma perspectiva *pluriversitária*, em que a hierarquia do conhecimento disciplinar dialogou com as diversas formas de conhecimentos, colocados como inexistentes pela modernidade (Santos, 2004).

Essa perspectiva contra-hegemônica foi protagonizada pelos movimentos sociais e pelos professores comprometidos com a educação de qualidade para todos, e também por meio de um projeto de desenvolvimento do campo e sociedade condizente com uma postura mais progressista do uso dos recursos naturais. Essa postura tem desafiado os cursos regulares a repensarem seus processos formativos, estruturas curriculares e metodológicas e o modo de lidar com o conhecimento. O desafio que está posto é possibilitar a produção do conhecimento que sirva à sociedade.

Considerando que, para Santos (2004), a passagem do conhecimento universitário para o pluriversitário pode ser mais ampla do que a mercantilização da universidade, compreendemos que a UFPA Marabá alcançou avanços que nos permitem caracterizá-la como propiciadora de uma vivência democrática e viabilizadora do princípio da emancipação. Essa perspectiva da emancipação se encontra ancorada na teoria da democracia e da emancipação social de Santos (1997), que tem a ver com a democracia, a ampliação e o aprofundamento das lutas sociais, das conquistas e da elaboração de políticas públicas envolvendo a coletividade (as diferentes entidades, ONGs, movimentos e interesses de grupos sociais, poder público etc.), gerando uma globalização alternativa que, no seu embate com a globalização neoliberal, está propiciando caminhos para a emancipação social.

O curso de agrônomos como articulador de conhecimentos

O acúmulo das experiências educacionais desenvolvidas pela universidade, em conjunto com os movimentos sociais, envolvendo a pesquisa e a formação com foco na agricultura familiar camponesa, de um lado, e a demanda pela formação de agrônomos, de outro, propiciou a construção do primeiro projeto de ensino superior da UFPA Marabá voltado para assentados: o curso de Agronomia: formação de recursos humanos em ciências agrárias, financiado pelo Pronera.

O processo de construção e constituição do projeto do curso

A conjuntura favorável, tanto em âmbito mesorregional e estadual quanto nacional, propiciou a materialização do curso de Agronomia, pois interessava à universidade desenvolver uma experiência com a turma de assentados. Embora o curso tivesse nascido dentro do Programa da Agricultura Familiar da UFPA, a maioria dos educandos que ingressaram na instituição tem sido de origem urbana, o que, segundo os professores do núcleo de Educação do Campo, dificulta avanços. Tais dificuldades estimularam os professores da Faculdade de Agronomia a desenvolver a experiência, por entenderem que uma turma de assentados ajudaria a consolidar o Programa de Ciências Agrárias da UFPA, e isso

> Possibilitaria ao conjunto de suas turmas um contato mais próximo com a realidade do campo, através de atividades conjuntas e trocas de experiência com a turma de assentados. Além disso, o contato com essa turma especial permitiria testar a efetividade da proposta pedagógica e do conteúdo programático do curso junto a agricultores, permitindo uma avaliação e qualificação do curso como um todo. Além disso, quando os técnicos formados são próprios dos assentamentos, eles entreveem com mais efetividade nas situações demandadas pelo processo organizativo existente e evidenciam uma grande preocupação em recuperar as áreas degradadas, adequando a produção à realidade ecológico-produtiva regional. Isso porque, na atualidade, o apoio técnico disponível não tem sido suficiente, pois os técnicos que atuam nos assentamentos têm pouco contato com essa realidade específica, em geral eles vêm das cidades e não permanecem nas áreas de atuação o tempo necessário, causando muita instabilidade no processo produtivo (UFPA, 2004, p. 6).

Segundo o coordenador do curso, "trabalhar com uma turma de assentados nos pareceu enriquecedora", e essa discussão fez com que os professores do núcleo de Educação do Campo visualizassem na proposta demandada pelo MST "uma possibilidade capaz de reforçar um perfil mais rural do conjunto de estudantes", uma vez que "a turma seria composta totalmente por pessoas com forte experiência de vida no campo". Isto foi visto como uma perspectiva de possível "avanço na qualificação dos próprios assentados, ampliando a capacidade do movimento de diagnosticar problemas e buscar soluções em conjunto com as demais formas de assistência técnica que já atuam na região" (UFPA, 2004, p. 5).

A existência em uma turma de educandos assentados possibilitaria testar os objetivos do curso de Agronomia e realizar o papel social proposto desde a criação do *campus* universitário de Marabá. Para isso, era preciso:

> Avançar na construção de uma proposta político-pedagógica inovadora, desenvolvendo a formação superior articulada à realidade dos educandos do campo, por meio da alternância de tempos e espaços educativos, que valoriza os saberes dos sujeitos, passando a assumir a alternância pedagógica, e utiliza a pesquisa sobre os assentamentos como instrumento de construção acadêmica (UFPA, 2004, p. 9).

Em âmbito nacional, interessava ao Movimento Nacional por uma Educação do Campo e ao Pronera desenvolver a experiência do curso de ciências agrárias, mas existia muita resistência. Só se tinha experiência nas ciências humanas.

O projeto do curso foi elaborado e desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal do Pará – por meio do *campus* universitário de Marabá e do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (Neaf) –, o MST dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com o primeiro relatório do projeto, de 2004, desde o início se estabeleceu "um processo de diálogo entre essas instituições para propiciar que as parcerias se conhecessem", pela realização de encontros e debates para a definição da dinâmica de trabalho. Houve a troca de materiais pedagógicos e curriculares produzidos pelas diferentes experiências, para facilitar que fossem "observadas as possibilidades concretas de operacionalização do projeto" (UFPA, 2004, p. 10), tomando como base as experiências do MST e o projeto do curso de Agronomia da UFPA.

Para a execução do curso foram definidas as responsabilidades entre os parceiros (UFPA, 2004, p. 13), sendo que

> Ao *campus* universitário de Marabá e ao Neaf coube a responsabilidade pela sistematização do projeto e execução do curso, a indicação dos docentes para atuar nas disciplinas, o acompanhamento do desempenho dos educandos, as providências quanto à infraestrutura e a aplicação dos recursos no desenvolvimento do curso.

Ao Incra, o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com o Plano de Trabalho e o Projeto do curso.

Ao MST coube a participação no acompanhamento pedagógico às atividades do curso, no desempenho dos educandos, assegurando frequência às aulas, nas providências quanto à infraestrutura e na aplicação dos recursos financeiros (UFPA, 2003, p. 1).

Do ponto de vista da UFPA, a tomada de decisão sobre o curso ocorreu em setembro de 2002, com uma reunião de avaliação do currículo do curso de

Agronomia, em Altamira, pela equipe de professores do programa de Ciências Agrárias da UFPA. Após isso, desencadeou-se o debate com setores da administração superior da UFPA, como Pró-Reitoria de Graduação, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consep), Secretaria Multicampi e Departamento de Vestibular (Daves). A proposta do projeto político-pedagógico do curso foi apresentada, discutida e aprovada na oficina de planejamento estratégico do Neaf em julho de 2003.

O processo de construção do projeto do curso foi resultado de vários meses de discussão entre os movimentos sociais e a universidade, envolvendo professores de Agronomia, Letras, Pedagogia e Ciências Sociais e dirigentes dos movimentos sociais do campo. O ponto alto de reflexão, durante o processo de elaboração do projeto, foi a constatação da grande demanda por técnicos para atuar com cerca de 80 mil famílias assentadas, bem como a ausência destes profissionais na mesorregião. Por outro lado, havia a compreensão de que o técnico que vem de outra região leva mais tempo para entender o bioma, o clima, a hidrografia, as demandas, as especificidades e a realidade da mesorregião, e isso tem prejudicado os projetos desenvolvidos nos assentamentos, em função de terem prazos de execução determinados.

O projeto consensuado entre a universidade e os movimentos sociais apresentou como concepção de educação "a formação integral dos profissionais de ciências agrárias para atuar nos assentamentos", de modo a "propiciar reflexões sobre a agricultura familiar e o processo de desenvolvimento dos assentamentos na mesorregião sudeste do Pará" (UFPA, 2003, p. 2).

A preocupação com a metodologia foi outro ponto importante da reflexão sobre a constituição de uma turma de assentados e exigiu a construção de uma proposta, com base nos princípios da pedagogia da alternância, que respondesse à especificidade do ensino superior. Assim, o "curso de Agronomia: formação de recursos humanos em ciências agrárias" apresentou como objetivo central e norteador

> Oportunizar a formação/habilitação de engenheiros agrônomos oriundos dos assentamentos de reforma agrária do MST, com base na prática-teoria-prática e uma sólida base técnico-científica, com capacidade de analisar e interagir de maneira crítica sobre o seu meio social e a realidade na qual trabalha, comprometendo-se com a reforma agrária e o desenvolvimento dos agricultores da região amazônica nas suas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais (UFPA, 2003, p. 2).

A posição assumida pela UFPA Marabá e pelo MST é a de que a presença de técnicos da mesorregião com um perfil para atuar na agricultura familiar

camponesa, comprometidos com a organização dos agricultores e com a produção diversificada, são elementos fundamentais para viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos.

Para o coordenador do curso, essa problemática, somada ao processo conflituoso de ocupação da mesorregião, tem retardado a possibilidade de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre um sistema de produção adequado para o sudeste do Pará. Do mesmo modo, destaca três fatores vistos como fundamentais para ajudar a compreender a ausência de "clareza sobre qual é um bom sistema de produção e quais as possibilidades para um sistema de produção sustentado e adequado à mesorregião", quais sejam:

> a) O processo de desenvolvimento implantado na mesorregião esteve voltado exclusivamente para a pecuária extensiva e a mineração, enquanto que o agricultor veio na marra e foi se impondo fora do sistema oficial. As populações tradicionais também foram desconsideradas, desrespeitadas, empurradas para áreas longínquas, ou dizimadas;
>
> b) A ausência de ação do Estado de modo a estimular uma produção diversificada enfraqueceu a agricultura familiar, e isso é um problema porque, no fundo, é uma luta dos movimentos sociais contra a estratégia estruturante do governo, tornando-se a maior e a pior das desigualdades;
>
> c) Há carência na área de Ciência e Tecnologia, devido à ausência de instituições de pesquisa como a Embrapa e a Caplac pesquisando a região para descobrir o sistema mais adequado de produção, 'dando estímulo, apoio, crédito' (UFPA, 2003, p. 3).

Sendo assim, se observa que existem conhecimentos produzidos nas estações de pesquisa agropecuária e em universidades que permanecem subutilizados, enquanto parcela significativa de agricultores familiares continua com problemas de produção porque ou não os conhece ou não tem acesso a eles. Do mesmo modo, a ausência de ações por parte dos poderes públicos municipal, estadual e federal, como estimuladores de uma produção diversificada e de uma política capaz de investir em ciência e tecnologia para a produção familiar camponesa, por meio de instituições de pesquisa com estímulo, apoio e crédito, impediu que a mesorregião pudesse descobrir um sistema mais adequado de produção.

Note-se que, na busca de superar a visão positivista e assumir uma visão sistêmica, a concepção de educação assumida no curso se fundamenta na construção coletiva e no diálogo entre conhecimentos (científicos e populares). Nesse sentido, o conhecimento não se estende daqueles que julgam saber tudo para aqueles que julgam nada saber; ao contrário, deve se constituir na relação

ser humano-mundo, por meio de ações que se aperfeiçoem na problematização crítica, possibilitando que estes entendam mais a realidade na qual, e com a qual, estão inseridos, e que se desdobrem em ação transformadora da realidade para a superação do conhecimento sensível (Freire, 1985).

A posição assumida pelas instituições que desenvolveram o curso (UFPA e MST) reforça a importância do acesso ao conhecimento científico e às tecnologias sem perder de vista a problemática da agricultura familiar camponesa, visto que o contexto requer pensar conjuntamente projetos, principalmente educacionais, que ajudem a identificar um sistema de produção compatível com a vida no campo, que respeitem as temporalidades dos sujeitos, que considerem seus conhecimentos e possibilitem que as diferenças subsistam sem hierarquias e sem desigualdades, ampliando a diversidade de práticas sociais e as formas de produção. Para isso, é preciso ter uma estrutura de conhecimento, de ciência e tecnologia, de assistência técnica, de pesquisa etc. que dê suporte à agricultura familiar camponesa.

Discutindo sobre o acesso a técnicas e tecnologias, Paulo Freire (1996) destaca que, historicamente, uma pequena parcela da sociedade as tem utilizado como forma de manutenção da "ordem" opressora, com a qual manipula e esmaga, massifica e inculca informações que servem aos interesses de grupos econômicos para reificá-los.

O acesso das populações do campo à ciência, às técnicas e às tecnologias é fundamental para ajudar a resolver os complexos problemas da produção no campo, principalmente em uma região com predominância da pecuária; mas isso requer atitude criticamente curiosa, indagadora, vigilante e em permanente processo de reflexão, de modo a possibilitar que a tecnologia seja usada sem que os seres humanos sejam manipulados por ela, pois esta, via de regra, está a serviço de uma concepção de mundo que não é emancipadora.

Nessa perspectiva, o domínio tecnológico não pode ser pelo aniquilamento dos conhecimentos dos agricultores com base na visão de extensão como invasão cultural, em que o conteúdo reflete a visão de mundo daqueles que o levam e se superpõe àqueles que passivamente o recebem, pois o progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos e às necessidades da existência humana perde sua significação (Freire, 1985).

A apropriação do conhecimento científico e das técnicas e tecnologias em articulação com os conhecimentos populares permite construir estratégias/saídas para diminuir a dureza do trabalho braçal no campo, produzindo processos de recuperação do solo, da floresta, dos igarapés, da produção pautada no aproveitamento dos recursos naturais e ancorada na visão agroecológica.

Nessa perspectiva, não houve espaço no curso para a transmissão de técnicas como depósito de conhecimento, fundamentado em uma visão que transforma os seres humanos em quase coisa, que nega os sujeitos como seres de transformação do mundo (Freire, 1985); ao contrário, buscou-se fundamentar na atuação interdisciplinar, a partir da compreensão do ser humano concreto em uma realidade concreta que o condiciona; na ação dos técnicos que não se restringe ao ato de ampliar os conhecimentos e acessar as técnicas por meio de conteúdos estáticos. Desse modo, a formação no curso primou pela compreensão da realidade agrária, que é dinâmica e não existe sem os seres humanos.

O curso tomou como referência a abordagem sistêmica com uso de metodologias participativas que incentivassem a interação entre agrônomos e agricultores, num processo de comunicação, problematização e diálogo permanente, capaz de ir além da técnica, compreendida aqui como parte específica da produção, mas, sobretudo, entendendo a realidade existente nos assentamentos e procurando intervir com a clareza de que os assentados são sujeitos de uma história individual e coletiva. Nessa perspectiva, a formação desenvolvida se pautou nos seguintes princípios:

> *Forte contato com a realidade*, por meio de estágios de campo em estabelecimentos agrícolas familiares. *Prática e teoria em permanente confronto*, uma vez que o conteúdo programático das disciplinas tem como base o referencial regional construído e trabalhado a partir das atividades desenvolvidas pelas equipes de pesquisa-desenvolvimento.
>
> *Abordagem sistêmica como ferramenta* de apreensão e reflexão da realidade e como hierarquizadora das restrições nos diferentes níveis estudados (conjunto família-estabelecimento agrícola, localidade, região etc.); interdisciplinaridade, indispensável para entender a complexidade organizada da agricultura familiar. *Diálogo permanente* com os agricultores, através da parceria com suas organizações. *Relação constante entre conhecimentos sistematizados e a experiência cotidiana dos sujeitos* envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.
>
> *Aproximar inter e/ou transdisciplinarmente* as duas dimensões: a *pedagógica, presente no trabalho da pesquisa agropecuária e extensão rural,* e a *produtiva, presente na realidade da escola do campo* (UFPA, 2003, p. 7 – grifos nossos).

O estudo do PPP e dos relatórios anuais possibilita o entendimento de que estes princípios pretenderam não apenas orientar o processo formativo do curso, mas, principalmente, consolidar a concepção do programa pesquisa-formação-desenvolvimento, que traz no seu conjunto a compreensão sobre o papel decisório dos agricultores nas tomadas de decisão sobre os processos de pesquisa e produção, consolidando uma concepção de pesquisa e de extensão referenciada em Freire.

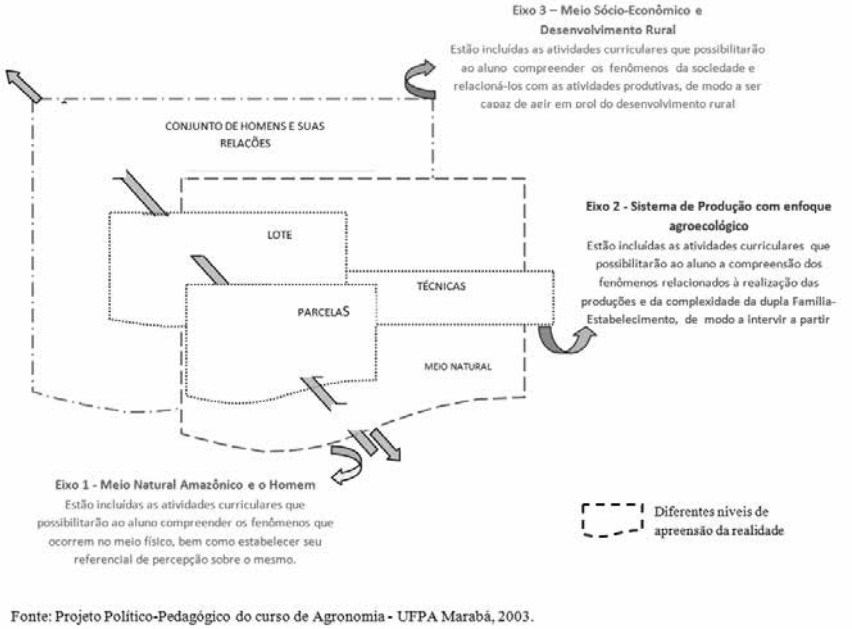
Esses princípios demarcam a concepção de educação como aquela em que os sujeitos constroem e se reconstroem pela dinâmica do diálogo, da investigação e da reflexão sobre a realidade, na relação com o outro e com os conhecimentos existentes na sociedade.

Organização curricular e metodológica do curso

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico, o curso se estruturou por meio de dez alternâncias pedagógicas com duração de 180 dias cada, sendo nove com a realização de disciplinas e uma exclusiva para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

A estrutura curricular do curso de Agronomia da UFPA está organizada em uma perspectiva integrada que, segundo a visão da universidade, tem como propósito enfrentar o debate sobre a problemática da sustentabilidade dos assentamentos.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico, o ensino integrado é, portanto, um sistema que utiliza eixos orientadores como ponto de partida para a obtenção do conhecimento científico, a saber:



Fonte: Projeto Político-Pedagógico do curso de Agronomia – UFPA Marabá, 2003.

Os eixos agrupam um conjunto de disciplinas como estratégia para promover uma maior integração entre os conteúdos e buscam romper com a excessiva fragmentação que normalmente ocorre no processo de formação pautado pelas disciplinas isoladas, desenvolvidas a partir da compreensão do lote como uma unidade de produção.

As atividades curriculares envolvidas em cada eixo se articulam em torno de um objetivo geral que orienta as discussões e os conteúdos a serem privilegiados, de modo que a problemática trabalhada em cada disciplina tem como referência os objetivos apontados para cada eixo. Isso significa dizer que as disciplinas não têm um objetivo "em si", mas um objetivo definido a partir do contexto e dos problemas que se quer tratar dentro do eixo norteador, de modo a tratar dessas problemáticas (UFPA, 2003). De acordo com o projeto Político-Pedagógico do curso,

> O problema principal é desenvolver, conjuntamente com as organizações de pequenos agricultores, estudos integrados e interdisciplinares pautados na compreensão dos sistemas de produção, no nível de pequenos estabelecimentos rurais e de sistemas agrários de diferentes regiões do estado do Pará, procurando-se identificar suas limitações em busca de soluções que sejam, de fato, apropriadas ao desenvolvimento rural dessa região, mediante técnicas compatíveis com as suas condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas. São nessas perspectivas que se colocam os problemas centrais do curso (UFPA, 2003, p. 22).

A estrutura curricular do curso de Agronomia representa o acúmulo produzido pela experiência do CAT/Lasat/Laet e o movimento sindical do campo das mesorregiões sudoeste e sudeste do Pará, tendo como foco a agricultura familiar camponesa, e se encontra fundamentada nos requisitos exigidos pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino de Ciências Agrárias e organizada de acordo com a estrutura interna da UFPA, em núcleos: 1) Núcleo Básico de Disciplinas, que corresponde a 28,5% da carga horária do curso; 2) Núcleo Profissional Essencial, correspondente a 57,6%; e, 3) Núcleo Profissional Específico, que corresponde a 14% da carga horária total – sendo esses percentuais contabilizados excluindo-se a carga horária de estágios. A inserção dos tempos e espaços formativos, fundamentada nos princípios da pedagogia da alternância[5] e composta por

5 A organização das atividades acadêmicas privilegiando um processo formativo vivenciado *em* e *por meio* de diferentes tempos, espaços e práticas, articulados entre si. A alternância pedagógica é um dos elementos centrais da pedagogia da alternância, inspirada no modelo francês das Maisons Familiales Rurales, que se constitui a base

tempo-escola, tempo-comunidade e tempo-escola/retorno, possibilitou que os tempos na comunidade se tornassem tempos de pesquisa, assumindo duas dimensões: a pesquisa diagnóstica e os ensaios de instrumentalização. A primeira consistiu na elaboração coletiva pelos professores que atuavam em cada tempo-escola, considerando o eixo em questão, da proposição de diagnósticos. Esse processo resultava na produção de um roteiro de orientações para a pesquisa no tempo-comunidade de modo interdisciplinar. Ao final do tempo-escola, a coordenação do curso tinha a responsabilidade de orientar os educandos para a realização das atividades do tempo-comunidade e/ou do estágio.

Para viabilizar o diagnóstico, os educandos se organizavam em grupos e escolhiam uma ou duas famílias do assentamento que se encontravam mais próximas geograficamente para reunir, planejar, conversar e envolvê-las nas atividades e na realização conjunta do levantamento de tudo que o lote possuía: animais e métodos de criação, plantações na horta, roça, pomar etc.

Após o diagnóstico realizado, segundo a coordenação do curso, ainda no tempo-comunidade era necessário tratar as informações estatisticamente, organizar os relatórios e as apresentações no tempo-escola/retorno, momento em que iriam socializar e refletir sobre a realidade do assentamento. Essas informações foram interagindo com as disciplinas do eixo, propiciando reflexões e aprofundamentos sobre as questões estudadas e os problemas encontrados/vivenciados.

A segunda dimensão da pesquisa constou da organização dos educandos em grupos para realizar a experimentação agroecológica, como ensaios de instrumentalização. Isso se deu pelo plantio, por exemplo, de milho ou de feijão em um espaço relativamente pequeno com sementes nativas e híbridas. Esse processo foi sendo acompanhado pelos educandos e assentados desde a semeadura até a colheita.

Esse ensaio teve como objetivo identificar o que houve de ataque de doenças, pragas etc., e comparar o processo produtivo utilizando sementes híbridas e sementes nativas da comunidade. Isso facilitou a verificação da diferença, com destaque à resistência da semente nativa. As anotações desse processo, pelos educandos, foram contribuindo no tratamento estatístico e na organização das apresentações nos tempos-comunidade/retorno, o que serviu de base para o próximo eixo.

---

da formação realizada pelos Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil: Casas Familiares Rurais e Escolas Famílias Agrícolas (Fonte: Arcafar/PA).

Tal procedimento foi viabilizando, em nossa visão, a compreensão sobre a necessidade de ampliação da diversidade de práticas sociais que se caracterizam como alternativas ao globalismo localizado, favorecendo pensar a produção diversificada como perspectiva contra-hegemônica, presente nos processos produtivos dos assentamentos.

De acordo com o coordenador do curso, a pesquisa facilitou o trabalho interdisciplinar no decorrer dos seus três eixos temáticos, denominados: a) *meio natural amazônico e o homem,* voltado para "a compreensão do solo, da vegetação, do clima, da hidrografia etc., articulado entre as disciplinas e tendo a unidade de produção como foco de análise". No tempo-comunidade, os educandos realizaram o estágio que constava de um diagnóstico capaz de trazer a visão integrada do meio biofísico do lote, de modo que "puderam lançar mão dos conhecimentos das disciplinas do eixo, por exemplo: solo, ecologia, botânica e climatologia, para ter uma visão mais integrada e compreender a unidade de produção em sua totalidade"; b) *sistemas de produção com enfoque agroecológico,* que focalizou "estudos sobre criação de animais, cultivos agrícolas, culturas temporárias e perenes, horticultura etc.", tendo como base o conhecimento biofísico do diagnóstico anterior, o estágio no lote, realizado durante o tempo-comunidade "com o propósito de entender como a família organiza os sistemas de produção na perspectiva integrada"; e c) *meio socioeconômico e desenvolvimento rural,* voltado para "pensar a unidade de produção e sua articulação com a sociedade na qual se está inserida", pois "o agricultor não está isolado, mas articulado na comunidade, ligado a uma associação ou cooperativa; ele comercializa no mercado, busca o crédito e acessa as políticas públicas".

O estágio supervisionado realizado nos tempos-comunidade foi desenvolvido junto a cooperativas ou coletivos de produção do assentamento, a unidades familiares ou patronais que desenvolvem atividades inovadoras do ponto de vista da produção, agroindustrialização ou comercialização de produtos agropecuários. E, também, em instituições de pesquisa e extensão agropecuária, públicas ou não, sendo realizado com o acompanhamento de um profissional de nível superior, preferencialmente da área de ciências agrárias, de modo a sistematizar procedimentos (não como receita, mas como processo) de intervenção que se pautam na inter-relação de conhecimentos. Nessa perspectiva, o curso quis firmar a concepção do agrônomo-educador, cujo papel é ser promotor do diálogo para que os agricultores passem a conhecer e dominar as técnicas que lhes permitam construir

mudanças nas matrizes tecnológicas e implementar processos organizativos e produtivos com base nos princípios da agroecologia.

A avaliação do curso e do processo de ensino-aprendizagem abrangeu os tempos e espaços formativos em que os tempos-escola foram examinados pelos professores, alunos e coordenação, valendo sete pontos, e os tempos-comunidade pelos parceiros, valendo três pontos. Assim, para cada tempo/espaço foi criada uma metodologia de modo a envolver todos os participantes (diretos e indiretos) do curso, possibilitando assim o cruzamento da avaliação do conteúdo trabalhado, da pesquisa/estágio, do estudo em grupos, dos exercícios realizados, da participação em seminários, provas etc., visando identificar o nível de intervenção no processo de construção do conhecimento (UFPA, 2006).

Buscando superar a perspectiva tradicional, elaborou-se um sistema de avaliação desenvolvido pela universidade em conjunto com a comunidade, com o qual se pretendeu incentivar pela nota o envolvimento desta, com objetivo de implicar ao máximo o educando e sua comunidade. Assim, os assentados participavam do processo da pesquisa e dos experimentos junto aos educandos e levantavam aspectos positivos, negativos, como também propostas de soluções, e os encaminhavam aos professores e coordenação do curso.

Pelo exposto, podemos afirmar que, do ponto de vista qualitativo, o curso cumpriu com o seu propósito, seja no que se refere à carga horária, à articulação de uma rede de professores e aos objetivos de formar assentados e filhos de assentados para atuarem na agricultura familiar camponesa; seja no tocante a formar profissionais comprometidos com a construção de um projeto de desenvolvimento do campo, visto que cem por cento dos egressos estão atuando no âmbito da questão agrária.

Considerações

A dinâmica envolvida nos diferentes tempos e espaços de formação oportunizou que os educandos desenvolvessem, ainda durante o curso, uma estreita relação com a realidade dos assentamentos, visto que parte destes já havia perdido a relação com a terra, outros nunca haviam sido agricultores. Aqueles que tinham o sentimento de pertença com a terra se tornaram referência nos assentamentos, porque passaram a ser reconhecidos como agricultores experimentadores, tornando-se, inclusive, parte da pesquisa nas monografias dos educandos.

Do mesmo modo, a dinâmica possibilitou a experimentação de base agroecológica nos assentamentos. Essas práticas geraram experimentos que fortalecem a lógica da produção diversificada de alimentos.

A perspectiva dialógica que se consolidou no curso supera a visão que reduz os agricultores a objetos da ação pesquisada, na medida em que a realidade social foi assumida como objeto de investigação, na qual a participação direta dos assentamentos foi fundamental.

Nesse processo, um indicador de mudança em destaque foi a inter-relação de conhecimentos, que perpassa a superação da visão da universidade como o lugar exclusivo da produção do conhecimento. Isso possibilitou uma compreensão que subverte o modo de entendimento do mundo em que está implícita uma lógica binária, intolerante, hierárquica e com pretensões de universalidade do conhecimento científico. A dinâmica dialógica e de construção individual-coletiva do conhecimento possibilitou vivenciarem a inter-relação entre os diferentes conhecimentos existentes, os produzidos pela academia e os produzidos pelos agricultores, propiciando uma interação contínua em busca de sentidos e significados ao processo educativo. Neste processo, as temporalidades foram respeitadas e valorizadas por meio da libertação das práticas sociais do seu estatuto de resíduos (Santos, 2006), à medida que ocorreu o reconhecimento, pelos educandos assentados, da existência de uma multitemporalidade construtiva do campo e da sociedade. A sinergia envolvendo as parcerias viabilizou uma dinâmica de construção coletiva e propiciadora da aprendizagem pelos sujeitos envolvidos e da práxis, como imperativo de um processo educativo que gerou ação-reflexão-ação e respeito à cultura e aos diferentes conhecimentos.

A experiência dos cursos de Educação do Campo na UFPA provocou mudanças, seja na postura dos profissionais envolvidos, no que se refere à ação interdisciplinar, curricular, metodológica e política do ensino e da educação, seja nas estruturas acadêmicas, com a elaboração de planos de gestão mais articulados com a realidade, bem como a reelaboração de projetos de curso, pois a atuação com as organizações sociais e com os alunos engajados socialmente alargou os horizontes profissionais para além da "minha disciplina", provocando uma visão social mais ampla e comprometida com a qualidade do ensino.

Referências

CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.* 11ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008 (Coleção Prospectiva, 5).

BRITO, Nilza. Coordenadora do Curso de Letras. *Entrevista* (realizada em fev. 2009).

FREIRE, P. *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Extensão e Comunicação?* 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar. *História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu*/SDS/PDA/PPG7. Brasília: MMA, 2006 (Série Sistematização, VII).

SABLAYROLLES, F.; ROCHA, C. (org.). *Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na transamazônica.* Belém: Afatra, 2003.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.* São Paulo: Cortez, 2004 (C. Questões de nossa época, v. 120).

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *in: Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, Aquiles. Contribuição metodológica aos programas de pesquisa-desenvolvimento: reflexões acerca do processo de construção da demanda social, *in: Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento.* Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2001.

_____; OLIVEIRA, Myriam C. C. de. O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, *in:* SIMÕES, Aquiles. *Coleta Amazônia: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.* Belém: Neaf, Centro Agropecuário, Gret, 2003.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito:os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface: a journal for and about social movements.* V. 1, p. 105-124, jan. 2009.

MICHELOTTI, F. Coordenador do curso de Agronomia: Formação de Recursos Humanos em Ciências Agrárias. *Entrevista* (realizada em fev. 2009).

UFPA. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Agronomia, 2003.

_____. Primeiro Relatório de Execução do Curso de Agronomia, 2004.

_____. Plano de Gestão 2007-2009, *campus* Marabá, 2006.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DO MARAJÓ: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA[1]

Armando Lirio de Souza[2]

Resumo

Este artigo trata da caracterização da evolução do sistema agrário da região do Marajó no estado do Pará, cuja abrangência corresponde a 16 municípios e uma área de 104.140 km², com aproximadamente 500 mil habitantes. Identificaram-se quatro sistemas agrários: o Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 A.D.); o Colonial (1498-1823); o da Economia da Borracha (1824-1950); e o Contemporâneo (1950 até os dias atuais). O significado do arquipélago do Marajó para o processo histórico de formação da sociedade amazônica se deve a sua posição de destaque na foz do rio Amazonas no caminho de acesso às minas de metais preciosos do Peru. Várias expedições europeias, desde o século XIV, efetuaram contato com as manifestações socioculturais de grupos indígenas que ocupavam o Marajó, onde se destaca a sociedade marajoara. A fundação da cidade de Belém, em 1616, promoveu a efetivação da ocupação portuguesa e implicou a conformação de uma nova sociedade que transformaria a região do Marajó em um local fornecedor de alimentos para a população citadina. Além dos conflitos com as sociedades indígenas, houve a introdução de atividades produtivas ligadas à criação pastoril, agricultura de caráter comercial e a exploração intensiva das drogas do sertão. Em síntese, ao longo dos três últimos séculos ocorreram várias transformações na dinâmica

1 A primeira versão deste artigo foi apresentada no III Congresso Brasileiro de Sistemas e I Congresso Catarinense de Sistemas, Florianópolis (SC), em 24 e 25 de outubro de 2007.

2 Economista, Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS e professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (Facecon) e do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é coordenador do Programa Mercado Institucional de Alimentos Proext-MEC/2014 da Facecon/UFPA. Correio eletrônico: armandolirio@gmail.com.

econômica e social da região do Marajó. Contudo, percebe-se que se mantém quase que intacta a dinâmica própria de organização da agricultura de subsistência (sistemas agroextrativistas), além de formas de agricultura comercial que resistem como um subsistema ao longo dos três últimos sistemas agrários identificados. O impacto ambiental e os conflitos fundiários que se estabeleceram conformaram a evolução de um sistema agrário que manteve certo grau de unidade entre as regiões de campos naturais e as regiões de floresta, entretanto, com exploração econômica e papéis diferenciados na construção do processo de acumulação e de articulação política com a sociedade regional e nacional. Podem ser evidenciadas como fato novo, neste contexto histórico e geográfico da região do Marajó, as novas condições impostas pela legislação ambiental. Em tese, isso deveria alterar a apropriação e o uso do território marajoara, pelo menos de parte significativa dele, com o estabelecimento de Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Estação Ecológica e Área de Quilombola. Isto provocou uma maior amplitude na complexidade da ocupação do território marajoara na fase contemporânea; à primeira vista, possivelmente, a conformação de uma nova dinâmica de sistema agrário.
Palavras-chave: Sistema Agrário. Complexidade. Agroextrativismo. Desenvolvimento Rural.

Abstract

This is the characterization of the evolution of the agrarian system of Marajó region in Para State, whose scope corresponds to 16 municipalities and an area of 104,140 km^2, with approximately 500 000 habitants. We identified 4 agrarian systems: The Agrarian System Indigenous (3,500 Ac until about 1498 AD); The Agrarian System Colonial (1498 – 1823); The Agrarian System of Economy Rubber (1824-1950); The Agrarian System Contemporary (1950 – to the present day). The meaning of the Marajó archipelago, to the historic process of forming the Amazonian society, due to its prominent position at the mouth of the Amazon River in the driveway mines of precious metals in Peru. Several European expeditions, since the fourteenth century, kept in touch with the sociocultural expressions of indigenous groups that occupied the Marajó, stands out marajoara society. The foundation of the city of Belém, in 1616, promotes the effectiveness of Portuguese occupation and involves the formation of a new company that will transform the region Marajó at a local food supplier for the city population. Apart from conflicts with indigenous societies, there was the

introduction of productive activities related to pastoral setting, the commercial character of agriculture and intensive farming hinterland drugs. In summary, over the past three centuries several transformations in the economic and social dynamics of the region Marajó occurred. However, it is perceived that remains almost intact its own dynamic organization of subsistence agriculture (agroextractive systems), as well as forms of commercial agriculture, which resist as a subsystem over the last three identified agrarian systems. The environmental impact and land conflict who settled conformed the evolution of a land system that maintained a degree of unity among the regions of natural countryside and forest regions, however, with economic exploitation and different roles in the construction of the accumulation process and policy coordination with the regional and national society. Can be evidenced as novelty in this historical and geographical context of the Marajó region, the new conditions imposed by environmental legislation. In theory, this should change the ownership and use of marajoara territory, at least in significant part, with the establishment of the Extractive Reserve (Resex), Sustainable Development Reserve (RDS), Ecological Station and area Quilombo. This provoked a greater extent on the complexity of the occupation of territory in contemporary marajoara phase. At first glance, possibly the formation of a new agrarian system dynamics.
Keywords: Agrarian system. Complexity. Agroextractivism. Rural development.

Introdução

A teoria dos sistemas agrários permite observar a evolução e diferenciação dos sistemas agrários à medida que considera a complexidade e diversidade dos fenômenos socioculturais, ambientais e econômicos e o próprio processo de apropriação e uso dos recursos naturais disponibilizados no espaço-tempo em que se constituíram as civilizações pré-históricas e a sociedade moderna. Apreender este conjunto de elementos da formação sociocultural e as dinâmicas de reprodução econômica e social requer um caráter interdisciplinar para se aproximar das múltiplas realidades e formular problemas que identifiquem a importância dos sujeitos na formação de amplos e complexos sistemas agrários.

Percebe-se na breve revisão bibliográfica sobre a temática a necessidade de incorporar a interpretação da análise de redes sociais, por meio de elementos como solidariedade, redistribuição, domesticidade e reciprocidade (Polanyi, 2000; 2012) e de uma análise sócio-histórica (Wallerstein, 2001). Além disso, sugere-se também a inserção da visão de ciclos de acumulação sistêmica (Arrighi, 1996), como elemento analítico auxiliar na fundamentação sobre o grau de articulação interna e externa do sistema agrário no âmbito da organização econômica e social estabelecida por segmentos e sujeitos que mobilizam as forças de coesão e unidade do sistema.

Em tese, isso permitiria compreender melhor o significado, quando for relevante, das inter-relações do sistema agrário com a economia mundo, assim como estabelecer parâmetros de referência sobre como são construídas as fases de transição entre sistemas agrários. Objetivamente, há uma preocupação em evidenciar como isso se concretiza em termos das contribuições culturais e sociotécnicas, das inovações institucionais, das alterações ambientais, do papel e importância das articulações financeiras e de acumulação intersistemas econômicos, além de outras questões que possam ser consideradas no âmbito de uma análise de sistema aberto. Nessa linha de raciocínio, segundo Porto (2003), os sistemas abertos, particularmente os socioculturais, mantêm relações com o exterior que repercutem no interior do próprio sistema e que podem influenciar o campo externo.

Esses traços ficaram evidentes no estudo sobre o sistema agrário da região do Marajó, no estado do Pará. Percebeu-se a intensa articulação externa advinda desde o processo de colonização europeia até a integração mais efetiva à economia nacional, no século XX. É importante ressaltar que os momentos de ápice econômico se devem muito mais à articulação com a economia mundo, de cada época, do que com a formação econômica brasileira. Isto somente será alterado, de forma mais relevante, a partir da segunda metade do século XX, porque há uma maior aproximação do Estado nacional brasileiro, mediante políticas públicas econômicas e sociais, e mais contemporaneamente via políticas públicas ambientais.

Nesse sentido, tem-se clareza que

> (...) a teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. (...) *objeto real de conhecimento* (...) *objeto teórico de conhecimento* e de reflexão (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71).

Assim, pretende-se apreender o objeto real e transformá-lo em um objeto concebido, cuja caracterização permite demonstrar o processo de evolução do sistema agrário e seu significado no passado e, de certa forma, revelar as tendências do futuro. A reflexão sobre esse conjunto de elementos complexos e dinâmicos é fundamental para se obter uma aproximação sobre orientações de formulação de políticas públicas condizentes com um espaço-tempo, passado e presente, historicamente construído por sujeitos que atuavam e que atuam em ambientes também complexos e que exigem aprimoramento constante do conhecimento humano e estratégias de uso e apropriação dos recursos naturais, seja por meio da agricultura, seja por meio de outras atividades econômicas, como extrativismo vegetal, mineral, pecuária, indústria e serviços.

Porto (2003) enfatiza que nos sistemas socioculturais abertos a condição de equilíbrio não é alcançada, pois as constantes intromissões externas repercutem no seu processo de elaboração. Além disso, outra característica do sistema aberto é que eles "evitam o aumento de entropia mantendo-se em estado estacionário e podem desenvolver-se mesmo no sentido de estados de ordem e organização crescentes" (Porto, 2003, p. 100). Pode-se afirmar por hipótese que o sistema agrário da região do Marajó comporta-se com essas características, pois, à medida que há uma transição para uma nova fase, para um novo sistema agrário, são identificadas situações de "estagnação" momentâneas, algo que poderia ser mais bem definido como um *stand by* para uma nova ordem sistêmica. Isto poderia ser confundido como um movimento interno, supostamente marcado pela ação dos sujeitos, mas percebe-se a importância do ecossistema. Assim, um novo estado de organização crescente é estabelecido mediante a produção de entropias e importação de entropias.

O objetivo deste artigo não é de se transformar em uma caracterização exaustiva e detalhada dos sistemas agrários identificados na região do Marajó. Este fato se deve ao formato do trabalho, que é construído fundamentalmente por uma revisão da literatura histórica, econômica e geográfica, alguns dados secundários, além de algumas informações sobre o complexo ecossistema marajoara. Há uma leitura da paisagem e dos processos históricos fruto da inserção do autor em projetos de pesquisa e extensão, além da vivência na região, que possibilitaram experiências *in loco* em dois ecossistemas da região do Marajó: a região das ilhas e a região dos campos. Consequentemente, isso possibilitou um grau mínimo de informações e o exercício de reflexões sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia Oriental.

Nesse sentido, optou-se na primeira parte por apresentar breves questões conceituais e metodológicas sobre a teoria dos sistemas agrários, com o objetivo de fundamentar a introdução da caracterização sócio-histórica e ambiental da região do Marajó. Em seguida, são apresentados os quatro sistemas agrários identificados no estudo: o Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 A.D); o Sistema Agrário Colonial (1498-1823); o Sistema Agrário da Economia da Borracha (1824-1950); e o Sistema Agrário Contemporâneo (1950 até os dias atuais). Trata-se de uma abordagem preliminar, contudo, há a perspectiva de evidenciar os traços mais significativos do processo de ocupação do território amazônico, baseado em elementos seculares que ainda influenciam o processo civilizatório contemporâneo, particularmente no que diz respeito ao uso e apropriação da terra no arquipélago do Marajó.

O exercício analítico sobre os aspectos conceituais e metodológicos da teoria dos sistemas agrários

> As formas de agricultura observáveis aparecem assim, conforme dissemos, como objetos muito complexos, que podemos todavia analisar e conceber em termos de sistema. Ora, analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema é, num primeiro momento, delimitá-lo, ou seja, traçar uma fronteira, virtual, entre esse objeto e o resto do mundo, e é considerá-lo como um todo, composto de subsistemas hierarquizados e interdependentes (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 71-72).

O conceito de sistemas agrários, ao revelar a complexidade do objeto real, possibilita uma análise macro dos processos históricos e geográficos de uma ocupação agrícola e suas implicações regionais, e até mesmo em dimensões nacionais. Assim, segundo Carmo & Salles (1999) *apud* Porto (2003, p. 104), pode-se afirmar que há:

> (...) uma combinação de variáveis inter-relacionadas, recursos naturais e suas transformações históricas, instrumentos de produção, força de trabalho social (física ou intelectual), divisão social do trabalho, relações de posse e uso da terra, o excedente agrícola e sua distribuição social e as condições políticas e culturais.

Dessa forma, no momento em que se busca detalhar e relatar as relações internas e externas do sistema agrário, percebe-se a necessidade de delimitá-

-lo como prerrogativa metodológica. Ou seja, evidenciar a complexidade de um sistema agrário não significa apreendê-lo em sua totalidade, principalmente em um primeiro momento. Por isso, distanciar-se e se aproximar, recorrentemente, parece ser um procedimento importante para se conceber o próprio objeto. Portanto, ter referência de um espaço específico torna-se indispensável, pois as representações das organizações, práticas sociais e a percepção do território pelos sujeitos pode se tornar algo ilimitado. Assim, conforme Angelo-Menezes (2000, p. 97),

> O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico. Daí a necessidade de qualquer intervenção no meio rural passar pela compreensão das formações agrárias e de sua dinâmica dentro de um contexto global, sistêmico e histórico, contextualizado na complexidade da realidade. A análise histórica é indispensável para visualizar-se a extrema diversidade dos sistemas agrícolas e do estágio da organização do meio representado por sistemas técnicos, especialização produtiva, estrutura de exploração, enfim, relações técnicas e sociais de produção e nível de acumulação.

Então, definir o espaço tornou-se uma etapa essencial. Nesse sentido, ao iniciar o estudo sobre a região do Marajó, percebeu-se na literatura um destaque para aquilo que se denomina tradicionalmente de "Ilha de Marajó", com ênfase na sub-região de campos naturais. Por um lado, isto significaria, do ponto de vista territorial, reduzir o tamanho da área a ser analisada. Por outro, se perderia a compreensão do grau de articulação sócio-histórica e ambiental, que parece ser algo relevante no estudo proposto. Identificou-se pouca referência historiográfica e arqueológica relativa à totalidade do arquipélago, em particular à área de floresta de várzea. Normalmente, os estudos históricos estão centrados na sub-região de campos naturais, em razão de terem sido tradicionalmente ocupados por vários grupos de colonizadores europeus e, por fim, apropriados pela oligarquia agrária de origem portuguesa.

Buscou-se nas informações sobre a paisagem e o relevo visualizar a diversidade do território. Percebeu-se uma demonstração clara de que existe uma área a leste predominantemente de campos naturais ou savanas (campos altos e campos baixos) com florestas de galeria e outra área; e a oeste (área dos furos), em que predomina a floresta densa (floresta de igapó e floresta de várzea). Contudo, apesar desta diferenciação geográfica,

identificou-se interdependência entre os sistemas agrários estabelecidos em cada área. Portanto, delimitar a área de estudo representa um aspecto metodológico importante, embora não seja de bom alvitre realizar cortes profundamente verticais. Há que se ponderar vários elementos sócio-históricos, ambientais, geográficos e percepções das dinâmicas estabelecidas pelos sujeitos e pela própria ação do Estado na conformação de um sistema agrário. Isso requer compreender que

> (...) cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 75).

Assim, partiu-se de uma tipologia fortemente centrada em elementos históricos e geográficos. Estrategicamente, isto se tornou primordial para vencer obstáculos identificados ao longo da revisão bibliográfica. Por exemplo, foram localizados estudos baseados em historiografia e arqueologia, cujo sentido se deve aos intensos movimentos socioculturais ocorridos na região do Marajó, bastante anterior à fase da economia colonial. Os primeiros registros arqueológicos são da década de 1940, e, mais recentemente, da segunda metade da década de 1990, por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), que descobriram novos sítios arqueológicos ou aprofundaram a pesquisa nos mais antigos.

Outro tipo de material identificado faz análise sobre a fase da colonização europeia. Enfatiza-se o processo de ocupação, a introdução de processos produtivos, como a criação de gado. Há referência à agricultura de subsistência e à forma como a "Ilha de Marajó" se tornou fornecedora de produtos alimentícios para a cidade de Belém – "núcleo subsidiário" (Lima, 1996). Destacam-se também os movimentos políticos que ali ocorreram. Contudo, o formato disciplinar, não integrado e desarticulado desses estudos impossibilita uma compreensão mais completa dos processos de evolução desse sistema agrário. Nesse sentido, o instrumento proporcionando pela teoria dos sistemas agrários permitiu construir, de forma ainda introdutória, uma tipologia sobre o significado do sistema agrário da região do Marajó.

Em suma, este exercício permitiu ampliar bastante o grau de compreensão dos diversos elementos que compõem as múltiplas realidades da evolução desse sistema agrário e gerou questões metodológicas referentes, principalmente, aos momentos de transição de um sistema agrário para outro. No decorrer

do estudo surgiram perguntas como: qual o momento de caracterização da transição dos sistemas agrários? Quais os elementos que identificam esta transição? Há a permanência de subsistemas? Qual o grau de articulação, impacto ou influência no sistema agrário? Há uma relação de predominância de um sistema agrário face aos subsistemas (diversidade)? O que define isto?

As possíveis respostas para este conjunto de questionamentos não serão encontradas neste artigo; no entanto, poderão ser mais bem investigadas por outros estudos, à medida que haja um aprofundamento sobre os aspectos conceituais e metodológicos da teoria dos sistemas. Essa reflexão pode ser indicativa e se tornar relevante como elemento orientador de pesquisa.

O sistema agrário da região do Marajó

> Mas toda esta massa de terras diluídas não se regenera. O maior dos rios não tem delta. A ilha do Marajó, constituída por uma flora seletiva de vegetais afeitos ao meio maremático e ao inconsistente da vasa, é uma miragem de território. Se a despissem, ficariam só as superfícies rasadas dos 'mondongos' empantanados, apagando-se no nivelamento das águas; ou, salteadamente, algumas pontas de fraguedos de arenito endurecido, esparsas, a esmo, na amplidão de uma baía. (...) o que ali está sob o disfarce das matas é uma ruína; restos desmantelados do continente, que outrora se estirava, unido das costas de Belém às de Macapá – e que se tem de restaurar, hipoteticamente, em passado longínquo, para explicar-se a identidade das faunas terrestres, hoje separadas pelo rio, do Norte do Brasil e das Guianas (Cunha, 2003, p. 40).

A visão de Euclides da Cunha (1866-1909), o qual adentrou o território amazônico no início do século XX – mais precisamente em 1907 –, do Pará às fronteiras do Brasil com a Bolívia, revela o deslumbramento com um ecossistema complexo situado na foz do rio Amazonas, extremo norte do Brasil, de tamanha envergadura e ao mesmo tempo frágil, pois poderia ser caracterizado como resultante de depósitos aluviais, definidos como acúmulo de sedimentos que são recentes e imperfeitos e que se modifica frente à força da vazão do grande rio (Bemerguy, 2002).

Entretanto, este estudo não se restringe à Ilha de Marajó, que possui aproximadamente 59 mil km^2, mas compreende a região do Marajó, que possui 104.140 km^2 e que, segundo o IBGE, é constituída por 16 municípios e dividida em três microrregiões geográficas: região do Arari, região dos Furos de Breves e região de Portel. A região do Marajó possui uma diversidade sociocultural que pode ser traduzida nas seguintes informações: nove municípios com co-

munidades quilombolas, reconhecidas ou em processo de reconhecimento; três reservas extrativistas (Resex); uma Flona (Caxiuanã – MPEG); uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e um sítio arqueológico marajoara.

Na figura 1 está representada a divisão político-administrativa da região do Marajó, definida como messorregião do Marajó, conforme o IBGE. Observe-se que esta região se localiza na área de influência da capital do estado do Pará, Belém. Isto marcará profundamente o processo de ocupação e a importância da região, enquanto fornecedora de alimentos, desde o século XVII, e também em relação aos laços de integração entre rural e urbano,[3] no que diz respeito à existência de um fluxo migratório constante de famílias que se deslocaram da região do Marajó e passaram a ocupam a área urbana de Belém, principalmente às margens do rio Pará e do rio Guamá, com a constituição de vilas e moradias em formato de palafitas.

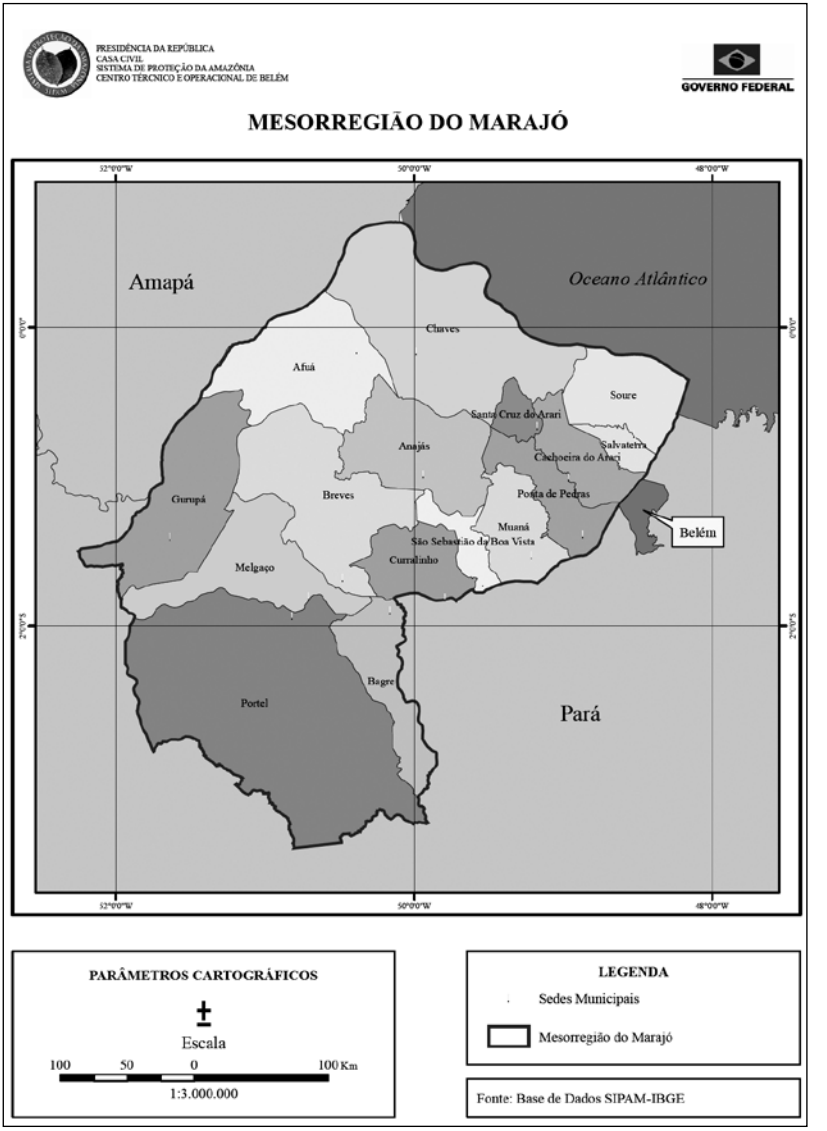
Grosso modo, podemos dizer que se trata do maior arquipélago flúvio-marítimo (região do Arari e Furos de Breves), com cerca de três mil ilhas e ilhotas, e de uma parte com característica mais continental (região de Portel). Há certa integração da paisagem – não necessariamente homogeneidade, mas isto destaca o Marajó como um importante cenário ecológico do Brasil, citado nos últimos anos como referência para a prática do turismo ecológico. Em suma, isto se deve ao ecossistema terrestre composto de uma área de campo natural, ou pastagem natural, e floresta densa, e de um ecossistema aquático composto de oceano, mangue, praias, rios e lagos. As estações climáticas são bem definidas: uma mais chuvosa, entre janeiro e junho, e outra mais seca, entre agosto e dezembro. Predomina um clima tropical quente e chuvoso com altas precipitações pluviométricas (2.800 mm a 3.600 mm nos períodos mais chuvosos).

Em termos de vegetação, conforme a figura 2, há predominância da cobertura por floresta ombrófila densa que se mantém sempre verde e com grande vegetação arbustiva, características de áreas temporariamente alagáveis. Na parte continental da mesorregião, ao sudoeste da imagem, observa-se a predominância de um tipo de vegetação de formação pioneira

3 Trata-se de um elemento relevante, conforme Angelo-Menezes (2000), para uma melhor compreensão das relações entre sociedade rural e colonial, e torna-se indispensável considerar as relações com o espaço urbano. Neste sentido, a autora supracitada reafirma a influência da cidade de Belém para o processo de formação e articulação dos povoados na fase colonial. Isto implicou a desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais em prol de uma produção voltada a uma economia de mercado.

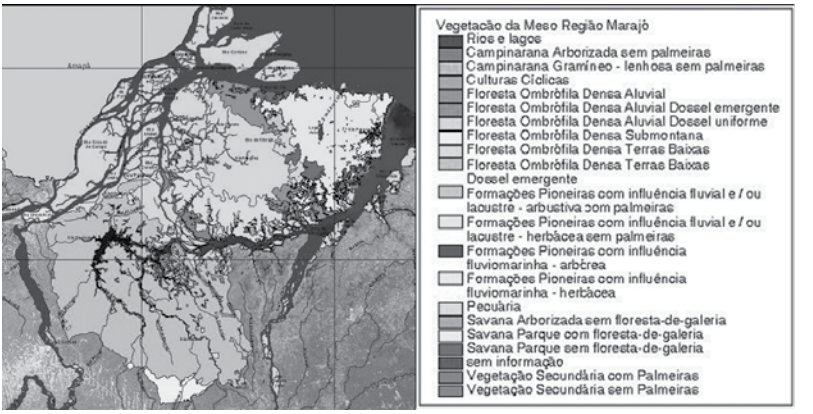
com influência fluvial. Outro destaque seria a formação de savana na parte do extremo leste, particularmente nos municípios de Soure e Salvaterra.

Figura 1 – Messorregião do Marajó, estado do Pará



Fonte: Brasil (2006).

Figura 2 – Foto imagem da mesorregião do Marajó



Fonte: Brasil (2006).

Observa-se também na figura 2 a distribuição das atividades produtivas relacionadas à tipologia da vegetação e/ou mesmo do relevo, presente no Marajó. Nas áreas de campos naturais ou de savana houve a introdução da pecuária, com registro desde o século XVIII de gado vacum e cavalar, e no final do século XIX com o búfalo. Observam-se algumas áreas de culturas cíclicas, particularmente o abacaxi, mais a leste, no município de Salvaterra. Nas áreas de floresta ombrófila predomina o extrativismo vegetal, com destaque no passado para a seringueira e no presente para a extração de madeira e da palmeira de açaí, sendo esta atividade realizada principalmente pelos trabalhadores agroextrativistas.

O cenário sobre a utilização das terras do Marajó ainda é bastante problemático do ponto de vista fundiário. Segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996, apenas 25,83% da área total da mesorregião é de estabelecimentos agrícolas, distribuídos da seguinte maneira: 3,02% lavouras; 27,37% pastagem natural; 0,77% pastagem plantada; 60,16% matas/florestas naturais; 0,46% matas/florestas artificiais; 4,22% de terras produtivas não aproveitáveis; e 3,95% de terras inaproveitáveis (Brasil, 2006).

Posto de outra forma, por um lado, observa-se que a agricultura ocupa menos de 3 mil hectares de terra, expressão do domínio de uma agricultura de subsistência centrada na produção da mandioca, que é praticada por populações tradicionais e pequenos proprietários nas áreas de terra firme e nas áreas de várzea. Trata-se de um tipo de agricultura itinerante (rotação de cultivo), com algumas experiências de culturas perenes e culturas anu-

ais, limitadas muitas vezes pelas condições do solo argiloso e pelas áreas alagáveis nos períodos chuvosos.

Por outro lado, os quase 30% de áreas de pastagem ou aproximadamente 30 mil hectares, concentrados principalmente na área leste da mesorregião, evidenciam a maior expressão da pecuária na economia local. Revela-se, assim, o Marajó como uma região de históricos embates e conflitos pela posse e controle das terras, desde o período colonial até hoje. A concentração fundiária consolidada ao longo de pelo menos três séculos provocou uma trajetória de profunda desigualdade política, econômica e social na região, algo que perdura até os dias atuais.

Os sistemas agrários identificados neste estudo sobre o Marajó são expressão desse processo de conflitos, deslocamentos de população, concentração fundiária, transformação e desestruturação das relações socioculturais tradicionais, fortalecimento da produção voltada para o mercado, interferência no ambiente, explorações desenfreadas dos recursos naturais etc. Estes traços marcam a evolução do sistema agrário da região.

Uma pesquisa documental básica e o referencial bibliográfico, centrado na historiografia e na geografia, permitiram identificar os quatro sistemas agrários já mencionados – indígena, colonial, borracha e contemporâneo. A seguir detalharemos cada um:

Sistema Agrário Indígena (3.500 a.C. até aproximadamente 1498 a.D.)

Os primeiros estudos arqueológicos sobre a região do Marajó iniciaram por volta do final do século XIX e depois assumiram um caráter mais sistemático no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 (Schaan, 2004). Inicialmente, havia uma tese de que os indígenas pertencentes à sociedade marajoara teriam se deslocado das Cordilheiras dos Andes por volta de 800 anos antes da ocupação europeia. Contudo, esta tese foi refutada na década de 1990. Há indícios, a partir da análise de peças de cerâmicas, de que a ocupação da região do Marajó seria decorrente de populações já estabelecidas na Amazônia – tese de população autóctone (Schaan, 1999).

Os estudos arqueológicos contemporâneos reafirmam a segunda tese, demonstrando que as primeiras populações indígenas teriam se fixado por volta de 3.500 a.C. Há dois momentos distintos, de acordo com o grau de avanço dos grupos indígenas em termos de elaboração de seus utensílios e instrumentos de trabalho e do padrão de organização social. O primeiro momento é denominado de fase da floresta (3.500 a.C. até aproximadamente 400 d.C.), em que viveram as populações Ananatuba, Mangueira, Acua e

Formiga. Um segundo momento, chamado de fase marajoara, consiste na ascensão da sociedade marajoara. A principal característica desse período é um grande adensamento de populações, alguns grupos sedentários e dispersos no território e outros grupos estruturados em sociedades complexas (Schaan, 2002). Percebe-se que as populações indígenas se distribuíram ao longo da floresta, da região de campo e dos rios realizando caça, pesca, horticultura e coleta.

Um aspecto relevante era o caráter independente da organização social dos grupos, contudo eles mantinham contato entre si, e havia uma rede de trocas permanente. A sociedade marajoara, originária de aproximadamente 600 d.C., é considerada uma das mais importantes. Isso se deve aos avanços demonstrados na elaboração de cerâmica policrômica e na estruturação da organização social no formato de cacicado entre os séculos VI e XIII. Trata-se de uma organização social com um formato centralizado em chefes regionais. Um fato importante dessa fase é que ocorre a mudança do trabalho doméstico familiar para o trabalho social.

Não há grandes explicações sobre a base econômica do sistema tribal marajoara, mas há indícios de várias experimentações produtivas, ocasionadas inclusive pelo aumento populacional. Por exemplo, há registro de pesca intensiva a partir da construção de barragens. No século XIV, e ao longo da ocupação europeia, observa-se a desestruturação da sociedade marajoara e a unificação com outras tribos. Ao chegar à região do Marajó, o colonizador português encontra uma formação tribal denominada de forma genérica como Nheengaíbas (grupos indígenas como os mamayanases, os aruans, os mapuaz, os paucacaz, os guajaraz, os arapixis e os tucojus), composta de varias etnias, portanto, sem a identidade da sociedade marajoara.

As justificativas sobre a decadência da sociedade marajoara não são claras, em face da ausência de informações detalhadas e estudos arqueológicos a esse respeito. Há algumas hipóteses ainda em construção que ajudam a entender esta transição para o sistema agrário colonial. Por um lado, deve-se à perda de controle dos cacicados no sentido da mobilização do trabalho social que ocorria bem antes da ocupação europeia (Schann, 1999). Por outro, Marin (2005) demonstra as dificuldades relacionadas à decadência da agricultura e às atrocidades cometidas pela colonização europeia, que transformou as ilhas da foz do Amazonas em um "palco de batalhas", consequentemente provocando o deslocamento e a eliminação de populações indígenas.

Sistema Agrário Colonial (1498-1823)

Os colonizadores europeus que chegaram à Ilha de Marajó encontram dois grupos indígenas, os Nheengaíbas e os Aruãs, resultantes do declínio da sociedade marajoara. Os primeiros contatos com o Marajó são registrados pelo português Duarte Pacheco Pereira, em 1498, e pelo navegador espanhol Francisco Yañez Pizón, em 1499. Essa região fazia parte do domínio espanhol pelo tratado de Tordesilhas; porém, como parece se tratar de uma área de acesso estratégico aos metais preciosos andinos, ela se tornou uma área de inserção também de holandeses e franceses. Estabeleceu-se um primeiro momento de escambo com os índios, pois havia o interesse comercial pelas drogas do sertão.

Há vários registros de expedições de navegadores adentrando o rio Amazonas (Marañon), como a expedição do capitão espanhol Francisco de Orellana (1541/1542) e expedições de franceses (1583) e holandeses (1598). Essa grande movimentação em torno do território levou a Coroa portuguesa a fundar, em 1616, a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Em 1632, ocorreu a primeira expedição militar portuguesa pelos rios amazônicos. Entre 1637 e 1639, o capitão português Pedro Teixeira viajou do Pará até Quito. Efetivou-se assim o processo de colonização com o objetivo de estabelecer a defesa militar e um núcleo de povoamento que se tornaria polarizador das ações da Coroa portuguesa no norte do Brasil.

Ao longo da estruturação do núcleo de povoamento colonial, segundo Angelo-Menezes (2000, p. 92),

> No período colonial, a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. Os resultados foram as mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha.

Essas mudanças bruscas podem ser identificadas pela intensificação da exploração das drogas do sertão, ao longo do século XVII. Entretanto, em 1696, houve a introdução dos primeiros traços de produção artesanal, por meio de engenhos de açúcar construídos na foz do rio Arari. Outro passo que poderia ter sido significativo, do ponto de vista da racionalização da produção agrícola, deu-se no século XVIII. Trata-se da fase Pombalina,

quando os colonizadores portugueses tentaram constituir as ilhas de agricultura no delta do Amazonas e na planície fluvial, por meio da rizicultura.

Em 1750, havia o interesse de transformar essa região em um grande "celeiro agrícola", pois, além do arroz, propunha-se a produção de algodão. Assim, houve a chegada dos colonizadores açorianos, que se instalaram na parte nordeste do Pará. Evidencia-se o estímulo à transição do extrativismo para a agricultura comercial, contudo, as precárias condições de sobrevivência se tornaram obstáculos ao sucesso da empreitada dos novos colonizadores (Marin, 2005).

Em síntese, um enfoque analítico mais pormenorizado destacaria três sentidos significativos para a ação da colonização portuguesa na alteração da organização do trabalho e da estrutura produtiva voltada para a produção colonial. O primeiro diz respeito à introdução do trabalho compulsório de indígenas sob o comando do projeto missionário e econômico dos jesuítas. Nesse sentido, a intervenção do padre Antonio Vieira foi fundamental.

Em 1659, Vieira negociou a Paz do Mapuá com as lideranças indígenas do Marajó. Evidentemente, os portugueses não cumpriram sua parte no acordo. A partir desse momento, efetivou-se um processo de genocídio e trabalho compulsório mais intensivo, provocando o deslocamento de contingentes populacionais indígenas para as áreas mais distantes do território. Houve a promoção de acordos com alguns grupos indígenas – nesse caso, os tupinambás, que guerreavam e ajudam a escravizar os nheegaíbas e aruãs.

Isso permitiu a estruturação de fazendas altamente lucrativas controladas pelos jesuítas. Praticava-se a agricultura e, por volta de 1703, deu-se a introdução da criação de gado vacum e cavalar, cujo plantel foi ampliado em 1751. Este conglomerado produtivo no Marajó resultou em uma "indústria pastoril" que forneceu carne de gado para Belém, entre 1726 e 1872, com grande desenvoltura.

O segundo sentido se refere à doação de sesmaria, por volta de 1738. Este fato contribuiu para a formatação da concentração fundiária no Grão-Pará, particularmente na região do Marajó. Assim, esta região se tornou um polo de produção pecuária e proporcionou a apropriação de terras e a ascensão de uma oligarquia agrária, que se estende até os dias atuais. Em tese, nesse fato histórico identifica-se o cerne da problemática da questão fundiária na Amazônia brasileira. Isto originará uma estrutura agrária altamente desigual e colocará as unidades produtivas familiares em posição secundária de acesso à terra, fortalecendo relações de poder sob o comando da oligarquia agrária do Marajó.

O terceiro sentido corresponde ao período pós-1755, a partir da expulsão dos jesuítas pela Coroa portuguesa. Rompe-se o monopólio da mão de obra sob o controle da Igreja e instala-se a égide do Estado, por meio do Diretório dos Índios. Segundo Coelho (2000, p. 151-152),

> (...) o Diretório constituiu um instrumento legal de pretensões grandiosas, dentre as quais a inserção do índio nos costumes ocidentais, de modo definitivo e inédito, uma vez que desconsiderava a condução religiosa, entendendo ser possível a civilização dos indígenas seguindo-se um programa fundamentalmente laico.

Ainda assim, Coelho (2000, p. 156-157) ressalta a necessidade de se compreender melhor o Diretório dos Índios, muito além do sentido de colonização proposto por Prado Jr.(1987), ao enfatizar o seguinte:

> O Diretório é texto de constituição híbrida, pode-se dizer, pois é tanto um regimento, no sentido de apresentar regras que devem ser seguidas pelos que a ele estiverem subordinados, quanto um programa de adaptação do indígena a uma nova forma de vida. Preocupa-se, assim, com a instituição do lócus no qual essa vida se desenvolverá, a direção das atividades que ali serão realizadas, e, ainda, com a garantia da inserção do indígena num modo de vida civilizado.

A expulsão da ordem religiosa jesuíta do Brasil provocou impacto direto nas fazendas do Marajó, antes controladas por esta ordem com grande êxito. A intervenção da Corte portuguesa nas fazendas provocou um quadro de decadência. Entretanto, antes que chegassem à ruína completa, D. José I ordenou que se repartissem as terras em juntas governativas, sendo a seguinte ordem de preferência: i) os oficiais militares e pessoas casadas, vindos do reino e estabelecidos no Pará; ii) os oficiais militares brasileiros casados; iii) as pessoas distintas e casadas residentes no Pará que não possuíssem bens de raiz competentes, excluindo os que possuíam terras próprias sem benfeitoria, ou que não demonstrassem capacidade para cultura. Assim foram formados no Marajó 22 quinhões de terras aproximadamente iguais.

Esses três sentidos expostos sobre a organização do trabalho e a estrutura do sistema agrário colonial tornam-se uma síntese do movimento de organização política e sobre o uso e apropriação dos recursos naturais da região do Marajó. Observa-se a configuração de uma estrutura fundiária extremamente concentrada, e a introdução de novas práticas socioculturais e produtivas que provocam a desestruturação da sociedade indígena. Além disso, a tentativa de instituir uma legislação que atuaria sobre os

costumes, o trabalho e o comércio. Sem dúvida, essa intervenção da Corte portuguesa criou mecanismos de controle, assim como a definição de um desenvolvimento agrário pautado na produção comercial.

Por fim, observa-se que as alterações políticas na metrópole portuguesa, com o fim da era Pombalina, constituíram-se em entraves para a introdução de um formato civilizador iluminista no Grão-Pará; ao mesmo tempo em que as intervenções no campo produtivo, como a rizicultura – "infraestrutura baseada na agricultura" – e a produção pastoril, entraram em crise. A fase de transição para um novo sistema agrário ocorre na primeira metade do século XIX, com a adesão do Pará à independência, em 1823, e, logo depois, a descoberta de um produto que assumirá destaque como matéria-prima para o processo de industrialização capitalista mundial – a produção gomífera.

Sistema Agrário da Economia da Borracha (1824-1950)

Há uma controvérsia nos estudos historiográficos quanto à caracterização da economia do estado do Pará a partir da segunda metade do século XIX. Normalmente, as análises revelam uma dicotomia entre extrativismo e agricultura. No entanto, conforme demonstra Marin (2005), houve uma tentativa da Corte portuguesa, por meio da cultura do arroz e de outras culturas como o algodão, o cacau e a cana-de-açúcar, de estabelecer certo grau de racionalidade, capaz de dominar o processo produtivo da região amazônica. Dessa forma, imputou-se a possibilidade de firmar a agricultura de caráter comercial em detrimento do extrativismo.

Essa empreitada não obteve o sucesso esperado em decorrência de vários fatores relacionados a aspectos políticos, organização do trabalho, formas das estruturas produtivas etc. No caso específico da rizicultura, havia o interesse de substituir o arroz nativo (vermelho) pelo tipo branco e de melhor qualidade para atender os objetivos do mercado externo. Havia uma grande centralidade no campo do beneficiamento do produto, visando atender às exigências do mercado consumidor colonial (Marin, 2005). Apesar das dificuldades em implementar uma produção de grande escala, os produtores de culturas como arroz e cacau conseguiram ganhar certa autonomia, contribuindo com o fornecimento desses produtos para o mercado regional e até para exportação ao longo do século XIX.

É nesse contexto de transição que se insere o sistema agrário da economia da borracha. Isto ocorre mediante a passagem da centralidade do cultivo nas áreas de várzeas e da produção pastoril nos campos naturais

para uma atividade que se concentra na floresta densa, visando a extração do látex. O destaque para o extrativismo vegetal não significa que as demais atividades foram eliminadas ou substituídas; elas continuaram existindo voltadas para o mercado consumidor regional e até para a exportação. Entretanto, houve impactos no volume da produção agrícola, não somente por fatores relacionados diretamente à produção gomífera, mas devido a fatores políticos e indefinições na organização produtiva.

O cenário político do Brasil, na primeira metade do século XIX, não era nada promissor. A independência política, em 1822, não garantiu unidade político-administrativa ao território. No Pará, as famílias de origem portuguesa continuaram comandando o poder político em detrimento do avanço dos "brasileiros". Isto provocou insatisfações internas que culminaram, entre 1835 e 1840, na Revoltas dos Cabanos.

Os desmandos políticos e as precárias condições de sobrevivência das populações do interior da província alimentaram o apoio aos revoltosos. A região do Marajó se tornou um dos principais focos de resistência e fuga dos cabanos à medida que o governo imperial, aliado da elite local, impôs restrições aos rebelados. Houve matança indiscriminada de pessoas no interior da província, principalmente daquelas acusadas de apoiar os cabanos. Estima-se que foram mortas mais de 30 mil pessoas, aproximadamente 25% da população total da província do Pará, no referido período.

Quase paralelamente, emergia a extração do látex, cujo beneficiamento gerava a borracha. Este produto extrativista assumiu destaque na pauta de exportação brasileira e criou uma nova dinâmica econômica e social na Amazônia. Durante os tempos áureos da produção gomífera, uma das maiores áreas de extração se encontrava na região das ilhas do Marajó. No campo social, houve uma mobilização pela busca de mão de obra que culminou na migração de grandes levas de nordestinos para a Amazônia, num valor estimado em aproximadamente 400 mil pessoas.

Dessa forma, novas categorias sociais surgiriam, como o seringalista – "o patrão" –, o seringueiro, o regatão, o aviador, o exportador, que se somariam aos grupos remanescentes da fase colonial, como o vaqueiro, o fazendeiro, o agricultor de subsistência, o escravo negro e outros mais. Ressalte-se que no sentido da organização do trabalho introduziu-se uma forma de exploração do trabalho altamente aviltante: o aviamento. Trata-se de um tipo de trabalho forçado, baseado na relação por dívida que se estabelecia entre o seringueiro e o "patrão". Aquele se tornava devedor, a partir do momento em que aceitava se deslocar para o interior da densa

floresta para atuar nas "estradas de seringais". O patrão financiava todas as despesas para viabilizar a chegada à "colocação" e depois fazia a cobrança via recebimento do fruto do trabalho, a borracha. Conforme relatou brilhantemente Cunha (2003, p. 54):

> De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das 'estradas', o seringueiro realizar uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se – aviamento (...). É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O 'regulamento' é impiedoso: qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais (...).

Batista (2004) propõe uma tese que se contrapõe ao sentido hegemônico da produção gomífera na economia do Pará na segunda metade do século XIX, conforme preconiza a historiografia tradicional sobre o tema. A autora realiza uma reflexão sobre a dicotomia extrativismo e agricultura e o significado preponderante do setor exportador como responsável pela dinamização da economia paraense. Para bem da verdade, a polêmica reside no fato de que há uma interpretação corrente, entre os autores que discutem a economia da borracha, de que a agricultura permaneceu estagnada ou basicamente serviu ao mercado de consumo local. É importante aprofundar a investigação, pois ela pode sugerir a produção agrícola da época para além de um sentido de subsistência.

No caso da região do Marajó, identifica-se no sistema agrário da borracha a permanência de um sistema agrícola comercial vinculado à produção de arroz, frutas regionais, cacau e cana-de-açúcar, assim como a agricultura de subsistência, baseada no sistema de cultivo com *pousio* e de queimada (mandioca, milho e feijão), e a criação extensiva nas unidades familiares. Nota-se também que a produção pastoril comercial manteve-se fornecedora de carne verde para a cidade de Belém. Contudo, em 1872, a produção pecuária[4] entrou em crise, provocada por problemas sanitários,

4 No final do século XIX, a produção pecuária ganhou um novo impulso com a introdução do búfalo nas áreas de campos do Marajó. Os bubalinos se transformaram em uma marca da paisagem do Marajó; entretanto, recentemente tem havido denúncias de que têm sido usados pelos fazendeiros como instrumento de invasão de terras e coerção das comunidades quilombolas.

e foi afetada por uma grande inundação. Há também destaque para a pesca como atividade produtiva, com o fornecimento de pescado fresco e salgado. Portanto, havia uma dinâmica do mercado interno e até de produção voltada para exportação; no entanto, no Marajó, a extração do látex assumiu uma posição de destaque e expressão de riqueza.

Ao nosso ver, a problemática maior se constitui em dois fatores: primeiro, a manutenção de uma trajetória constante de relações de exploração extrema do trabalho, iniciada com o trabalho forçado de índios e negros no sistema agrário colonial, depois com a prática do aviamento; segundo, pela intensificação da concentração fundiária. Esses dois fatores promoveram o aprofundamento da degradação social e o estabelecimento de relações de poder extremamente opressoras, que também contribuirão, futuramente, para a decadência do sistema agrário da borracha. Conforme Cunha (2003, p. 40):

> Há, certos, naquela sociedade principiante, os vícios e os desmandos imanentes dos grandes deslocamentos sociais – é que ali reportam, como reportaram nos primeiros tempos do Transvaal e na azáfama tumultuária do *rush* do *far west*, ou nas minas da Califórnia. A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços (...).

Destarte as condições de extrema exploração do trabalho, a proeminência do sistema agrário da borracha também proporcionou a estruturação de atividades artesanais relacionadas ao beneficiamento do látex e ao setor serviço com a movimentação em torno das casas exportadoras, e de um sistema bancário voltado para financiar a produção e comercialização. Em relação à atividade extrativista do látex, os trabalhadores foram mantidos totalmente dependentes da natureza, e sob o domínio dos seringalistas. Há registros de abandono, pelos trabalhadores, das atividades de agricultura de subsistência para inserção no extrativismo vegetal. Para alguns autores, isso seria mais um dos componentes das crises de abastecimento de alimento e de autoconsumo na região. No entanto, Batista (2004) demonstra que não houve uma queda tão substancial da agricultura comercial ou mesmo da agricultura de subsistência.

O extrativismo do látex vivenciou duas fases de auge: a primeira em 1840-1920; e a segunda em 1940-1945, com a Segunda Guerra Mundial.

A perda de mercado consumidor para a Malásia, no início do século XX, lançou a economia das regiões produtoras de látex na Amazônia a uma franca decadência. No segundo momento de retomada da produção, durante a década de 1940, novamente se estimulou a migração de nordestinos para o interior da floresta tropical, agora chamados de "soldados da borracha". Então, retroalimentar um sistema produtivo, claramente limitado do ponto de vista da capacidade de promover alterações significativas na base econômica e social da economia regional, se revelou um novo fracasso, sobretudo para aqueles que foram vítimas da exploração do trabalho no processo de acumulação de riqueza pela elite mercantil.

Tanto no Marajó como em outras áreas da Amazônia, houve o recrudescimento das mobilizações produtivas ligadas ao extrativismo do látex. Várias "estradas" de seringueiras, antes abandonadas, foram retomadas. As populações envolvidas com o extrativismo vegetal passaram a se instalar novamente nas áreas de floresta densa, com esperança de que essa mobilização os alcançasse.

Na região dos campos naturais, os grandes fazendeiros direcionaram sua produção pecuária para a criação do búfalo, e assim garantiram uma estabilização em seus ganhos econômicos e consolidaram a importância deste sistema produtivo ao longo da segunda metade do século XX. Nas áreas de floresta densa, houve a negociação da titularidade e posse de grandes áreas de terras, fruto das antigas sesmarias, por empresas ou proprietários individuais. A agricultura de subsistência manteve-se no interior das áreas das florestas de várzea e áreas de terra firme com um sistema produtivo tradicional de queimada e rotação de cultura, predominantemente centrada na produção da mandioca. É importante ressaltar que duas das características mais marcantes, ao longo desse período (1824-1950), foram a ausência do Estado e a fragilidade das municipalidades na promoção de infraestrutura econômica e social, particularmente nas áreas rurais.

Sistema Agrário Contemporâneo (1950 aos dias atuais)

A partir da década de 1950, inaugura-se uma nova etapa da ação desenvolvimentista do Estado brasileiro, com o avanço da industrialização intensiva. Em meados dos anos 1960, a sociedade brasileira emergiu em um modelo desenvolvimentista pautado na modernização conservadora. Tornou-se ainda mais acelerado o processo de integração da economia amazônica à economia nacional. O sistema agrário contemporâneo do Marajó, de certa maneira, acompanhou esta tendência, caracterizado pelo

avanço dos projetos agropecuários na Amazônia e pela identificação de produtos primários com potencial para exportação. No caso do Marajó, houve a intensificação da extração de madeira.

O sistema agrário contemporâneo do Marajó é extremamente complexo, pois envolve subsistemas produtivos que influenciam no meio ambiente e nas formações socioculturais, cuja participação no processo extrativista do látex foi altamente desgastante, devido às formas aviltantes de exploração do trabalho. A concentração fundiária se consolidou e emergiram novos proprietários de terra, que definem as regras e mecanismos de opressão sobre os trabalhadores agroextrativistas, muitas vezes, com o apoio dos governantes locais e da esfera estadual.

Nessa fase, as atividades econômicas de mercado vêm assumindo posições de localização distintas no território marajoara. Na área de campos naturais, predomina o setor agropecuário com um sistema de criação intensiva e a introdução de tecnologia, via melhoramento genético do búfalo. Nas áreas de floresta densa são identificadas as principais espécies vegetais de potencial econômico para o mercado internacional, a exemplo da virola, uma espécie vegetal nativa. Há registro de que as primeiras atividades de exportação de madeira tenham começado em 1965. Assim, o setor madeireiro instalado no Marajó, em particular na cidade de Breves, transformou-se em uma cadeia produtiva de grandes proporções, envolvendo as comunidades rurais, cuja função era fornecer produtos para as serrarias.[5] Estabeleceu-se um novo mercado de trabalho, informal e extremamente precário, fonte de grandes impactos ambientais na região.

As principais categorias sociais que se destacam neste sistema agrário são: o empresário madeireiro; o empresário da serraria; o grande fazendeiro agropecuário; os trabalhadores extrativistas; os trabalhadores assalariados do serviço público e privado; os empresários exportadores de madeira; os empresários do setor turismo e as populações tradicionais quilombolas; as populações tradicionais das áreas de unidade de conservação. Este conjunto de sujeitos às vezes interage de maneira convergente, mas em geral possuem interesses divergentes. Os objetivos de cada um dependem do grau de in-

5 A madeira beneficiada era exportada para países europeus como a Holanda e para o Japão, via portos locais ou porto de Belém. Outra pesquisa identificou, na região dos Furos de Breves, que empresas japonesas adquiriram grandes extensões de terra para extração de madeira ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 (Souza, Lopes, 2002; Lopes, Souza, Ferrao, 2009).

teresse de acumulação e apropriação dos recursos naturais ou da defesa do uso sustentável da floresta e dos demais ecossistemas.

Neste sistema agrário, o significado da agricultura de subsistência e comercial está assegurado, pois há a manutenção de mercados locais e regionais que demandam as frutas regionais; nesse sentido, destaca-se a produção de açaí, normalmente realizada pelos trabalhadores agroextrativistas.

Nos anos 1990, tentou-se ensaiar uma política governamental baseada na "vocação econômica natural" na perspectiva de incluir a região do Marajó como zona de turismo ecológico, área agropecuária (pastagens artificiais, introdução de novas tecnologias, melhor aproveitamento da pastagem nativa); e redefinir o papel do setor extrativista (manejo florestal e atividades agroflorestais). Pensou-se que a transformação da estrutura econômica do Marajó possibilitaria integrá-la às demais regiões do estado do Pará, no chamado sistema de cadeias produtivas.

Novamente, os resultados obtidos são típicos de um modelo concentrador de riqueza, pois há pouca ressonância desses resultados econômicos na melhoria das condições de vida da população em geral. Isso se deve ao fato de que a expectativa de inclusão econômica da região do Marajó, fundamentalmente, baseia-se em um estereótipo de urbanização da paisagem natural, cuja concepção na maioria das vezes não coaduna com os interesses da população local.

A grande novidade desse sistema agrário é a instalação das unidades de conservação e o reconhecimento das áreas de quilombolas. Observa-se uma transformação nas relações de propriedade fundiária, porque, até então, os trabalhadores agroextrativistas viviam em condições de semisservidão ou semiescravidão sob o comando de madeireiros e grandes fazendeiros. A ação de intervenção do governo federal, por meio da legislação ambiente, proporcionou uma condição de ordenamento fundiário e de uso e apropriação dos recursos naturais, ainda com grandes limitações e equívocos. No entanto, trata-se de uma experiência muito recente que ainda está em processo de amadurecimento, mas representa um avanço considerável na constituição da autonomia das populações tradicionais.

No final do século XX e início do século XXI, os setores econômicos dominantes do Marajó vêm apresentando sinais de estagnação ou decadência. A produção agropecuária apresentou uma perda de plantel expressiva. Em 1990, havia aproximadamente 600 mil búfalos no Marajó, entretanto, os dados de 2005 registram menos de 250 mil cabeças. O setor turismo também não tem conseguido se firmar. No início dos anos 1990, este setor

foi definido como o prioritário pelo governo estadual, com o objetivo de introduzir, definitivamente, a região do Marajó nas rotas do turismo nacional e internacional. Contudo, os resultados são pífios.

Considerações finais

A elaboração de estudo sobre a evolução dos sistemas agrários torna-se bastante desafiante à medida que a sua construção pressupõe um caráter interdisciplinar. Apreender o grau de complexidade das diversas variáveis que compõem as dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas que são extremamente dinâmicas não é uma tarefa fácil. Conjugá-las requer um exercício habilidoso e estruturado com base em fundamentos sobre os processos históricos e geográficos que se articulam na formatação do sistema agrário.

Apreender as principais dinâmicas relacionadas à configuração de um sistema agrário do Marajó permitiu visualizar as transformações ocorridas ao longo de séculos e perceber detalhes sobre o processo de constituição de novas formações socioculturais, bem como de que modo as transições e a interdependência entre os sistemas agrários ocorrem. Observa-se que o Marajó possui uma dualidade entre áreas que, do ponto de vista ambiental, são diferenciadas. No entanto, o nível de interdependência entre elas é evidente. Normalmente, busca-se expressar a dicotomia entre essas duas paisagens. A primeira representaria um Marajó paradisíaco, moderno e dinâmico, enquanto o segundo simbolizaria um sistema produtivo de subsistência; portanto, atrasado.

No entanto, percebe-se claramente a unidade que há entre essas duas paisagens. Os elementos que evidenciam a interdependência podem ser definidos no âmbito da questão fundiária; das condições de reprodução social precária; na rede de reciprocidade que envolve as populações tradicionais; na intensiva exploração dos recursos naturais; nas identidades socioculturais; na ausência constante ou reduzida ação do Estado; entre outras características que aproximam e constituem a região do Marajó como um sistema altamente complexo e de ampla diversidade.

Referências

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 17, n. 1, 2000, p. 91-122.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto; Unesp, 1996.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Revista Ambiente & Sociedade*, n. 5, 1999, p. 79-93.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquia no Grão-Pará*, c. 1850 – c. 1870. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.ufrj.ppghs.br>.

BEMERGUY, Ruth Lea. Cartografia digital aplicada à integração dos elementos geomorfológicos da Ilha de Marajó. Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2002.

BRASIL. Presidência da República. *Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.casacivil.gov.br>.

COELHO, M. C. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional*, 5 (2), 2000, p. 149-174.

CUNHA, E. da. *Amazônia – o paraíso perdido*. Manaus: Editora da Ufam, 2003.

LIMA, A. M. M. *et al.* Ilha de Marajó: revisão histórica, hidroclimatológica, bacias hidrográficas e proposta de gestão. *Holos Environment*, v. 5, n. 1, 2005, p. 65-80.

LIMA, E. N. de. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o "núcleo subsidiário" do Marajó, 1850/1920. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 7, 1996, p. 59-89.

LOUREIRO, Violeta R. *et al.* A questão fundiária na Amazônia. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 19 (54), 2005, p. 77-98.

LOPES, O. do C.; SOUZA, A. L. de; FERRÃO, Euzalina da S. Ribeirinhos do Mapuá, *in:* MOTA, Giovane *et al. Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e território*. Belém: Gapta/UFPA, 2009, p. 225-236.

MARIN, Elizabeth R. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos Naea*, v. 8, n. 1, 2005, p. 73-114.

MARTINS, S. P. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 19 (53, 2005), p. 209-220.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp. Brasília: Nead, 2010.

NITSCH, M. O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos. *Revista Estudos Avançados da USP*, n. 16 (46, 2002), p. 141-156.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO, V. H. F. Sistemas agrários: uma revisão conceitual e de método de identificação como estratégia para o delineamento de políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, 2003, p. 97-121.

SCHAAN, Denise P. *A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara*. Dissertação (mestrado) – PUC-RS, 1999. Disponível em: <www.marajoara.com.br>.

_____. *De tesos e igaçabas, de índios e portugueses: arqueologia e história da Ilha de Marajó*, 2002. Disponível em: <www.marajoara.com.br>.

_____. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais da Ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia*, n. 17, 2004, p. 13-32.

SOUZA, A. L. de; LOPES, O. do C. *Comunidades agroextrativistas do rio Mapuá, Breves-PA: diagnóstico socioeconômico*. Belém: Fadesp, 2002 (Digitalizado).

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

REVISITANDO O COTIDIANO: BELÉM NA MEMÓRIA DA GERAÇÃO DE 1930

Alexandre Martins de Lima[1]

Resumo

Até as primeiras duas décadas do século XX, Belém vivia sob os auspícios da economia gomífera. Contudo, a perda da hegemonia na produção da *hévea* para os seringais do Oriente imputou à região amazônica um intenso rearranjo econômico e social. Este câmbio conjuntural trouxe consigo a impressão de perda da riqueza e do fausto da Belle Époque, de retrocesso, difundindo no imaginário da população belenense uma espécie de "ideologia da decadência". Mas o declínio da produção gomífera cedeu espaço para outros extrativos – como a castanha – e para uma economia urbana alavancada por indústrias que se estabeleciam no bairro do Reduto, além do comércio de bens e serviços. Surge então uma nova "modernidade", compelida por outras forças motrizes que instauraram uma nova conjuntura socioeconômica e urbana em Belém, mantendo, porém, muito da fisionomia e dos ícones urbanos que consubstanciavam territórios estabelecidos por grupos hegemônicos. Isto posto, o presente trabalho busca resgatar e interpretar as imagens e o cotidiano de Belém a partir dos relatos orais da geração de 1930, relatos estes que se contrapõem à suposta decadência da capital paraense.
Palavras-chave: Economia. Cotidiano. Belle Époque.

Resumen

Hasta las primeras dos décadas del siglo XX, Belén vivía bajo los auspicios da economia de la borracha. Pero, la pérdida de la hegemonía en la producción de la hevea para os seringais del oriente imputó a la región amazónica un intenso reordenamiento económico y social. Este cambio

1 Professor da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA), Universidade da Amazônia (Unama), Faculdade Ideal (Faci), Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa). Doutor em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (Naea/UFPA). Correio eletrônico: alexandre_lima@unama.br.

coyuntural trajo consigo la impresión de pérdida de la riqueza y del fausto de la Belle Époque, de retroceso difundiendo en el imaginario de la población belenense una especie de ideología de la decadencia. Pero el declive de la producción de la borracha cedió espacio para otros extrativos – como la castaña – y para una economía urbana alavancada por industrias que se establecían en el barrio del Reduto, además del comercio de bienes y servicios. Surge entonces una nueva "modernidad", coaccionada por outtras fuerzas motrices que instauraron una nueva coyuntura socioeconómica y urbana en Belén, manteniendo sin embargo mucho de la fisonomía y de los iconos urbanos que consubstanciaban territorios establecidos por grupos hegemónicos. Esto puesto, el presente trabajo recoge rescatar e interpretar las imágenes y el cotidiano de Belén a partir de los relatos orales de la generación de 1930, relatos estos que se contraponen a la supuesta decadencia de la capital paraense.
Palabras clave: Economia. Cotidiano. Belle Époque.

Considerações iniciais

Até a primeira década do século XX, Belém vivia sob os auspícios da economia gomífera. O aumento substancial do capital circulante na cidade não só encheu os cofres públicos, permitindo a realização de sensíveis mudanças no panorama urbano da cidade – através de obras e reformas influenciadas pelo ideário higienista e orientadas para a manutenção do *status quo* socioeconômico da "elite da terra" – como também criou a virtual impressão de que a capital paraense ombrevava-se às grandes cidades-capitais europeias, como Paris, Londres e Berlim. A historiografia é pródiga de investigações desse período específico, no qual se vivia sob o faustoso – e efêmero – ritmo da moda. A economia gomífera, bem como a política, a urbanização, a sociedade e o cotidiano da época foram tratados por pesquisadores da qualidade de Rocque (1973), Benchimol (1992), Weinstein (1993), Sarges (2002) e Daou (2004).

Contudo, a permanência de processos tradicionalmente artesanais de extração e produção do látex foi um dos vetores que, segundo Lima (2008), imputaram à região Amazônica a perda de sua hegemonia na produção da *hévea* para os seringais da Malásia. Tal fato impôs à região um profundo

rearranjo econômico e social. O comércio de Belém passou a apresentar uma gradativa retração. Bancos cessaram financiamentos e linhas de crédito, casas importadoras e aviadoras e pequenos comerciantes – posicionados na "ponta" do mastro totêmico que, segundo Weinstein (1993), distribuía e estruturava a sociedade da época – fecharam as portas.

Para não cerrarem definitivamente suas portas, diversas lojas e elegantes magazines que durante o fausto da borracha primavam pelo luxo e sofisticação de suas mercadorias passaram a vender outras de qualidade inferior, "quinquilharias", nas palavras de Jurandir (2004, p. 134). Este câmbio conjuntural trouxe consigo a impressão de perda da riqueza e do fausto da Belle Époque, de retrocesso, inculcando no imaginário da população uma espécie de "ideologia da decadência".

No entanto, o declínio da produção gomífera cedeu espaço para outros extrativos – como a castanha – e para uma economia urbana alavancada pelo comércio de bens e serviços, por profissionais liberais e também por indústrias que se estabeleciam no bairro do Reduto. Surgiu então uma nova "modernidade", passível de ser percebida pelas oralidades urbanas da geração de 1930, relatos que se contrapõem à suposta decadência e indicam que Belém não retrocedeu, tampouco estagnou. Antes, avançou compelida por outras forças motrizes que instauraram uma nova conjuntura socioeconômica e urbana, mantendo, porém, muito da fisionomia e dos ícones urbanos que consubstanciaram territórios estabelecidos por grupos socioeconômicos distintos e que fizeram da capital paraense uma "guerra de lugares". Isto posto, a presente investigação busca resgatar e interpretar uma parte das imagens e do cotidiano de Belém a partir dos relatos orais da geração de 1930.

A pseudodecadência no pós-ciclo da borracha

Na historiografia regional, inúmeros discursos tratam da Belle Époque, ou "época da borracha", na qual Belém surge como cidade habitada por uma "elite burguesa" endinheirada e poderosa. Cidade de "fausto", lócus da "modernidade", dos bulevares, das grandes avenidas arborizadas, dos palacetes neoclássicos e ecléticos, e do urbanismo "higienizado", fruto de um ideário alienígena de racionalidade que se estabeleceu derrubando matas, aterrando igarapés, abrindo ruas e implantando bondes. Pretensamente "afrancesada", Belém era a cidade do *flanêur*, da *jeunesse dorée*, dos

soirées, dos *habituès* das *matinées* no Cine Olímpia, do Teatro da Paz, dos cafés *chics* que serviam de palco para o "ritual de reconhecimento" entre os membros da "elite" *raffiné*. Mas a cidade também dava espaço aos *smarts* da *high-life* e ao "aristocrático" hábito do *five o'clock tea*.

Não obstante, tal visão é anacrônica e unilateral, posto que em muitos casos ela reifica a extinta "modernidade" da Belle Époque, e frequentemente toma como única fonte de interpretação da dinâmica socioespacial e do cotidiano de Belém a forma através da qual ela era percebida e representada pela "elite". Também é saudosista, pois parece "apelar" para a volta de uma "harmonia perdida", um "tempo" perdido, e fatalista, pois, segundo esta mesma interpretação elitista e unilateral, a forte retração econômica provocada pela queda do látex amazônico no mercado internacional foi um fenômeno de ampla dimensão que trouxe consigo sérios revezes para toda a "sociedade" belenense.

No entanto, o estrato social que mais sentiu os impactos do rearranjo econômico do fim do ciclo gomífero foi a oligarquia tradicional, representada principalmente por banqueiros, aviadores e pelos "barões" da borracha. Com o revés econômico vieram a perda de seu prestígio social e também político. Assim, Álvares (1990) observa que entre 1910 e 1920 novas forças sociais – formadas basicamente entre as camadas médias – aglutinavam-se com a intenção de estabelecer uma nova política de mando e garantir a hegemonia de seu grupo. Ascendia, então, uma nova "elite", representada majoritariamente por comerciantes e profissionais liberais.

Neste contexto de mudanças, a parcela pobre – e consequentemente "marginal" – da população de Belém parece ter permanecido incólume. Seu cotidiano ainda era permeado por seus *habitus* – para usar um termo de Pierre Bourdieu (2008) –, suas práticas e estratégias de resistência contra a dominação dos (novos) grupos hegemônicos e também por suas extensas – e extenuantes – jornadas de trabalho. Desta forma, os revezes oriundos do fim do ciclo da borracha impactaram de forma desigual os diferentes grupos sociais que conformavam a sociedade belenense. É o que se observa nas páginas de *Belém do Grão-Pará* (Jurandir, 2004).

A narrativa se passa em 1922, e, nas palavras de Senna e Pereira (2004, p. 17), o que então se respirava em Belém era um "ar de nostalgia de um passado recente e para sempre perdido". Segundo as autoras, era uma cidade onde, mesmo com a decadência, certa sofisticação ainda era preservada nos bulevares, nas praças de inspiração romântica, no Teatro da Paz e nos "elétricos" que entrecortavam as vias da capital paraense. Partindo deste viés de

análise, Dalcídio Jurandir compartilharia dessa "ideologia da decadência" e, através desta, o romancista parece observar a Belém da década de 1920 como uma "fantasmagoria", uma pálida lembrança ou um turvo reflexo do que fora durante os áureos tempos da borracha. Não obstante, Nunes (2007) e Bolle (2008) oferecem outras perspectivas de análise.

A economia gomífera, de fato, foi a força motriz da economia nortista a partir de 1850 até o surgimento das plantações asiáticas, o que fez com que as quedas dos preços da *hévea* fossem vertiginosas no mercado externo, diminuindo assim a demanda pela borracha amazônica. Contudo, o retrocesso e a estagnação das atividades econômicas visceralmente ligadas à exportação foram acompanhados de um rearranjo das relações de produção, ainda que as formas produtivas permanecessem predominantemente extrativistas. Assim, enquanto a castanha – dentre outros produtos oriundos do extrativismo – despontava como uma espécie de lenitivo para a economia da região, em Belém observava-se a instalação de diversas fábricas, principalmente no bairro operário do Reduto, área da qual Dalcídio Jurandir dá notícia em seu romance.

Conforme explica Nunes (2007, p. 78), o período de "(...) decadência político- econômica provavelmente afetou a maneira de contar do narrador (...)". Tanto é que, à primeira vista, "(...) o romance de Dalcídio Jurandir está repleto de sinais que configuram um retrato de Belém sob o signo da decadência" (Bolle, 2008, p. 109); dentre eles, a própria ruína econômica e moral da família Alcântara. Conforme observa Bolle (2008, p. 115), cada membro da família, à sua forma, se ressente "do rebaixamento de nível de vida e *status* social". No entanto, para o autor, estes e outros indicativos não são suficientes para afirmar que a imagem dalcidiana de Belém seja de decadência. Assim, ele propõe uma distinção entre a visão das diversas personagens do romance e, por outro lado, a análise do enfoque de Dalcídio Jurandir, já que, para Bolle (2008, p. 110), o romancista "(...) fala da época do auge da borracha sem empatia, mas com distanciamento". Conforme sua primeira proposta de análise, observa que o menino Alfredo, bem como a costureira Isaura, seus irmãos, mãe, avó e círculo de amigos – todos pertencentes à classe trabalhadora – não compartilham da mesma visão de mundo da família Alcântara, já que nenhum deles fala em "decadência" nem em período "áureo", o que corrobora a observação de que o declínio da economia gomífera impactou de forma distinta os diversos grupos sociais que compunham a sociedade belenense de então.

Belém nas memórias da geração de 1930

Do ciclo da borracha restaram lembranças de um período de riqueza e fausto, símbolo de uma cidade cuja fisionomia foi transformada por um processo de urbanificação direcionado pelos "projetos de elite" e calcado em ideários higienistas, além da gentrificação que "espetaculizou" áreas centrais da cidade e compeliu as camadas mais empobrecidas da população para bairros periféricos da cidade. A despeito da permanência na configuração socioespacial de Belém na década de 1930, os costumes e *habitus* sociais refletem mais claramente as mudanças processadas após o declínio da extração da *hévea*.

Meira Filho (1973, p. 181) relembra que os belenenses abastados ainda se concentravam, nos anos 1930, nas áreas vizinhas do largo da Pólvora (atual praça da República), tornando-se "o centro de todas as atenções, dos fuxicos, das realizações de caráter beneficente e social". Sendo um polo gerador de atratividade, diversas linhas de bondes passavam por lá. Deslizando em suas vias metálicas, porém nem sempre de maneira suave, os bondes de Belém conduziam a população pela cidade. Relembra Meira Filho (1973, p. 180) que a vida social e urbana de Belém no início da década de 1930 era tranquila:

> Não havia aviões, nem televisões. As viagens para o Sul e Nordeste traziam, ainda, aquele sabor de despedida no cais (...). As *matinées* do Olímpia, a novidade do Iracema, os bancos corridos do Poeira, a Feira de Nazareth, o Dr. Beleza anunciando os produtos da 'Fabrica Palmeira'. O sorvete bolachinha, o 'Charlotine' do Grande Hotel, que nos saciava a sede com água gelada de graça (...) e as meninas da terra dando bola aos cadetes que chegavam (...) (Meira Filho, 1973, p. 180).

Nascido em São Luís em 1933, Ivens Coimbra Brandão viveu sua infância e adolescência em Belém. Nas memórias de sua meninice figuram os folguedos infantis que geralmente tinham a rua como palco. Nela, a distinção entre os edifícios, arquitetonicamente mais elaborados no centro da cidade e mais simples na medida em que os bairros tornavam-se mais afastados. Pessoas caminhando pelas ruas, calçadas, meninotes de colégio, vendedores ambulantes, as portas dos cafés, padarias e mercearias se abrindo. Neles, o tilintar matinal das xícaras e pires, juntamente com o aroma de café recém-passado, atraíam os transeuntes e comerciários, que, em meio a um burburinho, paravam para tomá-lo com pão antes de iniciarem

mais um dia e trabalho. Na memória de Brandão (2005), as ruas de Belém ganham dimensões olfativas, sonoras e visuais.

Essas recordações são ratificadas pelo engenheiro Antônio Lemos da Silva, nascido em 1924 e falecido em 2011, que manteve vivas as lembranças da Belém da década de 1930. Em entrevista concedida em abril de 2010, Lemos declarou:

> (...) era bom viver naquela época, né? Eu era pequeno, era criança ainda naquela época, mas tem umas coisas que eu me lembro. Eu lembro que o meu pai saía bem vestido pra trabalhar e pegava o bonde. Eu me lembro do bonde, eu andei muito de bonde (...) eram muito bonitos, eram considerados os melhores bondes do Brasil, certo? E o engraçado é que era tudo estufado... estufados... e o pessoal, o condutor e o cobrador usavam gravata azul-marinho, quepe (Silva, 2010).

A presença dos bondes pelas vias daquela Belém de 1930 é marcante não só por suas dimensões torná-los visualmente perceptíveis, mas também pelo ruído metálico característico do atrito entre as rodas e os trilhos. Ao longo das ruas estreitas da Cidade Velha e Campina, a passagem do bonde chegava ao ponto de atrapalhar o desenvolvimento das atividades mais simples, como atender a um telefone:

> Naquele tempo era comum, quando uma pessoa estava falando ao telefone, a conversa ser interrompida dizendo-se assim: "deixa o bonde passar". De fato, quando o bonde passava gerava um ruído, se não ensurdecedor, capaz de interromper uma conversa ao telefone. O interlocutor, do outro lado da linha, tinha os ouvidos tomados pelo forte ruído (Brandão, 2005, p. 30).

O comentário de Brandão (2005) coincide com as lembranças do engenheiro Antônio Lemos, que durante sua mocidade morou na rua Manoel Barata. O bonde, quando passava em frente a sua casa, fazia

> (...) um barulho danado, porque eu morava na Manoel Barata, né? Era descida, né? VlamVlamVlamVlamVlamVlam (imitando o barulho do bonde) era uma descida danada, mas a gente se acostumava, a gente se acostuma a tudo (...) (Silva, 2010).

Implemento tecnológico consubstanciado em ícone da modernidade, os bondes inauguraram em Belém um novo padrão de tecnologia de transporte e deslocamento. Figura urbana culturalmente expressiva que interligava os territórios estabelecidos pelos distintos grupos sociais, e que através dos vários significados que lhes foram atribuídos ao longo do tempo – dentre

eles urbanidade e exclusão, ruptura e continuidade, progresso e decadência – expressou também diversos traços da modernidade cambiante daqueles anos. A Belém dos bondes também é lembrada pelo sr. José Nascimento Pinho, nascido em 1934. Até a idade adulta, morou na Rua Ó de Almeida, que, por ser no centro da cidade, era uma área servida por diversas linhas de bondes. Em entrevista concedida em 2010, Pinho rememora os passeios com os pais nos fins de semana:

> (...) o meu irmão, que é um pouco mais velho do que eu, se lembra mais, mas eu lembro pouco. Chegava final de semana a minha mãe vestia a gente, e a gente pegava o bonde e ia lá embaixo. Sabe o que é "lá embaixo"? É o comércio (risos), naquela época a gente dizia "lá embaixo". Às vezes a gente ia só pra passear mesmo, se vestia todo arrumado só pra passear, só pra ir lá olhar e nem comprava nada. Era bom, era tranquilo, né? Pelo menos que eu me lembre, né? Às vezes, quando a gente ia, o meu pai levava a gente pra merendar lá na Palmeira, a gente sentava numas cadeirinhas assim (mostrando o tamanho da cadeira com as mãos) e comia uns doces que o meu pai pedia num balcão, assim, que era enorme. Era bom, olha, a gente voltava pra casa satisfeito. Era criança, né? Pra gente tudo tava bom (Pinho, 2010).

Na entrevista concedida em agosto de 2010, o sr. Pinho deixa transparecer que alguns hábitos, como o "*footing*" pelas ruas do comércio – ou "lá embaixo", nas palavras do entrevistado – resistiram à pseudodecadência econômica de Belém. Hábito inicialmente "aristocrático" ao qual subjazia não só o fetiche da mercadoria – lembrando Benjamin (2006) e seu trabalho sobre as passagens parisienses –, mas, acima de tudo, uma espécie de ritual de reconhecimento de pares, de iguais, foi assimilado e reproduzido pelas camadas médias da sociedade. Mudaram-se os atores sociais, porém o *habitus* e seu sentido permaneceram, como o próprio relato do sr. Pinho atesta: às vezes não se comprava, e o passeio servia para observar (as vitrines, as lojas, as mercadorias, as pessoas) e também ser observado.

Naquela década, a praça da República – e áreas circunvizinhas – permanecia como polo de atração na cidade, e possivelmente o que concentrava a maior quantidade de entretenimento, como o Teatro da Paz, o *terrasse* do Grande Hotel, a Cervejaria Paraense, o Café da Paz, a Mercearia Vesúvio. Relembra Mendes (1998, p. 100) que um dos passeios mais elegantes na Belém de 1920/1930 eram as sessões noturnas do Cine Olímpia, nas quais era obrigatório para as damas o uso de chapéus:

> Minha irmã mais velha recorda-se mais (...) da janela de casa, nos altos do Cristal, com as amigas (...) ficavam, nas tardes de domingo, debruçadas às janelas, admi-

> rando as senhoras da sociedade que iam para a parada esperar os bondes que as levariam ao 'Olimpia', todas de chapéus e luvas. E que, após a '*matinée*', realizada à tarde apesar do nome, iam para o terraço do Grande Hotel sorver os deliciosos sorvetes que ali se ofereciam (...). Muitas delas tinham ido pela manhã à missa das 10, na basílica, igualmente de chapéu e luvas, com direito a foto de 'saída da missa' na primeira página dos vespertinos da segunda-feira (Mendes, 1998, p. 100).

Para aqueles que não dispunham de recursos para frequentar os estabelecimentos refinados da 15 de Agosto – atual Presidente Vargas –, vestir-se para as sessões do Olímpia ou tornar-se *habitué* do terraço do Grande Hotel, o passeio de bonde figurava como alternativa, como explica a sra. Adalgisa Oliveira – nascida em 1930 e que durante sua adolescência morou na travessa de Breves, no bairro do Jurunas –, em entrevista concedida em junho de 2010:

> O circular, a gente andava de circular. Tinha o circular de ônibus, que eu ia pra igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro nele, mas também tinha o circular, o bonde. A gente ia lá pra baixo nele, ia pro Ver-o-Peso, ia pro cinema, pro comércio, ia até pro Clube do Remo, onde a gente tinha canto orfeônico. (...) os condutores, o motorneiro, eram mais educados que esses motoristas de ônibus, só era! E era muito bom! Não tinha não esse negócio de às vezes a gente querer pegar o ônibus e o ônibus passar, não parar, não senhor! Parava naquela parada, saltava quem tivesse que saltar, entrava quem tivesse que entrar, aí seguia, ia embora. (...) Andava tudo direitinho, ia todo mundo bonitinho, nada de desarrumado, não. Não é como hoje (Oliveira, 2010).

O relato da sra. Adalgisa, além de ratificar o bonde como elemento indelével da paisagem urbana, mostra (como no trecho a seguir), através da prática corriqueira de um passeio, certo nível de emancipação da mulher, que passa a fruir algumas possibilidades que o espaço urbano oferecia, sem o temor de serem rotuladas como "perdidas" ou confundidas com "mulheres da vida".

Segundo Louro (2006, p. 449), indícios dessas mudanças já podiam ser observados na década de 1920, e, nas palavras da autora, apresentam estreita relação com o processo de urbanização e industrialização das cidades brasileiras que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens. Estes, gradativamente, abandonaram alguns postos, como a sala de aula e outras atividades relativas à carreira docente, dando início a um processo de "feminização do magistério". Assim, de forma legitimada, as mulheres dos grupos sociais relativamente mais abastados – e mesmo

aquelas de camadas "mais populares" – passaram a abraçar o magistério como função, ainda que à época fosse visto como extensão da maternidade ou destino primordial do sexo feminino, e a ampliar seu universo, muitas vezes, circunscrito à casa, à igreja e aos trabalhos assistenciais das ligas, clubes e demais organizações femininas do gênero.

No entanto, à medida que as mulheres ganhavam a possibilidade de vivenciar de maneira mais efetiva o espaço público, as relações entre gêneros também sofreram alterações, dentre elas a corte, o galanteio, os namoros e flertes. Antes, de maneira disfarçada nas saídas das igrejas, nas festas ou devidamente vigiados nos portões das casas, o namoro "(...) pulara a janela. Fora da porta para a rua" (Del Priore, 2005, p. 283), passando, aos poucos, a acontecer nos cafés, nos bancos de praça, nos teatros, no cinema e dentro dos bondes, como é possível perceber nas memórias da sra. Adalgisa:

> (...) a gente andava muito de bonde. Tinha o ônibus, mas a gente também andava de bonde. Às vezes eu ia sozinha mesmo pros cantos, mas eu também andava com as minhas colegas do Placídia (referindo-se ao Grupo Escolar Placídia Cardoso, onde estudava quando jovem). Às vezes tinham uns cabras que, assim, puxavam conversa com as minhas colegas, mas eu? Eu nem dava confiança... eu ia lá me enxerir com cabra velho? (risos) (Oliveira, 2010).

Na paisagem urbana daquela Belém de 1930, não só os bondes figuravam como importantes elementos do cenário urbano. As ruas e avenidas, principalmente nas áreas centrais, ainda emolduradas por edificações de um neoclássico hibridizado, passaram também a dar espaço para bangalôs que não só modificavam a fisionomia das ruas dos bairros do centro de Belém, distinguindo-os daqueles habitados pelas classes populares, como, igualmente, afirmavam a presença dos grupos social e economicamente dominantes. Um exemplo disto é o bairro do Umarizal. Inicialmente era bairro ocupado por uma população negra, mas a proximidade com o bairro de Nazaré facultou ao Umarizal o acesso a equipamentos e infraestrutura urbana, o que contribuiu para a crescente especulação imobiliária no decorrer dos anos e o consequente afastamento dos primeiros habitantes para bairros periféricos, como a Pedreira.

O aspecto do Umarizal pode ser percebido no relato da sra. Terezinha Silva coletado por Rodrigues (2010). No bairro em questão, Terezinha morava

> (...) numa casa muito bonita, muito grande, confortável, (...) de alvenaria, uma casa excelente, muito luxo. Limpavam as ruas, uma vez ou outra, os donos das casas também limpavam as casas. Tinha muitas casas boas nesse perímetro porque moravam muitas famílias importantes, por exemplo, eu lembro da família do doutor Klautau, era até um médico, e também morou aquela família Duarte, que tem negócio de funerárias, eles tinham até uma casa em Nazaré, Avenida Nazaré, que era de funerária, eles moravam lá na Boaventura. Os móveis eram de palhinha, de palhinha, formato de madeira com tudo de palhinha, mas era cada feitio bonitinho, tinha um coberto assim que sentava duas, três pessoas. A copa, a cozinha, mas mesmo na copa, na varanda, eles colocavam cada móvel lindo (...) (Silva, 2004, *apud* Rodrigues, 2010, p. 74).

No entanto, beleza, conforto e espaço certamente não eram palavras que pudessem ser empregadas para adjetivar as residências dos bairros mais afastados do centro de Belém. A urbanificação processada na cidade na segunda metade do século XIX produziu no século seguinte uma cidade gentrificada, de sensíveis contrastes entre as áreas centrais – espaço social de grupos economicamente hegemônicos – e as áreas "suburbanas" – espaço social dos grupos mais pobres. Através do trabalho de interpretação da história da cidade de Belém por meio da narrativa oral de seus moradores, Rodrigues (2010, p. 68) evidencia a distinção existente entre os territórios da cidade a partir das diferenças entre as ruas centrais e as mais afastadas, que, segundo a autora, destoavam fortemente das imagens veiculadas em álbuns comemorativos, relatórios de Intendência e cartões-postais. Lugares diferentes numa mesma cidade.

Pode-se tomar como exemplo a antiga Rua da Vala, atual Avenida Conselheiro Furtado. Por volta de 1930 a via, nas imediações do cemitério da Soledade, apresentava-se nivelada e calcetada com paralelepípedos de granito em função dos trilhos dos bondes que subiam a Serzedelo Corrêa, dobravam na Conselheiro e seguiam até a Praça Amazonas, para então descerem pela Avenida 16 de Novembro rumo ao Ver-o-Peso. Não obstante, o aspecto da via não era uniforme, pois, distante do centro e de das vias férreas, a Conselheiro Furtado

> (...) não era asfaltada, era chão, vala de um lado e de outro, cheio de mato, tudo poluído. (...) Tinha vacaria na Avenida Ceará, tinha na Conselheiro também. A maioria dos terrenos eram, por ali, por exemplo, ali na Conselheiro com a Alcindo Cacela até a outra rua da Pariquis... aquilo tudo era plantação de rosas, flores, era horta que chamavam horta de flores. Então, quando morria uma pessoa e queriam flores, iam lá comprar. Era caro (...) (Oliveira, 2004, *apud* Rodrigues, 2010, p. 68).

Segundo o testemunho do sr. Oswaldino Oliveira, a fisionomia "urbana" existente no centro de Belém desvanecia em direção aos bairros mais afastados. As plantações, as vacarias e as residências humildes encarregavam-se de conferir um aspecto menos urbanizado – rústico – às áreas mais afastadas:

> Na Conselheiro era tudo casa de palha, a maioria era casa de palha, madeira coberta com palha. Muitas eram com palha e zinco. Eles colocavam a palha e depois colocavam o zinco por cima, que era para o vento não carregar e nem mexer muito com as palhas. Era assim. Minha casa tinha as laterais toda de madeira e tinha janela, tinha assoalho de tábua corrida e os corredores todos eram de tábua corrida e bruta também; do jeito que vinha da serraria pregava (Oliveira, 2004, *apud* Rodrigues, 2010, p. 69).

O aspecto simples era conferido às residências – e também a seu entorno – não só por suas dimensões, mas também pelo material construtivo empregado; nesse sentido, o relato de Oswaldino é revelador. A madeira era o material mais comumente usado para a construção das paredes e assoalhos das casas dos habitantes dos bairros afastados. O final da Avenida Conselheiro Furtado encontra-se em área de confluência dos bairros da Cremação, São Braz e Guamá, sendo este último foco das memórias do sr. José Sales, cujo depoimento também foi coletado por Rodrigues (2010). Nascido em 1934, o José Sales morou na Passagem Alegre, na Passagem Moura Carvalho, mudando-se depois para as ruas Augusto Correia e Barão de Igarapé-Miri. Situado às margens do rio que lhe dá nome, o Guamá apresenta terrenos de cotas baixas e, portanto, alagados ou sujeitos a alagamentos.

Explica Penteado (1968, p. 312) que nestas áreas, dificilmente habitáveis em função das deficiências de escoamento das águas pluviais, predominavam "barracas" de madeira. Segundo o depoimento de José Sales, o Guamá

> (...) não tinha nenhuma rua asfaltada, era só chão e buraco, os ônibus saíam bem daqui da José Bonifácio com a Barão. As ruas eram de chão batido, com valas, e ficava aquele buraco, capim tinha muito, tinha as valas do lado, e aquilo quando empoçava, a água transbordava tudo. No Guamá tinha até olho d'água (...). A primeira casa que eu morei era de enchimento, a segunda, madeira. Tinha várias casas de madeira ainda coberta de palha, aí depois, com o tempo, foram cobrindo de telha, hoje não tem mais casa coberta de palha (Sales, 2004 *apud* Rodrigues, 2010, p. 73).

O relato do sr. José Sales é revelador não somente das distinções territoriais que se estabeleciam na cidade segundo os grupos sociais, mas também

de uma questão que surge nas últimas décadas do século XIX e perpassa a primeira metade do século XX: o problema das habitações insalubres em Belém. Com a urbanificação das áreas centrais da cidade e o consequente aumento do custo de vida, a população pobre foi impelida para os bairros de periferia, onde se espalharam em locais em que podiam construir suas barracas, ou mesmo alugá-las por valores que se enquadravam em seus parcos recursos. Estas habitações – denominadas de vernáculas ou espontâneas – até meados do século XX foram alvo das críticas da imprensa e de medidas regulatórias da municipalidade, que visavam afastá-las do centro da cidade. Em diversas ocasiões, o discurso oficial era ratificado pela imprensa com o intuito de mobilizar a opinião pública para o problema (ou ameaça) que tais habitações representavam.

Assim, visando combater as moléstias, os médicos e higienistas propunham o isolamento – ou expulsão – de equipamentos insalubres através da reorganização do espaço urbano secundado por medidas de "saneamento" que propugnavam a "limpeza profunda do meio físico e social" (Costa, 2004, p. 60). As condições de higiene dos subúrbios e da atmosfera "viciada" das habitações miseráveis ainda nas primeiras décadas do século XX continuavam a preocupar esses agentes, que passaram a considerar uma intervenção direta no espaço de moradia desse grupo social específico, engendrando uma nova forma de habitar que Costa (2002, p. 65) declara ser tributária da "medicalização" do espaço privado.

Desta forma, a medicina higienista do século XIX e início do XX é calcada em propostas intervencionistas de controle do meio, dos espaços insalubres e doentios – como matadouros, cemitérios, quartéis, instalações portuárias, hospitais, prisões e as casas dos pobres –, através do isolamento no tecido urbano e posterior aplicação direta de medidas sanitárias. A respeito do quadro, Pesavento afirma que

> Mora na cidade quem puder preencher as condições de cidadão ou então vá povoar os arrabaldes (...). Na cidade propriamente dita, só deviam residir os que podiam sujeitar-se às regras de higiene e da moral (Pesavento, 1996, p. 39).

A atmosfera que se estabelecera com a urbanificação e espetaculização do centro de Belém, que, com efeito, instaurou uma nova ordem social, também foi um elemento de destruição na medida em que ameaçou valores e práticas cotidianas de grupos sociais considerados "inferiores" por seus *habitus* e práticas cotidianas, que algumas vezes eram estratégias evidentes

contra a "dominação" pelos grupos hegemônicos. Estes indivíduos "vulgares" e suas atividades cotidianas construíram territorialidades que, naquela Belém de 1930, conflitavam com as praças ajardinadas e as ruas calçadas e urbanizadas do centro da cidade.

Com suas práticas, este grupo social pobre e "marginal" demarcava fronteiras identitárias que tornavam Belém uma "guerra de lugares". Assim, segregados do espaço espetaculizado que se renovava naqueles anos 1930, continuavam a ser impelidos aos bairros suburbanos ou aos locais ainda insalubres contíguos ao centro, como as margens de igarapés e cursos d'água, ou os covões, referenciados por Dalcídio Jurandir no romance *Belém do Grão-Pará*.

Considerações finais

As narrativas orais aqui reproduzidas, examinadas e interpretadas representam fragmentos que compõem a tessitura do cotidiano da Belém da década de 1930. São registros de moradores que majoritariamente nasceram na década em questão e viveram sua infância ou início da juventude em uma cidade supostamente decadente, cuja fisionomia seria apenas uma pálida lembrança dos "áureos tempos da borracha". No entanto, as memórias aqui reportadas contrapõem-se a esta visão unilateral e fatalista.

Em verdade, a conjuntura econômica que se estabeleceu em Belém após a perda da hegemonia na produção do látex e consequente depreciação de seu valor no mercado internacional atingiu especialmente os grupos sociais enriquecidos pela economia gomífera – a "elite burguesa" da terra –, representada por banqueiros e barões da borracha. Este estrato social sentiu de forma mais direta e impactante os reflexos negativos da retração econômica, perdendo prestígio social e político, experimentando, desse modo, certa "decadência".

Com isto, novos atores sociais aglutinaram-se para defender seus interesses, fazendo surgir um novo grupo social e economicamente hegemônico. Instaurou-se então uma nova conjuntura econômica, já não mais baseada na extração do látex. O comércio de bens e serviços e indústrias tornaram-se força motriz da economia de Belém. Mediante este quadro conjuntural, observa-se que as décadas posteriores ao fim do ciclo da borracha não se desenvolveram sob o signo da decadência – antes, sob o signo da mudança.

O significado próprio do *footing* – ver e ser visto, reconhecer e ser reconhecido pelos seus pares – permaneceu, mudando somente os atores sociais.

Os territórios delimitados por grupos sociais distintos – os que ocupavam uma posição economicamente hegemônica e os pobres e "marginais" – e legitimados por *habitus* e práticas cotidianas específicas permaneceram, bem como os reflexos do forte processo de gentrificação. As relações entre grupos sociais distintos também permaneceram, bem como os territórios por eles construídos.

As narrativas orais aqui reportadas apontam para uma cidade cujo processo de mudança não foi pleno. Antes, foi mediador entre transformações e permanências. Majoritariamente na década de 1930, as testemunhas conheceram – e utilizaram – os bondes durante sua infância e juventude. Dessa forma, suas memórias também permitem examinar e interpretar a relação – nem sempre positiva – existente entre esses atores sociais, a cidade e os bondes. Dentre os passantes representados, é possível observar a figura de duas mulheres.

No caso da elite belenense, observa-se que, mesmo após o faustoso tempo da borracha, alguns hábitos adquiridos então, como trajar-se bem para viajar de bonde ou para compromissos "sociais" diversos – e a missa na basílica era um deles –, haviam se arraigado nesta "parcela" da sociedade, que continuava a frequentar as boas casas de moda do comércio e a consumir produtos que estivessem consoantes à última moda dos grandes centros. A partir dessa metodologia, este artigo buscou resgatar e interpretar as imagens e o cotidiano de Belém a partir dos relatos orais da geração de 1930, os quais se contrapõem à suposta ideia de decadência da capital paraense.

Referências

ÁLVARES, Maria L. M. *Saias, laços e ligas: construindo imagens e lutas* (um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses – 1910-1937). Dissertação (mestrado Internacional em Planejamento e Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.

BENCHIMOL, S. *Romanceiro da batalha da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1992.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Organização de textos por Willi Bolle. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007.

BOLLE, W. Belém, porta de entrada da Amazônia, *in*: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 99-147.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.

BRANDÃO, I. C. *Memórias e história*. Belém: Ivens Coimbra Brandão, 2005.

COSTA, Maria C. L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-1879 em Fortaleza. *História, ciências, saúde*. Manguinhos, v. 11, n. 1, 2004, p. 57-74.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004.

LIMA, A. M. de. Negócios da borracha: uma abordagem da economia gomífera amazônica através da teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter. *Revista de Estudos Sociais,* Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 2, n. 20, p. 44-66, 2008.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula, *in*: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 443-481.

MEIRA FILHO, A. *Contribuição à história de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1973.

NUNES, P. *Útero de areia: um estudo do romance* Belém do Grão-Pará, *de Dalcídio Jurandir. 2007*. Tese (doutorado em Linguagem e Comunicação) – PUC Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. A redescoberta da rua, *in*: PESAVENTO, Sandra J. *O espetáculo das ruas*. 2ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996, p. 8-10.

ROCQUE, C. *Antônio Lemos e sua época*. Belém: Amazônia, 1973.

RODRIGUES, Venize N. R. Cidade narrada: memórias, histórias, representações, *in*: FARES, Josebel A. *Memórias de Belém de antigamente*. Belém: Eduepa, 2010, p. 65-86.

SARGES, Maria de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870- 1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. *Memórias do "Velho Intendente" Antônio Lemos* (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

SENNA, Marta de; PEREIRA, Soraia F. R. Introdução, *in*: JURANDIR, D. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

METODOLOGIA PARTICIPATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: IMPACTOS SOBRE AS COMUNIDADES URBANAS

Shaji Thomas[1]

Resumo

A educação ambiental participativa (EAP) é uma metodologia na qual os atores sociais interagem para solucionar os problemas ambientais enfrentados pelas comunidades. Apesar da existência de vários modelos de educação ambiental (EA), estes são englobados em dois blocos: a educação ambiental conservadora e a educação ambiental transformadora. O artigo analisará o processo não formal de educação ambiental (constituído por campanhas, palestras, caminhadas ecológicas e seminários) nas comunidades urbanas da cidade de Santarém, Pará, coordenado por uma Organização Não Governamental (ONG) da mesma cidade, e as transformações comportamentais dos atores na relação do meio ambiente em áreas específicas, tais como praças, escolas, centros comunitários, igrejas, feiras e domicílios. O maior desafio é encontrar mecanismo adequado de participação das comunidades urbanas no exercício da cidadania.
Palavras-chave: Educação ambiental. Participação. Cidadania. Atores sociais. Comunidade urbana.

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Mysore-Índia e Direito pela Universidade Estácio/FAP, Belém, Brasil. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (Unama) e Movimentos Sociais e Democracia pelo Centro de Estudos e Documentação Latino-Americano, em Amsterdã, Holanda. Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela UFPA/Naea e bolsista do CNPq. Correio eletrônico: shajithomas@uol.com.br.

Abstract

Participatory environmental education (PEE) is a methodology in which the social actors interact to solve the environmental problems faced by the communities. Despite the existence of various models of environmental education (EE), these can be put into two blocks: the conservative environmental education and transformative environmental education. The article examines the process non-formal environmental education (consisting of campaigns, lectures, ecological walks and seminars) in the urban communities of the city of Santarém in the State of Pará, coordinated by a non-governmental organization from the same city and the behavioural changes of the actors in relationship to specific environmentalareas such as parks, schools, community centres, churches, and homes. The biggest challenge is to findout appropriate mechanism of participation by the urban communities in the exercise of citizenship.
Keywords: Environmental education. Participation. Citizenship. Social actors. Urban community.

Introdução

No contexto urbano brasileiro, os problemas socioambientais têm crescido de modo alarmante, e a sua solução está a passos lentos. Todos os centros urbanos, tanto médios como metrópoles, sofrem com violência urbana, enchentes, dificuldades na gestão dos lixos, problemas de saneamento básico, saúde, transporte e poluição. É cada vez mais difícil e complexo transformar esse cenário urbano afetado por tantos agravos socioambientais. Portanto, é de suma importância a implementação de políticas públicas sociais para solucionar esses problemas. As diversas disposições normativas previstas na Constituição da República determinam a participação do cidadão como via necessária de implementação de tais políticas, tanto na atuação voltada para especificar os problemas quanto para sugerir alternativas para solucioná-los. Essas medidas são possíveis quando a população tiver conhecimento de seus direitos e lutar por eles, movida por uma educação ambiental crítica e transformadora.

A relação entre meio ambiente e educação ambiental crítica assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para compreender processos sociais complexos e os riscos ambientais que se intensificam. Como a cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade, a EA é a forma de exercício dessa cidadania: é uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (Jacobi, 2003, p. 198).

A educação ambiental em um contexto mais amplo, da educação para a cidadania, é elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida (Loureiro, 2006; Jacobi, 2003).

Na educação não formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. Segundo Gohn (2006, p. 31), o método nasce a partir da problematização da vida cotidiana. Os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas e não são dados *a priori*, mas construídos no processo de aprendizagem. Nesse processo, os atores sociais se confrontarão entre eles estabelecendo diálogos, ações solidárias etc. Essa dinâmica é evidente na educação ambiental não formal.

Sentido da educação ambiental

Os conceitos de educação ambiental (EA) começaram a aparecer a partir da segunda metade do século XX e têm se consolidado cada vez mais no século XXI. Mas, para compreender o significado da educação ambiental (EA), primeiramente precisamos conhecer qual é o sentido da educação de que estamos falando. Carlos Loureiro (2003, p. 12) define "a educação sendo uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade." Aqui a educação atua na vida humana no seu desenvolvimento tecnológico e cultural de produção. A educação não é apenas uma

reprodutora do padrão social; ela também atua na atividade reflexiva que tal padrão pode trazer no seu ambiente.

Apesar da existência de várias tendências na EA, podemos distingui-las em dois grandes blocos (Loureiro; Azaziel; Franca, 2003). Um é conservador, caracterizado por reformismo superficial das relações sociais e políticas, valorizando soluções tecnológicas. Esse bloco considera a EA como processo comportamentalista e moral. Já o outro bloco é caracterizado pelas ideias emancipatórias da educação, valorizando a inter-relação da EA com os outros conhecimentos, tanto científicos como populares. Neste contexto, a EA é definida como uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida entre os atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Educação é um processo livre de relação, entre pessoas e grupos, que busca maneiras para reproduzir ou recriar aquilo que é aceito pela sociedade, seja como trabalho ou estilo de vida (Loureiro, 2003). Mas a educação torna-se libertadora quando são aplicados os ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico à educação. Essa nova visão rompe com a da educação tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Nesse processo da aprendizagem, a pessoa consegue assumir a mediação na construção social de conhecimentos implicados na vida de sujeitos. Assim, o sujeito consegue construir sua própria história. Paulo Freire (1997) foi uma das referências fundadoras desse pensamento. A educação profissionalizante, hoje tão valorizada, serve para satisfazer as necessidades do mundo capitalista, mas a opção pela educação libertadora depende da realização do ensino formativo e crítico-reflexivo.

Todo esse processo acontece em um espaço territorialmente percebido, com diferentes escalas de compreensão e intervenção, em que se operam as relações sociedade-natureza. Esse espaço é o ambiente no qual o ser humano interage com a natureza. O ambiente não é mero espaço natural, independente da nossa ação social, e não consiste somente no trabalho, no sentido econômico, mas sim no conjunto de atividades sociais reguladas política e juridicamente numa tradição cultural específica (Loureiro, 2003).

Na opinião de Loureiro (2006), a educação não pode apenas propiciar à pessoa a aptidão para o convívio social e para o trabalho segundo normas preestabelecidas, mas deve formar cidadãos ativos, capazes de conviver em sociedade e, mais do que isso, de decidir sobre como deve ser a sociedade em que querem viver. Assim, a educação se torna uma busca de cidadania.

Na concepção de Dalmo Dallari (2004, p. 66), a educação é "um processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que favorece e propicia o desenvolvimento da pessoa humana". Nesse sentido, a educação é um direito fundamental de todos. É dever do poder público assegurar esse direito a todos em condições de igualdade.

Quanto ao meio ambiente, este há muito é considerado como uma extensão do direito à vida. Ao longo do tempo, a evolução da positivação da proteção ao meio ambiente tornou-se um imperativo fundamental de sobrevivência da humanidade. Muitos tratam o meio ambiente como essencial para o exercício da cidadania.

No Brasil, a educação ambiental começou a ganhar projeção social e reconhecimento público na década de 1990, após a promulgação da vigente Constituição de 1988. No Capítulo VI, sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, lê-se a seguinte competência do Poder Público: "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (Brasil, 2005). As conferências das Nações Unidas – de 1992, sobre o tema "Meio Ambiente e Desenvolvimento", realizadas no Rio de Janeiro; de 1995, em Johanesburg, sobre o tema "Desenvolvimento Social"; e de 1995, em Copenhague, sobre o tema "Desenvolvimento Sustentável" – foram fundamentais para discutir as questões do meio ambiente.

A Lei n. 9.795/99 (regulamentada pelo Decreto n. 4.281, de junho de 2002), dispõe sobre educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e em seu artigo 5º, inciso VII, reconhece como respectivo objetivo o fortalecimento da cidadania e autodeterminação dos povos. E também o Estatuto da Cidade, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, nos termos do artigo 2º, inciso II, da Lei n. 10.257/2001, a qual determina como diretriz geral a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Além desses esforços, várias iniciativas, tanto públicas como privadas, estão acontecendo em âmbito nacional e internacional na área da EA e visam a formação de uma consciência ambiental dos cidadãos capaz de colaborar para a concretização do desenvolvimento sustentável.

O processo de aprendizagem acontece em três níveis (Gohn, 2006): formal, informal e não formal. A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, enquanto a informal

é aquela em que os indivíduos aprendem durante o processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos etc. A educação não formal é aquela que se aprende no processo de compartilhamento de experiências das pessoas nos espaços e ações coletivas cotidianas. Este último designa um processo com várias dimensões, como social, política, econômica, religiosa etc., que capacitam os sujeitos enquanto cidadãos do mundo. Na educação não formal, o indivíduo adquire conhecimento de sua própria prática de interpretar o mundo que o cerca.

O conceito de educação não formal é de suma importância quanto analisamos a educação ambiental participativa na construção da cidadania. O objetivo da EA se constrói no processo interativo, que se volta aos interesses e necessidades de quem participa desse processo. A edificação de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania (Gohn, 2006; Melo, 2007). A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal.

A educação não formal nasce a partir de problematizações da vida cotidiana – suas necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. É um processo dinâmico que visa a formação integral dos indivíduos, voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres (Gohn, 2006). Todo esse processo de aprendizagem acontece numa comunidade educativa.

Metodologia da participação

Na concepção de Loureiro (2004), a educação ambiental, como elemento de transformação social, inspira-se no fortalecimento dos sujeitos no exercício da cidadania. Aqui a educação é vista como uma atividade social de aprimoramento pela aprendizagem e pelo agir, vinculada aos processos de transformação da sociedade, ruptura com todas as formas de alienação capitalista (Freire, 1997). A metodologia mais apropriada da EA é a participação do sujeito no processo educativo. A participação é um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo (Loureiro, 2004). As interações acontecem em vários níveis, dependendo dos interesses, valores e percepções dos atores envolvidos. Aqui o indivíduo age como sujeito de sua própria

história, tentando transformar a sociedade por meio da participação ativa nas decisões que afetam sua vida.

A participação popular na preservação do meio ambiente vai além da simples participação nos interesses coletivos da sociedade. Ela é ativa e contínua, com todos os órgãos do poder, em relação às decisões que afetam o ambiente do sujeito na sociedade.

Na educação não formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. Segundo Gohn (2006), o método nasce a partir da problematização da vida cotidiana. Os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas e não são dados *a priori*, mas construídos no processo de aprendizagem. Nesse processo, os atores sociais se confrontarão entre eles estabelecendo diálogos, ações solidárias etc. Essa dinâmica é evidente na educação ambiental não formal.

A participação popular na preservação do meio ambiente vai além de simples participação nos interesses coletivos da sociedade. Ela deve ser ativa e contínua, com todos dos órgãos do poder, em relação às decisões que afetam o ambiente do sujeito na sociedade. A promoção da cidadania, a realização do sujeito histórico e o instrumento para a construção do sentido de responsabilidade dependem do nível dessa participação.

Essa participação tem o seu fundamento no artigo 225 da Constituição Federal, que, ao tratar do meio ambiente, impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Por esse princípio, a sociedade como um todo tem direito de manifestar a sua opinião e o seu referendo sobre a proteção ao meio ambiente, podendo exigir esta proteção como um exercício de legitimação da cidadania e da dignidade humana. Essa participação cidadã pode contribuir, inclusive, com os governos locais no que se refere à elaboração das políticas públicas voltadas ao espaço comunitário.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente destacou, no artigo 10º da Eco 92, a importância da participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Essa participação estimula nas pessoas a construção da cidadania e, consequentemente, a corresponsabilidade pelos projetos ambientais.

As premissas metodológicas, no processo participativo da educação ambiental, são para valorizar o indivíduo na sua estrutura social-natural existente, abrindo espaço para a construção de uma vida digna. Isto

significa, muitas vezes, uma atuação crítica na superação das relações sociais vigentes e uma ruptura com os dominadores. O princípio da participação não apenas se limita às questões educativas ou à formação de opiniões, mas também deve ser estendido às decisões administrativas.

A consciência ambiental é formada mediante o conhecimento do meio ambiente. Esse conhecimento impulsiona as pessoas a tomar atitudes e desenvolver habilidades para resolver seus problemas ambientais e exigir do Estado políticas públicas que amenizem os impactos criados pelos novos processos de desenvolvimento urbano. Portanto, é necessária a participação ativa da população nas questões ambientais. A participação no processo da educação ambiental deve ser permanente, cotidiana e coletiva para que transforme a realidade da vida baseada nos caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos (Loureiro, 2004, p. 81).

O desafio na educação ambiental participativa é dialogar com diferentes interesses. A sociedade humana não é homogênea e harmoniosa, mas formada por uma multiplicidade de grupos sociais dotados de valores, ideologias e interesses heterogêneos, que disputam entre si o privilégio de dirigir o processo social segundo suas posições e interesses (Lima, 2004, p. 90). Cada um desses atores sociais tem concepções e propostas diferentes acerca das questões ambientais. A crise socioambiental não pode ser reduzida às interpretações unidimensionais da realidade do homem, mas envolve todas as relações humanas entre si e com seu ambiente.

Essa crise, que é resultado das diferentes visões de mundo dos atores sociais, tem causado conflitos e tensões entre direitos e deveres, indivíduos e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade, mercado e Estado (Loureiro; Azaziel; Franca, 2003). A existência dos conflitos não significa a impossibilidade de consenso. A busca de soluções por meio de negociações e diálogos faz parte do processo democrático. A capacidade de buscar o diálogo, a aproximação e o respeito definem o amadurecimento da participação social e política existente em uma sociedade.

Segundo o estudo conjunto de Loureiro, Azaziel e Franca (2003), o planejamento participativo em educação ambiental serve como lugar de fomento à construção de estratégias não formais para resolução dos conflitos socioambientais, a partir das quais cada grupo social se integra no ambiente. É um processo social que gera a interação entre diferentes atores na definição do espaço comum e do destino coletivo.

Nessas interações ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos, em função dos interesses, valores e percepções dos atores envolvidos.

O maior desafio da construção de uma cidadania ativa no Brasil, num contexto de desigualdade socioeconômica, segundo Jacobi (2003, p. 199), configura-se como elemento determinante para a constituição e o fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação. A administração dos riscos ambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento das comunidades por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação com o poder público. A educação ambiental deve destacar os problemas ambientais que decorrem da desordem e degradação da qualidade de vida nas cidades e regiões.

Alguns desafios da metodologia de participação resumidos por Day, McClaran e Moote (*apud* Tacconi, 2002, p. 87) incluem: participação dos grupos dominantes de interesse; participação massiva na identificação do interesse público real; conciliar interesses comuns com os interesses pessoais e custo alto de participação no processo democrático.

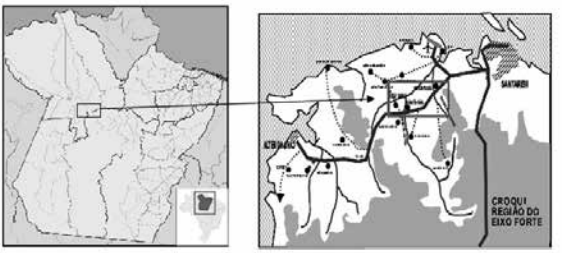
Apesar desses desafios, a participação democrática é essencial na tomada de decisões sobre novos padrões de uso dos recursos, modelos de urbanização, formas de assentamento humano, inovação de processo e condições de trabalho mais satisfatórios. A superação desses desafios depende da construção de novas relações baseadas na negociação, na contratualidade e na gestão conjunta de programas e atividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas públicas (Jacobi, 2003, p. 202).

Nesse processo, é importante reforçar a legitimidade e a autonomia dos atores sociais que agem, articuladamente, numa perspectiva de cooperação entre as comunidades locais, ONGs e o poder público. Aqui, a educação ambiental participativa é um estimulante espaço para os atores sociais repensarem suas práticas na construção da uma sociedade ambientalmente sustentável e assim melhorar sua qualidade de vida. A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

Resultado da participação comunitária

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de estudo de caso. A área da pesquisa concentra-se nas comunidades que ficam no trecho urbano da rodovia PA-457, que liga a cidade de Santarém à vila de Alter do Chão, no oeste do estado do Pará (figura, 1). Essa área é conhecida popularmente como Eixo-forte, formada por 14 comunidades. Como a pesquisa usa o método qualitativo para análise, optou-se por amostra, pesquisando apenas três comunidades: Cucurunã, São Brás e Irurama.

Figura 1 – Mapa do Pará com as comunidades do Eixo-forte



A escolha dessas comunidades para investigação da pesquisa deu-se por existir a prática de educação ambiental participativa nessas comunidades e devido às transformações que estão acontecendo desde 2003, quando surgiu o Grupo Guardião. Além disso, essas comunidades, historicamente parecidas com muitas outras da região amazônica, diferem pelo amadurecimento da consciência política. A escolha das comunidades também possibilitou ao pesquisador observar o impacto das ações educativas e as mudanças que foram acontecendo.

Este trabalho é fruto da observação das comunidades pelo autor durante cinco anos, de 2003 a 2007. Durante esse período foram implementadas diversas práticas educativas ambientais pelo Grupo Guardião, tais como: reciclagem do lixo orgânico, reutilização do lixo, seminários, palestras, oficinas e romarias ecológicas nas escolas, igrejas e associações. Também foram observadas as transformações dos espaços comunitários a partir de formação do Grupo Guardião, a participação e a percepção das comunidades nas atividades ecológicas e do meio ambiente e as mudanças comportamentais dos participantes.

Foram aplicados 45 questionários semiestruturados entre as principais lideranças das três comunidades para avaliar a participação das comuni-

dades nas questões ambientais. Entre os moradores que preencheram os questionários, 68% eram mulheres, e 32% homens. A idade dos pesquisados varia entre 19 a 68 anos. A maioria, 72%, tinha segundo grau de escolaridade. Entre estes, 30% não conseguiram concluir o curso. Do restante, 14% possuía nível superior e 14% apenas cursou o primeiro grau do ensino fundamental. Este aspecto de escolaridade demonstra que a maioria dos moradores do Eixo-forte recebeu uma educação formal em nível básico. Os pesquisados que afirmaram ter concluído o nível superior de ensino trabalham como professores na região.

Entre os que responderam os questionários, 89% nasceram no município de Santarém e 11% eram naturais de outras cidades. A grande maioria, 91% dos pesquisados, morava há mais de 10 anos na região do Eixo-forte. Este dado é muito importante para conhecer a origem das pessoas que ali residem. A maioria era moradora tradicional da região, e não houve uma migração significativa de população de outras regiões para a área pesquisada.

Entre os pesquisados, 72% trabalham, 11% são aposentados e 17% se encontram desempregados. Dos que se disseram trabalhadores, 72% eram informais, sem carteira do trabalho assinado. Apesar do trabalho, 57% tinha uma renda familiar até um salário mínimo, e 37% percebia até dois salários mínimos. Apenas 6% ganhava mais de dois salários mínimos. Com base nesses dados, podemos concluir que a maioria da população do Eixo-forte sobrevive em condições precárias, e a renda não supre suas necessidades básicas. Pela observação do pesquisador foi constatado que a maioria dos moradores não tem muita opção de trabalho e vive da agricultura familiar, especialmente da produção da farinha de mandioca, pequenas vendas de frutas e fabricação de produtos de artesanato.

Para reforçar e convalidar as respostas dos questionários, a formação de um grupo focal foi essencial. Esse grupo teve a participação de 12 lideranças das três comunidades pesquisadas e se encontrou para discutir a participação das comunidades nas questões ambientais e as principais ações concretas, como possíveis soluções para os problemas que foram identificados pelo grupo. Os grupos focais ajudaram o pesquisador a conhecer qual a percepção dos participantes sobre as mudanças que estão acontecendo nas comunidades e contribuíram para o entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca desses fatos e das práticas educativas adotadas por eles com ênfase na temática ambiental.

A maioria das comunidades do Eixo-forte consideradas áreas rurais do município de Santarém, especialmente as que ficam na Rodovia PA-457,

hoje faz parte da expansão urbana de Santarém por sua ligação econômica, política e social com a cidade. Essas áreas vivem em função da cidade e estão interligadas pelo transporte público urbano. Segundo dados fornecidos pelas associações das comunidades, mais de 15 mil pessoas moram na área do Eixo-forte.

Essas comunidades que sobreviviam da agricultura familiar não eram totalmente assistidas pelo poder público local há muito tempo, até que as comunidades começaram a se organizar por meio do Grupo Guardião. As necessidades essenciais, como transporte público, posto de saúde, água tratada, moradia e meio de comunicação, não eram atendidas. A ausência do poder público era substituída pela presença de outras organizações, tais como a Igreja católica, o grupo Guardião e a Associação das Comunidades. Em 2003, com a iniciativa da Igreja, foi fundado um grupo de discussão sobre questões ambientais em Cucurunã. As discussões foram se ampliando com a participação das outras comunidades da área. A partir desses encontros, surgiu o Guardião.

O principal objetivo do Guardião era a preservação do meio ambiente por meio de ações educativas ambientais. Foram feitas atividades, como um concurso de melhor comunidade ecologicamente correta da região, concurso de presépio ecológico, oficinas de reciclagem do lixo nas comunidades, concurso de pintura para alunos de escolas da região com temas ambientais, minicursos de educação ambiental, direito e cidadania. Foram organizadas cinco romarias ecológicas com a participação toda a sociedade organizada da cidade.

A pesquisa também analisou os trabalhos do Guardião nas comunidades do Eixo-Forte. Entre os pesquisados, 84% conhecia o grupo. Apenas 16% não tinha contato com esse grupo. Dos primeiros, todos concordaram que a presença do grupo trouxe mudanças na região. Foram apontadas várias melhorias, dentre elas, os trabalhos com lixo seletivo, a preservação dos espaços comunitários, as questões de organização comunitária, o reflorestamento e a preservação da natureza.

As ações educativas desenvolvidas pelo grupo Guardião resultaram no fortalecimento da cidadania nas comunidades envolvidas, as quais passaram a reivindicar junto ao poder público o direito a investimentos do Estado para sanar as suas diversas necessidades. Durante o período de 2003 a 2007, todas as comunidades pesquisadas conseguiram poços artesanais financiados pelo poder municipal para suprimir suas necessidades de água potável. Além de poço, agora contam com coleta de lixo, transporte

público e posto de saúde. Com todos esses serviços, os moradores alcançaram melhor qualidade de vida. Os centros comunitários, construídos e mantidos pelos moradores, se tornaram espaços de encontros e discussões para a população local.

A partir da sua fundação, em 2003, o grupo Guardião desenvolveu inúmeras atividades de EA em Eixo-forte. A primeira atividade do grupo foi o lançamento da I Romaria Ecológica, que aconteceu na comunidade do Cucurunã no dia 2 de junho de 2003. O projeto de educação ambiental não se encerrou com a realização da romaria, tendo sido marcado por duas grandes etapas: o antes e o depois desta. No primeiro momento, trabalhou-se a consciência ecológica através da arte, desenvolvida nas escolas da região por meio de frases, desenhos ou histórias ligadas ao meio ambiente. Depois, no segundo momento, foram realizados concursos que envolveram a participação dos comunitários em geral, a exemplo dos certames "Comunidade Limpa, Comunidade Linda" e presépio ecológico, sempre antecipado por oficinas de arte natalinas, com a utilização apenas de materiais naturais.

Durante sua atuação, foram realizadas cinco romarias ecológicas com a participação de todas as comunidades da região, inclusive de pessoas vindas das outras cidades vizinhas. A III Romaria Ecológica ocorreu em 3 de julho de 2005, com o tema: "Cuidar da Terra é Semear a Paz", com a participação de mais de 4 mil romeiros (Guardião, 2005, p. 1).

A atuação do grupo conseguiu forçar o poder público a fazer mais investimentos na área das comunidades beneficiadas (centros culturais, postos de saúde, coleta de lixo, obras de saneamento etc.).

As principais conclusões deste estudo foram: a) o grupo Guardião foi formado pela iniciativa das próprias comunidades, que se preocupavam com a degradação ambiental e o abandono pelo Poder Público; b) apesar das dificuldades de se encontrar, o grupo conseguiu se expandir e receber apoios das várias organizações não governamentais; c) houve uma grande melhoria na qualidade de vida das comunidades nas questões de saúde e educação; d) multiplicaram-se as atividades relacionadas à educação ambiental, como limpeza e arborização dos espaços públicos, coleta e reutilização de recicláveis, caminhadas ecológicas etc.

A pesquisa analisou diversos trabalhos do grupo Guardião nas comunidades do Eixo-Forte. Foram aplicados 45 questionários para avaliar a participação das comunidades nas questões ambientais, bem como as mudanças de comportamento de seus integrantes na luta pelos direitos relacionados a essas questões etc. Entre os pesquisados, 84% conheciam

o Guardião. Apenas, 16% não tinham contato com esse grupo. Mas todos concordaram que a presença de grupo Guardião trouxe mudanças na região. Foram apontadas várias melhorias entre elas, os trabalhos com lixo seletivo, preservação dos espaços comunitários, questões de organização comunitária, reflorestamento e a preservação de natureza foram mais destacadas.

Nesse sentido, é importante ressaltar a mudança do comportamento dos comunitários em relação ao meio ambiente. Cresceu consideravelmente a consciência política das comunidades, resultando na conquista de direitos sociais e ambientais pelos seus atores sociais, que conseguiram do governo local a construção e melhoria das escolas, praças, ruas, sistema de água, espaços culturais e investimento nas ações da cidadania. Foram construídos o espaço cultural de Cucurunã, a escola de ensino médio de São Brás e Irurama, os postos de saúde São Brás e Irurama e os sistemas de abastecimento de água em todas as comunidades. Além de todas essas conquistas, o Guardião conseguiu mobilizar vários movimentos sociais para a promoção de discussões e ações voltadas à temática ambiental. A romaria ecológica hoje reúne mais de 10 mil pessoas, envolvendo escolas, associações, empresas, Igrejas, ONGs e o governo local. As atividades econômicas promovidas pelo grupo incluem minicursos de pintura, plantio de plantas medicinais, artesanato e gerenciamento de ecoturismo, os quais contribuíram na melhoria da situação econômica das famílias do Eixo-forte.

A consciência dos seus direitos, adquirida por meio das interações, ajudou as comunidades a reivindicarem melhoria junto às autoridades municipal e estadual. As estratégias utilizadas pelo grupo Guardião para obtenção das reivindicações incluíram, dentre outros, manifestações com a presença de todas as comunidades do Eixo-forte, abaixo-assinados, encontro com os representantes do governo local, encontro de formação das lideranças locais e bloqueio de ruas.

A participação nas discussões ambientais é um grande destaque da pesquisa. 86% dos pesquisados já participaram de algumas discussões ambientais nas suas respectivas comunidades. Entre as atividades com a participação dos moradores, a Educação Ambiental se destacou. 82% dos entrevistados relataram ter participado do processo de EA promovido pelo grupo Guardião em suas comunidades.

A participação na área da EA despertou também o interesse pela leitura nas comunidades. Os moradores conseguiram construir sua própria biblioteca comunitária e, ligados à leitura, surgiram outros dois projetos:

projeto pedalando e livro com pipoca. O primeiro tenta levar, de bicicleta caracterizada, livros às casas de moradores para que eles possam ter acesso facilitado. O segundo convida os moradores a lerem na biblioteca, oferecendo pipoca e lanche. Todos os livros foram adquiridos nas campanhas de arrecadação feitas nas comunidades e nas doações voluntárias.

Conclusão

O resultado deste estudo aponta que a capacidade de decidir sobre a própria vida é um dos objetivos estratégicos de participação de pessoas e comunidades. Só assim é possível desenvolver as capacidades necessárias para que obtenham reais transformações sociais. A participação deve contemplar tanto os níveis cognitivos, como psicológicos, econômicos e políticos. Para isso, é necessário que as pessoas e as instituições construam uma autoimagem positiva, desenvolvam capacidades para pensar criticamente e agir acertivamente, construam espaços e grupos colaborativos, promovam a tomada de decisões de forma horizontal e democrática e implementem ações em conjunto.

A participação não se dá de forma espontânea, e envolve, via de regra, um delicado jogo de interesses, nem sempre convergentes. Na pesquisa, a participação no processo educativo começou com as necessidades das comunidades, que eram prejudicadas pela falta de investimento público. Segundo Loureiro (2003), um dos entraves à participação é o aumento de conflitos em torno do processo de gestão ambiental. Existem conflitos de valores, de pontos de vista e de interesses entre a visão da sociedade e a visão dos gestores. Como conciliar, por exemplo, os interesses de uma ONG ambientalista com os de uma associação industrial? E que segmentos da sociedade devem participar de todo o processo? Quais são as possibilidades de acordos entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil em relação ao uso dos recursos naturais? Quais instrumentos de participação devem ser adotados? Essas são perguntas que devem ser consideradas no processo de educação ambiental.

Mesmo quando a participação das comunidades nos projetos ambientais é alcançada, existe sempre o perigo de os interesses hegemônicos se apropriarem do jogo democrático, manipulando as lideranças com favores e contrariando os interesses da coletividade. Houve várias tentativas fracassadas dos partidos políticos de apropriar o grupo Guardião em seu

interesse. Por isso, é necessária uma formação contínua e permanente dos membros por meio da educação ambiental crítica.

A participação local genuína só pode ser alcançada se as comunidades locais puderem tomar decisões que influenciem suas vidas e seu meio ambiente. Isso pode acontecer somente se as comunidades e os gestores dos recursos naturais puderem, desde o início dos projetos, dialogar, como verdadeiros aliados, rumo ao objetivo comum de uma gestão sustentável e protetora dos recursos naturais. Porém, na maioria dos casos, o que acontece é o contrário. Tratar as comunidades locais como aliadas de fato e possibilitar que participem da gestão de seus próprios recursos, decidindo sobre as metas de conservação e desenvolvimento, sem interferência externa, não tem sido objetivo da maioria dos planos de gestão de recursos naturais. Esta pesquisa é apenas parte de um estudo científico mais aprofundado acerca do tema da educação ambiental participativa na promoção da cidadania.

Referências

BAETA, A. M. B.; SOFFIATI, A; LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). 37ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.* São Paulo: Cortez, 2004.

DALLARI, D. *Direitos humanos e cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GUARDIÃO. Regulamento do Concurso Comunidade Limpa, Comunidade Linda. Santarém: [s.n], 2003 (mimeo).

_____. Concurso Arte Ecológica 2005. Santarém, 2005 (mimeo).

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. G. M. A educação não formal e a relação escola-comunidade. *EcoS.* São Paulo, v. 6, n. 2, 2004, p. 36-65.

_____. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio, revista avaliação política pública educacional.* Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan.-mar. 2006.

GRUN, M. *Ética e educação ambiental: uma conexão necessária*. Campinas: Papirus, 1996.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Caderno de Pesquisa.* São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental, *in:* LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidade da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.

LOUREIRO, C. F. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.* Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. Educação ambiental transformadora*, in:* LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidade da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-84.

_____. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental.* São Paulo: Cortez, 2006.

_____; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (org.). *Educação ambiental e gestão participativa em unidade de conservação.* Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2003.

MELO, G. P. *Educação ambiental para professores e outros agentes maultiplicadores.* João Pessoa: Ibama, 2007.

SATO, M; CARVALHO, I. (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental*, in*: SATO, M; CARVALHO, I. (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 18-44.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; FERRARO JÚNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.

TACCONI, L. *Biodiversity and ecological economics*: *participation, values and resource management*. London: Earthscan, 2000.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AÇÃO PÚBLICA: O ACORDO DE PESCA DE JARACUERA GRANDE, CAMETÁ (PA)[1]

Aquiles Simões[2]
Sara Corrêa Dias[3]

Resumo

O artigo trata da construção da ação pública como produto das múltiplas formas de interação entre a ação coletiva e a ação governamental para o uso e apropriação dos recursos naturais no território do Baixo Tocantins, Amazônia brasileira. O estudo se baseou nos processos organizacionais ligados à gestão dos recursos pesqueiros, como a constituição e o funcionamento do acordo de pesca. Optou-se pela pesquisa qualitativa apoiada na observação participante e na realização de entrevistas semiestruturadas. Conclui-se que o território de vida é também o território da ação pública, fruto das imbricações entre a ação coletiva e a ação governamental. É nessa perspectiva que a efetiva participação das organizações camponesas orienta os modos de governança das políticas públicas e dos recursos naturais.
Palavras-chave: Acordo de pesca. Ação coletiva. Ação pública. Recursos naturais.

1 Trabalho desenvolvido no Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (Gedaf) no âmbito do programa Sociedades Rurais Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (Sordam), realizado com o apoio do Proext – MEC/SESu.

2 Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Correio eletrônico: aqsimoes@pq.cnpq.br.

3 Graduanda do curso de Pedagogia do *campus* Tocantins – Cametá, da Universidade Federal do Pará. Bolsista Pibic.

Résumé
L'article aborde la construction de l'action publique en tant que produit des multiples formes d'interaction entre l'action collective et l'action gouvernementale pour l'utilisation et l'appropriation des ressources naturelles dans le territoire du Baixo Tocantins, l'Amazonie brésilienne. L'étude a porté sur les processus organisationnels liés à la gestion des ressources halieutiques, comme la constitution et le fonctionnement de l'accord de pêche. Nous avons opté pour la recherche qualitative soutenue par l'observation participante et entretiens semi-directives. Nous concluons que le territoire de vie est aussi le territoire de l'action publique, fruit des imbrications entre l'action collective et l'action gouvernementale. Dans cette perspective, la participation effective des associations paysannes guide les modes de gouvernance des politiques publiques et des ressources naturelles.
Mots-clefs : Accord de pêche. Action collective. Action publique. Ressources naturelles.

Introdução

O objeto deste artigo é a construção da ação pública como produto da interação entre a ação coletiva, que se traduz nas formas de organização dos camponeses, e a ação governamental, com ênfase nas políticas e programas públicos que preconizam o fortalecimento econômico das populações rurais e nos instrumentos jurídicos que normatizam e regulam o acesso aos recursos naturais. Nessa perspectiva, o texto reflete sobre processos reveladores dos modos de organização dos camponeses para o uso, apropriação e conservação da agrobiodiversidade em nível do território.

Esse tema se inscreve na linha de pesquisa "Sociedades Camponesas, Ação Pública e Diversidade Socioterritorial" do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (Gedaf), grupo de pesquisa vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA) e ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, cadastrado junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo como objetivo desenvolver ações de pesquisa-formação em estreita ligação com os processos locais de desenvolvimento na região do Baixo Tocantins.

As múltiplas interações entre a ação coletiva e a ação governamental são imprescindíveis para o processo de construção de uma abordagem territorial mais ampla que valorize as dinâmicas culturais e econômicas, favorecendo a aproximação entre as demandas sociais dos camponeses e as políticas públicas. Nesse sentido, os territórios, quando orientados pela perspectiva do desenvolvimento sustentável com base na gestão democrática, viabilizam e/ou potencializam arranjos institucionais inovadores capazes de estabelecer novas relações entre a esfera governamental e a esfera privada, criando uma maior sinergia entre as ações governamentais e as ações desenvolvidas em âmbito local pelas comunidades rurais, de maneira a potencializar os recursos naturais disponíveis.

A ação coletiva pode ser entendida como "toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confia e aplica recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns" (Tilly *et al.*, 1981, *apud* Gohn, 1997, p. 66). Entretanto, para Olson (1965) é falsa a tese de que, se os membros de um determinado grupo são racionais e egoístas e compartilham um objetivo comum que, se alcançado, beneficiaria a todos, esse grupo agiria para alcançar tal objetivo.

A ação coletiva também é vista como uma das novas formas de ação em sociedade, lado a lado à ação histórica (Touraine, 2006) ou à ação subjetivada (Dubet, 1987; Dubet, Wieworka, 1995). Portanto, é uma ação voluntária que assume necessidades tradicionalmente dadas por interesses privados, contribuindo para a criação, no seio das sociedades complexas, de espaços públicos, condicionando a instauração de novos modos e métodos de governança dos recursos e dos territórios (Melucci, 2001). Ela é assim objeto de um intenso trabalho de re-conceptualização da ação em sociedade e das modalidades de construção do espaço público.

Essa visão pretende integrar a atividade agropecuária não somente em sua dimensão de produção e gestão dos recursos (trabalho, produzir bens), mas também da vida pessoal e criativa dos camponeses (habitar em um lugar dado em particular) e da participação na vida política e associativa (o que chamamos hoje "participação" ou "aprendizagem participativa"). Entretanto, faz-se necessário acrescentar nessa definição, pautada na relação sociedade/território, a relação com o Estado mobilizando a noção de ação pública, ou seja, as interpenetrações estreitas, dinâmicas e complexas entre ação coletiva e ação governamental (Duran, 1999; Lascoumes, Le Galès, 2007). A ação coletiva está assim intrinsecamente articulada à ação pública, que é, por sua vez, uma nova maneira de conceituar a ação governamental, assumindo sua fragmentação, suas contradições locais, sua pluralidade. A

ação pública é uma ação governamental diferenciada e territorializada que "substitui o interesse geral mítico pelo interesse coletivo possível" (Duran, 1999).

Pretendemos aplicar esses conceitos à análise e compreensão de um contexto em pleno movimento de mudanças e transformações, no qual estão se estabelecendo as atuais formas de exploração dos recursos naturais, como é o caso da microrregião de Cametá. As novas características do contexto regional vêm colocando outras perspectivas aos atores locais e produzindo uma maior diversidade social e ambiental na região, possibilitando o surgimento de formas e modalidades diversas de governança em torno dos recursos naturais.

O Baixo Tocantins é um território rural que vem sofrendo profundas transformações desde meados dos anos 1980, principalmente no que se refere ao papel desempenhado pelos camponeses e suas organizações. O investimento governamental em políticas e programas de desenvolvimento rural – tais como as de criação de projetos de assentamentos agroextrativista na região das ilhas, crédito, assistência e assessoria técnica, educação do campo, desenvolvimento territorial, seguro defeso, programas de inclusão social – tem sido significativo nos últimos anos. Este investimento, acompanhado por novos princípios da ação governamental, não somente leva ao surgimento de novas configurações de atores e produz novas formas de mediação entre o Estado e o campesinato, como também interroga sobre os limites da imbricação entre ação governamental e ação coletiva e reorienta as mudanças qualitativas na trama social local e nos modos de governança, fabricação e/ou reinvenção desse território.

Nesse sentido, as instituições de desenvolvimento (estatais e não governamentais), bem como as organizações representativas dos agricultores, situadas em posição de interface (entre esfera doméstica – as famílias camponesas) e a esfera governamental (o conjunto de instituições estatais e políticas e/ou programas de desenvolvimento), podem desempenhar, enquanto mediadores sociais, um papel decisivo no processo de construção do território com ênfase no fortalecimento dos camponeses e na melhor gestão dos recursos naturais.

São inúmeras as questões que impulsionam o desenvolvimento do território, visto como um lugar de projeto coletivo, articulação global/local e de abordagem das problemáticas ambientais. A governança é um dos elementos essenciais para que isso ocorra, pois é parte do processo de aprendizagem na construção dos territórios. Ela é compreendida como

um processo não somente de coordenação de atores, através da elaboração coletiva de regras, mas também de apropriação dos recursos e construção da territorialidade (Leloup *et al.*, 2005).

Enfoque metodológico

O estudo foi realizado na comunidade Ilha Jaracuera Grande, localizada no município de Cametá (PA), na qual a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (Apacc) vem atuando.

Optou-se pela reflexão sobre o acordo de pesca. Essa escolha possibilitou incluir experiências de ação coletiva que incluem estratégias produtivas e de reprodução social tanto no campo da produção agrícola como da produção pesqueira, abarcando as formas organizativas dos camponeses ribeirinhos pescadores e agroextrativistas.

As principais estratégias metodológicas no desenvolvimento da pesquisa envolveram o uso de metodologias de base qualitativa, como a observação participante em nível dos espaços públicos de discussão, visando à identificação das experiências que foram elencadas como prioritárias para a análise, e a realização de entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores e pescadores nas comunidades escolhidas.

A observação participante consistiu na participação em encontros, seminários e outros eventos, tais como feiras de economia solidária, em que as entidades de representação dos camponeses participaram como promotoras ou convidadas. Esses eventos serviram como momento formativo e produtor de informações, oportunizando anotações manuscritas, gravações, que foram úteis na apreensão da realidade dos sujeitos. No âmbito das comunidades, realizamos conversas informais a partir de estadas na casa dos camponeses, ficando atentos ao desenrolar da vida social local. Essas informações foram transcritas diariamente no caderno de campo.

A aplicação de entrevistas semiestruturadas deu-se com pessoas-chave que participaram ativamente na construção das experiências tanto como protagonistas das ações como na interlocução com os agentes estatais. Foram realizadas 12 entrevistas, sendo dez famílias pescadoras e duas lideranças (presidente da Associação e da Colônia de Pescadores). As entrevistas foram feitas com base na possibilidade do diálogo entre pesquisador e pesquisado e na intenção de permitir o máximo de espontaneidade nas informações e troca de conhecimentos entre ambos, além de possibilitar

maior exploração dos assuntos referentes ao uso, manejo e gestão dos recursos naturais das comunidades rurais pesquisadas.

A pesquisa foi complementada com a análise de documentos produzidos pelas organizações camponesas, como atas de assembleias, relatórios de reuniões, projetos elaborados e acordos de pesca. Investimento importante foi realizado na apreensão do referencial teórico escolhido para o diálogo com os dados empíricos.

A construção da ação pública em torno da gestão dos recursos naturais: a experiência do acordo de pesca de Jaracuera Grande

A ideia de construir o acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande surgiu entre 1999 e 2000, quando alguns pescadores foram à beira da praia para capturar diversos tipos de peixe, porém lançaram a rede várias vezes e não encontraram nada. Nesse momento eles se deram conta de que isso era consequência da pesca predatória e desordenada que muitos pescadores praticavam na região. O rio de Jaracuera Grande, por ser bastante extenso e rico em recursos pesqueiros, estimula muitas pessoas de outras comunidades a vir pescar no local. "Além disso, caçavam, pegavam peixe miúdo, camarão etc., sem se preocupar com o manejo controlado para que os peixes continuassem se reproduzindo e se mantendo estáveis em quantidade e em tamanho; isso apresentava grandes riscos às espécies que ainda existiam na região, como a tainha, dourada, tucunaré etc." (representante da colônia de pescadores).

Dentre os riscos, destacava-se a sobrepesca, isto é, a retirada do pescado em volume maior do que a natureza é capaz de repor. A partir daí começaram a perceber a situação em que se encontravam e assim procuraram coletivamente buscar soluções para tais problemas. Foi então que tiveram a ideia de construir os acordos de pesca.

No dia 16 de fevereiro de 2001, em assembleia geral, reuniram-se na localidade de Jaracuera Grande os moradores locais em conjunto com a comunidade do Perpétuo Socorro, a Comunidade de São José, a Igreja Adventista da Promessa, a Assembleia de Deus, o Escritório Regional do Ibama de Cametá, a Colônia de pescadores Z-16 de Cametá, a Secretaria Municipal de Agricultura, a Delegacia de Polícia de Cametá e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá. Nessa assembleia elaboraram a ata que

aprovou o acordo de pesca de Jaracuera Grande e, após os debates, decidiram em maioria simples o seguinte indicativo, que consta no artigo 1º da ata:

> A área do acordo de pesca, localizada na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no município de Cametá, na microrregião de Cametá, no Estado do Pará; tendo como Ponto de Referência que está expresso na coordenada geográfica: PTR-S02º04'28,3" e W049º20'44,3"; estão inclusos na área do Acordo parte da ilha Jaracuera Grande, parte da ilha Jaracuerazinho e mais corpos d'água que os cercam, coexistindo no local 01 igarapé, 06 furos e 04 enseadas de dentro da área; existe uma biodiversidade tanto de fauna aquática como terrestre, sobressaindo a de camarão e de peixe, a vegetação é característica de várzea, sobressaindo o açaizeiro.

Também foi escolhido um grupo para coordenar e fazer a mobilização dos pescadores. Foram meses de conversa e esclarecimentos com a comunidade, mesmo assim não houve adesão total: 90% aceitou, e 10% da população foi totalmente contra. No mesmo ano, fizeram o mapeamento de 750 m² demarcando a área do acordo de pesca de Jaracuera Grande e começaram a trabalhar.

Em 2003, fundaram a Associação dos Produtores Familiares de Jaracuera Grande (Acordar), com 36 famílias com média de sete filhos cada. Através da associação conseguiram muitos benefícios, como a compra de um "conjugado" de várias malhadeiras, a construção da sede da associação, um projeto, em parceria com o Banco do Brasil, para a compra da rede do "borqueio", canoas e materiais que precisavam para o manejo da pesca.

Nesse caso, a ação coletiva esteve intimamente ligada à construção do espaço público de discussão, sendo que esse processo deu corpo à criação da associação e conquistas de projetos mediados pela Colônia de Pescadores Z-16.

No acordo de pesca ficou proibido: piaba; zagaia; tarrafa; flecha de fundo; puçá; malhadeira de número 5 (25 mm) para baixo; pari; malhadeira de poço; rede de lancear camarão; caça com cachorro nas ilhas e captura de animais silvestres (capivara, pato do mato, gambá etc.) nas quatro ilhas que serão conservadas. Ficou permitido: rede aberta para o manejo do pescado, matapi grosso e pesca com caniço ou linha de mão. O manejo do peixe e do camarão passa a ser coordenado pela Comissão de Manejo e Pesca da Associação Acordar, quando houver quantidade, qualidade e tamanho adequado de pescado e camarão e estiver fora do período do defeso, da piracema e da reprodução do camarão.

O manejo é feito com rede aberta, e a divisão é da seguinte maneira: 50% fica para os pescadores que realizam o manejo e 50% fica garantido para a comunidade e a associação Acordar. Destes, 40% é vendido, e o restante distribuído a todos que estão no local participando do evento (pescaria). Se uma pessoa de outra comunidade quiser pescar no local, tem o direito desde que pague metade do que conseguir para a comunidade; esse recurso é utilizado para cobrir os custos da associação.

Durante o período de construção dos acordos de pesca ocorreram sérios conflitos. Houve cortes de redes, confrontos armados, os fiscais prendiam os materiais da pesca predatória e infratores do acordo, levando-os para o Ibama. Porém, a maior crise que enfrentaram foi em 2006, quando os pescadores estavam numa reunião da associação com os representantes do Ibama, no barracão comunitário, e um grupo de pessoas invadiu a comunidade. Houve confronto e muitos saíram gravemente feridos; foi uma cena bastante entristecedora para a comunidade e que também marcou a região. As pessoas que defendiam o acordo saíram vitoriosas no confronto e, a partir daí, começaram a não medir esforços para seu êxito.

Esse fato revela, no mínimo, duas questões. A primeira é que, lamentavelmente, em contextos em que a presença do Estado é fraca, face aos conflitos socioambientais comuns na região Amazônica, a violência funciona como instrumento de regulação social. A segunda destaca a importância do conflito para o fortalecimento da organização. Segundo Simmel (1983), a vitória é uma das vias de resolução do conflito, e este supõe aprendizagem social, pois é, em si, uma forma essencial de socialização. Os pescadores se esforçaram, juntamente com o Ibama, para regulamentar o acordo de pesca como instrumento jurídico, conferindo-lhe legalidade; e a celeridade desse processo foi fundamental para a sustentabilidade do acordo.

A lei que ampara os acordos de pesca é a n. 9.605, constituída em fevereiro de 1988, e que diz: "Entende-se por acordo de pesca um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definidos geograficamente" (Instrução Normativa 29/03). Ela regula a atividade pesqueira definindo o que o pescador pode ou não fazer, funcionando da seguinte maneira: de 1º de março a 31 de novembro, o pescador tem a pesca ampla, isto é, pode fazer o manejo do pescado. A partir de 1º de outubro a 28/29 de fevereiro começa o período do defeso, que é a proibição da pesca durante a fase reprodutiva dos peixes, determinada a cada ano pelo Ibama por meio de Portaria.

É o tempo da piracema, período em que os peixes migram em direção às cabeceiras dos rios, nadando contra a correnteza, para desova e reprodução. Esse fenômeno é essencial para a preservação dos peixes de água doce. Nesses quatros meses em que a pesca está fechada, os pescadores recebem o seguro defeso correspondente à importância de R$ 2.488,00 que é o seu seguro desemprego, uma vez que está desautorizado a pescar. A maioria trabalha com o extrativismo do açaí (responsável pela maior parte da renda familiar), criação de pequenos animais (xerimbabos), confecção artesanal de paneiros (feitos de fibras naturais, principalmente jacitara), além de complementar a renda familiar com aposentadorias, pensões e Bolsa Família.

A ação pública ganha em amplitude, pois a relação com os programas governamentais (sobretudo de inclusão social e o seguro defeso) passam a compor o cálculo econômico camponês juntamente com a renda das atividades produtivas. Os programas governamentais integram as estratégias de reprodução social e econômica dos camponeses influenciando no comportamento da relação consumo, trabalho e renda ao longo dos ciclos agrícolas.

Os pescadores param com o manejo em novembro para dar continuidade em março, na abertura da pesca. Nesses quatro meses, os agentes ambientais se organizam novamente para trabalhar na fiscalização. São sete agentes ambientais, sendo cinco homens e duas mulheres, escolhidos pela comunidade e capacitados para o monitoramento, e possuem a carteira de agente ambiental concedida pelo Ibama. Cada agente tem seu grupo, formado por cinco pessoas, que fazem a fiscalização da área durante o dia e a noite, e são remunerados. O pagamento é feito pela Acordar. Por exemplo: parte do que associação recebe das mensalidades dos associados é destinada às suas despesas (para renovação, compra de materiais, pagar viagens etc.); o restante é dividido igualmente entre os fiscais. Esse pagamento é feito de acordo com a frequência de cada um.

Os agentes ambientais voluntários desempenham um papel muito importante no acordo de pesca, pois são eles que vão buscar o conhecimento nas assembleias, conferências, congressos, encontros etc., e repassam aos pescadores; além disso, apoiam o monitoramento (estudo) e controle (fiscalização) do acordo e do meio ambiente local, orientam os comunitários locais e de outras comunidades sobre os acordos e legislação vigente, advertem as pessoas que descumprem o estatuto, denunciam aos órgãos competentes aqueles que prejudicam o acordo de pesca e o meio ambiente, entre outras

determinações estabelecidas pela Instrução Normativa n. 19 do Ibama, de 5 de novembro de 2001.

Na prática, a lei do acordo de pesca não é cumprida por todos. Por isso, no período do defeso, é imprescindível a atuação dos fiscais. Estes são escolhidos pela comunidade e recebem capacitação da Colônia e do Ibama para fazer o trabalho. A ação pública nesse caso se revela na parceria entre o aparelho estatal (o Ibama) e organizações da sociedade civil (Colônia de Pescadores).

Os acordos são legalizados da seguinte maneira: junto com a proposta aprovada na assembleia é preciso encaminhar um ofício à gerência executiva do Ibama no estado, pedindo a regulamentação do acordo através de Portaria Normativa Complementar; além desse documento, deve ser encaminhada a ata da assembleia que aprovou o acordo, com as assinaturas de todos os representantes das comunidades e dos outros participantes. Assim que recebe os documentos, a gerência executiva do Ibama elabora um parecer técnico e prepara uma minuta de portaria (documento inicial), regulamentando o acordo. A minuta é encaminhada à sede do Ibama em Brasília para a avaliação técnica e jurídica e outras providências que forem necessárias. Depois, o presidente do instituto assina a portaria, e só então o documento é publicado no Diário Oficial da União.

O acompanhamento da tramitação do processo que transforma o acordo negociado localmente em instrumento jurídico legalizado é fundamental, pois, em situações de tensões e conflitos, a morosidade burocrática pode ter como consequência o descrédito das formas de organização local e o esfacelamento dos acordos negociados, ampliando o conflito socioambiental, dada a necessidade premente dos indivíduos de acessar os recursos de uma forma ou de outra.

Nesse processo, os agentes ambientais acabam adquirindo novas competências, passam a dispor de um cabedal de conhecimentos sobre a legislação ambiental, dotam-se de informações e circulam por canais nos quais se discutem as possibilidades de projetos e oportunidades de apropriação dos benefícios vinculados a políticas públicas ambientais, de desenvolvimento rural e de inclusão social, o que lhes confere legitimidade para atuar como agentes mediadores na interlocução entre as instituições estatais (Ibama, Universidade, Secretarias de Meio Ambiente) e os camponeses pescadores.

Essa é, sem dúvida, uma das dimensões da ação pública: a produção e reprodução de mediadores do desenvolvimento, em muitos casos, podendo reproduzir relações tradicionais de dominação com base no clientelismo,

praticando uma mediação alienante (D'Incao, Roy, 1995). Nossos dados e observações não nos permitem aprofundar tais aspectos na experiência estudada.

Atualmente, o acordo de pesca conta com o apoio da Polícia Militar, Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá e de ONGs. Infelizmente não contam com o apoio do Ibama. Segundo nossos entrevistados, a maior parte dos problemas enfrentados na região é consequência da construção da hidrelétrica de Tucuruí. O maior impacto foi causado sobre o estoque natural do pescado, que levou os ribeirinhos a adotarem práticas predatórias (puçá) para garantirem sua sobrevivência. "Antes da barragem aqui tinha muito, muito mesmo curimatã, peixinho branco, aracu, pirapitinga, sardinha, branquinha, tinha com abundância e hoje não existem mais" (pescador). Além da extinção de muitas espécies, o nível de água baixou nos rios e lagos da região, com o aparecimento de praias e pequenas ilhas que impedem a navegação com a maré baixa (momento da vazão do rio Tocantins) e diminuem as áreas úteis de pesca. Isso fez com que os pescadores proliferassem para todas as áreas, inclusive as que deveriam ser preservadas, aumentando a pressão sobre o recurso pesqueiro para compensar a perda da diversidade do pescado, principal fonte proteica dos ribeirinhos. A qualidade da água foi substancialmente alterada, conforme nos explica um dos moradores da ilha:

> (...) a água ficou todinha poluída, não dá nem para beber, a barragem foi muito ruim prá nós, a gente sofre com doenças de todo tipo, dá muita hepatite, diarreia, coceira, vômito, perdemos nossa água... muitas pessoas da ilha foram para a cidade para tentar uma vida melhor muitas vezes sem condição de se manter (pescador).

Apesar dos problemas, a comunidade é um exemplo de organização, tendo como objetivo o trabalho solidário baseado no respeito e na parceria. Já ajudou a fundar outros acordos em várias comunidades, como em Maracu Carmo, Juruaté, Pitiu e Praia Grande. Isso denota a capacidade de alcance da ação pública, revelando, ainda, que provavelmente há toda uma teia de aprendizagem social em torno da gestão dos recursos naturais que vem paulatinamente se construindo, e cujos pontos centrais são os acordos de pesca. Assim, entendemos que a interação entre a ação coletiva e ação governamental, além de ser um processo de aprendizagem social, contribui sobremaneira à constituição dos sujeitos do desenvolvimento para os quais a experiência é vivida como condição de historicidade (Simões, 2007). O

esforço para reunir os moradores, criar um espaço de discussão coletiva e formar pessoas, em parceria com a Apacc, sobre práticas agroecológicas de desenvolvimento sustentável, até a concretização do acordo de pesca, foi fundamental.

O acordo aumentou significativamente a qualidade e quantidade do pescado, pois, com as práticas de conservação, os peixes têm onde se reproduzir e crescer com segurança, aumentando a produtividade e principalmente a renda das famílias. Desse modo, muitos peixes que estavam se extinguindo foram recuperados, a exemplo da tainha e do curimatã. "Sem o acordo, não há peixe para alimentar a população, nele há respeito, e, conforme a quantidade manejada, é distribuída entre todos, mesmo as pessoas de outras comunidades", afirma um dos pescadores e liderança comunitária. As principais espécies pescadas são: mapará, tucunaré, dourada, sarda, pescada, tainha, mandubé, caratinga, jatuarana e o camarão-de-água-doce. Entre todas essas espécies, o mapará se destaca como o pescado mais representativo e que remete à identidade cultural da população local. "Mapará com açaí, essa é a nossa riqueza", diz um pescador.

A associação conta hoje apenas com o apoio da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá e a comunidade local para dar continuidade ao acordo de pesca. O mesmo Estado que apoia, estimula, participa na construção da gestão negociada dos recursos naturais, anuncia posteriormente a sua retirada, arrefecendo a ação pública a partir da transferência das suas funções para a sociedade civil. Em nossa perspectiva, a ação coletiva deve caminhar ao lado da ação governamental para o êxito das iniciativas promissoras de desenvolvimento sustentável. Essa é a condição de emergência da ação pública, conforme referencial teórico apresentado na introdução deste artigo.

Através do acordo de pesca, a comunidade conseguiu ter uma vida melhor, com alimentação oriunda da região, diminuindo a compra de enlatados e embutidos (mortadela, salsicha etc.), fortalecendo ainda mais as experiências locais de uso, manejo e gestão dos recursos naturais. A comunidade aprendeu a resolver problemas e apresentar soluções, obtendo um vasto conhecimento, principalmente no que diz respeito às práticas sustentáveis que não agridem o meio ambiente. A partir da interação com ações governamentais, os participantes puderam conhecer a legislação, os trâmites burocráticos, as possibilidades de obtenção de benefícios sociais e os canais de interlocução com instituições públicas (a exemplo da Universidade) visando a elaboração de projetos de desenvolvimento que contribuíssem sobremaneira para o sucesso da associação. A intervenção

de ONGs como a Apacc também foi muito importante, pois desenvolveu ações fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com a realização de cursos, palestras, oficinas e seminários que deram apoio técnico aos camponeses ribeirinhos.

O acordo de pesca abriu um leque de oportunidade aos pescadores, assim como valorizou o conhecimento dos moradores locais, contribuindo de forma positiva para sua efetivação e manutenção. Sem dúvida, o caso de Jaracuera Grande demonstra que a ação coletiva, juntamente com a governamental, pode transformar o espaço vivido em um território da ação pública, proporcionando uma vida melhor à população ribeirinha.

Conclusões

A pesquisa realizada na comunidade da Ilha Jaracuera Grande teve o intento de identificar experiências inovadoras voltadas às práticas locais de uso, manejo e gestão dos recursos naturais, na perspectiva de apreender as características essenciais que envolvem o processo de interação entre ação coletiva e ação governamental, tendo em vista o contexto do território regional. As análises e reflexões produzidas no decorrer das atividades contribuíram de forma positiva para uma abordagem mais ampla da ação pública, envolvendo o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase nas novas formas de manejo e gestão dos recursos naturais que fortaleceram os camponeses, valorizaram a agrobiodiversidade e as ações coletivas por eles desenvolvidas.

As entrevistas realizadas com os pescadores e lideranças locais mostraram que as intervenções realizadas pelas instituições permitiram a estruturação coletiva para o desenvolvimento de ações fundamentais que contribuíram para o sucesso da associação criada na comunidade.

Nesse sentido, a pesquisa revelou a importância da constituição de agentes mediadores no quadro da ação pública. A inserção local ativa de instituições não governamentais fomentando iniciativas de desenvolvimento rural, como a Apacc, e organizações representativas dos camponeses, como a Colônia de Pescadores Z-16, atuando para o fortalecimento do espírito associativo, possibilitando inovação institucional – criação e efetivação do acordo de pesca –, reforçou a dinâmica organizativa das famílias, de forma a estabelecer modalidades de governança visando a conservação dos recursos naturais, além do papel decisivo no que se refere à segurança ali-

mentar. Sem dúvida, esses agentes mediadores tiveram papel fundamental nas múltiplas formas de imbricação entre a ação coletiva e ação governamental identificadas. O papel desempenhado na trama social local traduz a complexidade da ação pública.

O acordo de pesca trouxe muitos benefícios para as famílias. Com o manejo implementado tem-se peixe o ano inteiro para consumo e venda. Apesar das dificuldades, hoje há produção em grande quantidade do pescado. Muita coisa mudou tanto financeiramente (venda do peixe) quanto na alimentação (segurança alimentar). As atividades estão possibilitando aos moradores desenvolver uma forma mais sustentável de utilização dos recursos naturais. Além disso, o acordo de pesca reforçou a organização comunitária, o que reflete positivamente na resolução de outros problemas enfrentados no local. São experiências exitosas que não seriam possíveis sem o enfrentamento dos conflitos. O Estado deve assumir a sua responsabilidade na regulação dos conflitos socioambientais; a sua retirada pode criar situações de instabilidade dos acordos de pesca negociados, mesmo que estes tenham o estatuto de instrumento jurídico.

É importante ressaltar que, em diversos momentos da pesquisa, a ação pública se exprime como uma forma de "re-existência" camponesa frente a processos de expropriação e de degradação ambiental mediados pela própria ação governamental, como no caso dos grandes projetos de desenvolvimento, sendo a construção da barragem de Tucuruí um exemplo inquestionável. Trata-se, sem dúvida, de experiências que mostram como se dá a recomposição dos modos de vida camponesa diante das adversidades socioambientais. Com o que foi pesquisado e vivenciado nas comunidades, reafirmamos que a articulação entre a ação governamental e a ação coletiva não somente leva a uma nova forma de ação pública, que amplia o universo de atores que se desenvolvem e possibilita uma melhor coordenação entre estes na gestão dos recursos naturais; também nos ensina os limites e as possibilidades de ampliação da ação pública, indicando o poder que é delegado aos agentes mediadores no engendramento das tramas sociais locais que orientam dinâmicas territoriais.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*. Disponível em: <dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0044501NV4GQX6>. Acesso: 22 dez. 2012.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinado a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DUBET, F. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, Points, 1987.

_____; WIEWORKA, M. (org.). *Penser le sujet*. Paris: Fayard, 1995.

DURAN, P. *Penser l'action publique*. Paris: LGDJ, 1999

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. *Sociologie de l'action publique*. Collection Universitaire de Poche. Paris: Armand Colin, 2007.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme noveau mode de coordination territorial? *Revue Géographie, Économie, Société*. Lavoisier, 2005, n. 4, v. 7, p. 321-332.

MELUCCI, A. *Vivencia y convivencia. Teoría social para una era de la información*. Madri: Editorial Trotta, 2011.

OLSON, M. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

SIMMEL, G. *A natureza sociológica do conflito, in:* MORAES FILHO, Evaristo (org.). São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, A. *La réforme agraire en Amazonie brésilienne: innovation et apprentissage social*. (Doutorado). Toulouse: Universidade de Toulouse le Mirail / Institut de la Recherche pour le Développement, 2007

TOURAINE, A. *Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

VIDAS ESCRITAS DE EDUCADORES EM FORMAÇÃO: (RE)MEMORAÇÕES DE PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Eula Regina Lima Nascimento[1]

Resumo

Neste trabalho, as memórias escritas de educadores em formação, na interface com fundamentos da Educação Popular, configuram-se como elemento formativo e instrumento de recolha de fontes sobre processos de alfabetização de graduandos da Universidade Federal do Pará (UFPA), no *campus* universitário de Castanhal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), resultado do trabalho pedagógico efetivado na disciplina Literatura e Alfabetização. Foram sujeitos da pesquisa 29 educadores em formação, atuantes em escolas do campo, séries iniciais, do interior do nordeste paraense. Objetiva resgatar processos de alfabetização de graduandos/docentes em formação, aproximando teoria e prática, presente nas ações de ensino, formação e pesquisa, como movimento dinâmico a partir da Educação Popular, partindo-se da premissa de que ambas se fazem e refazem como uma forma de intervenção pedagógica e na leitura do mundo. O referido artigo ampara-se em teóricos da Educação Popular como Freire (1987), Paludo (2004), Wanderley (2010) e compreende e reconhece os sujeitos sociais como pessoas que produzem conhecimentos e práticas, consequentemente, valoriza a experiência do educador/a em formação. Toma como pressuposto os conhecimentos acumulados pelo profissional em exercício, mas desempenhando o papel de graduando/a. As análises das memórias con-

1 Docente da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Castanhal. Correio eletrônico: eula@ufpa.br.

firmaram que os educadores em formação são envolvidos pelas diferentes facetas da alfabetização, enquanto processo multifacetado. Evidenciaram o resgate de questões reiteradamente levantadas durante a formação, bem como demonstraram a vivência de experiências análogas no processo, em diferentes tempos e espaços, mediados por múltiplos contextos (família, escola, trabalho), períodos de vida (infância, juventude, adultez); bem como as dificuldades acerca do que representa o desafio de apropriação da leitura, da escrita para o alfabetizando. Então, concluímos ser fundante propiciar processos formativos que tragam à baila as memórias, as (re)leituras de mundo dos educadores em formação, enquanto desafio singular cingido por diversos contextos e textos, para que eles possam ter conhecimentos acerca da teoria e embasamento teórico-metodológico da Educação Popular em sua formação, para realizarem um trabalho sob a perspectiva em pauta.
Palavras-chave: Educação Popular. Formação de graduandos. Alfabetização.

Resumen

En este trabajo, las memorias escritas de educadores em formación en la interfaz con fundamentos de la educación popular se configuran como elemento formativo e instrumento de recolección de fuentes sobre procesos de alfabetización de universitarios de la Universidad Federal de Pará (UFPA), en el *Campus* Universitario de Castanhal em el ámbito del Plan de Acciones Articuladas Formación de Profesores de la Educación Básica (Parfor), resultado del trabajo pedagógico efetivado em la disciplina Literatura y Alfabetización. Fueron sujetos de la investigación 29 educadores em formación, activas em escuelas del campo, series iniciales, región del nordeste paraense. Objetiva rescatar procesos de alfabetización de universitarios/docentes em formación, aproximando teoría y práctica, presente em las acciones de enseñanza, formación e investigación, como movimento dinámico a partir de la Educación Popular, partiéndose de la premisa que ambas se hacen y rehacen como una forma de intervención pedagógica y en la lectura del mundo. El referido artículo se ampara en teóricos de la educación popular como Freire (1987), Paludo (2004), Wanderley (2010) y comprende, reconoce los sujetos sociales como personas que producen conocimientos y prácticas, consecuentemente, valora la experiência del educador/a em formación. Tiene como presuposición conocimientos acumulados por el professional em ejercicio, pero desempeñando el pa-

pel de universitario/a. Los análisis de las memorias confirmaron que los educadores em formación sonenvueltos por las diferentes facetas de la alfabetización, mientras proceso multifacetado.
Evidenciaron el rescate de cuestiones reiteradamente obtenidas durante la formación, así como demostró que vivieron experiencias análogas en el proceso, en diferentes tiempos y espacios mediados por múltiples contextos (familia, escuela, trabajo) periodos de vida (infancia, juventud, adultez); así como las dificultades acerca de lo que representa el desafío de apropiación de la lectura, de la escritura para lo alfabetizando. Entonces, concluimos ser fundamental propiciar procesos formativos que revelen las memorias, las (re)lecturas de mundo de los educadores em formación, mientras desafío singular involucrado por diversos contextos y textos para que ellos puedan tener conocimientos acerca de la teoría y embasamiento teórico-metodológico de la educación popular en su formación, para que realicen un trabajo em la perspectiva en pauta.
Palabras clave: Educación Popular. Formación de universitários. Alfabetización.

Para início de conversa...

Constitui-se proposição do presente texto trazer à baila memórias da (re)leitura de mundo que os graduandos/educadores em formação possuem em relação aos seus processos de alfabetização/leitura, enquanto desafio singular cingido por diversos contextos e textos. O processo que permitiu (re)conhecer, refletir e atribuir significados às práticas de alfabetização de professores vivenciadas em suas trajetórias de vida, enquanto elemento formativo, foi realizado na disciplina Literatura Infantil e Alfabetização, com a turma de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), *campus* universitário de Castanhal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

O percurso formativo que possibilitou rememorar, confrontar, compartilhar concepções de alfabetização, uso social de leitura, escrita em diferentes tempos e espaços, mediados por múltiplos contextos (família, escola, trabalho) e períodos de vida (infância, juventude, adultez) teve

como fio condutor do trabalho acadêmico a Educação Popular (EP). Fontes teóricas da Educação Popular – Freire (1987), Paludo (2004), Wanderley (2010) – compreendem o reconhecimento dos sujeitos sociais como pessoas que produzem conhecimentos e práticas; consequentemente, valorizam a experiência do educador/a em formação e tomam como pressupostos conhecimentos acumulados pelo profissional em exercício, mas desempenhando o papel de graduando/a. Educação Popular concebida, como no dizer de Gadotti (2004), enquanto uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal. A atuação internacional de um dos seus mais importantes representantes, Paulo Freire, deixou, por onde passou, sementes de uma concepção popular emancipadora da educação. Sementes que floresceram em inúmeros grupos, organizações, nas últimas décadas, unindo conscientização, politicidade e intencionalidade na formação de educadores.

Portanto, fazer Educação Popular é realizar processos educativos que alimentem uma teoria pedagógica, cujos vetores político-humanistas estejam voltados à conquista coletiva da liberdade, da justiça, segundo Melo Neto (2010). Desta feita, no processo de vivência da disciplina, tomamos como referência o ideário freireano, que instiga trazer as trajetórias de vida, as mémorias para os processos formativos de educadores e educadoras, suas reflexões vinculadas ao (re)conhecimento dos seus conhecimentos adquiridos em seus dinâmicos e ricos percursos históricos.

A abordagem direcionadora das reflexões foi a visão dialética, que concebe educação como prática histórica, construída socialmente, não sendo plausível separar a materialidade da estrutura social, ou seja, o quadro sócio-histórico das concepções e práticas educativas. Pois, como Mészáros (2005), compreendemos que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados.

Entendida como questão atual, dado o cenário contemporâneo que, de acordo com Anderson (1995), encontra-se engendrado em reestruturação na base produtiva, no processo de reorganização da produção capitalista, na atualização das bases de dominação, nas políticas neoliberais, objetivando priorizar interesses do capital, que nega o direito de ser mais do povo, em detrimento da construção de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, não se pode falar de uma formação neutra de educadores, descontextualizada do tempo e espaço que a caracterizam, imprudente a lógica que a sua gênese pressupõe uma conjuntura. E, no atual momento histórico, a turma refletiu durante o processo formativo sobre esse contexto,

debatendo sobre mudanças no cenário global, local, seus efeitos, impactos na sociedade, nas estruturas produtivas, que afetam os modos de viver, de fazer das comunidades, das escolas, das pessoas.

A composição da turma era bem interessante, pois congregava um total de 29 graduandos/educadores, todos oriundos do interior do estado do Pará, pertencentes a diferentes lugares, tais como: Castanhal, São Domingos do Capim, São Caetano de Odivelas, Igarapé-Açú, Santa Maria do Pará, Irituia, Magalhães Barata, São Miguel do Guamá, Marapanim, Santo Antonio do Tauá, Aurora do Pará, todos do nordeste paraense da região Amazônica. Essa composição se justificava face à localização da universidade e dada a situação peculiar do estado do Pará na Amazônia, situado no grande binômio floresta/rio, detentor de riquíssima província mineral e imenso território, mas que, no dizer de Becker (1990), também possui índices alarmantes de pobreza e de exploração desordenada dos recursos naturais. Houve predominância feminina, perfazendo um total de 27 mulheres – destas, 12 possuíam o nome iniciado por Maria – e apenas dois homens graduandos/professores.

Para compreender o trabalho docente das professoras do ensino fundamental, vários autores (Almeida, 1998; Bueno, Catani e Sousa, 2000) assinalam o processo de feminização do magistério no Brasil como fator essencial. Esse processo teria sua origem em meados do século XIX, especialmente com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização. Também o movimento feminista favoreceu o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, especialmente na educação. A participação como professoras representava a ampliação e a popularização do ensino, além do fato da migração dos homens para setores mais lucrativos, assim como da vontade das mulheres em se emancipar. Tudo isso contribuiu para o exercício de uma atividade remunerada.

A feminização é, então, considerada uma característica da forma de povoação desse nível de escolaridade e também compreendida como elemento definidor da própria prática docente desenvolvida desde então. O ingresso e a predominância das mulheres/professoras nos primeiros anos do ensino escolar ocorreram não apenas no Brasil, mas em vários países, estando particularmente associados à relação estabelecida entre a profissão docente e a maternidade.

Contudo, o grupo de professoras/es evidenciava consciência de que a sociedade passa por transformações e em ritmos cada vez mais céleres, fato que implica a necessidade de os docentes estarem atualizados acerca

dessas mudanças, pois, segundo Freire (1987), a educação é construída na práxis educativa, cultural, instaurada pelo questionamento, pela dúvida, em um processo de profundas mudanças, com educador e educando cointencionados à realidade, numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no ato de recriar este conhecimento.

Os objetivos propostos na disciplina e imbricados na ação pedagógica favoreceram o reconhecimento dos graduandos/educadores como sujeitos do ato de conhecer, como educadores e educadoras em formação, concebidos enquanto seres humanos concretos; e o processo de conhecimento, fundado nessas bases, é criador, crítico e demanda o exercício de uma disciplina intelectual séria, não se realizando por meio de atos mecânicos.

Assim, o arcabouço teórico-metodológico desse componente curricular do curso de Pedagogia, ofertado no sexto semestre letivo de fevereiro de 2013, trabalhado em nível de graduação, foi fundamentado na unidade do processo dialético: o diálogo, a ação, a reflexão crítica, somadas à politicidade e à intencionalidade que se materializam em atos, conscientização, denúncia, anúncio.

Nesse sentido, alfabetização, leitura, formação docente, trajetórias de vida refletidas possuíam caráter pedagógico, ultrapassando a cultura pedagógica engessadora, movimento que incide em um processo praxiológico construído na dialogicidade *com* o graduando/educador, e jamais *para* o graduando/educador.

Porém, esta superação não ocorreu sem busca, desejo, esperança e ação de todos em coletividade fazendo suas histórias, processo que implica superação da educação bancária, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir conhecimentos, e que reflete a sociedade opressora ao favorecer a dimensão da cultura do silêncio.

O conjunto de atividades acadêmicas planejadas foram dinamicamente executadas, avaliadas na interface com a dialogicidade capaz de provocar debates; estimular tomada de consciência; incentivar o pensamento crítico e criativo; favorecer o reconhecimento de aspectos desafiadores no diálogo com fontes teóricas que compreendem a alfabetização/leitura como prática sociocultural, que se realiza por meio das relações entre os sujeitos em diferentes sociedades, em cada momento histórico.

Neste contexto, o *memorial* foi solicitado enquanto um texto escrito a ser apresentado ao final da disciplina, contudo deveria ser pautado na reflexão crítica, criativa e teórica das memórias dos processos de alfabetização/

leitura, ou seja, possibilitando uma (re)leitura do mundo infantil, adulto, estudantil, profissional (Carrilho *et al*., 1997) dos professores e professoras em formação. Na análise, adotamos os pressupostos da Educação Popular. A fim de preservar as identidades dos sujeitos, professores/graduando/as, como solução, utilizamos nomes de flores, visto que cada flor possui uma cor, um perfume, um significado singelo, especial, assim como os/as graduandos/as daquela turma de Pedagogia.

Assim, ao contarem suas histórias de vida, evidenciaram o papel mediador do conhecimento no delineamento de novas formas de ler o mundo, mobilizando esforços na proposição de novas práticas, como escolha de textos mais significativos como via de acesso a autores e gêneros e diversificação de materiais de leitura, ou seja, outras formas de ler associadas aos usos sociais da leitura. Ficou evidente nos memoriais que suas histórias pessoais extrapolaram o processo de formação inicial e acabaram sendo incorporadas às suas leituras profissionais, como pode ser observado na sequência.

Memórias dos processos de alfabetização/leitura: (re)leitura de mundo dos graduandos/educadores em formação na interface com a Educação Popular

Na perspectiva de dar continuidade à organização das ideias sobre o processo formativo realizado na disciplina, apresentamos a seguir fragmentos das memórias escritas pelos graduandos/educadores em formação, ou seja, trazemos a leitura de mundo, no diálogo com a Educação Popular, que estes possuem em relação aos seus processos de alfabetização.

Desse modo, a Educação Popular foi concebida como componente que colaborou nos processos de autoconsciência individual e coletiva; reforçou processos de autonomia, de criação cultural; favoreceu o desenvolvimento de iniciativas que se formulam e se recriam permanentemente; e favoreceu também um salto em direção a processos inéditos. E, nesse sentido, existe sempre a perspectiva do caráter coletivo do processo educativo, pois o ser humano não é como semente de mangueira, que, jogada ao solo, tendo sol e chuva, ainda que isolada, se transformará numa grande árvore. O ser humano somente se educa na relação com os outros seres humanos. Aprendemos as artes de ser humano, da liberdade, dos valores do convívio, das lutas coletivas. A Educação Popular reflete esses aprendizados.

A partir desta concepção, se faz necessário afirmar que existiu uma imbricada relação entre Educação Popular, memórias escritas pelos graduandos/educadores e formação docente, admitindo-se que isso se fez potencializando o desenvolvimento de um novo tipo de educação, capaz de favorecer a formação de sujeitos individuais e coletivos, protagonistas de sua própria historicidade, a partir da memória dos graduandos/educadores, aqui identificados com nomes de flores, sendo as professoras como: Lírio, Kaizuca, Madressilva, Gerânio, Rosa e Graciosa.

> Retomo aqui a infância distante para compreender o meu ato de ler; antes de ler a palavra, recriando e revivendo a experiência do mundo que me movia, relendo momentos inesquecíveis da minha infância e adolescência. A casinha simples no interior. O trajeto para a escola feito de canoa. A casa era iluminada à luz de lamparina. Minha mãe e minha avó contavam lindas histórias, de rei, de rainhas, mãe d'água, matinta pereira, lobisomen. (…) Essa é a leitura do meu mundo, experiências que vivenciei em diferentes momentos de minha vida, no processo de alfabetização (Lírio).
>
> Começo agora a lembrar que as primeiras letras no meu processo de ensino foram o a, e, i, o, u, então fui me familiarizando com os coleguinhas da classe, o que facilitou sem dúvida para que eu começasse a aprender a ler. A leitura foi de suma importância, pois através dela conheci novos horizontes. (…) Estou no curso de Pedagogia, no Parfor (Kaizuca).
>
> Quando comecei a compreender o mundo que vivia, morava na cidade pequena, mas muito agradável, uma casa de barro, localizada numa rua longa. (…) Um quintal muito grande, com muitas árvores. (…) Hoje percebo que não sabia ler as palavras, mas fazia a leitura de cada espaço. (...) Esta leitura foi muito importante para minha alfabetização (Madressilva).
>
> Do meu mundo e processo de alfabetização, guardados na memória, vou reviver e recriar a casa que nasci, todos os compartimentos eram enormes, no quintal se achava laranja, jaca, manga, goiaba, muruci, abiu, limão, açaí. Onde engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. (…) Daquele contexto, cuja compreensão eu ia aprendendo nas relações com os mais velhos (Gerânio).
>
> O ato de ler se deu na minha experiência. (...) Primeiro a leitura do mundo. (…) Do pequeno mundo em que me movia. (…) Depois a leitura da palavra. (…) Que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da palavra mundo (Rosa).
>
> Quando criança, tive grande dificuldade para estudar, morava muito distante da escola; ir à escola era um grande desafio, andava mais de sete quilometros de pé, tinha que levar merenda, pois nessa época o governo não fornecia merenda. Mas era tão divertido, eu ia em companhia dos meus irmãos. Nos íamos brincando, subindo nas árvores, apanhando frutas, tomando banho de igarapé. (...) Mesmo assim nunca desisti do meu sonho que era estudar. (…) Fazer uma faculdade de Pedagogia, na Universidade Federal do Pará. (…) Hoje estou realizando esse sonho (Graciosa).

A rememoração das histórias de vida favoreceu a recusa da pedagogia bancária presente no cotidiano, nos corpos e nas mentes, e em todas as práticas sociais nas quais se encontra presente a pedagogia da opressão, ao transcender a prática pedagógica domesticadora, que nega o direito de ser mais do educando e, por conseguinte, das camadas populares, dos oprimidos.

As memórias trazem significativas imagens vivenciadas pelos graduandos/ educadores, percursos construídos, revelando práticas de alfabetização/ leituras realizadas em múltiplos contextos, em diferentes períodos da vida, bem como as influências recebidas, as situações vivenciadas, os medos, os castigos, a leitura na escola evidenciando a oralidade, a sabedoria, as relações intergeracionais, as trocas. Segundo os fragmentos de memória das professoras Ipê, Cravo de Lua, Crisântemo, Estrelícia, Jasmim e Sorriso:

> Iniciei o processo educativo no grupo escolar; filha de pai comerciante e mãe costureira. Não tive dificuldades ao adentrar na escola, pois já havia aprendido a ler com meu pai (Ipê).
>
> Ao rememorar minha escolaridade, fui buscar na memória minhas primeiras professoras que me alfabetizaram (…). As primeiras coisas que decorei na vida foram as poesias que a professora mandava para recitar. (…) Traz à tona a questão da autonomia do discente na construção social do conhecimento, o que gera uma intensa alteração nas relações tradicionais (Cravo de Luva).
>
> Meu processo de alfabetização se deu por volta dos meus cinco anos de idade, fui matriculada no jardim de infância, da Escola municipal (…), no qual era necessário ser desenvolvido o meu processo de coordenação motora grossa e fina (Crisântemo).
>
> Com a idade de dez anos eu não era alfabetizada, não dominava as habilidades da leitura e da escrita. Foi problema que enfrentei; e consegui minha felicidade quando juntei pela primeira vez as sílabas e descobri as palavrinhas (**Estrelícia).**
>
> Quando comecei a estudar foi logo na 1ª serie, com 7 anos de idade, iniciando com uma cartilha a,b,c. (…) A minha professora marcava uma linha de letras do alfabeto para eu estudar no decorrer do horário, eu tinha que saber a leitura das letras para passar de lição. (...) Se no outro dia não soubesse ler a lição pegava puxões de orelha. (...) No decorrer dos meses fui juntando as letrinhas, soletrando. (...) Meu caderno era feito de papel com pauta costurado com agulha de mão. (...) Tempo da ditadura professor podia bater no aluno, os pais ainda apoiavam... (Jasmim).
>
> Nas brincadeiras sempre era a professora e ensinava as vogais, as consoantes, pequenas palavras, tinha um quadro de tábuas, e giz eu conseguia na escola. (...) Às vezes eu usava carvão. (...) No Casulo era mais gostoso, éramos mais livres, corríamos, pulávamos, cantávamos, estudávamos, ríamos com muita euforia e felicidade. (...) Período gostoso da minha infância, vivi num mundo mágico. Eu era feliz (Sorriso).

Nas memórias trazidas, os graduandos/educadores evidenciam a capacidade de instigar o repensar, as reflexões sobre a alfabetização/leitura, suas possibilidades e limites. Desta feita, destacamos o desafio colocado por Barreto (2009), para quem o processo de formação é um momento importante, espaço privilegiado para problematizar o trabalho pedagógico do educador, suas histórias de vida, suas experiências, seu protagonismo, capaz de desnaturalizar as práticas pedagógicas tradicionais. Educação como prática da liberdade, que implica educar a partir da leitura do mundo, mundo que deve ser revelado, desvelado, superado. Histórias diversas, desafios idênticos que trazem o papel singular e a sabedoria da mãe, do pai, da família, as distâncias, a turma multisseriada, as cartilhas, a sala de aula, a relação com a natureza, com a professora. Alfabetização para uns/umas, alfabetização para outros/outras, para uns/umas e outros/outras, segundo os fragmentos dos memoriais dos professoraes e professoras em formação Alecrim, Nazica, Acácia, Astro, Begônia e Violeta.

> Aos meus 7 anos de idade, quando pela primeira vez fui à escola, onde conheci a minha professora, que tinha o nome de Ana Silva e por ela fui alfabetizado no quadro negro, com giz. (...) E assim eu fui me tornando independente para descobrir o mundo que estava à minha volta (…). E isto foi fundamental para o meu desenvolvimento (Alecrim).
>
> Quando entrei na escola já sabia escrever o nome, minha mãe semianalfabeta me ensinou as letras do alfabeto, e com a ajuda dela e de meu pai aprendi a escrever meu nome; a dificuldade para estudar era grande, não tinha escola onde eu morava. (...) Uma professora nos ensinou particular, era eu e minha irmã, começamos a estudar em uma barraca onde funcionava um bar; meu pai comprou uma cartilha, até hoje me lembro o nome, *A Criança do Brasil,* e os personagens principais eram Ivo e Iva. Todos os dias a professora nos mandava ler a lição (Nazica).
>
> Eu nasci de um casal onde só meu pai era alfabetizado, sabia pouco, porém o suficiente para dar início à minha escolarização. Minha mãe era analfabeta, porém lia o mundo muito bem. Conheci o alfabeto em minha própria casa, fazendo parte de um grupo de estudos através da escola radiofônica, pela rádio educadora de Bragança/PA, onde meu pai era monitor. A partir dos 10 anos fui matriculada, a primeira vez em uma escola, porém não sabia ler. No final do ano, terminei lendo bem, até as histórinhas que continha a primeira cartilha. Minha professora Maria Luiza admirava a maneira como eu desenvolvia a leitura e a escrita. (…) Até a 5ª série foi de riscos e muitos desafios devido residir na zona rural (Acácia).
>
> Minha mãe começou a me ensinar na Cartilha de ABC e sempre me chamava atenção para as palavrras escritas nas embalagens das coisas que comprava. Ouvia histórias todas as noites. (...) Aos sete, quando fui matriculada, já dominava a leitura das palavras simples (…). Era turma multisseriada, a escola funcionava na sala da casa da professora, que ainda tinha filhos pequenos, a casa era de pau

a pique, piso de barro e banco sem encosto para as costas, escrevíamos de joelhos ou em cima da coxa, fazíamos a leitura todos os dias. Aos 8 anos ganhei a bíblia da criança, meu primeiro livro novo (Astro).

O meu processo de alfabetização teve início em casa com a minha mãe, ela se preocupava com todos os filhos e ensinou todos a ler. Nós só iríamos à escola depois que estudássemos a tabuada e a leitura de texto diário. A escola ficava a três quilometros da casa e íamos andando todos os dias (Begônia).

Minha mãe era muito dedicada aos estudos dos filhos, sempre nos educou em todos os aspectos (Violeta).

Gabriel García Márquez (1928-2014), escritor colombiano universalmente reconhecido, destaca que a vida não é o que a gente viveu, e sim o que a gente recorda e como recorda, para contá-la. O memorial possibilitou rememorações das histórias de alfabetização, a releitura dos graduandos acerca da experiência pessoal, da vida na zona rural, do trabalho coletivo, dos desafios do aprendizado, das brincadeiras, a cotidianeidade, a riqueza das relações, das vivências, a aproximação com os processos de leitura, de escrita, relatos que contribuem para entender como pensam e sobre como ensinam. Desvelados nos fragmentos dos memoriais coletados junto aos professores/as em formação Girassol, Amarílis, Mimosa, Cravo, Bonina, Centáurea, Camélia.

Ao ir escrevendo este texto do meu processo de alfabetização sou traída pela minha memória. (...) Me vejo no interior. Daquele contexto faziam parte a roça, a casa de farinha, onde toda a familia se reunia para trabalhar e expressar seus conhecimentos (Girassol).

Eu pensava que nunca ia conseguir aprender a ler e escrever. (...) Eu andava cinco quilômetros para chegar na minha casa. (...) A minha alfabetização foi um ato mecânico. Não conseguia aprender a ler (Amarílis).

Entre o pomar da dona Gitoca, brincávamos de 'mini' cidade, onde tínhamos a feirinha, casas desenhadas na terra e, entre os troncos das árvores, supermercados e escolinhas onde tirávamos par ou ímpar para saber quem era o professor. (...) Minha avó nos acordava de madrugada, acendia a lamparina e nos colocava para estudar. (...) Minha primeira leitura foi do mundo, e a escola aprimorou o conhecimento que eu trazia do cotidiano. (...) Me ajudou a ter o prazer de ler e escrever (Mimosa).

Sou de família pobre, filho de uma doméstica e um pescador que trabalhavam duro para manter o sustento de seus filhos. (...) Quis ser professor. Estava vislumbrado pela beleza da arte de ensinar. É lindo saber e compartilhar. Eu adorava brincar de escolinha (Cravo)

A escola onde eu aprendi a ler era uma escola bonita, espaço ótimo, salas maravilhosas, um lugar tipo um bosque, pensava eu naquela época. (...) Ao chegar à

escola sempre ouvia o canto dos pássaros; para mim, era algo maravilhoso. (...) A escola dos sonhos (Bonina).

A professora não conseguia olhar a gente nos olhos. Era uma sala apertada. (...) Então tudo ficava pequeno e apertado, e era assim que eu me sentia também. (...) Na educação familiar aprendi que o respeito e a educação caminham juntas (Centáurea).

Tive dificuldades na minha alfabetização, no primeiro ano que estudei não consegui aprovação, pois não aprendi a escrever, nem tampouco ler. (...) Afinal ensinar a ler, a escrever e interpretar o que escreveu ou leu, não tem receitas prontas, precisa de criatividade (Camélia).

Considerações adicionais: Educação Popular e formação docente na contemporaneidade

Problematizando desafios da formação docente na contemporaneidade, retomamos o papel da Educação Popular em sua atualidade, pois coloca o ser humano, o educador em formação na busca de novas possibilidades, enquanto sujeito capaz de vivenciar a beleza de ser um eterno aprendiz na construção de um projeto popular de educação voltado à emancipação humana, aos direitos humanos, à radicalidade dos valores, à igualdade.

Como afirmava Paulo Freire, toda a educação evidencia características de diretividade, de politicidade, uma vez que não existe educação neutra e sem objetivos, exigindo por isso dos professores não apenas decisões pedagógico-didáticas em sentido estrito, mas também opções de política educativa.

Destacamos que uma das características dessa pedagogia é a dialogicidade da relação educador/educando, diálogo que dignifica os envolvidos como sujeitos do conhecimento no processo educativo problematizador, na leitura crítica do mundo, da realidade.

Ensinar é, pois, necessariamente tomar decisões, correr riscos, assumir responsabilidades, dimensões essenciais ao trabalho pedagógico e formativo, uma vez que somente dando depoimento da sua disposição para a dialogicidade, para o trabalho coletivo, poderá o professor contribuir para a aprendizagem da prática da decisão, isto é, para a autonomia crítica e criativa dos educandos.

Pertinentemente, observamos que a autonomia da escola não preexiste à ação dos indivíduos. Tal como Paulo Freire (1996) lembrou, ninguém é autônomo primeiro para, depois, decidir. Somente dialogando, refletindo,

escrevendo, rememorando, exercitando o pensamento, ou seja, decidindo, se aprende a decidir; e somente pela determinação se alcança a autonomia, como rememorado no fragmento da professora Orquídea:

> Fui alfabetizada de maneira tradicional, onde a criança tinha que ter letras perfeitas e saber a tabuada, ou seja, a decoreba, não via o que o aluno sabia, tinha que ser o que o professor queria, o que estava no livro. Meu processo de alfabetização foi válido (…) me levando a ter atitudes de mudança, comparando, refletindo e analisando o que eu fui e o que estou me tornando para a sociedade (Orquídea).

Para finalizar, destaca-se na disciplina Literatura Infantil e Alfabetização a importância da autonomia, da determinação da turma de Pedagogia ao reconhecer, valorizar, potencializar, problematizar os sentidos, os usos sociais da alfabetização, da leitura nos seus processos formativos e nos processos educativos vivenciados na contemporaneidade, sem perder de vista os desafios, os limites, mas também a riqueza de possibidades. Como no fragmento de memória da professora Vitória-régia, que encerra esse texto:

> Pensava e penso até hoje em ajudar sempre a alfabetizar as crianças de minha escola, na qual trabalho há 12 anos. Desde então, busco aperfeiçoar-me mais e mais. (...) Foi, então, que surgiu o Parfor. (…) E deu-me a chance, a chance de fazer Pedagogia; agora sei que esta é a área que procurava, hoje não sou mais aquela professora que antes aceitava tudo (Vitória-régia).

Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo, *in:* Sader, E. (org.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.

BATISTA, M. do S. X.; MOREIRA, O. de L.; JEZINE, E. (org.). *Educação Popular e movimentos sociais.* João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2008.

BARRETO, V. Formação permanente ou continuada*, in:* SOARES, L. *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Secad – MEC/ Unesco, 2009.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática. Série Princípios, 1990.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.* Trad. Maria João Alvarez *et al.* Porto: Porto, 1994.

BUENO, B. O.; CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. (org.). *A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração.* 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

CARRILHO, M. de F. P. *et al. Diretrizes para a elaboração do Memorial de Formação.* Natal: IFP, 1997.

CATANI, D. B. *et al.* (org.). *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.* 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

CALADO. A. J. F. *Tecelão da utopia: uma leitura de Paulo Freire*. João Pessoa: Ideia, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* São Paulo: Paz e Terra, 1987

_____. *Ação cultural para a liberdade.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, M.; TORRES, C. *Estado e Educação Popular na América Latina e Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2005.

PALUDO, C. *Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular.* Porto Alegre: Editorial Campo, 2004.

PORTAL dos Fóruns de EJA. Disponível em: <www.forumeja.org.br/portal>. Acesso: 20 set. 2012.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

WANDERLEY, L. E. *Educação Popular: metamorfoses e veredas*. São Paulo: Cortez, 2010.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E GESTÃO COMPARTILHADA: O CASO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS RIOZINHO DO ANFRÍSIO E RIO IRIRI (PA) – 2006/2007

Patricia Campos[1] , Daniel Penteado[2], Marcelo Salazar[3] , Jeferson Straatmann[4] , Valéria Vasconcelos[5] , Cristiano Siqueira[6] , Raquel Santos[7], Allan Reis[8]

Resumo

As Unidades de Conservação (UCs) representam um importante papel na conservação e recuperação da diversidade biológica do planeta e na proteção do modo de vida das populações tradicionais. Representam também marcante estratégia de controle do território, estabelecendo limites e dinâmicas próprias de uso e ocupação, contribuindo fortemente para o desenvolvimento socioambiental. O presente artigo trata de um processo

1 Bióloga; analista ambiental (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio). Correio eletrônico: patbiologa@gmail.com.
2 Biólogo; analista ambiental (ICMBio). Correio eletrônico: danielbpenteado@yahoo.com.br.
3 Engenheiro de produção (coordenador das ações na Terra do Meio. Instituto Socioambiental – ISA). Correio eletrônico: marcelosalazar@socioambiental.org.
4 Engenheiro de produção (doutorando em Engenharia pela UFSCar; consultor ISA). Correio eletrônico: jstraatmann@gmail.com.
5 Doutora em Educação (docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesianos São Paulo – Unisal). Correio eletrônico: valvasc2003@yahoo.com.br.
6 Mestre em Educação (coordenador de área – ISA). Correio eletrônico: cristianotierno@socioambiental.org.
7 Mestre em Ecologia (consultora – ISA). Correio eletrônico: quel_san@yahoo.com.br.
8 Mestre em Engenharia (pesquisador Embrapa). Correio eletrônico: kalllango@yahoo.com.br.

de gestão compartilhada – na criação dos Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas do "Riozinho do Anfrísio" e do "Rio Iriri" – de maneira substancialmente participativa e dialógica. As estratégias de ação desenvolvidas pela equipe de consultoria responsável por esse processo buscaram garantir maior autonomia dos ribeirinhos com relação às decisões envolvendo seu próprio destino. Entende-se que, para que as pessoas possam melhor interferir em sua realidade, elas necessitam compreender mais amplamente os diferentes condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais que conformam essa realidade. As comunidades, apesar de possuírem grande conhecimento dos ecossistemas locais, normalmente se encontram desorganizadas e pouco mobilizadas diante da desfavorável correlação de forças a que estão submetidas. Por conta disso, visando garantir processos legítimos de desenvolvimento ambiental e social, buscou-se, ao longo desse processo, o fortalecimento dessas comunidades tradicionais. Paralelamente às ações de diagnóstico socioeconômico e de formação de conselhos, foram realizados encontros de alfabetização de adultos fundados nas premissas da Educação Popular, objetivando, por meio da partilha de saberes, desejos e valores, uma reorganização social com vista à emancipação popular. Os resultados mostraram uma melhoria na compreensão coletiva da realidade das Reservas Extrativistas (Resex) pelos próprios ribeirinhos e pelas instituições que se relacionam de alguma forma com essas populações. Além disso, pôde-se perceber um melhor entendimento, por parte dos ribeirinhos, do funcionamento do Conselho Deliberativo, como as possibilidades de parcerias. O trabalho, por fim, apresentou profícuas possibilidades para a transformação e o desenvolvimento do cenário socioambiental, além de indicar estratégias participativas de gestão de Unidades de Conservação da Amazônia brasileira.

Palavras-chaves: Desenvolvimento ambiental. Gestão compartilhada. Educação Popular.

Abstract

Conservation Units represent an important role in the conservation and restoration of biological diversity of the planet and protecting the livelihoods of traditional communities. Also represent remarkable strategy of territory control, setting limits and specific dynamics of use and occupation, contributing greatly to environmental development. This article deals with a process of shared management – in the creation of the Deliberative Councils of the Extractive Reserves "Riozinho Anfrísio" and

"Rio Iriri" – in a substantially participatory and dialogic work. Action strategies developed by the consulting team responsible for this process sought to ensure greater autonomy of riverine population with respect to decisions involving their own destiny. It is understood that, so that people can better interfere with their reality, they need to understand more fully the different historical conditions, political, social and cultural rights that make this reality. Communities, despite having great knowledge of local ecosystems, are usually disorganized and poorly mobilized in the face of unfavorable correlation of forces they are subjected. Because of this, in order to ensure legitimate processes of social and environmental development, we sought, through this process, strengthening these communities. Alongside the actions of socioeconomic diagnosis and training of Councils meetings were held adult literacy grounded in assumptions of Popular Education aiming, through the sharing of knowledge, desires and values, social reorganization aiming at popular emancipation. The results showed an improvement in the collective understanding of the reality of Resex by the riverine and institutions that relate in any way to these populations. Moreover, it could be seen better understanding by the riverine, the functioning of the Board and the possibilities for partnerships. The work finally presented fruitful possibilities for transformation and development of the environmental setting, and indicate strategies participatory management of Conservation Units in the Brazilian Amazon
Keywords: Environmental development. Shared management. Popular education.

Introdução

Há alguns anos, uma das estratégias do governo para preservar a diversidade biológica e os recursos naturais tem sido a criação de Unidades de Conservação (UCs), as quais têm um importante papel na conservação e recuperação da diversidade biológica do planeta. A criação dessas áreas é uma importante estratégia de controle do território, que visa estabelecer limites e dinâmicas próprias de uso e ocupação. Tal controle, assim como os critérios de uso que o sustentam, responde frequentemente à valorização dos recursos naturais existentes – não somente econômica, como também

cultural, espiritual ou religiosa – e, também, à necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

As UCs foram consolidadas por meio da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) (Brasil, Lei n. 9.985, de julho de 2000), estabelecendo diversas estratégias para a preservação de áreas florestadas. Dentre elas inserem-se os 12 tipos de UCs, divididas em duas categorias: as de Proteção Integral, criadas com o objetivo de "preservar a natureza permitindo o uso indireto de seus recursos naturais" (Snuc, 2000); e as de Uso Sustentável, que "compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais" (Snuc, 2000).

A gestão das UCs, conforme preconizam as políticas públicas atuais, deve basear-se em uma gestão participativa, compartilhada, que envolve comunidades tradicionais, órgãos governamentais, sociedade civil e iniciativa privada. É muito importante, para garantir a conservação e preservação do meio ambiente, uma legítima participação das diferentes instituições envolvidas, direta ou indiretamente, sendo sua gestão não só de responsabilidade dos órgãos públicos, mas de toda a coletividade.[9]

Como estratégia para conservação e preservação, a legislação prevê a criação de corredores ecológicos, otimizando recursos tanto financeiros como humanos. Tal estratégia consegue atingir melhores resultados com relação às áreas protegidas isoladas, pois garante a existência de uma maior extensão contínua, facilitando os fluxos gênicos, a movimentação dos seres vivos e, consequentemente, a manutenção da biodiversidade. Muitas vezes, constitui-se também barreira mais efetiva contra a *grilagem*[10] de terras, exploração ilegal de madeira e de recursos naturais. Pode também aumentar a efetividade na busca de soluções para alguns problemas ambientais e fortalecer as comunidades residentes em Ucs, uma vez que ganha mais visibilidade junto aos órgãos públicos, ONGs e imprensa.

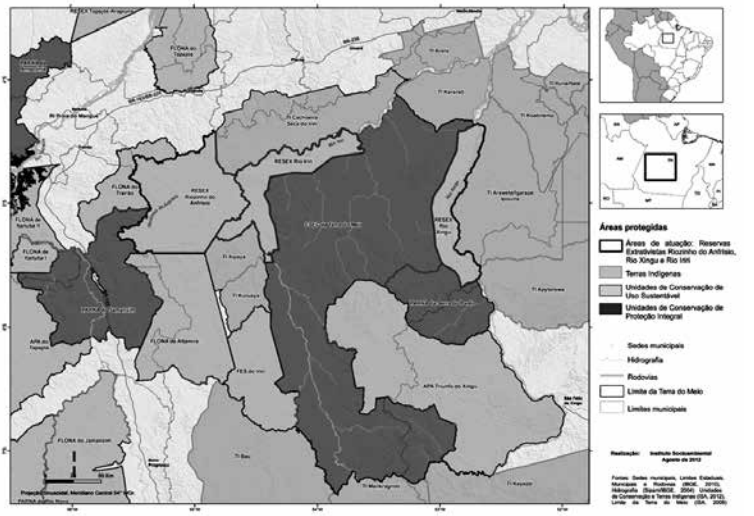
9 Art. 225 da Constituição Federal de 1988: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988).

10 Grilagem é o termo usado para a prática de usurpação ilegal de terras. Segundo o site do Governo Federal que trata da regularização fundiária na Amazônia, o termo grilagem deriva da expressão "grilo" e trata de uma antiga técnica utilizada por fraudadores de títulos imobiliários para conseguir uma aparência de antiguidade em falsos documentos. Para tanto, colocavam esses documentos em caixas fechadas com diversos grilos. Esses papéis passavam a apresentar manchas amareladas em função dos excrementos dos insetos, além de pequenos furos e bordas corroídas.

A Terra do Meio está localizada no sudoeste do estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri, representando 6% das terras do estado. Abrange 38,62% o município de Altamira, 19,25% o de São Félix do Xingu e uma pequena porção de Trairão, municípios que se desenvolveram ao longo das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) (Velásquez *et al.*, 2006). É uma das regiões de maior destaque no cenário ambiental nos últimos anos pelo fato de possuir mais de 90% de seu território ainda bem conservado e por ser palco de um intenso conflito fundiário na Amazônia, recrudescido pelos impactos das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, como a intensificação do roubo de madeira e novas ameaças de grileiros.

A região possui cerca de 7,9 milhões de ha protegidos e faz parte do segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil, juntamente com UCs criadas ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) (ISA, 2006).

Figura 1 – Terra do Meio com destaque para as Resex do Riozinho do Anfrísio, do



Fonte: Imaflora – <imaflora.org/desenvolvimento-local-sustentavel_terra-do-meio.php>.

Na região, é possível observar uma rica biodiversidade e sociodiversidade, com a presença de populações tradicionais indígenas e não indígenas[11];

11 No presente artigo trataremos de populações tradicionais não indígenas, mais especificamente de comunidades ribeirinhas e extrativistas (entre elas os seringueiros). Serão utilizados os termos "populações tradicionais" – uma vez que essa nomenclatura

um cinturão de terras indígenas consolidadas; espécies economicamente importantes como o mogno (*Swietenia macrophylla*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), a copaibeira (*Copaifera landesdorffi*) e a andirobeira (*Carapa Guaianensis*), bem como endemismos e variadas paisagens.

A densidade demográfica vai diminuindo à medida que a distância dos centros urbanos aumenta. Os moradores das Reseervas Extrativistas (Resex) da região vivem bastante isolados, e o acesso às cidades é difícil.

Na área, estão envolvidas várias UCs federais, dentre elas as Resex Riozinho do Anfrísio, do Rio Iriri e do Rio Xingu, além de UCs estaduais e terras indígenas. As Resex são áreas utilizadas por populações tradicionais, cujos objetivos básicos são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (Snuc, 2000).

As Resex são uma categoria de UC que surgiu das lutas de populações tradicionais, especificamente dos movimentos seringueiros, tendo como símbolo a luta de Chico Mendes no Acre. Nesses movimentos, em função das ameaças sofridas – tanto em seu modo de vida como da apropriação de recursos naturais –, os comunitários conseguiram mobilizar-se e reagir, buscando formas de criar e recriar suas modalidades de reprodução material, social e simbólica (Diegues, 2001).

Dessa forma, novas possibilidades de melhoria da qualidade de vida surgiram para as populações tradicionais, com a geração de benefícios econômicos e socioambientais, baseados na utilização sustentável dos recursos e atributos naturais existentes nas reservas.

A luta pela criação das Resex Riozinho do Anfrísio, do Rio Iriri (e posteriormente do Rio Xingu), no município de Altamira (PA), ocorreu, como em muitos lugares da Amazônia, a partir de demandas locais, buscando garantia de direitos à terra. Com o crescimento na exploração madeireira e grilagem de terras na região, por volta do ano 2000, alguns moradores viram vantagens ou sentiram-se pressionados a fazer parte dessas ativi-

---

é amplamente utilizada no Snuc – e "povos e comunidades tradicionais", os quais são definidos no artigo 3º, parágrafo I do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais), como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

dades, efetuando venda de terras ou trabalhos junto a grileiros; os que se posicionaram contrários a essas práticas foram ameaçados pelos invasores. Esta situação trouxe diversas consequências negativas, como a perda de poder por parte dos ribeirinhos sobre suas próprias terras, além de gerar muitos conflitos. Isto chamou a atenção do governo federal e culminou com estudos na área, que embasaram a proposta da criação das Resex.[12]

Sabe-se que a criação de Resex depende não só do estado de conservação e características ambientais da área, mas também da existência de população tradicional relacionada com o manejo dos seus recursos naturais. As populações tradicionais devem ser inseridas em processos de gestão do patrimônio natural protegido, pertencente às atuais e futuras gerações, conforme estabelece o Snuc. Desta forma, para a implementação e gestão da Resex as etapas mais importantes são a formação do Conselho Deliberativo e elaboração do Plano de Manejo.

Os conselhos deliberativos

O Conselho Deliberativo é o instrumento que formaliza o compartilhamento das decisões a serem tomadas sobre as Resex entre o governo federal, os órgãos públicos locais e estaduais, as comunidades, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Esse espaço decisório representa uma possibilidade de gestão compartilhada da UC, sendo importante a participação ativa de seus membros e principalmente das comunidades envolvidas.

> (...) inovações nas formas de cogestão do território têm mais possibilidades de reconciliar visões de cima com visões de baixo que formas centralizadoras e homogeneizadoras de ordenamento territorial. (...) Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade de o Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também (Little, 2002).

Segundo Maretti *et al.* (2000), a implementação de instâncias de discussão dos problemas ambientais apresenta-se como uma forma de consolidar a dimensão participativa e o caráter contínuo deste processo. A participação do maior número de interessados contribuiu para aumentar a compreen-

12 A Resex Riozinho do Anfrísio possui 736.341 ha e foi criada em 8 de novembro de 2004. A Resex do Rio Iriri possui 398.989 ha e foi criada em 6 de junho de 2006.

são sobre a UCs e suas atividades, o que levou a um maior apoio social e, consequentemente, político, facilitando o estabelecimento de parcerias, o que, por sua vez, aumenta a efetividade na conservação. O aumento do controle social expresso nas denúncias de invasão e desmatamento de áreas das UCs, entre os próprios moradores, é um dos exemplos de práticas que vêm contribuindo para a conservação.

Como dito anteriormente, as Resex devem ser geridas por conselhos deliberativos. No caso de algumas regiões que possuem grande quantidade de UCs contíguas, os atores externos que podem ou devem atuar nas áreas muitas vezes são os mesmos (como Secretarias Municipais e Estaduais, ONGs, instituições parceiras, entre outras), assim como grande parte dos problemas que as ameaçam e seus desafios para a conservação. Esse é o caso de diversas UCs da Terra do Meio, que têm Altamira como cidade de referência. Dessa forma, no caso na criação dos Conselhos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri, considerou-se conveniente organizar a estrutura de gestão de forma integrada desde o início do processo. Juridicamente, cada Resex tem seu Conselho separadamente, mas a formação e gestão ocorrem de forma conjunta.[13]

A constituição do Conselho Deliberativo das Resex Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri se deu com o apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e do governo federal. Concomitantemente, realizou-se o levantamento socioeconômico e o cadastramento da população das duas Resex. Este processo, realizado pelo Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi dividido em três partes.

Como premissa para o desenvolvimento do trabalho do qual tratamos neste artigo, e com vista a superar os desafios identificados na região, as estratégias de ação executadas basearam-se, desde o início, no objetivo de garantir uma maior autonomia dos ribeirinhos com relação às decisões envolvendo seu próprio destino.

Entende-se que, para que as pessoas possam melhor interferir em sua realidade, elas necessitam compreender mais amplamente os diferentes condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais que conformam essa

13 No Brasil existem outras experiências de gestão integrada de Unidades de Conservação, por exemplo, na região Sudeste, os Mosaicos Mata Atlântica Central Fluminense (Portaria MMA n. 350, de 11 de dezembro de 2006), Mantiqueira (Portaria MMA n. 351, de 11 de dezembro de 2006) e Bocaina (Portaria MMA, n. 349, de 11 de dezembro de 2006); e na região Norte, a "gestão Integrada Cuniã-Jacundá" (Flona Jacundá, Esec Cuniã e Resex do lago do Cuniã).

mesma realidade. Nesse sentido, o trabalho realizado com homens e mulheres residentes nas Resex buscou basear-se em metodologias participativas que garantissem um aprofundamento e intercâmbio do conhecimento já existente entre a população tradicional, com vista a garantir a superação dos problemas diagnosticados e uma melhoria em sua qualidade de vida.[14]

Entendendo a realidade

A Resex do Riozinho do Anfrísio tem uma área de 736.340 ha e possui cerca de 52 famílias, geograficamente distribuídas ao longo de aproximadamente 200 km de rio. A Resex do Rio Iriri tem 398.938 ha e conta com aproximadamente 51 famílias, que vivem às margens do Rio Iriri, por cerca de 360 km. Possuíam até março de 2007, em média, 80% de analfabetos em cada Resex, e ainda boa parcela da população sem registro de nascimento (50% no Riozinho do Anfrísio e 25% no Rio Iriri). Apesar de não haver dados oficiais atualizados sobre esses índices, em ambas as Resex o analfabetismo adulto sofreu um decréscimo considerável (graças a ações implementadas a partir da organização dos próprios conselhos deliberativos), bem como o número de pessoas com documentos.

O transporte dos ribeirinhos da região se dá por meio de pequenos barcos particulares movidos a motor do tipo "rabeta"[15] ou por meio de "caronas" com barcos de comerciantes, os "regatões". Esse deslocamento é bastante demorado: na época de cheia a viagem até Altamira leva de três a quatro dias. Já no período da seca a viagem de Altamira até certas localidades do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri pode demorar cerca de 15 dias. As distâncias percorridas variam aproximadamente 400 km em rio da sede do município à residência dos primeiros moradores da Resex do Rio Iriri até 800 km para chegar à casa do último morador da Resex do Riozinho do Anfrísio. O transporte interno é, em geral, feito em canoas de madeira construídas pelos próprios moradores.

14 Partimos aqui de uma compreensão ampla de qualidade de vida, ou seja, aquela em que o indivíduo conquista condições de desenvolver ao máximo suas potencialidades nos mais diversos âmbitos (Minayo, 2000).

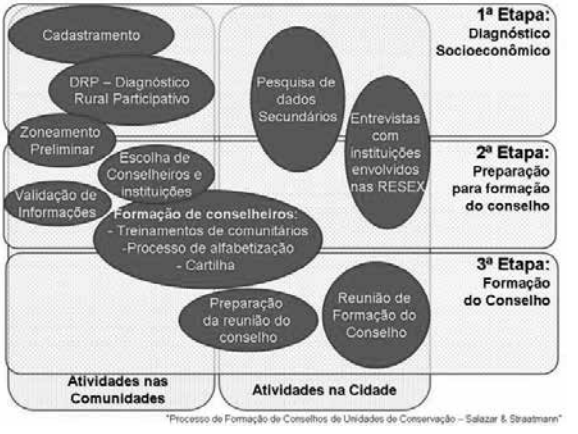
15 Motor rabeta é um motor que pode variar de 3,5 a 10 hp e consiste em uma haste reta com uma hélice ao final. Geralmente é acoplado a canoas construídas no interior da Resex.

No Rio Iriri as principais fontes de renda hoje são a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), farinha de mandioca e pesca; no Riozinho do Anfrísio os moradores exploram também o óleo de copaíba, o óleo de andiroba, o mel de abelha, o breu, a seringa, dentre outros produtos. As moradias têm uma arquitetura característica muito peculiar e apresentam, em geral, bom conforto térmico e organização. Grande parte das famílias é remanescente do ciclo da borracha e, em geral, os pais ou avós vieram para a região e ali se estabeleceram.

Figura 2 – Casa na localidade do Triunfo, última localidade da Resex do Rio Iriri

Para a consecução do trabalho de implantação do Conselho Deliberativo das duas UCs adotou-se uma estratégia de atuação organizada em três etapas: diagnóstico socioeconômico, preparação para o funcionamento do Conselho e formação do Conselho Deliberativo. As atividades foram realizadas nas comunidades das Resex e nas cidades, principalmente em Altamira (PA), apesar de algumas reuniões, entrevistas e pesquisas terem sido realizadas em outras cidades, como Belém e Brasília, conforme mostra o diagrama da figura 3. O processo todo teve a duração de sete meses, tendo duas expedições de campo entre novembro de 2006 e abril de 2007, finalizando com a reunião de formação do Conselho em junho de 2007 em Altamira. Entre as expedições, foram realizadas as pesquisas a partir de dados secundários, entrevistas com instituições envolvidas com a Resex e organização da reunião para formação do Conselho.

Figura 3 – "Processo de Formação de Conselhos de Unidades de Conservação" aplicado às Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri



"Processo de Formação de Conselhos de Unidades de Conservação – Salazar & Straatmann"

Na primeira etapa[16] foi realizada a aplicação de um questionário e do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O questionário abordou questões de cada indivíduo, tais como: documentação, doenças específicas, escolaridade; e questões relacionadas com o modo de vida de cada família, por exemplo fontes de renda, condições de moradia, hábitos de higiene e limpeza, meios de transporte e histórico da família. Estas informações serviram como base para posterior aprovação do cadastramento das famílias de cada Resex pelo ICMBio e pelas respectivas associações de moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) e Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri).

Para garantir uma compreensão aprofundada do contexto regional, utilizou-se, como dito, a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é um método de pesquisa que garante o compromisso dos envolvidos, pois consiste no levantamento de informações e conhecimentos através da participação ativa da comunidade, sempre buscando valorizar o conhecimento local e os diferentes pontos de vista, de forma a construir reflexões em conjunto. Essa prática instiga as pessoas envolvidas a assumirem compromissos com o meio que as cerca e desencadeia um processo educativo de organização comunitária (Amado *et al.*, 2004), com vista a mudar a sociedade em que vivem. Sendo assim, esta etapa serviu de base para a obtenção de informações aprofundadas sobre a região e para reflexões sobre possibilidades de ações que visassem ao fortalecimento comunitário.

16 Essa etapa ocorreu entre novembro e dezembro de 2006.

O DRP da situação socioeconômica das comunidades incluiu o levantamento de uso dos recursos naturais, atividades econômicas desenvolvidas e produtos explorados, potencialidades para o uso sustentável dos recursos naturais, situação de criação de animais, grau de atuação e envolvimento de associações existentes. O trabalho de campo foi organizado de modo a possibilitar uma reunião geral em cada Resex, marcando o início das atividades, e reuniões locais em comunidades estratégicas (chamadas de mini-DRPs) que abrangessem as famílias do entorno, contemplando assim toda a população residente na região. Uma série de ferramentas foram utilizadas para a condução das atividades: mapas, relatos, calendários, linhas históricas, matriz de priorização de problemas.[17]

Figuras 4 e 5 – Condução de DRP nas Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri, respectivamente

17 Constitui uma das possíveis atividades com matrizes, apresentadas por Verdejo (2006): as matrizes, em geral, comparam diferentes opções para poder classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las.

Os *mapas* abordaram três temáticas diferentes: conflitos internos e externos, infraestrutura e produção. Podem ser chamados *mapas sociais* ou *croquis comunitários* (El Sistema, 1995), pois foram feitos sob o ponto de vista dos ribeirinhos, utilizando seus pontos de referência e suas noções de distância (horas de remo ou caminhada). O processo de coleta das informações foi realizado em grupo, gerando discussões e análises da realidade local entre os próprios moradores e resultando na construção de um instrumento que facilitou uma visão panorâmica das Resex como um todo.

A elaboração do calendário produtivo tornou possível a compreensão sobre a organização espacial e temporal do trabalho entre os ribeirinhos da região. Muito embora essas atividades de agricultura e extrativismo sejam cotidianas e façam parte do conhecimento tradicional culturalmente transmitido entre os moradores, não representando um dado novo para eles, o calendário auxiliou na organização dessas informações por ciclos de produção e coleta, regiões, sazonalidade, tempo que ocupam na rotina familiar, bem como a distribuição de tarefas por gênero. Além disso, esse instrumento possibilitou também um melhor entendimento sobre as diferenças entre as diversas localidades da região e as relações preço-produto em distintos ciclos anuais.

A *linha histórica* é um gráfico elaborado também coletivamente, baseando-se nas lembranças dos moradores, desde as mais remotas. Os participantes informaram, sob seu ponto de vista, os acontecimentos históricos que marcaram suas vidas e das localidades onde vivem; relataram também sobre conflitos e conquistas, sobre tempos de fartura e de escassez, sobre momentos felizes e acontecimentos trágicos. Esta atividade possibilitou um resgate histórico e cultural sobre os problemas que envolvem as Resex, suas origens e causas e a correlação com a situação atual vivida pelos moradores.

> O conhecimento do passado e a compreensão do presente auxiliam no planejamento de ações visando ao estreitamento de relações entre a UC e a comunidade, e à busca de alternativas para reduzir os níveis de degradação de recursos naturais e melhorar a qualidade de vida local (Drumond, 2002).

A *matriz de priorização de problemas* consistiu em um instrumento de listagem e hierarquização dos problemas existentes nas comunidades, segundo a ótica dos ribeirinhos, e de definição de seus níveis de complexi-

dade. Essa atividade foi realizada apenas nas reuniões nas comunidades, momento em que a maior parte dos moradores das localidades próximas se reuniu para discutir e descrever os problemas atuais, delineando também seu entorno, prováveis origens e consequências, e quais as possibilidades que cada um vislumbrava para ajudar a modificar a situação.

As diversas atividades aplicadas durante o DRP facilitaram o intercâmbio de informações entre os ribeirinhos e permitiram a verificação dos resultados por diferentes atores sociais. O DRP é um método que, além de possibilitar uma visão geral do contexto, revaloriza elementos positivos da comunidade (Amado *et al.*, 2004), dando bases para o fortalecimento da organização social. É uma metodologia que promove o envolvimento das comunidades locais, em que os moradores são levados a discutir e refletir sobre sua própria realidade, e por isso mostrou-se adequada para uso no processo de formação do Conselho Deliberativo das Resex em questão.

Os encontros, além de contribuírem para o desenvolvimento do trabalho de forma ágil e com profundidade, foram momentos de construção intensa de saberes, social e coletivamente, ao possibilitar um desvelamento da realidade vivida.

O DRP e as discussões sobre gestão em Resex contribuíram para envolver homens e mulheres, moradores da região, em processos que visavam resoluções de problemas internos e decisões políticas. O intercâmbio de conhecimentos, construídos por meio de várias estratégias e por moradores de distintas regiões, proporcionou a todos os envolvidos uma visão mais ampla da realidade local. O resgate histórico e o aprofundamento das reflexões sobre como o passado se faz presente e imbrica-se na conformação social também foi de fundamental importância para a percepção da população sobre seu próprio meio e as possibilidades na construção do futuro. Refletir sobre seus problemas e propor soluções para sua superação é um passo essencial na aprendizagem sobre formas mais democráticas de emancipação popular.

Um importante documento resultante dessa primeira etapa foi uma cartilha educativa, elaborada em linguagem acessível, construída ao longo dos DRPs e com participação de alguns ribeirinhos na elaboração para divulgação e revisão destes dados junto aos moradores das comunidades.

Depois do retorno da expedição de campo foram realizadas diversas entrevistas com instituições da região que de alguma forma interagiram com as Resex, dentre elas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam); Instituto Socioambiental (ISA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Secretarias de Saúde e Educação do município de Altamira (Semusa e Semec); Ministério do Meio Ambiente (MMA); World Wide Fund For Nature (WWF-Brasil); Universidade Federal do Pará (UFPA); Ministério Público Federal (MPF); e Polícia Federal.

Tais organizações tiveram um papel muito importante na criação das Resex e têm um contato próximo com as comunidades. Foram entrevistados também integrantes da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação de Altamira, o procurador do Ministério Público Federal, dentre pessoas de outras instituições. Antes da primeira expedição e junto às entrevistas, foi realizado um levantamento bibliográfico das publicações sobre a região e dos trabalhos já desenvolvidos na área. Tudo isso compôs a base de informações para o andamento do trabalho.

Formando os comunitários

A segunda parte do trabalho de campo teve como objetivo a validação das informações coletadas na primeira fase, formação dos moradores sobre assuntos relevantes ao Conselho, escolha de conselheiros e instituições para participar da reunião de formação do Conselho Deliberativo e apoio na construção de acordos de uso dos recursos naturais que subsidiaram a construção de um zoneamento preliminar das unidades.

A logística de atuação consistiu na realização de uma grande reunião geral e posterior distribuição da equipe de trabalho em quatro regiões, após definição junto à comunidade, para atender às diferenças locais e também para um maior aprofundamento e inserção no cotidiano de cada localidade. Houve duas reuniões gerais, uma no começo e outra no final da expedição, e quatro reuniões locais, uma por comunidade. O tempo total em cada uma das Resex foi de aproximadamente 15 dias. No quadro 1 a seguir pode-se ver o cronograma das ações realizadas. As atividades marcadas em cinza claro ocorreram na Resex Riozinho do Anfrísio, e as marcadas em cinza escuro na Resex do Rio Iriri.

Quadro 1 – Cronograma de atividades

Atividades de campo	FEV 2007			MAR 2007			ABR 2007			
Saída de São Paulo/ SP										
Saída de Altamira/ PA										
Reunião Geral Resex Riozinho do Anfrísio			28 e 29							
Atividades Resex Riozinho do Anfrísio				1º a 14						
Reunião Geral Resex Riozinho do Anfrísio					15 e 16					
Reuniões locais										
Reunião Geral Resex Rio Iriri					16 e 17					
Atividades Resex Rio Iriri						18 a 31				
Reunião Geral Resex Rio Iriri							1º e 2			
Retorno a Altamira								3		
Atividades em Altamira										
Retorno a São Paulo										

Os altos índices de analfabetismo (média de 80% em cada reserva) foram identificados pelos ribeirinhos como um dos principais problemas existentes na região. Muitas das falas dos moradores refletiam, ao mesmo tempo, incômodo e vergonha pelo fato de não conseguirem decifrar as letras e terem que registrar presença nas reuniões com o carimbo do polegar.

Em função dessa percepção, optou-se por, a partir da segunda expedição, elaborar e planejar as ações de preparação dos comunitários para a formação dos Conselhos Deliberativos com base na Educação Popular (EP) e na metodologia da alfabetização de adultos preconizada por Paulo Freire, buscando uma formação para a atuação em processos de gestão compartilhada. Desta forma, ao mesmo tempo em que foi trabalhado um assunto estranho à comunidade, sem aparente conexão direta com o dia a dia, foi

usado como método o processo de alfabetização, uma das demandas mais veementes das comunidades. Foi estabelecido então um ambiente de troca e de confiança muito profícuo ao aprendizado dos temas relacionados com a vida de cada Resex.[18]

A Educação Popular busca, constantemente – através de relações dialógicas com as pessoas envolvidas no processo e compartilhando saberes, desejos, valores –, uma reorganização social com vista à emancipação popular. Segundo Freire (1983), o que se pretende com a EP é propor ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre sua responsabilidade, sobre seu papel.

Uma vez que o que se pretendia, nessa etapa, era a formação de conselheiros para que estes pudessem atuar assertivamente nos mais diversos espaços decisórios, fortalecendo a organização comunitária, os princípios da EP pareceram coadunar em muito com esses objetivos. A EP pauta-se em processos dialógicos de construção conjunta de saberes, nos quais todos são sujeitos de sua própria formação. Cabe reforçar que Educação Popular foi entendida como uma das possibilidades de práxis educativa a guiar o trabalho da equipe. Não se afirma aqui que esta é a melhor ou a única alternativa possível, mas mostrou-se uma possibilidade bastante factível para a situação em questão.

Os encontros de alfabetização basearam-se, inicialmente, na *investigação temática* feita através da vivência advinda das estratégias de DRP. Nessa fase, com base no conhecimento da realidade local, foi levantado o universo vocabular, e foram definidas as palavras geradoras que serviram de base para aprofundar a compreensão das pessoas sobre as questões existenciais e políticas relacionadas ao seu cotidiano. Algumas das palavras utilizadas foram: família, comunidade, regatão, natureza, manejo, voto, povo, homem, terra.

Cada uma dessas palavras foi "decodificada" e, a partir do diálogo e das reflexões sobre o contexto histórico, social, cultural e econômico da região, ao mesmo tempo em que as pessoas aprendiam a "escrever a palavra", aprendiam também uma nova forma de "ler o mundo" (Freire, 1983).

Algumas situações contribuíam para um melhor entendimento sobre organização social e para a problematização sobre o pertencimento a uma

18 Para maior aprofundamento sobre esse processo, ver Vasconcelos *et al.* Educação Popular e meio ambiente: diálogos com populações tradicionais amazônicas. *Ambiente & Educação* (Furg), v. 15(1), p. 47-66, 2010.

UC, outras para reflexões sobre manejo; e outras, ainda, para discussões sobre direitos e deveres.

Figuras 6 e 7 – Encontros de alfabetização no Riozinho do Anfrísio e no Rio Iriri, respectivamente

Assim, concomitantemente aos trabalhos de validação do diagnóstico socioeconômico,[19] também foram abordados e esmiuçados, durante os encontros de alfabetização, temas como regras de uma Resex, as leis que as definem, as restrições, o valor de conhecimento tradicional, bem como os direitos e deveres da população residente em UCs, as negociações locais e ampliadas que envolvem espaços decisórios como as associações comunitárias e os Conselhos Deliberativos.

19 Essa atividade incluía a validação dos dados e relatório junto aos comunitários; vivências em atividades do cotidiano (roça, ida a castanhais, pesca, refeições); reuniões locais, com enfoque na formação do conselho e validação dos dados de zoneamento da UC; e reuniões gerais, para tomadas de decisão coletivas.

Os relatórios parciais elaborados na primeira etapa do trabalho serviram como material didático nesse segundo momento. Estas leituras foram momentos de troca importantíssimos para um aprofundamento no entendimento da realidade local, tanto para os moradores quanto para a equipe. Nesses momentos foi possível detalhar o histórico de ocupação da região, os conflitos, o relacionamento de troca entre moradores e comerciantes (regatões),[20] o que foi de suma importância para ampliar a visão da realidade das Resex como um todo.

O aumento da autoestima e o consequente aumento da participação da população ribeirinha no processo de gestão puderam garantir uma representação mais justa. Mais do que ninguém, os moradores tradicionais são os verdadeiros representantes da floresta, que entendem e respeitam suas dinâmicas e regras. Estes vínculos simbólicos, míticos, sociais mantidos por populações tradicionais e o ambiente em que vivem (Little, 2002) devem trazer contribuições fundamentais para auxiliar no processo de tomada de decisão dentro do Conselho Deliberativo.

Nas reuniões ocorreram diálogos a respeito de acordos e regras da Resex, com relação a eventuais mudanças de localidade, entrada e saída de pessoas, pesca, tráfego de regatões, áreas a serem protegidas integralmente, áreas de uso coletivo e áreas de uso familiar.[21] Para a definição dos representantes da comunidade na reunião de formação do conselho, foram definidos primeiramente os critérios de participação em conjunto com a comunidade. Dentre os principais critérios foi levantada a necessidade da presença de pessoas jovens e mais experientes, de mulheres e homens, de pessoas de diversas regiões das Resex, que tivessem responsabilidade com a tarefa e se comprometessem a divulgar as informações da reunião na comunidade posteriormente. A escolha foi feita por consenso, sendo que cada região indicou seus representantes.[22] Assim, foi decidido, em conjunto com os

20 Em caso de compra do produto da comunidade, o valor em dinheiro chega a ser 50% menor do que o oferecido pela troca. Além disso, muitos ribeirinhos pegam os produtos antes da produção, ficando sempre com dívidas com o regatão, causando um vínculo de dependência histórico na região.

21 Vale ressaltar que o conceito de áreas coletivas e familiares já existe há décadas dentro das Resex, por definições tradicionais, hereditárias e históricas de ocupação e uso da terra, sendo baixa a existência de conflitos com relação à posse de terra e desnecessária a demarcação física das mesmas.

22 Para a gestão compartilhada das unidades, é de suma importância que as diferentes regiões estejam representadas. Por mais parecidas que as realidades locais possam parecer, existem, muitas vezes, diferenças específicas não compreendidas por todos,

moradores, um número de aproximadamente 15 pessoas a serem eleitas, de forma que não sobrecarregasse as famílias e que fosse representativo com relação a toda a extensão da Resex.

Outra decisão importante foi a escolha das entidades que deveriam participar da reunião de formação do Conselho Deliberativo. Para tanto, foi retomado o trabalho realizado nas reuniões locais e durante o processo de alfabetização, relembrando e comparando as instituições que fazem ou fizeram parte da "vida da Resex" de alguma forma, ou que deveriam estar mais presentes para contribuir na solução de problemas sociais locais. Depois de construída uma lista com todas essas entidades, foi feita a escolha sobre quais eles gostariam que participassem da reunião. Diferente do realizado na escolha de conselheiros, o número de instituições não foi predefinido, de forma a aproveitar a reunião do Conselho também para criar um momento de diálogo entre diversas instituições. Por este motivo, foram convidadas a participar da reunião todas as instituições entendidas pelos moradores como importantes de estarem presentes, sejam governamentais, da sociedade civil ou privadas. Tanto a concepção dos moradores sobre o papel das instituições quanto seu conhecimento sobre a realidade das UCs são fundamentais para o processo de gestão compartilhada. Criam um primeiro contato, o diálogo, a chance de os moradores expressarem suas necessidades e desafios diretamente aos órgãos competentes, e a compreensão conjunta de possibilidades e restrições para atendimento de tais questões, o que seria pouco provável em outro momento.

Constituindo o Conselho Deliberativo

Como apresentado anteriormente, a reunião para formação do Conselho Deliberativo é um momento de grande importância para a consolidação da gestão das UCs. Esse espaço múltiplo, de opiniões divergentes, cobranças, conflitos, acusações, foi o palco em que os representantes dos moradores tradicionais de ambas as Resex argumentaram sobre suas necessidades, vontades e desafios. Eles entraram em contato com representantes de di-

devido às grandes distâncias existentes. Assim, para evitar conflitos indiretos e para que as diferenças fossem respeitadas, os moradores entenderam e concordaram com a necessidade de haver uma representatividade das diferentes regiões, idades e gêneros.

ferentes instituições para terem voz ativa e conseguirem se fazer entender. Tornou-se necessária, portanto, uma formação complementar dos futuros conselheiros para que eles conseguissem lidar melhor com esse ambiente de disputas, forças e negociações.

O processo de formação dos conselheiros foi realizado durante três dias que antecederam a reunião de constituição do Conselho Deliberativo, em julho de 2007. Esta atividade baseou-se no suporte para uma maior compreensão do conselho, sua forma de funcionamento, o papel dos conselheiros e das instituições. Os conselheiros passaram por diversas atividades, incluindo diálogo e aprofundamento de conceitos já trabalhados dentro das Resex e dramatizações de situações de um Conselho. Além desses momentos, os participantes tiveram também uma agenda de visitas a instituições governamentais e a uma empresa, na cidade de Altamira (PA). Isso objetivou dar-lhes elementos mais reais para o entendimento sobre o funcionamento de algumas das instituições.

Os momentos de diálogo e troca ocorreram durante todo o processo, tendo novamente como enfoque o funcionamento das Unidades de Conservação, o Conselho e experiências de outras Resex. As constantes retomadas de assuntos são importantes, tanto para relembrar quanto para respeitar os diferentes tempos de assimilação das novas informações, gerando processos de mudança cadenciados. Dessa forma, buscou-se garantir um aprendizado mais aprofundado entre os moradores, com vista a maiores condições de trocas futuras e, com isso, maiores chances de exercitar o protagonismo na busca de soluções, reivindicações e trabalho conjunto.

Durante os quatro dias que antecederam a reunião com as instituições, foi também relembrado o papel das instituições e a indicação destas por parte dos representantes de cada Resex. Este processo seguiu uma ordem lógica de compreensão e aprofundamento, através das seguintes atividades: 1) construção de um diagrama institucional[23] para determinar o grau de relacionamento das instituições com cada Resex; 2) visitas supervisionadas a instituições com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre seu funcionamento e criar momentos de diálogo sobre necessidades e desafios das comunidades, com supervisão e retornos constantes da equipe; 3) dinâmicas de grupo nas quais se criaram diversos momentos de dramatização de situações de decisão em um conselho, de forma supervisionada,

23 Para mais detalhes ver Drumond (2002).

dialogando com o grupo em cada situação representada; 4) priorização de necessidades e desafios de cada Resex com o intuito de exercitar o protagonismo, entendendo que ações podem ser realizadas pela comunidade, ou o estímulo a parcerias entre diferentes instituições para atendimento de questões prioritárias.

Complementarmente a todas as atividades realizadas no decorrer dos dias, durante as noites ocorria a continuidade do processo de alfabetização, iniciado nas comunidades. Isto possibilitou mais um passo dos representantes das Resex na direção do aprendizado, na melhoria de sua leitura e escrita e, mais do que isso, criou-se um espaço de reflexão e diálogo das atividades do dia.

Após esses dias de preparo dos representantes das comunidades, ocorreu a reunião de constituição do Conselho Deliberativo, com a presença de todas as instituições convidadas. Como já era esperado, esse espaço foi palco de diferentes reivindicações dos movimentos sociais e de discursos políticos, mas foi também um espaço para o exercício da cidadania pelos moradores.

O principal desafio enfrentado nessa etapa do trabalho foi o de reforçar às instituições presentes a necessidade de ouvir e valorizar o conhecimento dos ribeirinhos sobre as suas próprias necessidades, permitindo aos comunitários a expressão de suas opiniões de forma assertiva, dialogando com os participantes da reunião e questionando as decisões tomadas.

Figuras 8 e 9 – Reunião do Conselho, Altamira (PA). Apresentação do diagnóstico da Resex Riozinho do Anfrísio e trabalho em grupo para definição de critérios de escolha para conselheiros, respectivamente

O processo de fortalecimento comunitário e o impacto que ocasiona sobre espaços de gestão compartilhada são bem descritos por Weyh em um caso de orçamento participativo no interior do Rio Grande do Sul:

> Quando um agricultor ou agricultora toma o microfone e diz o que pensa acontece uma experiência de poder. Decorre disso um aprendizado fundamental para a pessoa: o poder não é propriedade de ninguém. Isto encoraja e faz crescer a auto-estima. As pessoas sentiram que o próprio Estado pode ser parceiro na resolução dos problemas locais na medida em que este está comprometido com as causas da população. Esta reaproximação do Estado com o cidadão restabeleceu o elo perdido entre o representante e o representado (2005, p. 11).

Houve um processo de negociação para a escolha das instituições participantes dos Conselhos Deliberativos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri. A composição final obtida respeitou a escolha preliminar dos moradores, porém sofreu algumas modificações.

> Em muitos âmbitos, houve um notável aumento da visibilidade e do poder político dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Os povos tradicionais não estavam alheios a este processo e a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais. Aqui constam ações como o estabelecimento de associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração conjunta em campanhas e outras atividades políticas (Little, 2002, p. 17).

Considerações finais

Com vista a garantir processos legítimos de desenvolvimento ambiental e social, houve, ao longo desse processo, a busca pelo fortalecimento das comunidades tradicionais locais para evitar que os consensos, dentro do processo de gestão participativa, fossem construídos apenas entre os atores sociais com maior domínio de habilidades de comunicação e *status* social.

Apesar de não ter sido uma tarefa fácil a conciliação dos diversos pontos de vista presentes ao longo de todo o processo de construção do Conselho, ao final pôde-se perceber:

Aumento da compreensão coletiva da realidade das Resex pelos próprios ribeirinhos;

Aumento da compreensão da realidade das Resex pelas instituições;

Maior compreensão do funcionamento das instituições pelos ribeirinhos;

Entendimento preliminar do processo de funcionamento de um Conselho Deliberativo.

A implantação de Conselhos Deliberativos traz, ao mesmo tempo, conquistas e novos desafios a serem superados. Traz a possibilidade de maior participação das comunidades locais na gestão das UCs, maior transparência e credibilidade da gestão, um processo permanente de troca de informações e apoio na tomada de decisões, propiciando aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil maior efetividade em suas ações e atingindo de fato o propósito da lei, que neste caso é a preservação do modo de vida das comunidades tradicionais que vivem no interior das Resex. Além disso, investe em um sentimento de corresponsabilidade no processo de gestão da UC e funciona como meio para encaminhamento de propostas de soluções para problemas de interesse comum, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental dessas localidades.

Os conselhos das duas Resex, funcionando de forma integrada, têm maior peso nas reivindicações para melhorias sociais, econômicas e de proteção ambiental; possibilitam a definição de estratégias conjuntas e reduzem os custos de operação – tais como logística, custos de reunião e moderação. Incrementam também o poder decisório das comunidades, visto que há representantes das duas Resex dialogando com os mesmos representantes de intuições governamentais e da sociedade civil, que fazem parte de ambos os conselhos.

No manejo de Resex, as questões territoriais, de extrativismo e de agricultura de subsistência, devem correlacionar visões de todas as partes, inclusive (e principalmente) a ótica dos povos tradicionais envolvidos. Aqui, tais questões pedem uma lógica que "respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais" (Little, 2002). Neste intuito, inovações no processo de gestão compartilhada têm maior alcance do que as formas tradicionalmente centralizadoras. Claro está que os espaços decisórios representam locais de grande pluralidade e diversidade de opiniões e interesses. A convergência de ideias, o diálogo e a busca de soluções representam, talvez, um dos principais desafios a serem suplantados no exercício de gestões compartilhadas.

Soma-se ao desafio da grande pluralidade o da gestão integrada, de tratar ao mesmo tempo, e em um mesmo espaço de diálogo, demandas de duas Resex que somam 1.135.278 ha, com muitas necessidades comuns, porém com suas particularidades e especificidades. As lições aprendidas ao longo do processo de formação do conselho podem servir para as ações

envolvidas nos processos de gestão, buscando-se novos caminhos para suprir as demandas que surgirem.

Entende-se que um grande passo foi dado com a formação dos conselhos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri; e que, durante a prática dessa primeira gestão, nos próximos anos, as experiências e conhecimentos podem ser consolidados e fortalecidos entre comunitários e instituições, gerando mais capacidades para o processo de gestão compartilhada.

Espera-se que, da forma como foram constituídos, estes conselhos possam realmente contribuir para a efetiva gestão das UCs, de forma a considerar os diversos pontos de vista para a transformação do cenário socioambiental que a Amazônia brasileira e outras áreas de conservação necessitam.

Figuras 10 e 11 – Conselhos das Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri

Referências

AMADO, R.; CRISTALINO, F.; HERNÁNDEZ, E. El diagnóstico participativo como herramienta para la elaboración de proyectos educativos. *Ágora*, Trujillo, 13, jan.-jun. 2004, p. 91-110.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF.

_____. Plano Nacional de Áreas Protegidas (Pnap). Brasília: MMA/SBF, 2006.

_____. Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Brasília: MMA, 1992.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm>.

DIEGUES, A. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaubusp, 2001.

DRUMOND, M. A. *Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.* Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental, 2002.

EL SISTEMA financeiro rural: curso de capacitación internacional. Trad. W. R. Zanini e A. E. de Oliveira. Cochabamba, Bolívia, ago.-set. 1995. Disponível em: <www.abdl.org.br/filemanager/download/139/05i_DRPrural.doc>. Acesso: 4 out. 2007.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ISA (Instituto Socioambiental). Especial Terra do Meio, out. 2006. Disponível em: <www.socioambiental.org>.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: *por uma antropologia da territorialidade.* Série Antropologia, 322. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MARETTI, R. S.; SANCHES, R. A.; MARTUSCELLI, P.; MENDONÇA, A. L. A construção da metodologia dos planos de gestão ambiental para as Unidades de Conservação em São Paulo*, in:* MILANO, M. S.; THEULEN, V. (org.). I Congresso de Unidades de Conservação. Anais..., v. II, Curitiba, 1997, p. 234-247.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. *RAP.* Rio de Janeiro, 40(6), 2006, p. 1.061-1.075.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo*: *guia prático DRP.* Rio Grande do Sul: Ascar, 2006.

WEYH, C. B. Faces (novas) da Educação Popular no contexto brasileiro atual: a construção do poder popular pela participação*, in*: Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais... 28, 2005, Caxambu.

MINAYO, M. C. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1, 2000), p. 7-18.

VASCONCELOS, V. O. *et al*. Educação Popular e meio ambiente: diálogos com populações tradicionais amazônicas. *Ambiente & Educação* (Furg), v. l, 5(1), 2010, p. 47-66.

BENEDITO NUNES E A AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE O USO DA TÉCNICA E QUESTÕES AMBIENTAIS[1]

Maria Stella Faciola Pessôa Guimarães[2]
Edna Maria Ramos de Castro[3]

Resumo

Benedito Nunes (1929-2011) nasceu e sempre morou em Belém. Seu legado intelectual é expressivo. Notabilizou-se, no Brasil e no exterior, atuando nas áreas de filosofia e crítica literária, com trabalhos seminais sobre Heidegger, Nietzsche, Sartre, Fernando Pessoa, Oswald de Andrade, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, que são os mais conhecidos. Mas o pensador paraense também elaborou ensaios, concedeu entrevistas, escreveu prefácios, participou de debates e apresentou palestras com reflexões sobre história, sociedade e culturas da Amazônia. Nessa linha menos divulgada, o pensamento de Benedito é objeto de pesquisa em curso no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), organismo de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Este artigo tem foco principal na análise profunda que ele faz sobre o uso da técnica relacionado a questões ambientais em "À margem do livro", a pretexto de prefaciar um livro sobre ecologia, economia e "ecomenia" de outro autor paraense – Armando Mendes, professor e economista que participou ativamente do Naea –,

1 Transformação em artigo de fragmentos da dissertação *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*, desenvolvida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Guimarães, 2012, 2013; Guimarães; Castro, 2011).

2 Doutoranda. Autora da dissertação em pauta. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Bolsista Capes. Correio eletrônico: stellapessoa@uol.com.br.

3 Doutora. Professora. Orientadora de mestrado/doutorado do projeto de pesquisa em pauta. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: edna.mrcastro@gmail.com.

sua criação e seu percurso. Ele usa, para entender a região, o patrimônio do pensamento universal que apreendeu com sua esmerada formação e singular trajetória intelectual.
Palavras-chave: Benedito Nunes. Armando Mendes. Amazônia. Ecologia. Uso da técnica.

Abstract

Benedito Nunes (1929-2011) was born and always lived in Belém. His intellectual legacy is expressive. He has become famous in Brazil and abroad, because of his production in philosophy and literary criticism. These seminal works were about Heidegger, Nietzsche, Sartre, Fernando Pessoa, Oswald de Andrade, Guimarães Rosa and Clarice Lispector, just to name the most renowned. But the thinker from Pará also wrote essays, granted interviews, wrote forewords, took part in debates and delivered lectures on reflections on history, society and culture from the Amazon, *in:* this less promoted line, the thinking of Benedito Nunes is an ongoing research object at Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Amazon High Studies Center, Naea), a post-graduation institute connected to the Universidade Federal do Pará (Federal University of Pará, UFPA). This article aims to focus mainly on the deep analysis that Benedito Nunes does about the usage of technique in relation to environmental issues, as stated in "Beyond the Book", which was written as a foreword for a book about ecology, economy and 'ecomenia' by another writer from Pará – Armando Mendes, professor and economist, who was actively involved with Naea since its inception. In order to understand the region, Nunes uses the universal thinking heritage that he learnt along his hard-working education and unique intellectual path.
Keywords: Benedito Nunes. Armando Mendes. Amazon. Ecology. Usage of technique.

Introdução

O projeto de pesquisa voltado à leitura da produção intelectual e do estudo da trajetória do paraense Benedito Nunes, atualmente em curso no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), pode ser demarcado por dois

momentos: a dissertação concluída sob o título *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia* (Guimarães, 2012, 2013) e o doutorado em andamento – cujo projeto de tese é denominado *Benedito Nunes e o pensamento social*.

Os pontos de partida deste texto são fragmentos da dissertação que se voltam principalmente à análise que Benedito fez, chancelada como "À margem do livro" (Nunes, 1996), a respeito do uso da técnica imbricado com questões ambientais – na verdade, é a apresentação do livro *A casa e suas raízes: ensaios sobre ecologia, economia e '"ecomenia"*, do professor e economista Armando Mendes (1996). O tema tem reconhecida importância na pauta dos debates críticos sobre a Amazônia, sua história e seus modelos alternativos de desenvolvimento, muitas vezes associados ao uso da técnica provocando impactos no meio ambiente. As considerações de Benedito têm base em Heidegger, como fonte essencial, mas com visão ampla visitam outros autores: Hans Jonas, Gerd Bornheim, Jean-Paul Déleage, James Lovelock, Roderick Frazier Nash, Dominique Bourg, Ernst Bloch, Hannah Arendt, Karl Marx, Giordano Bruno, Teilhard de Chardin e Félix Guattari (Nunes, 1996). O naipe é um indicativo das leituras de Benedito sobre o assunto – devidamente contextualizado e observado de diferentes ângulos. Logo, para entender as nuances da Amazônia, Benedito soube usar o patrimônio do pensamento universal que apreendeu com sua esmerada formação e singular percurso intelectual.

Além deste preâmbulo e breve orientação inicial, o artigo reúne duas partes em sua estrutura, expostas a seguir. A primeira objetiva situar Benedito Nunes, de forma panorâmica, como intelectual da Amazônia, visto através de alguns destaques de sua vida e obra, com foco especial em *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*. Depois, a segunda seção aborda de maneira mais direta o prefácio "À margem do livro" – um dos textos analisados na dissertação citada que, no total, procurou interpretar 11 trabalhos do professor, devidamente escolhidos como *corpus* da pesquisa, de modo a caracterizar seu pensamento a respeito da região amazônica.

Benedito Nunes – breve panorama de vida e obra

Benedito Nunes nasceu em Belém em 1929 e faleceu em 2011. Bacharelou-se em direito. Casou-se com Maria Sylvia, sua colega de curso superior.

Sempre residiu na capital do Pará, embora tenha feito muitas viagens ao exterior e a outros estados brasileiros, sobretudo voltadas a estudos ou como professor.

Benedito foi auditor do Tribunal de Contas do estado do Pará (TCE), assim como Armando Mendes. Nos anos 1950, a convite do historiador Arthur César Ferreira Reis, trabalhou na antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) durante sua implantação, contribuindo assim na ordem da ação prática. Todavia, mesmo tendo atuado na SPVEA, no início do funcionamento dessa instituição do governo federal, então instalada em Belém, Benedito não se deixou influenciar por discursos tecnocratas a título de desenvolvimento, ou voltados a programas e projetos que desenham o futuro de forma superficial ao desconsiderarem a história, ou mesmo impregnados de clichês e modismos de consistência duvidosa, desprovidos de reflexão.

Destarte, sua maior contribuição como intelectual vem da reflexão acadêmica. Foi professor da UFPA e de universidades no exterior: Université de Haute Bretagne – Rennes II (França); University of Texas, em Austin (EUA); Vanderbilt University, em Nashville (EUA); Universidade de Stanford (EUA); Universidade de Yale (EUA); Universidade de Montreal (Canadá) etc. No Collège de France, Benedito foi aluno dos cursos de Paul Ricoeur e de Maurice Merleau-Ponty. Realizou estudos de pós-graduação com pesquisas sobre o Modernismo brasileiro, no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Sorbonne. Foi bolsista da Guggenheim Foundation em 1970.

Benedito Nunes exerceu importantes funções na UFPA: coordenador do Serviço de Teatro; coordenador da publicação dos *Diálogos de Platão*; autor do projeto e da exposição de motivos para criação do curso de Filosofia, que passou a coordenar e dirigir o seu colegiado a partir de 1976.

Na UFPA, aposentou-se em 1992, mas prosseguiu sua trajetória intelectual pronunciando conferências, orientando trabalhos de pós-graduação e dedicando-se à própria produção bibliográfica, cercado de livros da sua biblioteca particular. De 2004 a 2010, participou assiduamente das atividades do Centro de Cultura e Formação Cristã da Arquidiocese de Belém (CCFC), ministrando cursos e fazendo palestras – programação sempre aberta gratuitamente ao público que manifestava interesse em literatura e filosofia, bem como na aproximação das duas áreas do conhecimento, que compõe o traço mais forte da sua obra. Com a ideia desse livre acesso e sem exigência de qualquer espécie de pré-requisito dos interessados nas

apresentações do CCFC, Benedito tinha em mente o modelo do Collège de France, pois teve oportunidade de desfrutá-lo em temporadas de estudos na Europa.

Benedito publicou livros sobre filosofia e literatura, sobretudo em editoras nacionais de grande penetração, tendo recebido duas vezes o Prêmio Jabuti, outorgado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL).

A repercussão do pensamento e da obra de Benedito Nunes em outras instituições universitárias do país já ensejou importantes pesquisas e variadas análises. Em termos de doutorado, enfatizamos as teses concluídas na Universidade de São Paulo (USP), sob o título *Hermenêutica e crítica: o pensamento e a obra de Benedito Nunes* (Tarricone, 2011), e na Universidade de Campinas (Unicamp), intitulada *O lugar de Benedito Nunes na moderna crítica literária brasileira* (Nascimento, 2012, 2013). Benedito é, portanto, referência acadêmica em literatura e filosofia, acumulando leituras e trabalhos seminais sobre Heidegger, Nietzsche, Sartre, Fernando Pessoa, Oswald de Andrade, Guimarães Rosa e Clarice Lispector – apenas para citar os mais propagados. Nessas esferas, reúne extensa fortuna crítica.

No entanto, a dissertação *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia* caminhou em outra direção impulsionada pelo seguinte fato: sem a mesma divulgação dos seus trabalhos clássicos ligados à filosofia e à literatura, o pensador paraense também escreveu ensaios e prefácios, concedeu entrevistas e apresentou palestras sobre a Amazônia, o Pará, Belém (Guimarães, 2012; Guimarães; Castro, 2011). Como Benedito pensou a região? Foi este o questionamento do início da pesquisa.

Na verdade, o olhar de Benedito para sua região está presente em toda a trajetória do intelectual, com sucessivas interpretações, mesmo não tendo constituído um livro específico. Aparece, de forma espargida ao longo do tempo, embora com alguma concentração nos seus últimos anos de vida. Literatura e filosofia logicamente são também consideradas na sua produção alusiva à Amazônia, pois ele promoveu uma espécie de interseção entre essas áreas do conhecimento – às quais mais se dedicou – e a sua região (Guimarães, 2012; Guimarães; Castro, 2011).

Constata o estudo que, ao trazer à baila a sua região ou a sua trajetória nesta região, o professor não se restringiu a fazer referências locais, pois as reuniu sempre com autores e ideias de cunho universal. Em outras palavras, o acervo de Benedito une questões regionais a perspectivas universalistas, conjugando portanto o local e o universal. A matéria da revista *Ciência Hoje,* da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), publi-

cada após o falecimento de Benedito, tem um título que parece ratificar esse pensamento: *Benedito Nunes: amazônico e universal* (Lessa; Kaplan, 2011). Ao se nutrir do compromisso com a cultura e a história da região, Benedito também usou seu olhar cosmopolita para refletir acerca de nossas questões. A propósito, há ainda o depoimento de Márcio Benchimol Barros, que, escrevendo a respeito de Benedito, demonstra que a filosofia pode ligar a Amazônia com o universal. Menciona o que chama de "autoconsciência amazônica": pertencemos a um "contexto cultural particular", mas também somos parte "de uma coletividade muito mais ampla, que virtualmente nos conecta a todas as culturas e a toda a história humana" (Barros, 2011, p. 399).

A forma da escrita de Benedito sobre a região amazônica mantém estilo próprio: é reflexiva, ensaística, filosófica, interpretativa, procurando respostas a determinadas indagações e paralelamente lançando outras – abrindo caminhos para a meditação e despertando assim o interesse dos seus leitores na construção do conhecimento. Amarílis Tupiassú (2011, p. 242) entende que a produção de Benedito é "informada, orquestral, ecoante, dialogante". A exegese de seus trabalhos não deixa dúvida quanto à sua preocupação com o rigor da escrita, a escolha criativa dos títulos, o uso elegante do vocabulário e a estética do texto. O professor tem "sintaxe requintada, mas clara", procurando fugir do "rançoso jargão acadêmico usual" (Barros, 2011, p. 399).

Com densidade especulativa, em cada tema, o texto de Benedito busca pouco a pouco desvendar a realidade inicialmente ignorada, ampliando "a esfera de sua presença" (Montesquieu, 2005, p. 22), como a fala de um criador pensando em voz alta, como o discurso de quem se aproxima lentamente da verdade, com argumentos tecidos ponto a ponto e apoiados por formação intelectual privilegiada, sabendo fazer arranjos impressionantes de suas leituras. Sua obra organiza e relaciona os saberes, articulando as partes e o todo do texto, de uma forma que demonstra ser prazerosa para o autor, como a concordar com as reflexões de Montesquieu – sobre a alma – no período de extraordinária ebulição do Iluminismo francês:

> A alma, independentemente dos prazeres que extrai dos sentidos, experimenta outros que lhe são próprios, como os que lhe despertam a curiosidade, os que lhe dão uma ideia de sua grandeza, de suas perfeições, de sua existência como algo oposto ao sentimento da noite, o prazer de abarcar todo o conteúdo de uma ideia geral, o de ver um grande número de coisas etc., o de comparar, associar e separar ideias. Esses prazeres são inerentes à natureza da alma, independentemente dos sentidos, porque pertencem a todo ser que pensa (Montesquieu, 2005, p. 13).

À margem do livro: reflexões de Benedito Nunes

Em 1996, Armando Mendes compilou um conjunto de textos produzidos em diversas ocasiões anteriores, todos elaborados em datas próximas à realização da Eco-92 no Rio de Janeiro: (1) *A Pax Amazonica*, conferência de abertura do seminário de 1991 denominado *A desordem ecológica na Amazônia*, trabalho publicado em livro organizado por Luis Eduardo Aragón; (2) *Os ecos da Eco-92*, artigo editado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará (Idesp) em 1992; (3) *Breve itinerário dos ecossistemas à ecopoesia: achegas para o seu traçado*, veiculado em 1993 em livro que contou com a organização de Marcel Burzstyn; (4) *Envolvimento e desenvolvimento: introdução à simpatia de todas as coisas*, contribuição em 1994 a seminário da Fundação Joaquim Nabuco. O professor Armando denominou a coleção de 1996 *A casa e suas raízes,* com o subtítulo elucidativo *ensaios sobre ecologia, economia e "ecomenia"*. Contém o prefácio, esses quatro textos citados e mais documentos em anexo. *Introito, quase rito de iniciação* é uma apresentação do próprio autor:

> O presente volume, (...) de certo modo serve (...) para rastrear um percurso que, simbolicamente, se inicia na Hileia e termina em Gaia. Ou, visto por um ângulo diferente, todavia não contraditório, vai do tema econômico ao ecumênico. Transita, então, pelo tema ecológico. É este que dá o tom à orquestração.

(...) os textos aqui reunidos documentam uma transição nos objetos de pensamento (e nos projetos de ação) do autor. Durante muitos anos, objeto e projeto se (re)unem, prioritariamente (com desvios conjunturais), em torno do tema Amazônia. E essa história de vida se construiu a partir de preocupações com o desenvolvimento regional (Mendes, 1996, p. 23).

A Amazônia, com sua questão ecológica, é portanto tema do livro, que tem prefácio assinado, em junho de 1995, por Benedito com o título "À margem do livro". Se Benedito sempre foi criativo na designação de seus trabalhos, entendemos também que a forma apolínea – no sentido de exprimir beleza – de "À margem do livro" é bem visiva no primeiro parágrafo desse prefácio, que consegue combinar o tempo de sua amizade com Armando – e o tempo sempre foi um grande tema na obra de Benedito –, o gosto pela música e a referência à literatura, justamente centrada em personagem de Guimarães Rosa, autor estudado por Benedito desde os anos 1950, de forma especial a partir de *Grande sertão: veredas*. Sabemos

que, no clássico de Rosa, Riobaldo é o narrador que tece sua história de vida revelando-se reflexivamente a si próprio.

> O comentário que se vai ler melhor ficaria ao lado ou à margem desta coletânea, e não à sua frente, como manda a convenção acadêmica das apresentações. Pois que adota o tom de conversa, afinado pelo acorde dominante da já quadragenária relação de amizade que me liga a seu autor. A cada uma das frequentes visitas de Armando Mendes a Belém entregamo-nos ao hoje raro e suspeito prazer da conversação ociosa, à maneira de Riobaldo, para especular ideias (Nunes, 1996, p. 11).

Esse pequeno trecho parece repleto de significados quanto aos sentimentos de Benedito. No introito já referido, Armando observou que o "tema ecológico (...) dá o tom à orquestração" do livro (Mendes, 1996, p. 23). Como não relacionar tal comentário com os seguintes apontamentos de Benedito Nunes (1996, p. 11): "tom da conversa, afinado pelo acorde dominante"? Observamos ainda, sobre o prestígio da música nas reflexões de Benedito, que ele fez em 1975 uma conferência no Conservatório Carlos Gomes em Belém, trabalho publicado por revista da UFPA e depois incluído no livro *Crivo de papel* com o título "Música, filosofia e literatura" (Nunes, 1998). Mais sobre música: "Maria Sylvia e Benedito Nunes rompiam o Ano-novo, desde tempos imemoriais, ouvindo a Sinfonia n. 40 de Mozart, ao som do qual se faziam os brindes, acompanhados dos votos de felicidades" (Chaves, 2011, p. 292).

É notória na obra de Benedito a valorização da amizade dos intelectuais do Pará, como Armando Mendes, falecido em 2013. Os pensadores da geração de Benedito e aqueles um pouco mais antigos são vistos como autodidatas, mas há também alusões elogiosas a pessoas mais novas, quase sempre atraídas pelo brilho do professor de Filosofia. É importante enfatizar que, entre os diversos caminhos trilhados nos estudos sobre o pensamento social brasileiro, está a análise das "relações estabelecidas entre os membros dos grupos que se dedicam à atividade intelectual" (Bastos *et al.*, 2006, p. 12).

Cabe recapitularmos aqui alguns momentos que simbolizam a aproximação entre Benedito e Armando (Guimarães, 2012), afinal, em "À margem do livro" (1996, p. 11), ele cita sua "quadragenária relação de amizade" com Armando, o que nos leva a pinçar registros importantes da proximidade entre os dois – sem, é claro, a intenção de esgotar a história desse convívio: a nomeação concomitante de ambos para o TCE, onde foram auditores; a participação no cineclube *Os espectadores*; a convivência na UFPA, a cujo quadro pertenceram; a presença de Benedito nas citações feitas por Arman-

do no livro *A cidade transitiva: rascunho de recordância e recorte de saudade da Belém do meio do século*, com evidente propósito memorialístico e saudosista; a orelha que Benedito escreveu para *O cidadão transeunte*, outro livro de Armando; a participação de Benedito no compêndio comemorativo *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos,* que Armando organizou sob o patrocínio do Banco da Amazônia (Basa); a presença de ambos os autores como expositores do seminário "Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas", realizado em 1980 no Naea etc. Para estudo futuro, localizamos até mesmo um artigo de 1993, sobre orçamento público, que Benedito e Armando construíram juntos e veicularam no jornal *O Liberal*: "A privatização do erário" (Guimarães, 2012). Armando Mendes (2008) foi o autor dos documentos de concepção original do Naea, onde também atuou como professor.

Feitas essas considerações, podemos retornar ao texto "À margem do livro". Benedito também faz alusão a outros livros de Armando – como *O mato e o mito* (Mendes, 1987), por exemplo, para se fixar então na questão ecológica que as inscrições textuais desses dois professores abordam, estabelecendo logo aí uma diferença entre os interesses maiores que moveram individualmente suas inquietações intelectuais: "Armando chegara à questão ecológica seguindo o problema do desenvolvimento regional; eu a vislumbrara através do problema ontológico, na fase moderna, interpretado por Heidegger como esquecimento do ser" (Nunes, 1996, p. 11). Entendemos que esse trecho define todo o ritmo de "À margem do livro", pois Benedito deixou claro o motivo da sua atenção pela questão ecológica. Ora, um problema é ontológico porque pertence à ontologia, uma parte da filosofia que trata do ser enquanto ser. Na filosofia existencial, a ontologia toma o modo de ser do próprio homem como objeto principal de reflexão. Para Benedito, a "ontologia de Heidegger nasce da finitude humana interpretada em função do tempo" (Nunes, 2009, p. 76). Se há esquecimento do ser, o homem não reflete sobre seu próprio modo de ser, não coloca tal questão a si próprio, não há reflexão, e sim alienação.

Voltemos a essa afirmação categórica de Benedito em "À margem do livro" que coteja os dois intelectuais: por um lado, ela não surpreende seus leitores, sobretudo por Armando ter graduação em Economia e ter presidido o Basa, enquanto Benedito se situou predominantemente na Filosofia. No entanto, por outro lado, entender as declaradas razões da atenção de Benedito pela questão ecológica passa por algum conhecimento das ideias de Martin Heidegger (falecido em 1976) em sua filosofia da técnica mo-

derna. Entre os pensadores situados na chamada filosofia contemporânea, percebemos que Heidegger foi o mais estudado por Benedito, e o livro *Passagem para o poético: filosofia e poesia em Heidegger* (Nunes, 1986) fez jus ao primeiro prêmio Jabuti recebido pelo escritor paraense em 1987.

Certamente impulsionado pelas leituras de Martin Heidegger, Benedito costumava ler o tempo como passado/presente/futuro indissociáveis. Isso levava o mestre a desenvolver suas explanações como se também fizesse arqueologia (Guimarães, 2012). É também a partir de leituras heideggerianas que Benedito enfocou o uso da técnica – pauta polêmica quando se refere à Amazônia – refletindo sobre vantagens e desvantagens da expansão planetária das novas tecnologias propiciadas pelo progresso da ciência.

Em entrevista realizada por Márcio Benchimol Barros e Ernani Chaves, Benedito Nunes (2008, p. 15) recordou o início do seu envolvimento com a filosofia e a obra de Heidegger: as visitas frequentes à biblioteca – onde havia "livros franceses encadernados" – da casa, na travessa Quintino Bocaiúva, em Belém, de seus primos, os irmãos Ribamar, Levi e Sylvio Hall de Moura. Em seguida, Benedito ganhou, de Ribamar, Heidegger no original em alemão. Então, "o pensamento dele, pra que eu use o termo certo, me apaixonou" (Nunes, 2008, p. 15).

Anos depois de *Passagem para o poético...* ter sido premiado, Benedito publicou um pequeno volume denominado *Heidegger & Ser e tempo* – a primeira edição é de 2002 –, na Coleção Passo a passo, buscando uma linguagem instrutiva e mais acessível aos interessados em conhecer o pensamento de Heidegger:

> (...) o *Dasein* é o ente que compreende o ser, o que significa compreendê-lo em sua existência e entender a existência como possibilidade sua, de ser ou de não ser si mesmo, com o qual está concernido. Se o *Dasein* é um ente, é um ente que põe em jogo seu próprio ser. Assim, o que se visa em *Ser e tempo* – elaborar a questão do ser – é esse mesmo jogo da questão, da pergunta, do sentido do ser. (...) Para o (*Dasein*) (...), existir é interpretar-se. E interpretar-se é questionar-se. (...) Por isso, insiste Heidegger em dizer-nos que este ente que nós mesmos somos, o *Dasein*, é aquele que, em virtude do seu próprio ser, tem a possibilidade de colocar questões (Nunes, 2004, p. 12-13).

Portanto, ao atentarmos para o *Dasein* no conteúdo desse pequeno livro, passamos a apreender melhor as referências de Benedito ao problema ontológico do esquecimento do ser como crise da razão. *Dasein* é termo

em alemão que Benedito usou no original, sem tradução. É uma palavra corrente na língua alemã, resultante de *Da* (aí) e *Sein* (ser) (Nunes, 1986).

Ser e tempo (*Sein und Zeit*), livro lido por Benedito no original em alemão, foi publicado em 1927 (Nunes, 1986). O esquecimento do ser passa a desconsiderar a possibilidade de colocar questões. A técnica e a ciência fazem "do conhecimento a ferramenta do poder humano" sobre os recursos da natureza que são continuamente explorados frente "à demanda cada vez maior de matéria e energia (por parte) da sociedade" (Nunes, 1996, p. 12). Benedito buscou apoio em Heidegger para explicar a *hybris,* ou, dizendo de outra forma, os excessos e descomedimentos do homem moderno: "o poder excessivo, planetário, da técnica, que saqueia e devasta a Terra" (Nunes, 1996, p. 12). Logo, há referências do professor a prejuízos ambientais: "Resíduos nucleares, poluição do ar e das águas, desmatamento, extinção de espécies animais e vegetais, desestruturam a integridade orgânica do hábitat e põem sob risco a subsistência da própria vida" (Nunes, 1996, p. 12). Salientamos que a origem do termo *hybris* está na tragédia grega: alude ao orgulho desmedido e à arrogância do herói, que são responsáveis pela sua posterior queda.

Heidegger, com seu acervo filosófico sobre o uso da técnica, é tema que interessa à Amazônia? É assunto do Naea? Uma forma de responder afirmativamente é relembrando que, em 1997 – portanto logo depois da edição do livro de Armando com prefácio de Benedito –, o Naea publicou o artigo *Heidegger como crítico da técnica moderna*, de Franz Josef Brüseke (1997, p. 1), que inclusive agradeceu a Benedito "pela leitura minuciosa (do) texto e pelos valiosos comentários".

> Quem quiser tomar conhecimento da relação de Heidegger com a técnica, vai se confrontar com mais de uma discussão sobre novas tecnologias ou o, mais de uma vez lamentado, caráter alienador do trabalho industrial. A crítica da técnica moderna de Heidegger abrange todos os aspectos que contribuem para o esquecimento do Ser como a natureza reificada e objetivada, a cultura como indústria, a política usurpadora e os ideais cobertos por construções apressadas e fugazes (Brüseke, 1997, p. 1).

Ressaltamos nosso entendimento sobre o trecho de Brüseke: reificar a natureza é tratá-la como coisa.

Atualmente, outro professor de filosofia que se destaca na recepção de Heidegger é Oswaldo Giacoia Júnior (2013), pertencente ao quadro da Unicamp, que se pronuncia sobre esse filósofo alemão e o desenvolvimento

tecnológico para justificar por que há urgência em estudar seu pensamento. Quanto às associações entre Heidegger e Nietzsche feitas por Giacoia, observamos que Benedito Nunes (2000) também é autor do trabalho *O Nietzsche de Heidegger*, baseado em conhecimento profundo das obras de ambos. Transcrevemos a seguir trechos de Giacoia e de Benedito com pontos coincidentes:

> Heidegger se pergunta se o desenvolvimento tecnológico não se encontra enredado em uma escala compulsiva, em uma espiral infinita, que, em vez de resolver nossos impasses, nos impele, cada vez mais, para a beira da catástrofe – por exemplo, ecológica, o que coloca em risco as possibilidades de uma autêntica vida humana na Terra. Por isso, é urgente, hoje, pensar com Heidegger, mesmo que seja contra Heidegger, assim como ele pensou com Nietzsche e, sobretudo, contra Nietzsche (Giacoia Júnior, 2013, p. 10).
>
> Seria (...) ingenuidade pensar que ao identificar a Metafísica de Nietzsche, Heidegger a ela se identifique. E porque assim não ocorreu, a interpretação de Nietzsche por Heidegger tanto fortaleceu a identidade própria de seu pensamento quanto reavivou, alargou e robusteceu a inabstraível e inapagável identidade filosófica do pensamento nietzscheano (Nunes, 2000b, p. 58-59).

De cotejo em cotejo, o fundamental é deixarmos ao claro que, comparando as suas próprias meditações com as de Armando, quanto ao interesse pela questão ecológica, Benedito conseguiu evidenciar a diversidade de ângulos sob os quais essa complexa discussão pode ser conduzida. Por conseguinte, é tema para foros multidisciplinares que não podem excluir a filosofia. Demandam reflexão e conhecimento de sujeitos abalizados. "Pode-se dizer, parodiando Heidegger, para quem a técnica não é somente uma questão técnica, que a questão ecológica não é somente ecológica" (Nunes, 1996, p. 15). É preciso reflexão e conhecimento para que tal discussão aconteça em nível intelectual elevado.

> Os novos campos do conhecimento não solicitam, apenas, pensadores, gestores ou atores do *oikos*, enquanto tais, na Amazônia e fora dela. Ao contrário, estão a ansiar por aficionados, amigos da sabedoria natural e sobrenatural. Pois esse é o chão de filósofos e teólogos (Mendes, 1996, p. 25).

Ainda nas letras de "À margem do livro", Benedito abordou o pensamento que provoca atitudes preservacionistas em defesa do ambiente. Depois, caminhou para situar a questão ética, reportando-se principalmente ao livro de Hans Jonas denominado *O princípio responsabilidade: ensaio de uma éti-*

ca para a civilização tecnológica (Jonas, 2006). "Hans Jonas mostrou-nos (...) que o problema ontológico e o problema do desenvolvimento são extremos que se tocam, sob o foco da questão ecológica, através de um terceiro termo, ético" (Nunes, 1996, p. 13) – de certo modo, ao transcrever esse pensamento de Jonas, Benedito confrontou mais uma vez o seu interesse pessoal antes declarado pela ontologia com o de Armando pelo desenvolvimento, assinalando essa diferença. Hans Jonas, falecido em 1993, foi aluno de Martin Heidegger, o que ajuda a entender seu interesse por questões relativas ao uso da técnica moderna e seus perigos. Aquele autor se opõe em sua obra "ao crescimento econômico ilimitado" e entende destarte que "a limitação do crescimento" é "um corolário de ética da responsabilidade", com o que Benedito demonstrou concordar (Nunes, 1996, p. 13). No prisma ético, Jonas apresenta seu livro fazendo uso inicial da tragédia grega, com o semideus mitológico Prometeu, então sem as correntes:

> O Prometeu definitivamente desacorrentado, ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia um impulso infatigável, clama por uma ética que, por meio de freios voluntários, impeça o poder dos homens de se transformar em uma desgraça para eles mesmos (Jonas, 2006, p. 21).

Nas páginas de "À margem do livro", Benedito mostrou também que Armando, em seu livro *O mato e o mito* (Mendes, 1987) – anterior ao *A casa e suas raízes* – criticara a "concepção dos grandes projetos nacionais" para a região, enquanto "a integridade regional da Amazônia se desagrega" (Nunes, 1996, p. 13-14).

> Armando enfrentou, sob a forma de dilema valorativo, o conflito (...) entre a conquista da abundância, sem a qual a economia deixa de servir aos homens, e o risco da destruição do ecossistema pelo crescimento da riqueza, como padrão de desenvolvimento que a tal conquista levaria (Nunes, 1996, p. 15).

Se esse dilema de Armando está nas páginas de *O mato e o mito* (Mendes, 1987), em "À margem do livro" Benedito vislumbrou, nesse livro mais novo *A casa e suas raízes*, a "decisão" do dilema do economista, com a conceituação conciliadora do desenvolvimento sustentável, que harmonizaria o crescimento da economia com a preservação da natureza, e que, "conciliando os princípios da utopia e o da responsabilidade, também conciliaria a economia e a ecologia" (Nunes, 1996, p. 15). Para explicar desenvolvimento sustentável, Armando Mendes (1996, p. 24-25) se reportou

a dois fundamentos universais: "o do desenvolvimento humano e o do seu envolvimento com a natureza". E acrescentou que "é da tensão entre eles, e de sua mútua contenção, que se forja a utopia (...) do desenvolvimento sustentável" (Mendes, 1996, p. 25).

Os princípios de utopias e sonhos portadores de esperança são a essência das ideias do filósofo marxista Ernst Bloch, falecido em 1977, cuja obra mais conhecida é *O princípio esperança* (Bloch, 2005). Se o discurso de Bloch visa à utopia, o de Jonas tem foco na responsabilidade com as gerações do futuro. É a diferença marcante entre os dois princípios, e Benedito se aproximou mais de Hans Jonas.

Como tal "questão ecológica é mais do que ambiental", Benedito direcionou sua exposição ao entendimento do que "Armando Mendes batiza de envolvimento": não deixa de ser "o *a priori* afetivo das concepções ecologistas" extremadas e arcaizantes, como a *deep ecology*, que o livro *A casa e suas raízes* "põe em causa" (Nunes, 1996, p. 17). As ideias de Armando buscam todavia uma "ecologia amplificada" (Nunes, 1996, p. 20).

> (...) a ecologia amplificada (idealizada por Armando) deverá contribuir, em conjunto com a economia, para recriar o meio ambiente em função da casa inteira, da moradia humana, bem de consumo durável, e para beneficiar os seus habitantes. Mas a conciliação humanística entre os dois domínios reorientados, o econômico e o ecológico, far-se-á como processo histórico (Nunes, 1996, p. 20).

Esse humanismo não é antropocêntrico, mas tem ideias presentes no cristianismo como cúmplices: "homem e natureza são criaturas, parceiros de uma mesma criação divina, que culminou na consciência humana" (Nunes, 1996, p. 20). Nessa visão do criacionismo, se o homem tem consciência, deve estender seus cuidados a animais, vegetais e moradas (águas, ares e solos), com a perspectiva da "ética da responsabilidade perante as gerações futuras", aos moldes de Hans Jonas (Nunes, 1996, p. 21), concluindo Benedito que, na perspectiva de Armando, "a Terra seria afinal o âmbito ressacralizado de uma nova cultura e uma outra sociedade" (Nunes, 1996, p. 21). Mas Benedito ainda faz, em sua apresentação, um fecho espirituoso em relação ao desenho de Armando em *A casa e suas raízes*: "deixo ao leitor o encargo de descobrir quais os santos patronos dessa aliança ecumênica, poética e sacramental entre economia e ecologia" (Nunes, 1996, p. 21).

> *A casa e suas raízes* (é) uma aberração semântica. Casa não combina com raízes, mas com alicerces. E se o sentido impróprio vence, nesse caso, o sentido literal,

> é porque há casas arborescentes, de cobertura vegetal enraizada no solo, como a floresta amazônica. Assunto da primeira exposição desta coletânea, a Amazônia, onde o pensamento do autor se enraíza, continua presente em imagem, mesmo quando de todo ausente nas demais, suporte metafórico que é do conceito de 'ecomenia', o tratamento da terra habitada, a casa, para a qual contribuem, em conjunto, partilhando suas competências em torno do mesmo objeto que lhes conferiu a palavra grega *oikos* (casa), de que provém economia e ecologia. À terra habitada, globalização do ambiente natural e do mundo humano, da cultura e da natureza, transfere-se o holismo originário da última disciplina (Nunes, 1996, p. 16).

Enfim, retornamos ao comentário de Benedito sobre tempo e processo histórico, para acrescentarmos à discussão mais dois fatos posteriores à criação de "À margem do livro". O primeiro é o registro do artigo "O Doce Mago da Floresta Amazônica", dedicado a Benedito pelo autor Oswaldo Giacoia Júnior. Transcrevemos um trecho desse trabalho com referências à crise da razão no século XXI e ao Iluminismo na Alemanha (*Aufklärung*). O segundo fato é a conversa de Benedito com Marcos Nobre e José Marcio Rego exposta no livro *Conversas com filósofos brasileiros*. Nessa entrevista, as colocações de Benedito foram de adesão à responsabilidade de Hans Jonas, e não à utopia de Ernst Bloch, como citaremos adiante.

> Entre nós, o filósofo Benedito Nunes talvez tenha sido um dos primeiros a remeter o pensamento sobre as perguntas, os desafios, a desorientação que emerge desse panorama de crise permanente à necessidade de reflexão profunda sobre a experiência do tempo que corresponde à modernidade – um tempo histórico do qual, como pretendia Kant, a *Aufklärung* se constitui num signo diagnóstico, rememorativo e retrospectivo. E uma vez que o historicismo integra essencialmente o programa crítico da *Aufklärung*, também ele contribuiu de maneira decisiva para a formação da moderna consciência histórica. Assim, a reflexão sobre a crise da razão se desdobra na pergunta pelo relacionamento entre a história e o tempo na modernidade, relacionamento no interior do qual o problema do sentido da história se conecta subliminarmente com uma experiência do tempo a ser trazida à superfície da autorreflexão e explicitada filosoficamente. É sob essa ótica que se pode descortinar uma abordagem promissora sobre o entusiasmo tipicamente moderno pela revolução – meio e veículo por excelência para a realização das possibilidades humanas e do sentido da história (Giacoia Júnior, 2011, p. 23-24).
>
> Para mim, é muito interessante o princípio de responsabilidade, que faz justamente a crítica à utopia. Porque essa é a era da abundância, obtida às custas da destruição da natureza. (...)

Então, aceitaria para o futuro, não a utopia, mas a melhor vida possível – a *endemonia*. Temos de ter uma conversão da humanidade pela história (Nunes, 2000a, p. 88).

Pinçamos ainda dessa entrevista a última pergunta de Nobre e Rego e a respectiva resposta de Benedito:

> (Pergunta:) Nossa sociedade produz incessantemente elementos autodestrutivos como riscos ambientais globais, ameaças de desintegração social em larga escala e alienação cultural em massa. Como o senhor vê tais problemas?
>
> (Resposta:) Esses problemas podem ser focalizados por intermédio da grande *hybris* do mundo moderno, que é a dominação da natureza. Heidegger é o primeiro pensador que favorece uma filosofia com acento ecológico, justamente na sua postulação da técnica. Não é um antimaquinismo à semelhança daqueles ingleses do século XVIII, que destruíam as máquinas. É um absurdo deixar a técnica de fora, pois é por meio dela que pode vir a nossa salvação (*Rettung*). Mas além da técnica existem outros aspectos correlatos. Eu os enumerei uma vez: a devastação da terra, a massificação, a perda de vínculos dos homens e a chamada fuga dos deuses, uma outra fórmula para a morte de Deus (Nunes, 2000a, p. 88).

É evidente que outras contribuições sobre o uso da técnica e os decorrentes impactos ambientais podem ser extraídas do prefácio denso de Benedito e seus pronunciamentos correlativos que percorrem diferentes pensadores e ideias. De todo modo, se há uma preocupação maior presente em sua expressão sobre a questão, entendemos que ela está apontada para o esquecimento do ser, como interpretado por Heidegger. "No vazio do esquecimento do ser (...) implantava-se a *hybris* dos tempos modernos: o poder excessivo (...) da técnica" (Nunes, 1996, p. 12). Falta uma relação pensante entre o homem e a essência da técnica. Sem reflexão, com a razão em crise, não existem mais hoje os prazeres "de todo ser que pensa" comentados antes por Montesquieu (2005, p. 13)? Teria a expressão "À margem do livro", com seu convite à reflexão, também o atributo de algo à parte do que muitas pessoas conduzem nas rotinas dos dias atuais com a massificação do homem? Se o assunto é a Amazônia, esse rótulo "À margem do livro" pode levar à imaginação dos seus leitores, pela via trocadilhista, a Euclides da Cunha com o seu *À margem da história*? São problemas e, assim, uma boa maneira de fazer um fecho neste artigo, contudo sem cortar as possibilidades de o debate prosseguir, sobretudo associando à Amazônia essa retomada do pensar.

Referências

BARROS, M. B. Três vezes Benedito. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.* Belém, v. 6, n. 2, p. 395-399, maio-ago. 2011.

BASTOS, E. R. *et al.* Apresentação, *in*: *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, 2006, p. 7-12.

BLOCH, E. *O princípio esperança*. Trad. Nélio Schneider e Werner Fucks. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BRÜSEKE, F. J. Heidegger como crítico da técnica moderna. *Papers do Naea*, Belém, n. 71, jan. 1997.

CHAVES, L. S. Texto sem título, *in*: *O amigo Bené*: *fazedor de rumos*. Belém: Secult, 2011, p. 292.

GIACOIA JÚNIOR, O. *Heidegger urgente*: *introdução a um novo pensar*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. O Doce Mago da Floresta Amazônica, *in*: LINS, D.; OLIVEIRA, N.; BARROS, R. (org.). *Nietzsche/Deleuze*: natureza/cultura. São Paulo: Lumme Editor, 2011, p. 23-57.

GUIMARÃES, M. S. F. P. Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia (resumo de dissertação). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 3, p. 807, set.-dez. 2013.

_____. *Um olhar atrás da escrita*: *o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*. Dissertação (mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2012.

_____; CASTRO, E. M. R. de. Benedito Nunes e reflexões sobre a Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas.* Belém, v. 6, n. 2, p. 409-424, maio-ago. 2011.

JONAS, H. *O princípio responsabilidade*: *ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Trad. original alemão Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LESSA, R.; KAPLAN, S. Benedito Nunes: amazônico e universal. *Ciência Hoje* – SBPC, Instituto Ciência Hoje, Rio de Janeiro, n. 280, v. 47, 2011, p. 60-67.

MENDES, A. D. Naea: os primórdios, *in:* COSTA, J. M. M. da (org.). *Desenvolvimento regional*: *uma década de experiência amazônica (1973-1983*). Relatório Naea. Belém: Naea, 2008, p. 97-101.

_____. *A casa e suas raízes: ensaios sobre ecologia, economia e "ecomenia"*. Belém: Cejup, 1996.

_____. *O mato e o mito*. Belém: UFPA, 1987.

MONTESQUIEU, C-L. de S., Baron de. *O gosto*. Trad. Teixeira Coelho. São Paulo: Iluminuras, 2005.

NASCIMENTO, M. de F. do. Benedito Nunes e a moderna crítica literária brasileira (1946-1969). (resumo de tese). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 2, p. 485, maio-ago. 2013.

_____. *Benedito Nunes e a moderna crítica literária brasileira* (1946-1969). 2 v. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2012.

NUNES, B. Arqueologia da arqueologia*, in*: *O dorso do tigre*. São Paulo: 34, 2009, p. 61-77.

_____. Depoimento. Entrevistadores: Márcio Benchimol Barros e Ernani Chaves. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 31, n. 1, 2008, p. 9-23.

_____. *Heidegger & Ser e tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. Depoimento. Entrevistadores: Marcos Nobre e José Marcio Rego*, in*: NOBRE, M.; REGO, J. M. (org.). *Conversa com filósofos brasileiros*. São Paulo: 34, 2000a, p. 69-89.

_____. *O Nietzsche de Heidegger*. Pref. Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Pazuli, 2000b.

_____. Música, filosofia e literatura*, in: Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998, p. 73-86.

_____. À margem do livro*, in*: MENDES, A. D. *A casa e suas raízes: ensaios sobre ecologia, economia e "ecomenia"*. Belém: Cejup, 1996, p. 11-21.

_____. *Passagem para o poético: filosofia e poesia em Heidegger*. São Paulo: Ática, 1986.

TARRICONE, J. *Hermenêutica e crítica*: *o pensamento e a obra de Benedito Nunes*. São Paulo: Edusp; Fapesp; Belém: Ed. da UFPA, 2011.

TUPIASSÚ, A. Multímodo, profuso, inquieto*, in:* CHAVES, L. S. (org.). *O amigo Bené*: *fazedor de rumos*. Belém: Secult, 2011, p. 240-243.

NOTA DE PESQUISA

ENSAIO METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DA MITOPOESE AMAZÔNICA

Fernando Alves da Silva Júnior[1]
Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões (orientadora)[2]

Resumo
Este trabalho pretende discorrer sobre o percurso teórico-metodológico que perpassou a pesquisa de campo para o programa de mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia acerca da mitopoese da matintaperera amazônica, no decorrer de dois anos. Na pesquisa não somente o mito da matinta esteve presente, mas encontramos narrativas que versavam sobre lobisomens, aparições do bode, mulheres que viram onça etc. Subjacente às narrativas orais estava a vida dos narradores que enxameavam estas contações, revelando um mundo simbólico e representativo dos seus valores sobre o meio. Para este texto, apresentamos a forma como esta pesquisa pensou a elaboração da dissertação de acordo com os teóricos que fundamentam cada seção, para então discorrermos brevemente sobre os materiais que acompanharam a pesquisa de campo, destacando em seguida as comunidades visitadas. Sobre a matintaperera amazônica, procuramos citações do mito registrados em textos do século XIX e encontramos referências à religiosidade indígena, pois a matinta era somente uma possibilidade masculina encarnada na figura do pajé, pois a metamorfose humana em animal é uma *realidade* factual neste contexto. Contudo o discurso sobre modulações de comportamento culmina hoje, na maioria das narrativas, na metamorfose de uma mulher neste ente mítico,

1 Mestrando em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLS-UFPA). Especialista em Linguagens e Culturas na Amazônia (UFPA). Correio eletrônico: macuninfeta@gmail.com.
2 Doutora e professora do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLS-UFPA). Correio eletrônico: galvão@ufpa.br.

trazendo consigo uma imagem negativa dentro do contexto amazônico, pois, analisando as etnografias sobre o tema atualmente, encontramos interdições que pairam sobre a mulher quando ela exerce o xamanismo, por isso este trabalho finaliza com a questão da representação feminina nesta mitopoese amazônica.
Palavras-chave: Matintaperera. Imaginário. Feminino. Pesquisa de Campo.

Abstract

This work intends to discuss about the theoretical and methodological framework that involved the field research on the mitopoese of amazon matintaperera during two years. In resource, not only the myth of Matinta was present, but we found narratives that told on: lobisomens, apparitions of the goat, women who turns onça etc. Behind the oral narratives is the life of the narrators that fill up those narrations, revealing a symbolic and representative world of their values about the environment. In this paper, we present how this research organized the development of the dissertation according to the theorists that substantiated each session, and then to speak briefly about the materials that accompanied the search field, then highlighting the communities visited. About matintaperera amazon, seek quotes myth recorded in texts of the nineteenth century and found references to indigenous religiosity because Matinta was only a possibility male embodied in the figure of the shaman, because in metamorphosis human animal is a factual reality in this context. However discourse on the modulations of behavior culminates today in most of the narratives, the metamorphosis of a woman in this mythical entity, bringing a negative image within the Amazonian context, because analyzing ethnographies on the subject today, find interdictions that hanging over the woman when she exerts shamanism, so this work ends with the issue of female representation in this mitopoese amazon.
Keywords: Matintaperera. Imaginary. Feminine. Field Research.

Introdução: primeiros passos da pesquisa de campo e bibliográfica

Iniciamos a pesquisa de campo no segundo semestre de 2011, com a intenção de encontrar as interdições sociais nas narrativas míticas narradas nos interiores de Bragança, contudo, a quantidade de narrativas sobre matintapereras, lobisomens e bodes nos chamou a atenção. Assim nasceu o interesse por estas narrativas, especialmente pela da matintaperera, narrada em quase todos os encontros que tivemos com os narradores bragantinos, sendo que, com exceção do narrador da localidade do Engenho (Bragança/PA), os demais visitados mostraram total conhecimento pela história da mulher que vira pássaro: a matinta bragantina.

Após a escolha da narrativa que iríamos analisar, seguiu-se a pesquisa bibliográfica, em que encontramos duas dissertações que tinham esta personagem amazônica como tema. A primeira foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA em 1999, tem como autora a atual professora da Universidade Estadual do Pará (Uepa) Josebel Akel Fares, que analisa este mito a partir de um ponto de vista europeu, mais especificamente da bruxa europeia. O segundo trabalho foi apresentado pela antropóloga Gisela Macambira Villacorta ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA, no ano de 2000, e teve como foco a relação de uma moradora de Itapuá (Vigia/PA) com a pajelança, seu percurso neste ambiente de dominação masculina e a interdição sofrida por ela neste espaço. Observando o modo como estes trabalhos foram pensados, o de agora reconhece a contribuição teórica destes estudos e avança a discussão em direção a uma matriz e a uma influência indígena neste mito amazônico.

É por este contexto de pesquisas acadêmicas que o nosso objeto de pesquisa sofreu uma leve modificação após um longo diálogo com o material coletado nas entrevistas, com as leituras teóricas realizadas, bem como com as orientações, resultando com isto na análise da mitopoese da Matintaperera bragantina dialogada a partir de três direcionamentos: a representação da mulher neste mito; o perspectivismo na afirmativa *gente que vira bicho*; e, por fim, a relação da oferta realizada à matinta (tabaco e café), com a intenção de cessar seu canto agourento, a partir do conceito de sacrifício e dádiva maussiano.

Assim, a maneira como a dissertação foi arquitetada segue a lógica estabelecida pelo objeto. Quando tratamos da possibilidade de *gente virar bicho* é porque a fala dos narradores a sugere, e a resposta foi encontrada

em Castro (2011); a questão que direciona à bruxaria/feitiçaria encontra amparo na representação do feminino e no termo feiticeira, que se usa como sinônimo de Matintaperera, portanto, a leitura que auxilia nesta proposta está em Beauvoir (1961); Barros (1996); Delumeau (2009); Evans-Pritchard (1978); Foucault (2009); Ginzburg (1988, 1989, 2012); Kramer e Sprenger (1991); Muraro (1991); Nogueira (1995); Novinsky (1980) e Souza (1987, 1986). Pensar o imaginário na mitopoese amazônica só foi possível quando verificamos uma repetição significativa desse mito nas entrevistas como uma forma de poetizar uma representação. Assim, a fundamentação teórica partiu das leituras de Mafessoli (2001); Durand (1998, 2002), Castoriadis (1982) e, especificamente sobre o imaginário amazônico, Paes Loureiro[3] (2000, v. 4). O sacrifício e a dádiva surgiram como resposta à prenda que se faz à Matintaperera, quando ela insiste em manter seu assobio próximo a uma residência específica e, então, para cessar seu canto, lhe oferecem algo: geralmente café ou tabaco, mas foi constatada também a oferta de peixe. Quem inicia esse diálogo sobre sacrifício e dádiva é Mauss (2005, 2003). Temos assim que o material registrado definiu o andamento das leituras e abordagens teóricas acerca do que está sendo desenvolvido na dissertação.

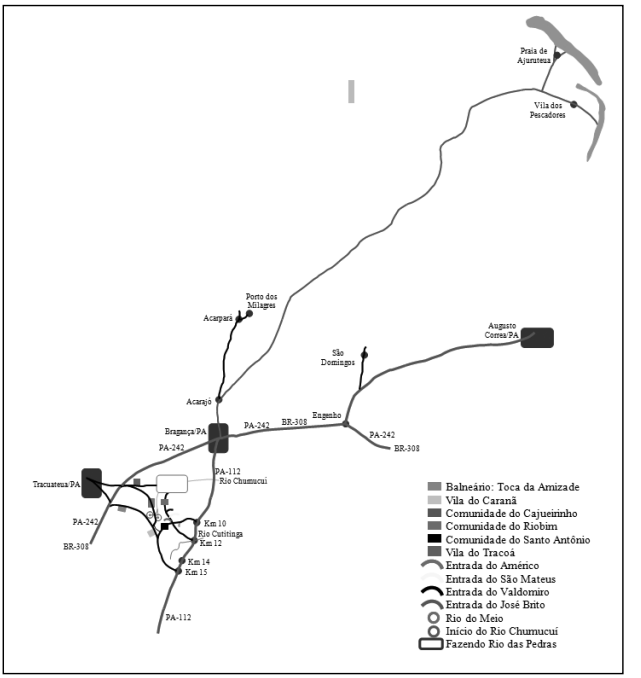
O acesso à mitopoese se deu por meio de entrevistas realizadas nas comunidades em torno de Bragança (PA), amparadas por um gravador digital, caderno de anotações e máquina fotográfica digital. Encontrar as pessoas que conhecem as histórias míticas foi possível por meio de amigos-moradores do pesquisador. Então, para ter acesso ao mito da Matintaperera tivemos que visitar as seguintes comunidades bragantinas, resumidas cronologicamente nesta ordem: São Domingos, Riobim, Acarpará, km 14 do Montenegro,[4] Cajueirinho, Tracuateua (município vizinho à Bragança), Vila dos Pescadores, Porto dos Milagres-Acarpará e km 19 do Montenegro. Como as comunidades são diversas, selecionamos as narrativas da região do Montenegro (km 14 da rodovia Dom Eliseu Corolli, Cajueirinho, Riobim, Santo Antônio e Tracuateua[5]) e da comunidade da Acarpará. Esboçamos

3 Este texto de João de Jesus Paes Loureiro corresponde à tese de doutoramento na Universidade Paris V – Sorbonne, França, orientada pelo prof. dr. Michel Maffesoli e publicada em 2000 pela Escrituras.

4 A estrada do Montenegro corresponde à PA-112 – rodovia Dom Eliseu Corolli.

5 Tracuateua é um município vizinho a Bragança e muito próximo das comunidades da região do Montenegro. Tivemos a ocasião de entrevistar neste município dona Maria Valda, em 8 de dezembro de 2012, quando andávamos com nosso guia Agnelo, morador do Riobim e conhecedor dessas comunidades.

um mapa a partir de desenhos realizados por Agnelo de Sousa Melo Neto quando este nos explicava, desenhando no terreiro de sua casa no Riobim, os caminhos que nos levariam às comunidades a serem visitadas no Montenegro.[6] As demais comunidades foram esboçadas com ajuda de imagens do Google Maps.[7]



Origem do mito, religiosidade popular e exclusão feminina

Seguindo os estudos sobre religiosidade e crença popular, a localização do mito tem uma *origem* indígena (D'Évreux, 1874; Tocantins, 1877; Veríssimo, 1887; Métraux, 1979; Galvão, 1976) e participa de um processo ritual

6 Mais uma vez explicamos que tanto a rodovia Dom Eliseu Corolli quanto a região que a circunda são conhecidas como Região do Montenegro; deixamos claro também que a comunidade do Cajueirinho, muito próxima da comunidade do Riobim, pertence ao município de Tracuateua. Daí concluímos que as narrativas míticas não se limitam a regiões geopolíticas, mas sim a regiões culturais.

7 Obtido em: <maps.google.com.br/>. Acesso: 12 jun. 2013.

que atribui ao pajé a responsabilidade de se metamorfosear em ave, com o intuito de transitar entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Tal aspecto do mito atribui uma característica peculiar a esta narrativa: a migração que aconteceu em relação ao seu protagonista, pois não é mais o pajé que se metamorfoseia em ave, mas sim uma mulher, geralmente velha, e que não participa de uma religiosidade indígena. Esta mulher que se metamorfoseia em matintaperera é o resultado de uma alcunha pejorativa que ela recebe com a finalidade de excluí-la da pajelança (Motta-Maués; VillacortA, 2008, *passim*). Nas narrativas bragantinas sobre esta entidade mítica, encontramos relatos de senhoras idosas que moram em locais ermos. Este isolamento em que vivem contribui para que algumas narrativas sirvam de modelo para justificar tal retraimento social – neste caso o da mulher que se transforma em ave nefasta.

Esta ideia de exclusão social, a partir de uma interdição por desempenhar uma função masculina na economia do xamanismo ou pajelança cabocla, é muito bem trabalhada na dissertação de Villacorta (2000) e também em Motta-Maués e Villacorta (2008). Contudo, neste trabalho respeita-se a lógica do mito nos relatos orais bragantinos, com a característica de alguém que se metamorfoseia em ave (bastante particular e análoga ao da antropóloga), o cumprimento de um fado e, com isso, inevitavelmente incutir medo aos sujeitos da comunidade, mas sem estar ligado diretamente a algum tipo de religiosidade, a não ser aquela que denuncia a origem do mito, e mais precisamente uma crença popular nestes bichos visagentos (Galvão, 1976).

O xamanismo indígena é encontrado nos relatos de Veríssimo (1883), Métraux (1979) e D'Évreux (1874), que trazem um protagonista masculino, investido religiosa e socialmente de um poder que lhe confere respeito, caracterizando, ou mesmo revelando, uma sociedade indígena instituída pelo poder do macho, denunciando a androcracia que ainda hoje se conserva nesta prática religiosa, pelo menos no que propõe a etnografia de Villacorta (2000; 2008) justamente por denunciar uma prática que denota, sobretudo, poder no nordeste paraense, que exclui social e politicamente a mulher desse rito.

> O xamanismo se apresentava (se apresenta), na comunidade, como um domínio que pode ser considerado como masculino, não admitindo, nos seus aspectos mais importantes e positivos (cura de doenças, por exemplo) a participação da mulher (Motta-Maués; Villacorta, 2008, p. 332)

As antropólogas continuam (p. 333) afirmando: quando a mulher insiste em desempenhar a pajelança, o valor que recebe é sempre conjugado ao aspecto negativo da prática ou relacionado à prática malfazeja da matintaperera, que, por sua vez, se liga à bruxa do velho mundo.[8] O homem pajé também executa atividades maléficas às pessoas, fato que não confere a ele, no entanto, má reputação, mas nisto consiste a distinção da prática quando exercida pela personagem masculina ou feminina.

Veríssimo (1883, p. 207) relata a existência, no Amazonas, da narrativa de um caboclo que carrega algumas características que a matintaperera representa ainda hoje, contudo na figura de um pajé, também chamado feiticeiro, que usa uma flauta e com ela entoa um canto que arremeda seu nome: "matin-tepêrê". Com a execução dessa melodia consegue voar por toda a região.

Descrição semelhante é observada na etnografia de Silva (2007, p. 149):

> Dois caboclos antigos de Carvoeiro relataram-me certa vez que o pajé desâna, vindo do Alto Rio Negro, tem poderes mágicos de se transformar em matinta-pereira e onça, um deles confirmando o fato com a evidência de que 'não tinha onça no varador antes de ele chegar'. Sr. Abílio disse ainda que, quando o pajé era 'novato' na área, ele ouviu o tal matinta gritando três vezes durante sua pescaria no igapó à noite, então ele gritou: "compadre, se tu fores meu amigo, vai tomar café em casa amanhã de manhã". E adivinha o que aconteceu? O pajé foi o primeiro a aparecer para tomar café na casa dele no dia seguinte.

A proximidade que esta entidade mítica estabelece com o pajé corresponde a uma relação de poder nítida entre os sexos na prática da pajelança, mas por vez como um rastro de um interdito sobre a mulher no desempenho ativo desta prática religiosa, pois ser pajé corresponde a um modo de demonstrar poder ou liderança na comunidade.

Na entrevista realizada em 18 de outubro de 2011, na residência de dona Josefa, em São Domingos (Bragança/PA), ela narrou sua experiência com este ente mítico e, não apenas isto, deixou subentendido um pouco de sua vida como mulher e também o aspecto social da família.

> Eu sei que Curupira tinha muito, Curupira tinha muito lá nesse lugar lá, pra lá que a gente morava. Curupira tinha muito porque eu tinha... como é... matintaperera, que eu tinha medo, medo, medo, medo, medo que a gente morava numa casinha. Sabe como é casinha de pobre no interior, uma casinha que malamau um cercadi-

8 Sobre a relação da matintaperera com a bruxaria europeia, ver Fares (1999, 2007).

> nho, umas palhinhas abeirando, não tem nem porta fechada, nada. Eu morria de medo quando a matintaperera passava assoviando, passava assoviando. Ah! Que aquele assovio ia lá dentro do coração da gente. Eu digo: – Hoje a matintaperera me come (dona Josefa, Bragança).

O mito, quando narrado, surge como temática central, mas subjacente a ele está a descrição ora da família, ora da comunidade. Somente o mito permitiu abertura para compreender o medo da narradora causado tanto pela matintaperera quanto pela estrutura e insegurança da casa em que moravam e pela organização social em que viviam: "casinha de pobre no interior", improvisada com palhas, que, segundo ela, não tinha segurança. Parte da vida social, também, é descrita quando ela acrescenta o momento da passagem da matinta:

> Eu já tava criando os meus filhos. Eles estavam todos zitinhos. E a Matintaperera passava. Porque eles estavam... tinha... os homens estavam jogando baralho assim numa casa que tinha né? Que era mais longe do que aqui nessa..., era mais longe. Era quatro quilômetros longe lá de casa que a gente morava (dona Josefa, Bragança).

O medo não advém exclusivamente da Matinta que passa assoviando, mas do próprio lugar que ela ocupa na família com a vida social voltada para a casa e os filhos. Contrariamente à vida dela, tem-se à do marido, que está voltada ao cultivo da mandioca e produção da farinha, práticas observadas nas descrições no decorrer das visitas. A vida social noturna fora do lar, em uma comunidade sem energia elétrica e com as residências separadas por quilômetros, é do marido. O medo que ela sente não surge exclusivamente do ente que passa, mas também da solidão. É a imagem da ave e o valor simbólico de que ela é investida, somada à dinâmica das residências na comunidade, que criam as condições para que a existência do mito seja algo factual: é o próprio contexto que cria elementos suficientes para que a matintaperera surja na sociedade. Mulher e mito se revelam como excluídos socialmente: a mulher confinada ao lar, e a matinta ao aspecto nefasto.

Podemos observar que a mitopoese é um resultado desta persistência pela oralidade, como bem observou Câmara Cascudo sobre esta modalidade da literatura oral (1978, p. 22); ou seja, as narrativas míticas, nas quais o mito da matinta e outros entes míticos encontram meios de perpassarem o tempo e o espaço. Contudo, não só como meros mitos, mas como uma realidade factual, uma representação que encontra amparo legal quando um membro da comunidade o representa, quando o sujeito *é* a matintape-

rera. Lembremos que a prenda é feita à matinta quando ela está metamorfoseada em ave, porém quem vem requerê-la é a forma antropomórfica, que, na maioria dos casos, trata-se de uma pessoa próxima de quem está oferecendo ou um conhecido na comunidade, nos dizeres dos narradores: *é gente que vira bicho*.

Gente que vira bicho por dois motivos a serem considerados neste trabalho: primeiro, porque o mito historicamente se relaciona ao xamanismo, e o pajé é justamente aquele que consegue se metamorfosear em ave (matintaperera) para poder transitar entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos; e para se utilizar do poder da cura em seus trabalhos, ou seja, uma proximidade com o Hermes da mitologia greco-romana, possível de inferir nesta relação da matinta com seus interlocutores, que também intermédia, pelo diálogo, a relação entre as divindades e os homens. Segundo, por uma interdição que paira sobre a mulher e também sobre os velhos e estrangeiros. A mulher, pelo valor histórico de que este sexo é investido – principalmente nas leituras de Beauvoir (1961); Delumeau (2009); Novinsky (1980); Souza (1986, 1987); Ginzburg (1988) e Kramer e Sprenger (1991), a construção histórica da mulher como o segundo sexo é discutida de forma mais apurada; os idosos, por não mais desempenharem as funções sociais que são conferidas aos membros jovens do grupo e que acabam por ficar isolados; e o estrangeiro, pela insegurança que ele transmite, por não participar do(s) grupo(s) familiar(es) que organiza(m) a vida da comunidade. Assim, virar bicho corresponde a tornar-se um *não ser humano* e, portanto, não digno de responder às responsabilidades sociais que são de pleno gozo humano. Assim, a exclusão social é justificada.

Trajetória metodológica da pesquisa de campo

Considerando que este trabalho tem como base as pesquisas de campo, pressupomos que pensar este mito que se expande para além de suas configurações orais implica, sobretudo, pensar os narradores em suas comunidades. Assim, devemos avaliar que, para se compreender o mundo dos narradores, devemos partir de uma metodologia que subjaz a história oral, uma vez que é na história de vida que estes mitos ganham sentido para os narradores.

Entendemos também que, nas entrevistas realizadas nesses dois anos, não foi observado que há uma cisão bem delimitada entre o mito e a vida em

comunidade de cada narrador – uma vez que a narrativa da matintaperera corresponde a uma forma de pensar a religiosidade (crença popular) amazônica –, no sentido de que eles não são meros informantes, mas sujeitos que organizam suas vidas coletivamente, e que os elementos fantásticos do mundo mítico fazem parte das atividades sociais que desenvolvem.

Por este motivo, as entrevistas foram conduzidas no formato de diálogo e tiveram um direcionamento definido: as narrativas míticas. Mas, no decorrer das conversas, a vida dos narradores estava bastante presente, por isso o modo mais intuitivo de realizar as entrevistas tornou-as mais *dialógicas*, no sentido da existência de um diálogo aberto, com alternância dos turnos, menos mecânica. Neste caso, a procura por padrões de entrevistas que se aplicassem de forma mais completa para estes encontros acabariam escondendo a narrativa-alvo na memória dos sujeitos, perdendo a relação que elas estabeleceriam com as práticas sociais. Desta maneira, os modelos abertos de entrevistar permitiram "evitar ser inquisitivo e minimizar a presença do gravador" (Thompson, 2000, p. 48).

Os narradores foram sugeridos por moradores das comunidades, especialmente amigos ou alunos do pesquisador. Os espaços das entrevistas situaram-se na residência dos narradores, variando entre cozinha, sala e quintal, espaços de livre trânsito dos familiares e amigos.

O cuidado de sempre iniciar as *conversas* com o gravador ligado se deu pelo conhecimento prévio que os narradores possuíam do assunto a ser tratado nas visitas. Isto porque não iniciar o encontro gravando gerou, no início da pesquisa, perda de informações essenciais para o trabalho que somente as anotações e a memória do pesquisador poderão repor. O conhecimento prévio da temática, em alguns casos, não foi suficiente para um bom desenvolvimento da entrevista, mas em outros o resultado foi surpreendente, assim como houve ocasião em que o guia apresentou o pesquisador aos narradores no momento em que estes tomavam ciência dos objetivos do trabalho. Desse modo, a importância que os guias tiveram nesta pesquisa foi o que a tornou exequível, sendo partes fundamentais para a concretização deste estudo.

Assim, em meio a tantos narradores que renderam muitas viagens e horas de gravações, a história oral não foi um fim buscado por este pesquisador quando estava em campo, mas, antes, como complementa Delgado (2006, p. 16), um meio para se obter algo, um caminho que nos conduziu à produção de conhecimentos que está no outro. Por isso o interesse pela maneira como a memória articula os fatos é tão importante quando se está

em campo, mas também quando se passa a transcrever as informações narradas, já que demanda muito do pesquisador.

Breve consideração fenomenológica acerca do objeto de pesquisa

A persistência pela verdade primeira dos fatos revela certo cientificismo que penetra na produção acadêmica, principalmente na área de humanas, como uma maneira de se chegar a uma ciência *pura,* capaz de responder ou de dar conta dos fatos narrados. Assim, para se admitir outra abordagem, tivemos que abandonar certa cientificidade na pesquisa e considerar a evidência não apenas como a ocorrência de algo, mas como fontes que escondem *uma* realidade. Como alcançá-la? Talvez isso não seja possível e nem mesmo seja o aspecto mais relevante de ser considerado, pois existem sempre possibilidades de aproximações (Vasconcelos, 2005). Isto pensando o objeto como um fenômeno, ou seja, como uma "aparência (v.). Nesse sentido o F. é a aparência sensível que se contrapõe à realidade, podendo ser considerado manifestação desta, ou que se contrapõe ao fato, do qual pode ser considerado idêntico" (Abbagnano, 2007, p. 436). Continua:

> À medida que se reconhece que os objetos do conhecimento se revelam segundo os modos e as formas próprias da estrutura cognoscitiva do homem, e que por isso eles não são as 'coisas em si mesmas', as coisas como são ou poderiam ser fora da relação cognoscitiva do homem, o objeto do conhecimento humano configura-se como F., ou seja, como coisa aparente nessas condições, o que obviamente não significa coisa enganosa ou ilusória (p. 437).

Assim, Kosik (1976, p. 10-11) segue:

> No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. (...)
>
> O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá

> imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

Esta discussão é pertinente porque, considerando que o texto narrado, portanto uma ficção, representa uma época que se situa completamente como *invenção*, como uma criação deslocada da realidade histórica e social, mas também como uma representação completamente pautada em padrões plausíveis de um acontecimento *real*. Por este motivo ela cria aproximações com a realidade que representa, nunca a própria realidade. O texto mítico da narrativa oral também perpassa pelo prisma da ficção, pois pode ser entendido como uma das representações de um acontecimento. Não obstante, o próprio pesquisador não seria capaz de descrever os acontecimentos como tais ocorreram, ele também criaria aproximações bem acabadas e enxameadas com suas impressões. Segundo Harlan, "sendo assim, não haveria sentido em buscar a intenção primária do autor estudado. Toda leitura seria, desse modo, interpretação, e portanto *invenção* de um texto virtual elaborado pelo leitor no ato de ler" (Vasconcelos, 2005, p. 20).

Sobre esta mediação do fato, como uma representação do pesquisador, Geertz (1989, p. 25-26) afirma que o texto literário pode se expandir para a própria sociedade, sendo que esta passa a ser compreendida como um texto passível de leitura, que pode ser posto por meio da representação para o pesquisador que cria outras representações sobre a realidade dos acontecimentos, as quais por sua vez são representações de segunda ou terceira mão. Neste sentido, tal qual o texto antropológico, as narrativas tratam "de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' – o sentido original de *fictio*; não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento".

Considerações finais

Representação, imaginário e simbolismo são conceitos importantes para a pluralização da construção cultural e são tomados como meios para a análise da produção cultural que tem na oralidade sua base empírica de transmissão de conhecimento. Pensando desta forma, inscrevemos dois

mundos: o do texto e o do leitor como coexistências paralelas, mas que se relacionam por meio da interpretação que o segundo realiza sobre o primeiro. O pesquisador das narrativas amazônicas, nesta dicotomia, seria aquele que experimenta o texto, recorrendo igualmente à ideia de representação como uma categoria que suscita indícios que elucidam a forma de lidar com os fatos estudados. Neste caso, o pesquisador surge como hermeneuta, capaz de criar pontes entre os valores subjetivos do autor/narrador e do passado que ele produz, por isso colocamos em questão a intencionalidade destes autores/narradores amazônicos na produção textual, pois se reconhece que o pesquisador, por sua vez, também não se ausenta completamente daquilo que (re)escreve.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: 1. Fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Difel, 1961.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, *in: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CASCUDO, L. da C. *Dicionário do folclore brasileiro.* São Paulo: Global, 2001.

_____. *Literatura oral no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUI, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Círculo do livro, 1990.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números.* Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

DELGADO, L. de A. N. História e memória: metodologia da história oral, *in*: _____. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

DIEGUES, A. C. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND, G. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FARES, J. A. *Imagens da mitopoética amazônica: um memorial das matintas pereras*. Dissertação (mestrado em Letras) – UFPA, Belém, 1997.

_____. Imagens da matinta perera em contexto amazônico. *Revista Boitatá*. Universidade Estadual de Londrina. São Paulo, 2007, v. 3, jan.-jun., p. 62-78. Disponível em: <www.uel.br/revistas/boitata/volume-3-2007/Artigo%20Bel.pdf>. Acesso: 2 jul. 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GALVÃO, E. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo: Brasiliana, 1976.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, C. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e culto agrário nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

KOSIK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição*, in: Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum: O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia,* v. 1, n. 15. Porto Alegre, agosto de 2001. Disponível em: <www.revistas.univerciencias.org/index.php/famecos/article/view/285/217>. Acesso: 21 abr. 2012.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____; HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MÉTRAUX, A. *A religião dos tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. São Paulo: Nacional: Universidade de São Paulo, 1979.

MOTTA-MAUÉS, M. A.; VILLACORTA, G. M. Matintapereras e pajés: gênero, corpo e cura na pajelança amazônica*, in*: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (org.). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

NOGUEIRA, C. R. F. *O nascimento da bruxaria: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes*. São Paulo: Imaginário, 1995.

NOVINSKY, I. W. Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII)*, in*: BRUSCHINI, Maria Cristina A.;

ROSEMBERG, Flávia. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

OLIVEIRA, J. C. *Folclore amazônico: lendas – I.* Belém: São José, 1951.

PAES LOUREIRO, J. de J. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Obras reunidas, v. 4. São Paulo: Escrituras, 2000.

ROCHA, E. P. G. *O que é mito*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Andréa Leme da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do médio rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia – USP*. São Paulo, 2007, v. 50, n. 1, p. 125-179. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ra/v50n1/a04v50n1.pdf>. Acesso: 28 ago. 2011.

SOUZA, L. de M. e. *A feitiçaria na Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

VARANDAS, A. A cabra e o bode nos bestiários medievais ingleses. *Revista Brathair,* 2006, p. 95-116. Disponível em: <brathair.com/revista/numeros/06.02.2006/cabra.pdf>. Acesso: 8 maio 2012.

VASCONCELOS, J. A. Introdução, *in*: *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

VERÍSSIMO, J. Tradições, crenças e superstições amazonicas, *in*: *Revista Amazonica*, t. I, ano 1, n. 6, ago. 1883.

VILLACORTA, Gisela Macambira. *"As mulheres do pássaro da noite": pajelança e feitiçaria na região do salgado (nordeste do Pará).* Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – UFPA, Belém, 2000.

A CASA DOS FRANCESES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO BENFICA, ITUPIRANGA (PA): LÓCUS DE CONSTRUÇÃO DE METODOLOGIAS E DIÁLOGOS ENTRE CAMPONESES E PESQUISADORES

Gutemberg Armando Diniz Guerra[1]

Resumo

Este artigo trata da reflexão sobre as identidades de grupos de pesquisa e suas epistemologias, simbolizadas, de um lado, por uma base de apoio construída no meio de um lote de pequeno criador de gado na Amazônia Oriental, em assentamento localizado no município de Itupiranga, tradicional produtor de castanha-do-pará, madeira e gado desde o início do século XX; de outro lado, pesquisadores e professores da Universidade Federal do Pará, em associação com pesquisadores de organismos nacionais e internacionais, desenvolveram práticas de pesquisa-ação em que se valorizam a relação direta e o uso dos lotes dos agricultores como laboratórios de pesquisa ou como lócus de suas atividades, sem que fosse construída qualquer estrutura específica para os pesquisadores. Nesta área, os assentamentos de reforma agrária foram implantados com intensidade, guardando peculiaridades nas suas formas de ocupação, da mesma forma que apresentando uma dinâmica reconhecida pelo processo de pecuarização na Amazônia. No caso do Projeto de Assentamento Benfica, sob debates e contradições, construiu-se uma casa que permitisse o abrigo de grupos de pesquisadores em longas estadas. O que significa esta casa no contexto da elaboração de metodologias dialógicas entre camponeses e cientistas na área de fronteira? Esta a pergunta que move a reflexão deste artigo.

1 Professor associado da Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: gguerra@ufpa.br.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Métodos de pesquisa. Identidade. Campo científico.

Abstract

It regards a reflection on the identities of research groups and their symbolizing epistemologies, from one side, as a support base, built in the middle of a small cattle ranch in Eastern Amazonia, in settlement located in the municipality of *Itupiranga*, traditional producer of Brazil-nuts, timber and cattle since the early twentieth century. On the other hand, researchers and professors of the Federal University of *Pará* in association with researchers from national and international organizations have developed practical action research that values the direct relationship and the use of farmers' lots as research laboratories or as the locus of their activities, without having to build any specific structure to the researchers. In this area in which the land for settlement reform was intensely established, considering its peculiarities in their forms of occupation, the same way when presenting a recognized dynamic ranching process in Amazonia. In the case of the *Benfica* Settlement Project, under debates and contradictions, a home was established to shelter research groups during long stays. What does this home mean in the context of developing dialogical methodologies between farmers and scientists in the border area? This is the question that moves the reflection of this essay.
Keywords: Action research. Research methods. Identity. Scientific field.

Cooperações franco-brasileiras

Os interesses da França no Brasil são diversos, antigos e declarados. As primeiras tentativas de expansão territorial estão firmadas em registros de combates militares no Rio de Janeiro e no Maranhão, no século XVII, assim como incursões científicas foram realizadas em todo o território brasileiro ao longo de sua história, em muitos casos por encomenda dos governos coloniais, imperiais e republicanos. A ocupação napoleônica em território português e o transporte das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira para o Museu de História Natural, em Paris, é um dos eventos demonstrativos desses interesses. No Rio de Janeiro, em 1816, uma missão francesa ficou registrada com a construção de um edifício, o primeiro de estilo neoclássico da cidade (Goldberg, 2005, p. 44).

Na Amazônia, registrou-se a presença de naturalistas e estudiosos em diversos períodos da história da região, e, mais recentemente, desde o final dos anos 1980, quando se instalou o Centro Agroambiental do Tocantins, em Marabá. Da relação de estudiosos franceses com brasileiros, o Institut de Recherche pour le Développement (IRD) construiu uma casa que serviu de apoio aos pesquisadores franco-brasileiros em um assentamento de reforma agrária conhecido como Benfica, no município de Itupiranga (PA).

Casa dos Franceses no pasto dos camponeses

Localizado a 122 km da sede municipal de Marabá e a 74 km da sede de Itupiranga (Santos e Mitja, 2011, p. 920), o assentamento Benfica é uma área de ocupação recente, com 183 lotes com áreas variando entre 25 e 110 hectares. Seu processo de constituição ocorreu sobre uma fazenda denominada Santa Izabel e teve distinção quanto ao histórico de divisão dos lotes em áreas conhecidas como "dos pequenos fazendeiros", dos 300, dos 900 e dos 100. A área dos pequenos fazendeiros foi produto de uma partilha entre familiares de dois patriarcas que adquiriram as áreas e as dividiram entre seus filhos. As outras se referem ao tamanho das áreas ocupadas em alqueires (unidade de medida correspondente a 4,8 hectares).

O deslocamento para o assentamento pode ser feito por três caminhos. O primeiro, pela rodovia Transamazônica na direção Marabá-Itupiranga. Entra-se à esquerda, no km 46, em direção à localidade conhecida como Lastância, até chegar à vila Santa Izabel. Outro percurso é pela estrada da vila Santa Fé, entrando-se à esquerda do km 9 da Transamazônica em direção à localidade denominada Brejo do Meio, prosseguindo-se até a vila Santa Fé e depois entrando à direita para a vila Santa Isabel.

Construída em 1996 para apoiar as atividades de parceria entre o Laboratório Socioagronômico do Tocantins (Lasat), da UFPA, e o Institut de Recherche pour le Développement (IRD), no lote do senhor Meleto, a chamada Casa dos Franceses é um emblema das relações franco-brasileiras na Amazônia Oriental. Localiza-se a dois km do povoado de Santa Izabel, constituído de aproximadamente 60 casas. A população se refere à localidade como "*Os pé de coco*" por conta de alguns[2] coqueiros (*Cocus*

2 Segundo o senhor Izidoro, ele plantou oito coqueiros em 1976, dos quais seis são sobreviventes e servem de referência ao povoado.

nucífera, L) plantados pelo senhor Izidoro Lobo da Silva, morador mais antigo do lugarejo. A casa acolheu pesquisadores dos dois países que atuam em parceria nas áreas de pesquisas em solos, ecologia e desenvolvimento rural. Representa e reproduz um tipo de pesquisa em que o pesquisador se mantém autônomo e pretensamente neutro em relação ao movimento social, embora friccione com ele e sofra influências frequentes, sobretudo das organizações camponesas ou organismos de apoio aos camponeses.

Erigida em tijolos e cimento, coberta de telhas de barro, a casa possui 108 m^2, sendo 9 m x 12 m de área construída, em cima de um platô de onde domina a paisagem. Parte da casa, fechada com paredes, portas, janelas e treliças de madeira, corresponde a 81 m^2. Para evitar os ventos fortes e as temperaturas mais baixas da noite, um plástico reveste externamente a parte destinada aos dormitórios (foto 1). Dois postes de madeira se encontram na lateral, embora não tenham serventia. Foram colocados para servirem de suporte a antenas quando da tentativa de instalação de linha telefônica. Por discordância do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da Associação de Produtores do Projeto de Assentamento quanto à localização do equipamento, a instalação não se efetivou. As organizações camponesas pleiteavam que o telefone fosse instalado na sede da entidade, no povoado, o que não foi aceito pelos pesquisadores, que alegavam falta de segurança para o equipamento durante a noite. De fato, placas de energia solar, colocadas para funcionamento noturno da escola localizada ao lado desta sede, teriam sido roubadas dias depois da instalação, conforme informações colhidas no povoado.

No teto da Casa dos Franceses pode-se ver uma placa de energia solar que funciona para girar um motor, responsável pelo abastecimento de água e o fornecimento de energia para iluminação noturna.

Uma varanda de 27 m^2 (3 m x 9 m) estende-se na parte lateral do imóvel, voltada para oeste, permitindo uma visão dos pastos contíguos ao terreno e de matas secundárias ao longe (figura 2). A paisagem é predominantemente de pastos, seja a partir da varanda ou de qualquer outra parte da casa, seja a partir das estradas e caminhos de onde se pode avistar a base de pesquisa (foto 3). Em primeiro plano, qualquer visão tomba sobre o estabelecimento do senhor Meleto, oferecendo a paisagem de pastos ou de matas. Nos pastos pode-se identificar, além de gramíneas, ervas de outras famílias e incidência de babaçu (*Orbignya phalerata*, Mart.). Na foto 2 vê-se uma aboboreira (*Cucurbita* spp), vegetação típica do monturo, área de influência da residência onde se jogam restos de cozinha, favorecendo o crescimento de plantas como esta, ou a pimenteira (*Capsicum* spp) e o tomateiro (*Licopersicum* spp).

Foto 1 – Vista da Casa dos Franceses no PA Benfica, Itupiranga (PA)

O que se pretende neste artigo é refletir acerca da construção de espaços institucionais em áreas residenciais rurais, ainda que temporários, e dos significados que uma residência rural estranha àquele ambiente – de pesquisadores, universitários e professores nacionais e estrangeiros – pode suscitar.

Foto 2 – Vista do amanhecer no PA Benfica a partir da varanda da Casa dos Franceses

Foto 3 – Casa dos Franceses no PA Benfica e pastos predominantes segundo vista da estrada

A casa tem o piso cimentado. Suas instalações são rústicas e operacionais. Em uma sala em forma de ele (L), os pesquisadores se acolhem em redes para dormir durante a noite. Existem camas e colchões, mas as redes são preferidas por questões de higiene e proteção contra insetos e roedores. Este aspecto da proteção merece um comentário específico porque é uma sinalização da clara distinção que fazem os universitários sobre a insalubridade do meio rural, em particular das casas e do modo de vida camponês, conforme se pode ter como referência o estudo de Brinceño-Léon (1990). É também uma forma de distinção cultural, afirmada no prefácio do livro acima referido por Arnoldo Gabaldon:

> (...) un alemán o un sueco metido en el llano, aun cuando este, por decirlo, botado allí, lo que haría con de vivienda con los materiales de que dispone en ese ambiente no resultaria un rancho, porque sencillamente su cultura lo lleva a constituir algo diferente y mejor (Gabaldón *apud* Brinceño-León, 1990).

Há uma cozinha completa em formato de U, perpendicular a um dos lados da sala anteriormente descrita. O quadrado da casa se completa por um banheiro e um quarto que serve para guardar materiais. Os pesquisadores

fazem as refeições e o tratamento do material recolhido para as pesquisas em uma grande mesa de madeira disponível na varanda, ao fundo. Uma mesa menor serve de apoio na cozinha, juntamente com um fogão, prateleiras de madeira e uma pia. Na sala, uma grande caixa de madeira (2 m x 1m x 1 m) serve para guardar os mantimentos dos quais os grupos de pesquisa se aprovisionam, adquiridos em compras feitas em Marabá antes de cada expedição.

A vizinhança é de poucas casas, sendo a do próprio dono do lote, localizada a uns 50 metros do abrigo dos pesquisadores; outro vizinho, na baixada, tinha a sua habitação e área produtiva, tendo cedido área para a instalação de um experimento dos pesquisadores do IRD (foto 4).

Foto 4 – Casa de um dos agricultores vizinhos

Mantida sob a guarda de um camponês experiente, assalariado para este fim, o alojamento é visto pela população local com admiração, dando a impressão de ser um palacete se comparado às habitações nativas: a bomba d'água movida a energia solar, a água encanada e, sobretudo, os veículos oficiais ou bancados por projetos de pesquisa, que permitem acesso e autonomia aos pesquisadores, são distintivos da categoria profissional que faz uso desta área.

Embora tratado aqui como alojamento, no povoado a casa é vista e identificada como a Casa dos Franceses, atribuindo-lhe uma identidade

estrangeira, em que pesem as equipes de pesquisa serem mistas, compostas por brasileiros e franceses. Evocando o trabalho de Damatta (1991) – em que desenvolve a tese de que as representações sobre a casa, a rua e o outro mundo em aglomerações urbanas brasileiras –, a casa dos pesquisadores mantém uma distância física do povoado, distingue-se da residência do proprietário do lote e circunscreve um campo restrito da pesquisa como um espaço reservado a pessoas qualificadas para um tipo de atividade hermética aos camponeses. O debate sobre a pesquisa participante se distancia, neste caso, pelo fato de um suposto isolamento que permitiria o controle dos fatores que pudessem enviezar os resultados das observações. A manifesta intenção dos pesquisadores quando da construção da casa foi a de não onerar o espaço familiar com uma atividade profissional distinta, inserindo no mundo doméstico uma atividade científica cuja distinção é reforçada por eles.

A proximidade com os agricultores é negociada com a inserção de experimentos em seus lotes, ainda que toda a lógica de gestão e acompanhamento seja de responsabilidade dos pesquisadores. Nenhuma intervenção dos moradores é feita na escolha da área, nem do que venha a ser pesquisado, nem tampouco, como era de se esperar, dos tratamentos estatísticos.

Foto 5 – Experimento com cega jumento, arachis e leucena em lote de agricultor no PA Benfica

É comum a presença de instrumentos de pesquisa que identificam o grupo, como um pluviômetro nas proximidades da casa e do curral do anfitrião (foto 6). O que define o comportamento dos pesquisadores, entretanto, é o cotidiano – ou ao menos o cotidiano durante o período das expedições –, em que fazem aferições, anotações e leituras, com o distanciamento recomendado nos manuais de pesquisa e nas reflexões sobre a vigilância epistemológica que garanta a isenção dos dados e análises.

Foto 6 – Pluviômetros, estacionamento e curral do senhor Meleto ao fundo

A casa representa o espaço de alojamento autônomo dos pesquisadores, mas também uma visão de pesquisa questionada pelos pesquisadores lotados no Lasat, uma vez que assume um distanciamento entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa, pressupondo uma suposta neutralidade científica. Na perspectiva do Lasat, a vivência com os agricultores, na casa ou no lote, estreitando-se a relação com eles e convivendo com suas dificuldades do cotidiano, mesmo sendo arriscado para a saúde e constrangedor em alguns aspectos diferenciais – como condições de higiene, tipo de alimentação, hábitos e costumes locais –, permite a percepção de sua cultura e favorece o processo de construção conjunta e interação de saberes. O isolamento espacial dos pesquisadores, mesmo mantida uma proximidade física, dificulta e embota a visão que se pretendia ter das lógicas de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas e comunidades rurais. Uma reflexão que pode ser feita é que os pesquisadores, vindos de longe, de outras partes do

país ou do exterior, permanecem estrangeiros ao assumir a segregação em face dos camponeses.

Na perspectiva dos pesquisadores do Lasat, a proximidade física e a moradia nas mesmas condições que as dos agricultores poderiam ampliar não apenas a interação, mas, igualmente, a percepção dos pesquisadores quanto ao estilo de vida dos camponeses familiares. Assumem, nesse particular, uma postura de reconhecimento de que tanto o distanciamento quanto o engajamento devem ser assumidos, uma vez que são inevitáveis aos procedimentos de pesquisa (Elias, 1993), principalmente quando se trata da produção de conhecimento para apropriação pelos segmentos sociais com os quais estejam comprometidos.

Se a construção e o mobiliário da Casa dos Franceses são rústicos, destoam das habitações locais por utilizar tecnologia e processo construtivo diferenciado (tijolo e cimento), com reboco e pintura. Os equipamentos utilizados pelos pesquisadores são comuns para as operações cotidianas da cozinha e, à noite, dormindo em redes, se protegem com mosquiteiros (foto 8) do ataque de insetos portadores de endemias, ilustrando o que apresenta Brinceño-Léon (1990) em seu clássico estudo sobre a doença de Chagas na Venezuela.

Foto 7 – Casa dos Franceses no PA Benfica com visão da varanda

A localização da casa, no alto da elevação, implica a necessidade de um tipo de bomba que permita extrair a água para o consumo diário, o que é feito articulado à utilização de placas de energia solar. Para o volume de líquido consumido, a demanda atende aos grupos de pesquisadores que ali se têm abrigado.

Foto 8 – Pesquisadores dormindo na Casa dos Franceses

A adaptação dos pesquisadores para descansarem em redes de dormir (foto 6) se dá com relativa tranquilidade, em que pese a queixa de alguns sobre o desconforto provocado por este equipamento. Os móveis são improvisados e, dado o caráter provisório e de excursão, os pesquisadores se organizam precariamente, valorizando, porém, o aspecto da segurança que têm de seus apetrechos bem guardados.

A cozinha e a dispensa são equipadas de forma simples, com exposição da maioria dos utensílios domésticos em prateleiras, o que favorece encontrá-los e acessá-los com facilidade. O fato de ficarem expostos (foto 7) se, por um lado, os deixa sujeitos à poeira e à ação de insetos e roedores, por outro permite que se lhes controle estes ataques pelo fato de que estão disponíveis e inibe estes mesmos animais da atividade

contaminante. Ademais, é uma forma de exposição e sinalização para a desmitificação de possíveis interpretações que lhes associe à sofisticação e atice a cobiça dos que lhes tenham aversão ou contradições. Deve-se ressaltar, entretanto, que na zona rural, em que as casas são isoladas no lote e cercadas de pastagens e pomares, a circulação de estranhos é limitada e a segurança é efetiva. Não houve registro de roubo de material até o momento desta pesquisa.

Foto 9 – Interior da Casa dos Franceses, com o senhor Deurival na copa e cozinha

Para o preparo da alimentação, um fogão a gás, com quatro bocas, é o equipamento utilizado na casa. Quando a equipe é numerosa, esta atividade é feita por uma senhora contratada com a finalidade de preparar a comida e lavar as louças e talheres. Quando o número de pessoas é reduzido, o próprio grupo se organiza e dá conta da tarefa, improvisando-se com a preparação de refeições simples e com ingredientes apropriados à situação.

Foto 10 – Vista frontal da casa com pluviômetros e, no teto, placa de energia solar

O que representa a casa dos pesquisadores no contexto da Transamazônica

As distinções casa, rua, este e outro mundo, tão caras à Antropologia desenvolvida por Roberto Damatta (1991), no caso deste artigo podem ser traduzidas pela oposição entre estrangeiros e locais, complexificadas pelas características dos espaços habitacionais que têm a marca da preservação das identidades de cada uma das categorias que se diferenciam pelo estilo de vida, interesses imediatos, origens, escolaridade e profissão. Pode-se entender como locais tanto os pecuaristas e agricultores familiares como os pesquisadores nacionais que adotam a prática de convivência com os produtores, em suas próprias casas, como procedimento de compreensão da realidade, do funcionamento dos estabelecimentos agropecuários e da vida cotidiana dos camponeses. Podemos ousar dizendo que, no diálogo com as literaturas antropológica e sociológica que buscam entender a sociedade brasileira, a Casa dos Franceses foi uma experiência que permitiu

uma representação de um tipo de pesquisa que, embora engajada no sentido de que os seus protagonistas estavam presentes no campo, em relação aos agricultores e criadores, não pretendiam fazer uma pesquisa de caráter participante, nem que os camponeses se apropriassem e utilizassem imediatamente os resultados dos seus estudos. Reconheciam e mantinham sob seu controle o tempo de maturação dos resultados de pesquisa.

Seguindo esta linha de reflexão, consideramos que a Casa dos Franceses representa um outro mundo, o campo da pesquisa científica – distinto – por sua lógica interna e pela diferença com outros campos (Bourdieu, 1976) em particular, neste caso, com o campo político sindical e o da produção familiar camponesa.

Considerações finais

Registrando as contradições que afloravam nos discursos de pesquisadores do Laboratório Socioagronômico do Tocantins, em Marabá, e do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), verifica-se que há um questionamento básico: até onde deve ir o comprometimento social e político da pesquisa que, não se encerrando nela mesma enquanto atividade profissional, está prenhe de relações sociais? Envolvendo pesquisadores de formações distintas, chocam-se concepções de pesquisa antropológica, sociológica e do campo das ciências naturais no que concerne ao grau de envolvimento dos pesquisadores com os camponeses e suas organizações.

No caso estudado, ficou evidenciado o desejo das organizações camponesas em ter o controle de todos os benefícios diretos e indiretos da pesquisa, acirrando-se e aflorando conflitos em situações colaterais, mas de importância simbólica para ambos os lados, como no caso do posto telefônico, inviabilizado por um debate sobre o uso restrito ou coletivo na comunidade onde seria instalado. A tentativa de negociação frustrou-se, e esgotaram-se rapidamente as possibilidades de instalação de um posto de comunicação na localidade. Este fato, e outros que se seguiram, distanciou o grupo de pesquisa das organizações camponesas naquela localidade, restringindo as relações entre pesquisadores nacionais e estrangeiros nas *démarches* de pesquisa na região.

Continua em aberto a reflexão sobre práticas de construção do conhecimento envolvendo atores de natureza diferenciada e do controle e autonomia que cada um deva ter sobre a produção científica em áreas de assentamento.

Referências

BOURDIEU P. Le champ scientifique, *in*: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 2, n. 2-3, jun. 1976. *La production de l'idéologie dominante*, p. 88-104. Disponível em: <www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454>. Acesso: 14 jan. 2014.

BRICEÑO-LEÓN, R. *La casa enferma: Sociología de la enfermedad de Chagas*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica de Venezuela y Consorcio de Ediciones Capriles C., 1990.

DAMATTA, R. *A casa e a rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

ELIAS, N. *Engagement et distanciation*. Paris: Fayard, 1993.

GOLDBERG, S. Uma debutante com quase dois séculos de história. *Tam Magazine*. São Paulo, v. 2, n. 13, p. 44-49, março de 2005.

SANTOS, A. M. dos; MITJA, D. Pastagens arborizadas no Projeto de Assentamento Benfica, município de Itupiranga, Pará, Brasil. *Revista Árvore*. Viçosa, v. 35, n. 4, 2011, p. 919-930.

RESENHA

NEGROS DO TROMBETAS: GUARDIÕES DE MATAS E RIOS

---

por Lindomar de Jesus de Sousa Silva[3]

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2ª ed. (revista e ampliada). Belém: Cejup, 1999.

O livro *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*, de autoria das professoras e pesquisadoras do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Naea/UFPA) Rosa Acevedo e Edna Castro, constitui uma obra de grande valor para compreensão histórica, social, política e cultural das comunidades remanescentes de quilombos na Amazônia. Nele encontramos as estratégias dessas comunidades, alicerçadas num "usufruto de regime comum" dos recursos naturais e do território, que constituem as bases para o enfrentamento aos padrões privados e econômicos conduzidos pelo Estado e pelos grandes empreendimentos dotados de racionalidade econômica e orientados sob "uma lógica de lucros, benefícios e competividade" (p. 32). Na introdução, as autoras definem a obra como uma contribuição ao "exame antropológico de etnias e territorialidade sob ameaça na Amazônia".

Essa contribuição reconstrói de modo profundo a história dos habitantes da região do Trombetas, ou *filhos do Trombetas*, "como costumam identificar-se ante os visitantes" (p. 28). Com base nas análises de registros históricos e relatos dos descendentes dos primeiros moradores, o livro constrói a trajetória econômica, social e política das comunidades, principalmente a relação destas com um território marcado por um sistema hidrográfico denso e complexo, capaz de limitar a circulação de comerciantes, viajantes e religiosos e favorecer a constituição de uma existência livre aos "corridos da escravidão, vindos de Alenquer, de Óbidos e de Santarém".

---

3 Sociólogo, Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pela NAEA/UFPa Pesquisador de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar da Embrapa..

Esse território abrigou mais de 6 mil negros, formando a maior área livre do Grão-Pará e, depois, da província, com forte identidade étnica, elos familiares, atividades agroextrativas e uso comum do território, ao "longo do rio Trombetas, da boca do Cuminá até a Cachoeira Porteira e subindo o Erepecuru (e Comuná)" (p. 42).

A história e o território dotaram essas comunidades de uma complexidade social, uma organização econômica e cultural peculiar. Um mundo original que serve como base para uma ação política capaz de superar a invisibilidade imposta pela lógica capitalista. Essas comunidades expõem um projeto de resistência e vida enraizado em uma "estratégia que operam como ativadoras de uma identidade que se ancora na metáfora do quilombo e no reconhecimento de remanescente" (p. 3). No livro fica evidente que o conhecimento histórico, a relação social e ambiental, com forte afirmação da etnicidade, são os elementos que permitem a compreensão de como essas comunidades se fortalecem internamente e aumentam a clareza da sociedade com as quais se confrontam e, assim, afirmam o seu "projeto coletivo de emancipação".

O primeiro capítulo tem como central o debate da exclusividade negra no Trombetas construída a partir de uma trajetória histórica marcada inicialmente pela busca de um hábitat capaz de garantir a segurança e a liberdade dos escravos fugitivos através de atividades agroextrativas e uso comum do território. Na formação histórica, essas comunidades interagiram com a cabanagem e com os ciclos econômicos, como o do cacau e o da castanha, sendo que nesse processo construíram estratégias de resistência e interação com atores que orientavam a mercantilização produtiva naquele período. Nesse capítulo fica evidente que a relação com o ambiente e o território do Trombetas foi essencial para o processo de interação com a sociedade paraense, produzindo uma forma particular de garantir as condições para a estabilidade e autossuficiência no plano econômico, além de uma organização social e cultural capaz de estabelecer relação, muitas vezes clandestina, com instituições da época da escravidão.

No segundo capítulo, as autoras expõem o processo histórico e as bases da conquista e ocupação do médio Trombetas, iniciando com o relato da penetração no século XIX, passando por quase um século de exclusividade de ocupação, a constituição do quilombo e o fim da escravidão, como também as estratégias adotadas em cada período histórico. Nesse capítulo fica evidente que essas comunidades sofreram constantes ameaças na afirmação do território, ameaças que vieram através do retalhamento de atividades

econômicas, de discursos ideológicos atribuindo a elas uma categoria menor e buscando impor sua adequação à lógica da sociedade nacional, principalmente participando do seu esquema produtivo e de organização territorial fundamentado no individualismo, visando sempre a busca do crescimento econômico.

Estão presentes no capítulo, ainda, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades negras, como os aspectos físicos da região, contribuindo para uma organização com forte enraizamento no parentesco. Um dos exemplos das dificuldades enfrentadas está presente nos relatos de Henri Coudreau sobre a cachoeira, muitas vezes vista por ele como "o inferno". Quando entra no mundo das cachoeiras e transpõe a primeira delas, logo escreve: "deus protege quem se arrisca a atravessar a floresta virgem" (p. 95). Para as autoras, as dificuldades físicas do território contribuíram para que as comunidades adquirissem um conhecimento especializado, presente nas atividades produtivas e na produção de material com ampla utilização dos recursos naturais, como as espécies madeireiras e não madeireiras. Essas comunidades integram-se à economia da região na década de 1860, com a colocação no mercado de sua produção extrativista (óleo de copaíba, salsaparrilha, madeira e outros), expressa nas estatísticas econômicas do Baixo Amazonas da época.

O capítulo encerra com a exposição de que a organização familiar e de poder nas comunidades constitui-se por regras que mantêm a organização e fortalece a tradicionalidade, permitindo o diálogo com a sociedade externa sem comprometer a vivência comunitária. Nessas comunidades, o individual e o coletivo compõem um "campo complexo na formação social e material", visível na relação com a terra, no trabalho, nas trocas culturais, nas cerimônias e festas, aspectos fundamentais para a coesão, a identidade, a afirmação territorial e étnica.

O terceiro capítulo inicia com a constatação de que as "condições ambientais menos duras de sobrevivência mobilizaram a força do grupo para incorporar domínios territoriais no Médio e Alto Trombetas e Erepecuru (ou Cuminá)" (p. 125). Essa caminhada fez com que, até o presente, se encontrem famílias acima da cachoeira.

Para as autoras, tem ocorrido um retorno a áreas antes abandonadas devido às recentes pressões e ao cercamento de terras e águas sob a direção do IBF/Ibama, com a criação da Unidade de Conservação no Trombetas. O deslocamento na região que abrange o Trombetas, incluídas as áreas de cachoeiras, seguiu dinâmicas voltadas a facilitar a comercialização e as

melhores condições de utilização dos recursos naturais. Esse processo de movimentação no decorrer da história guarda momentos de deslocamento, intercepções e abandono principalmente devido ao surgimento de epidemias como a malária, varíola, beribéri, leishmaniose. O abandono de áreas teve reflexo imediato nas atividades produtivas, como no caso da produção do cacau. Nesse período houve uma reformulação na dinâmica produtiva, e as teias de relação sofreram modificações, principalmente em função do controle de propriedade e poder. O extrativismo mostrou seu dinamismo e as comunidades negras ganharam importância, principalmente na extração de produtos florestais e pelo fato de estarem territorializadas em áreas próximas a ricos castanhais.

Esse capítulo mostra também o funcionamento da patronagem na região, num formato que ultrapassou o campo econômico, a busca da apropriação das ricas terras do Trombetas, com investidas legais realizadas em cartórios das regiões de Óbidos e Oriximina. As autoras fazem uma reflexão sobre o conceito de título e sua contradição com o estilo de vida das comunidades remanescentes. Fica evidente, na abordagem, que a lógica jurídica privativa de propriedade busca invisibilizar e suprimir a forma coletiva das comunidades tradicionais. Na verdade, a estrutura construída pelo Estado, valorizando grupos econômicos, não conseguiu compreender a relação histórica e coletiva desenvolvida pelas comunidades. Essa lógica oficial favoreceu a patronagem, principalmente em áreas de coleta de castanhais. Para Acevedo e Castro, mesmo diante da intensidade de exploração dos recursos naturais e das investidas desagregadoras do Estado e dos detentores do poder econômico, as comunidades não se dispersaram; ao contrário, "no transcorrer desde século aprofundaram a identidade étnica, referida de forma concreta e significativa a territórios do rio Trombetas e Erepecuru, onde têm permanecido sem maior fragmentação de relações sociais e intercomunitárias", evidenciando a forte "capacidade de reprodução sobre as bases de sua identidade étnica e domínio territorial" (p. 148).

O quarto capítulo expõe a afirmação dos filhos do Trombetas, ressaltando seus conhecimentos de geografia, estrutura e arquitetura, mostrando um processo de afirmação étnica e territorial. Para as autoras, a organização espacial "integra-se a uma lógica que alimenta seu modo de vida" (p. 155), além de uma prática de cooperação e associação com influência da dinâmica interna e a relação estabelecida com a sociedade em geral. Há nas comunidades uma forte valorização dos "velhos" como pessoas que guardam a

memória, sendo que as decisões que envolvem a comunidade seguem os parâmentros e normas construídos no decorrer do tempo.

O capítulo ainda traz a reflexão sobre os padrões jurídicos que regulam a propriedade fortemente enraizada na privacidade e como esses padrões são contraditórios quando comparados à forma como índios e remanescentes de quilombos organizam sua vida, o que mostra o desconhecimento da modalidade de terra comum pelas instituições jurídicas brasileiras. No caso do Trombetas, "os negros mantêm, na concepção e na prática, terras comuns, pois institucionalizam um sistema de regras que alimentam o seu modo de produção" (p. 158). Essas práticas estão na raiz do processo de reprodução das comunidades e regulam as práticas coletivas e domésticas. Como forma de superar suas limitações, essas comunidades desenvolveram, ao longo do tempo, práticas coletivas como o puxirum e a troca de dias, além de um hábil aproveitamento dos ciclos das águas e da natureza.

O capítulo ainda expõe a modificação da patronagem, ocorrida na década de 1960, principalmente com o aumento da relação e da concorrência da presença de pequenos comerciantes para compra de produtos como a castanha, principalmente com a facilidade das embarcações movidas a motor. Nesse período, ainda ocorrem mudanças principalmente em relação aos patrões, que desistem de organizar a safra, o que "coincide com interesses manifestados por empresas, do sul do país ou multinacionais, de se instalarem nas áreas" (p. 192). Há, também, registro de vendas de terras a empresas como a Jari-Santa Patrícia e a Mineração Rio do Norte. Essas empresas intervêm no Trombetas desconsiderando a presença negra, "nega-lhe a visibilidade" (p. 193) em seus documentos de estudos, sendo que, quando esses moradores são citados em relatórios (como o Rima da Alcoa), são caracterizados como ribeirinhos ou em tons pejorativos.

Uma modificação presente na década 1970 é a decretação da Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio, área reconhecida pelos moradores como rica em castanhais. Com a reserva biológica se estabeleceram limites e proibição de acesso, o que atingiu diretamente as condições de trabalho das comunidades. A conclusão do capítulo mostra os novos desafios para as comunidades, principalmente a limitação e proibição de acesso às áreas vitais para sua reprodução, como também a ação de repressão com a confiscação de instrumento de trabalho, coleta, caça e pesca, afetando com mais força algumas comunidades e outras menos, por exemplo Mãe Cué e Abuí, que, segundo as autoras, "reúnem as condições

de reprodução de suas áreas de roça, pesca, caça e coleta, mesmo que isso importe maiores deslocamentos e cuidados" (p. 202).

No quinto capítulo, as autoras traçam os desafios contemporâneos dos filhos do Trombetas no território onde, há décadas, construíram sua existência, vivência e memória no pulsar das águas e da natureza. O desafio contemporâneo das comunidades está em "recriar formas de rebeldia e estratégias de lutas, como condição de manter" seu território, hoje pretendido por grandes empreendimentos minerais e do setor elétrico. Os interesses pelos territórios das comunidades negras passaram dos grandes comerciantes extrativistas para empresas multinacionais e nacionais como Jari, Petrobras, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte, Alcoa e órgãos do Estado, como o Ibama e outros. A entrada de novos atores no Trombetas causou desestruturação e segregação na vida comunitária, além de atos de violência física, como despejos de famílias, agressão às comunidades negras, com ampla repercussão nacional. Nesse contexto, o papel do Estado foi de avalizar e financiar os empreendimentos voltados à acumulação privada e destinados a atender à demanda internacional.

Para as autoras, a montagem da Mineração Rio do Norte evidencia "uma estratégia particular de ocupação e domínio de um território conformado na cumplicidade entre o Estado e empresa" (p. 207). Essa tal cumplicidade despreza as comunidades e a heterogeneidade dos ecossistemas, visando criar um espaço homogêneo voltado a abrigar grandes empreendimentos. As constantes tensões vivenciadas pelas comunidades levam à utilização da memória como estratégia de reflexão capaz de guiá-las no enfrentamento dos novos investimentos da sociedade capitalista, que ameaçam a liberdade e o modo de vida construídos ao longo de décadas. A busca pela manutenção da memória e da etnicidade pode ser vista na resistência e nos desafios enfrentados pelas comunidades de Mãe Cué e Boa Vista, em razão da sua proximidade com a empresa e seus constantes investimentos econômicos, sociais e simbólicos.

A conclusão do livro diz que as comunidades dos filhos do Trombetas articulam sua ação presente com forte conexão com o passado, o que reforça a formulação de um projeto político "centrado no reconhecimento de direitos de permanência nas terras ancestrais" (p. 244). No campo das resistências, a construção de articulação e redes faz com que essas comunidades articulem mediadores e interação com a sociedade política. Esse processo busca garantir seus direitos tendo como base um sistema de pro-

priedade comum e acesso aos recursos pela criação da Reserva Biológica do Trombetas.

No âmbito do processo atual, as autoras lembram que "os velhos, especialmente, são os portadores das imagens do passado e do presente e expressão a antinomia entre a liberdade e escravidão"; já os mais jovens refletem a "liberdade e a discriminação", sendo que cada discurso compõe um "fazer político" com novas abordagens teóricas e atores que passam a construir a história. É evidente no livro que o mundo social e a ação política constituem uma dinâmica própria, um sistema complexo pautado em uma história relacionada com a natureza e o território, o que confere aos filhos do Trombetas autoridade e autonomia para trilhar seu próprio caminho. Portanto, o livro *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios* pode ser considerado leitura obrigatória para os que buscam conhecimento da realidade a partir das comunidades tradicionais da Amazônia; comunidades estas muitas vezes invisibilizadas pelos interesses do Estado e de empresas e pelas formulações teóricas comprometidas com o *status quo*.

TESES E DISSERTAÇÕES

Resumos de teses

Autor	Raimundo Valdomiro de Sousa
Título	*A influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD – 1942 a 2010*
Orientadora	Edna Maria Ramos de Castro
Resumo	O presente trabalho tem como tema "a influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010". Para orientar a pesquisa e a construção da tese foi estabelecido o problema: que mudanças ocorreram no plano legal e institucional, no Brasil e no Pará, a partir de 1990, que podem ser interpretadas como componentes de um novo modo de regulação, e que transformações se processaram na economia, no Brasil e no Pará, que podem ser interpretadas como parte do processo de constituição de um novo regime de acumulação, e de que forma essas alterações estão relacionadas com o processo de privatização e crescimento da mineração sob a gestão da CVRD ou Vale? Como marco teórico, operou-se com as categorias de análise *regime de acumulação* e *modo de regulação*, considerando as contribuições de Lipetz (1988) e Harvey (1998) da denominada escola da regulação. O objetivo era compreender as mudanças na economia e na legislação, no Brasil e no Pará, como uma transição do regime de acumulação e modo de regulação fordista-keyneiano para um novo regime denominado de acumulação flexível. Selecionou-se um conjunto de eventos para serem analisados como integrantes da transição no modo de regulação: Plano de Estabilização Econômica; reforma constitucional de 1995; Lei Complementar n. 87/96, a Lei Kandir; Medida Provisória n. 2166/67, que criou o conceito de obras de utilidade pública; Resolução do Conama n. 369 sobre mineração em Área de Preservação Permanente; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Modernização dos Portos. Outros eventos foram selecionados e analisados como componentes de um novo regime de acumulação: Investimento público em obras de infraestrutura de transporte e energia; privatização no Brasil, incluindo a da CVRD e sua expansão posterior, juntamente com o crescimento da economia do setor mineral. Concluiu-se que, com a influência do Estado, há a estabilização de um novo regime de acumulação, que no Pará aprofunda o perfil primário-exportador da economia. Em 2010, o setor mineral contribuiu com 86% da pauta de exportação, e desse total a indústria extrativa mineral participou com 77%, e a indústria da transformação com 23%. No período de 2002 a 2007, a indústria extrativa mineral participava com 60%, e a da transformação com 40% da exportação. A CVRD ou Vale, a partir de 2010, priorizou a exportação de produtos primários, sobretudo minério de ferro, reduzindo sua participação na indústria de transformação, por meio do repasse de suas ações, na Albrás, Alunorte e Companhia de Alumina do Pará, à Norsk Hidro.
Instituição	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA)
Palavras-chave	Indústria de transformação. Indústria extrativa mineral. Economia mineral. Crescimento econômico. Companhia Vale do Rio Doce. Pará – estado. Amazônia brasileira.
Referência	SOUSA, Raimundo Valdomiro de. *A influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010.* 252 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Autos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

Autor	Luis Otávio do Canto Lopes
Título	*Conflitos socioambientais e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti – Pará – Amazônia – Brasil*
Orientador	Jalcione Pereira de Almeida
Resumo	A implantação de grandes projetos nas amazônias apresenta dinâmicas territoriais marcadas por conflitos socioambientais e prejuízos às comunidades locais. No município de Juruti – Pará, a exploração de bauxita pela mineradora Alcoa não foge à regra histórica da territorialização dos grandes empreendimentos em detrimento dos territórios abrigos das comunidades, ainda que se tenha detectado um grande esforço da mineradora para minimizar os efeitos do conflito socioambiental por ela gerado. Este estudo tem como objetivo analisar o conflito socioambiental e a (re)organização territorial do Projeto Agroextrativista Juruti Velho. A metodologia aplicada aproximou dois campos de ação, o primeiro vinculado às reminiscências do autor e o segundo assentado na investigação com âncoras teóricas e metodológicas bem definidas. A fusão desses dois campos de ação se fez presente em todas as fases de sua construção: elaboração inicial e construção do projeto para submeter ao exame de qualificação e, finalmente, a tese. Da referida fusão, houve a formulação da questão-problema, ou seja: como o conflito socioambiental influencia na (re)organização territorial de comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho, a partir da instalação e operação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti? Tendo em mente que o processo compulsório de transformação do território-abrigo em território recurso, pela Alcoa, no PAE Juruti Velho é a expressão maior do conflito socioambiental envolvendo vários atores e relações. Nesse sentido, ao longo da pesquisa foram identificados atores, relações e ambientes em que ocorre tal conflito. Nessa perspectiva, a maioria dos entrevistados declarou sua insatisfação em relação à atuação da mineradora no município. Essa condição pode ser um indicador importante para abrir um novo canal de diálogo, no qual se possa repensar e requalificar o padrão de exploração mineral hoje em atuação no município, caso seja o desejo das partes envolvidas no conflito. Este trabalho também verificou que a maioria das pessoas envolvidas na pesquisa não se manifesta contrária à implantação do projeto de extração de bauxita, pois acredita ser importante para a economia regional. Todavia, questiona a forma de atuação da mineradora, que não criou oportunidades econômicas para todos, como prometido por ela no momento de sua implantação, gerando um forte sentimento de frustração entre os diversos atores sociais locais. Dessa maneira, a pesquisa pôde concluir que a maior parte dos questionamentos realizados localmente se refere ao modo como a mineradora Alcoa opera em Juruti, e não à exploração da bauxita em si.
Instituição	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Palavras--chave	Conflito. Território. Ribeirinhos. Comunidades. Mineração. Alcoa.
Referência	CANTO, Otávio. *Conflitos socioambientais e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará – Amazônia – Brasil.* Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2012.

Autor	Danilo Araújo Fernandes
Título	A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia
Orientador	Francisco de Assis Costa
Resumo	Esta tese trata de um estudo sobre a formação histórica discursiva acerca da questão regional amazônica e sua relação com o período nacional-desenvolvimentista no Brasil. Em sua primeira parte, o estudo apresenta os objetivos e a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, baseada no método arqueogenealógico de Michel Foucault e na teoria de ideologia de Paul Ricoeur. Em seguida, o estudo apresenta as bases históricas e conceituais da formação do ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil, assim como os fundamentos teóricos e discursivos da questão regional brasileira. Nesta parte, o que fica evidente é a importância da correlação e interdependência entre o tema da questão regional e a formação do discurso nacional-desenvolvimentista no Brasil; e, nesse sentido, a obra de Celso Furtado se destaca como importante elemento de elaboração discursiva que irá representar uma interpretação da questão regional compondo um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional. Na parte final do trabalho, destaca-se a conexão entre o ambiente institucional nacional-desenvolvimentista brasileiro e a formação de uma tradição de pensamento regionalista amazônico que terá grande influência nas décadas de 1940 e 1950 e será responsável pela elaboração de um discurso desenvolvimentista-regionalista a partir da influência de autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Autores como Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins e Djalma Batista, entre outros, serão considerados alguns dos principais responsáveis pela elaboração de um discurso intelectual que, segundo uma das conclusões principais do estudo, tem suas condições de possibilidade criadas e impulsionadas a partir da realidade político-institucional que se constitui no contexto de formação das instituições desenvolvimentistas na Amazônia nessas décadas, conformando uma formação discursiva à qual atribuímos o nome *desenvolvimentismo-regionalista*.
Instituição	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/Naea).
Palavras-chave	Planejamento regional. Ideologia. Desenvolvimento sustentável.
Referência	FERNANDES, Danilo Araújo. *A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia*. 312 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

Resumos de dissertações

Autora	Josie Pereira da Mota
Título	*Saúde mental: a roda viva da política pública do estado do Pará*
Orienta-dora	Adriana Azevedo Mathis
Resumo	Ao longo das últimas décadas, diversos países, inclusive o Brasil, têm apresentado políticas de atenção em saúde mental, baseadas no elemento central comum de alteração do eixo da atenção do hospital para a comunidade, objetivando a continuidade do cuidado e a atenção integral – a reforma psiquiátrica. Buscando compreender "Qual o modelo de assistência aplicado no Pará entre 2007 e 2010, o tradicional, manicomial ou o da reforma psiquiátrica e quais os resultados da política em termos de impacto?", esta pesquisa foi realizada, a partir de uma revisão bibliográfica sobre os processos de reforma psiquiátrica em vários países da Europa e da América Latina, sem perder de vista as especificidades do Brasil e do Pará; e uma análise sobre o papel do Estado, das políticas públicas sociais, dentre elas a política pública de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS). Também se procedeu a análise de documentos e entrevistas com os executores das políticas. Foram observados avanços e desafios no que concerne à estruturação da rede de saúde mental e no impacto do movimento social quando consegue fazer pressão à gestão e ter suas reivindicações atendidas em meio a tantas prioridades no atual momento de aprofundamento das desigualdades sociais e consolidação do processo de globalização.
Instituição	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA)
Palavras--chave	Políticas públicas. Saúde Mental. Movimento da Luta Antimanicomial.
Referência	MOTA, Josie Pereira da. *Saúde mental: a roda viva da política pública do estado do Pará*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

Autora	Tânia Nazarena de Oliveira Miranda
Título	*Igreja, território e poder: discursos e práticas e resistência à Belo Monte*
Orientadora	Maria Marize Duarte
Resumo	A implantação do complexo de Belo Monte suscitou manifestações de ordem favoráveis e contrárias ao projeto de desenvolvimento na Amazônia. Vários setores e atores ligados à sociedade civil e governamental se envolveram na formulação de estratégias que permitiram discutir os modelos de desenvolvimento, as questões ambientais, as alternativas e posturas que resultam em várias manifestações envolvendo o campo e a cidade, com repercussão em nível nacional e internacional. A pesquisa analisa a relação entre os discursos da Igreja católica, representada aqui pela prelazia do Xingu e dos movimentos sociais, e suas potencialidades em estabelecer processos de questionamento e resistência à construção da hidrelétrica. Por meio dos vários discursos interpretados, foi possível identificar posições nos campos político e ambiental. Assim como suas autonomias, práticas, confluências e divergências entre os grupos ao redor da Igreja do Xingu. Os dados utilizados foram obtidos no levantamento de campo realizado em abril de 2012, entre os agentes de pastorais, comunidade local, Movimento Xingu Vivo para Sempre, lideranças da Prelazia do Xingu e membros de outras igrejas. Foram selecionadas 18 pessoas, seguindo o instrumento de coleta de dados com questões fechadas, tendo como parâmetro o campo de atuação de cada representação, ou seja, na igreja, no movimento social, na comunidade, em outras igrejas, considerando a compreensão de cada indivíduo a respeito de desenvolvimento, identidade, hidrelétricas, Igreja, território. Para efeito de tabulação e análise de dados visando preenchimento de quadro demonstrativo de opiniões, com base nos pressupostos das representações sociais pensadas na pesquisa, foram utilizadas fontes secundárias como depoimentos e entrevistas veiculadas nos principais meios de comunicação dos principais jornais da cidade. Os dados foram tratados segundo a metodologia qualitativa e quantitativa utilizando técnicas de pesquisa do discurso do sujeito coletivo, bibliográfica, documental e entrevistas. Observa a estreita relação entre Igreja e movimentos e grupos que encamparam a luta na região do Xingu, em virtude da sua história de inserção no local e opção em defesa dos direitos humanos. Identifica também que não é o todo da Igreja do Xingu que compartilha a resistência ao desenvolvimento e progresso que o Estado e consórcio idealizam. Demonstra que há divergências e mudanças internas, na Igreja católica e nos movimentos sociais, mas há coesão dos diversos grupos e setores em torno da questão de Belo Monte.
Instituição	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR-Uepa)
Palavras--chave	Igreja. MovimentosSociais. Território. Desenvolvimento. Hidrelétricas.
Referência	MIRANDA, Tânia Nazarena de Oliveira. *Igreja, território e poder: discursos e práticas em resistência à Belo Monte*. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Centro de Filosofia, Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

Autor	Mauro André Costa de Castro
Título	*Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho*
Orientadora	Ligia T. L. Simonian
Resumo	A questão das áreas protegidas na Amazônia, associada à problemática dos projetos econômicos de porte grande na região, é recorrente e incide sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais. Neste estudo, busca-se analisar como essas comunidades, em especial as situadas no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Juruti Velho, oeste do estado do Pará, constroem estratégias de proteção do seu território e de seus modos de vida ante as transformações ocasionadas pela instalação do empreendimento minerário da Aluminum Company of América (Alcoa), para extração e beneficiamento de bauxita, dentro do referido PAE. Compreende-se que tal empreendimento minerário possui um caráter de enclave, o que tem por base os impactos socioambientais gerados sobre uma realidade cultural e ambiental não harmônica com a natureza tecnicista do empreendimento. Com esta monografia, revela-se que a extração de bauxita para a produção de alumínio na Amazônia obedece a uma ótica de expansão do mercado mundial decorrente da popularização do consumo desse metal no mundo, processo que, em âmbito local, é capitaneado pela Alcoa. Para o entendimento deste contexto, consideram-se os incentivos fornecidos pelo Estado brasileiro para a instalação das plantas industriais de mineração na Amazônia, onde se encontrou facilidades como subsídios e o baixo custo de insumos energéticos. Destaca-se, ainda, o papel do associativismo local, organizado em torno da Associação das Comunidades Reunidas de Juruti Velho (Acorjuve), a qual, historicamente, tem a sua formação associada à defesa dos direitos de seus associados e à atuação das mulheres e de religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana (Icar) dessa área. Ressalte-se que o processo de criação do PAE Juruti Velho foi a melhor alternativa identificada pelo Estado para pacificar os conflitos entre as comunidades tradicionais e a Alcoa, seguindo, também, o objetivo de resguardar os direitos de tais comunidades. Nesse sentido, a lei oferece garantias constitucionais às populações tradicionais de perpetuarem seus modos de vida vinculados a um dado território. Ao mesmo tempo, a lei também garante direitos de a companhia explorar os recursos minerais mediante o cumprimento da legislação ambiental. Verifica-se, dessa forma, uma sobreposição de direitos, que se constitui um dilema importante e que coloca as comunidades e o empreendimento mineral em posicionamentos opostos, gerando conflitos de resolução difícil. Por fim, observa-se que a postura das comunidades é de que as fronteiras entre elas e a Alcoa se mantenham bem definidas, o que lhes permitirá reforçar e delimitar a sua identidade, além de definir os espaços dessa complexa negociação.
Instituição	Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea)
Palavras--chave	Amazônia. Áreas protegidas – PAE Juruti Velho. Comunidades tradicionais. Projetos econômicos – Alcoa. Conflitos.
Referência	CASTRO, Mauro André Costa de. *Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho.* Monografia (especialização). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso de Especialização em Desenvolvimento de áreas Amazônicas, Fipam – XXIII, Belém, 2010.

ENTREVISTA

Edna Maria Ramos de Castro

TRAJETÓRIA ACADÊMICA E INTERDISCIPLINARIEDADE: REFLEXÕES SOBRE A (DES)CONSTRUÇÃO DAS MATRIZES CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Por Revista Terceira Margem Amazônia*:*
Gutemberg Armando Diniz Guerra
Armando Lirio de Souza
Jornalista convidado: Alexandre Gibson

Edna Maria Ramos de Castro, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará

Edna Castro nasceu em Belém, mas foi durante a infância, nas férias na casa de seus avós maternos, à beira do rio Acará (próximo à embocadura do rio Moju), que teve seus primeiros contatos com as áreas ribeirinhas da Amazônia. E foi assim, ainda na infância, nas travessias frequentes entre a cidade e o interior, que surgem provavelmente inquietações de pesquisa sobre os mistérios da Amazônia. Originária de uma família paraense, descendente de portugueses, estudou no Grupo Escolar Floriano Peixoto e depois no Colégio Santo Antônio, da Congregação Doroteia, onde foi presidente do grêmio estudantil.

Foi nas quadras da escola, no período da juventude, que começou a desenvolver uma formação política e, junto a outros colegas, contestou a ordem social e religiosa e a educação seletiva e sexista, dominantes nas

instituições de ensino confessional. Por isso transferiu-se para o Colégio Estadual Paes de Carvalho, na época, palco principal das lutas estudantis pela democratização do ensino, pelo ensino público e contra a desigualdade social. Atuou na União Secundarista do estado do Pará e, posteriormente, na União Nacional dos Estudantes. Essa participação foi fundamental na escolha do curso de Ciências Sociais, pois queria entender os processos sociais e, sobretudo, a dimensão política da vida social. Estudou na UFPA no *Casarão da Generalíssimo*, onde funcionava o Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, e onde encontrou colegas como Roberto Cortez, Isidoro Alves, Layse Sales Verberg, entre outros que atuaram efetivamente nas lutas nacionais pela democracia e contra a ditadura, concomitantemente às lutas pela regulamentação da profissão do sociólogo. Fez mestrado (1978) e doutorado (1983) em Sociologia, ambos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Atualmente, Edna Maria Ramos de Castro é professora associada IV da UFPA, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; e foi professora visitante da Universidade de Québec, no Canadá; da Universidade de Brasília, no Departamento de Sociologia; e na Université Le Havre, na França. Além disso, foi diretora do Naea, da UFPA, nos períodos de 1997-2000 e 2005-2009. Suas experiências acadêmicas estão sempre voltadas para a área da Sociologia, com ênfase no debate do desenvolvimento, sociologias política e urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, trabalho, identidade, populações tradicionais, desenvolvimento e meio ambiente.

Revista Terceira Margem Amazônia (RTMA): *Você foi uma das fundadoras da Associação Regional dos Sociólogos? Explique como iniciou esse processo e quais os seus fundamentos.*

Edna Castro: Na realidade, foi uma iniciativa a partir de um grupo de colegas interessados na institucionalização das ciências sociais na Amazônia e na criação de um espaço de debate sobre as questões sociais e políticas no país. Vivia-se um momento especial no Brasil, um movimento de conscientização, ainda que tardio, sobre a enorme desigualdade social, a discriminação racial e a violência do poder, e os estudantes tiveram papel importante na crítica ao colonialismo interno. Aquelas ideias eram incentivadas por uma perspectiva da sociologia, que cobrava atitude e engajamento na práxis, consciente do papel social e político das ciências sociais, e que se inspirava em formulações de autores como Florestan Fernandes. Neste contexto se encaixava a luta pela profissionalização do sociólogo, e então foi criada uma Comissão de Sociólogos

logos, da qual participaram a Maria José Jackson, Roberto Cortez, Mariano Klautau e Maria de Fátima Carneiro. A falta de canais para manifestação política na década de 1970 fez com que os interesses acabassem convergindo para uma militância profissional. Então, a Comissão Regional de Sociólogos passou a ser um espaço de organização de eventos políticos e de debates, para fomentar o contato com outras organizações nas esferas regional e nacional. Ela passou a editar a revista *Teoria, Debate e Informação*, da qual fiz parte do grupo fundador. Esta revista divulgava entrevistas e debates muito interessantes, publicávamos artigos e ensaios. Naquela época não era muito comum no meio acadêmico, no Norte, certamente, a produção de artigos com resultados de pesquisa. Além disso, produzíamos eventos, gravávamos e depois divulgávamos. A revista teve este papel de ligação entre teoria, debate e informação. Um meio de discussão para aprofundar questões teóricas, conceituais, na perspectiva da ação política, da interpretação da realidade regional, da construção da crítica numa sociedade marcada pelo silêncio e pelo medo da ditadura. Nós entendíamos que o conhecimento deveria ser produzido e, ao mesmo tempo, socializado; achávamos que era preciso construir um meio de informação que não fosse o espaço hegemônico dos jornais e de outras revistas que existiam na época e que formavam a opinião pública, mas na direção da subordinação e do colonialismo.

RTMA: *Qual a sua experiência inicial e oportunidades que teve para fazer pesquisa, considerando que a pesquisa em ciências sociais, sua institucionalização e ampliação por grupos e temas não é muito antiga?*

EC: Na graduação, estagiei no Museu Paraense Emílio Goeldi como estudante de Ciências Sociais. Naquela época era muito difícil se inserir em pesquisa na UFPA, pois havia poucas pesquisas e grupos instalados. O museu, que era uma das poucas referências no campo, realizava um encontro semanal, no formato de seminário, com os pesquisadores e estagiários da instituição, em que eram debatidos textos e experiências de pesquisa sobre diversos temas da antropologia e arqueologia. Às vezes era um texto para analisar, às vezes era algo para refletir ou uma apresentação de algum pesquisador e, ao final, nós debatíamos. Tive a felicidade de frequentar, enquanto estudante, esses encontros dirigidos por Eduardo Galvão, e continuei depois de formada. Naquela época, bolsa de pesquisa era uma coisa raríssima, difícil de obter, a não ser que o aluno estivesse em um dos (poucos) projetos existentes no MPEG. Sendo assim, continuei frequentando a biblioteca do museu e os seminários.

RTMA: *Você iniciou sua trajetória na UFPA pelo Departamento de Sociologia?*

EC: Sim, fui aprovada em concurso público da UFPA, em Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais, mas acabei optando pela vaga de Sociologia. Lecionei várias disciplinas, entre elas Introdução à Sociologia, Teorias Sociológicas e Sociologia Rural e Urbana. Em 1978 fui fazer pós-graduação na França, mestrado (DEA) e doutorado. Retornei em 1983 para o Departamento de Sociologia, onde elaborei um projeto de Curso de Especialização, aprovado com recursos pela Capes, intitulado Teoria Sociológica e Sociologia no Brasil. Alinhava temas clássicos e contemporâneos e atendia ao perfil da nossa graduação. A ideia era discutir teoria sociológica de forma densa, crítica e reflexiva, e que fosse introduzido e institucionalizado, nesse âmbito, o debate da sociologia produzida no Brasil e na Amazônia. Era um curso voltado para os próprios professores do departamento, pois estávamos em processo de reconstrução do curso de Ciências Sociais e, ao mesmo tempo, para desenhar uma possível pós-graduação *stricto sensu*, pensando que poderia ser o embrião de um futuro curso de mestrado em Sociologia. Eu tive muita sorte, pois consegui recursos da Capes e consegui trazer nove professores de universidades renomadas, entre eles José de Souza Martins, Gabriel Cohn, Luiz Antônio Machado da Silva, Vera Lúcia Bogus, Maura Bicudo Vera, Elisabete Souza-Lobo, Maria Célia Paoli, Basílio Sallum e Octavio Ianni. O curso foi muito bem recebido, apesar de certa resistência por parte de alguns colegas do departamento, que achavam necessário mais tempo para pensar um mestrado.

RTMA: *A senhora tem quase 30 anos de trabalho dedicado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA (Naea). Como foi a sua inserção e trajetória no Naea?*

EC: Um dia, no Museu Goeldi, me encontrei com o Samuel Sá, que era pesquisador da instituição, e foi ele que me informou que a UFPA iria lançar um projeto novo que envolvia a pós-graduação e a pesquisa, o curso de especialização Fipam (Formação Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas). Acabei me inscrevendo. Cabe ressaltar que foi o primeiro curso de pós-graduação na área de humanidades na Amazônia. Na UFPA, outro se instalara no mesmo momento, mas na área de geociências. Por muitos anos foram as únicas pós-graduações ofertadas na UFPA. O Fipam foi um curso concebido para um ano, com jornada integral de oito horas, aliando o ensino à inserção obrigatória dos discentes

em grupos de pesquisa. E a monografia final, produzida coletivamente por cinco discentes e orientada por um grupo interdisciplinar de docentes. O interessante é que o curso tinha uma perspectiva interdisciplinar, e, desde o início, o corpo docente definiu um caminho da interdisciplinaridade tanto pelas formações distintas dos docentes quanto pelo perfil dos alunos, que vinham de várias áreas de formação – das engenharias às ciências sociais e biológicas. O curso, de certa forma, pesou na minha trajetória de pesquisa e interesse maior pela Amazônia. Mas somente em 1985 fui trabalhar no Naea, ministrar uma disciplina – Teorias do Desenvolvimento – a convite do professor José Marcelino Monteiro da Costa, que era coordenador do núcleo. Aceitei e, por muitos anos, lecionei essa disciplina na perspectiva das ciências sociais, embora dando também aulas do Departamento de Sociologia. Em determinado momento a compartilhei com Marcos Palácio, hoje da UFBA, mas que passou vários anos trabalhando no Naea.

RTMA: *O que você acha que influenciou mais a reflexão na discussão do desenvolvimento e quais os professores a quem você atribui esta influência?*

EC: Eu tive muitos bons professores no Fipam, como o Roberto Santos, o Samuel Sá, o José Marcelino Monteiro da Costa, o Armando Mendes. Marcelino foi muito atuante e implantou o programa de mestrado/Plades, programas de pesquisa e cooperação interinstitucional. O Armando Mendes teve papel importante de pensar a instituição, de conceber um modelo de ensino/pesquisa inovador, de pensar a Amazônia e apostar no desenho da interdisciplinaridade. Mas a execução dos programas foi, sobretudo, de Marcelino e uma equipe relativamente expressiva de professores. Havia muitos professores e, ao longo dos anos, eles trouxeram o financiamento da OEA, da Fundação Ford, financiamentos que proporcionaram a vinda de professores de referência internacional no Planejamento Urbano e Regional. Eram professores de outros estados do Brasil, da Flórida, da Califórnia, da Inglaterra, dentre outros. Onde existia debate sobre desenvolvimento, sobre planejamento, eram convidadas pessoas proeminentes para virem a Belém e, em geral, ministravam cursos de uma a duas semanas. E, além dos cursos, os professores do Naea davam aulas. Lembro que o Marcelino lecionava as disciplinas Macroeconomia e Teorias de Desenvolvimento. O tempo era curto, tínhamos um professor por semana e era muito intenso. Você ficava quase numa instituição total e vivia profundamente aquele mundo. Lembro-me de quando terminou o curso, da dificuldade de uma reinserção em uma nova atividade na universidade, porque ficou um grupo

que era muito coeso, debates interessantes e questões levantadas que iam da área política ao meio ambiente. Em várias disciplinas se discutia sobre o meio ambiente, inclusive vieram pessoas de referência que estavam começando a formular, naquele momento, novas problemáticas na perspectiva da ecologia política. Recentemente, estava revendo um desses programas, por acaso, mexendo em um velho arquivo, e vi que havia disciplinas bem avançadas. Mas não se discutiam dimensões históricas, movimentos sociais, uma vez que essas discussões, na década de 1970, estavam bloqueadas pela ditadura, mas também pelo olhar colonial da própria universidade. E, na realidade, não era proposta do Naea, mais voltado ao *planejamento do desenvolvimento*, pela ótica do Estado. Acredito que havia uma fragilidade no campo da sociologia, da antropologia e da história. E a área dominante acabava sendo a economia e sua aplicação na área do planejamento do desenvolvimento, e algumas disciplinas técnicas sobre desenvolvimento. Este era um pouco meu embate lá dentro, porque se tentava esboçar a crítica sociológica na discussão, mas era difícil, pois, naquele momento, essas dimensões não entravam à altura de uma correlação de forças no âmbito do processo de planejamento. Variáveis que eram deixadas congeladas, ou seja, não debatíamos todos os problemas relacionados ao conflito. Porém, uma das monografias do curso foi sobre colonização e fronteira, e discutia necessariamente a questão do conflito. Foi o único grupo que conseguiu discutir o estudo da fronteira, da colonização e os novos processos de tensão que ocorriam na Amazônia.

RTMA: *Em termos de mudanças teórico-metodológicas na trajetória do Naea, houve um momento em que, no Brasil, a vertente de planejamento foi muito forte nos estados. Tinha todo este esforço da captação de recursos internacionais, seja com formações de especialização, seja em mestrados em Planejamento. Era Planejamento do Desenvolvimento, era Planejamento de Desenvolvimento Rural Integrado. Foi o tempo dos famosos Projetos de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIs). No Nordeste isto era muito forte, no Ceará, Bahia e Pernambuco. E eram cursos, digamos assim, que preparavam técnicos para este enfrentamento de elaboração de projetos de captação de recursos, mas sem uma reflexão mais profunda do processo de desenvolvimento. Nesse contexto, porque o Naea acabou sendo uma referência, em que momento você vê esta evolução do Naea e a importância em termos de contribuição para esta vertente inovadora na construção do conhecimento do país e, particularmente, para a Amazônia?*

EC: O Naea foi criado em 1972, mas começou a funcionar em 1973, com o Fipam. Ou seja, sendo do início da década de 1970, foi contemporâneo de outros programas de pós-graduação em planejamento no país. E uma instituição que é um desdobramento do que ocorreu na década de 1950, no Brasil, que foi uma época em que se fortaleceu uma hegemonia nacional desenvolvimentista. Uma ideia construída para fortalecer a noção de nação, sobre a qual se articula a de desenvolvimento. Na década de 1960, as crenças no desenvolvimento se tornam a base do pensamento hegemônico, mas emergem também contradiscursos que questionam o que está determinado como estatuto nacional desenvolvimentista. Esses contradiscursos trazem uma série de novas questões através do movimento estudantil, através do movimento operário, através das oficinas de produção da contestação na área da arte, como o teatro de arena e as pequenas publicações de bolso que mostram dados de pobreza, de analfabetismo. Deste lado que não se fala no âmbito nacional desenvolvimentista, que é o lado da contradição de classe, da alienação, da pobreza, da proliferação de uma violência urbana e no campo. E isto aparece na década de 1960, e tem tudo a ver com as lutas pelas reformas no país, e o Golpe Militar, e com a história que nós conhecemos.

Então, eu acho que o Naea vem nesta esteira, porque ele aparece junto com vários institutos no Brasil. Quer dizer, ele vem com a proposta de criar uma ordem de intelectuais que pensa o planejamento do desenvolvimento, que é outro patamar pra desenvolver o país, que segue a ideologia nacional desenvolvimentista, mas de forma mais estruturante, e a racionalidade e presença de intelectuais, através da ciência, que é chamada para *racionalizar* o processo de desenvolvimento, racionalidade instrumental, apoiada em informação e no domínio da norma. A diferença é que o Naea nasce interdisciplinar. A ideia era: nós não queremos só economistas falando de planejamento, nem apenas sociólogos. Nós queremos que seja uma perspectiva interdisciplinar, para ajudar a construir uma dimensão de interface: olhares diferentes. Então você tem outra configuração do quadro, e esta foi considerada, por exemplo, pelo professor Armando Mendes, com originalidade. Não se trata do ponto de vista da crítica teórica. Ele nasce na construção de um formato de intelectuais que pensam a região de forma interdisciplinar, e que passam a fazer a crítica do desenvolvimento, mas é o desenvolvimento capitalista, é o planejamento como uma ordem social dominante. E eu acho que é nesta linha que vai o livro do Armando Mendes, *A invenção da Amazônia*. O livro demonstra uma invenção, mas é uma invenção da Amazônia pela razão do desenvolvimento e pela ação do planejamento, embora sinali-

zando para a "redução sociológica" na ótica de Guerreiro Ramos. Não é uma crítica radical ao pensamento social na Amazônia e, por isso, a diferença entre este livro e o de Neide Gondim, que se chama também *Invenção da Amazônia*, a partir de uma crítica mais radical à construção do pensamento sobre a Amazônia – dos viajantes estrangeiros ao colonialismo presente no Brasil. Como foi pensada a Amazônia no pensamento colonial, por aí é a crítica ao pensamento colonial em busca do El Dorado, dos viajantes que vieram da Europa, dos pesquisadores, das expedições, dos padres, da Igreja, como eles pensaram, quer dizer, como eles construíram este olhar sobre a Amazônia, como inventaram a Amazônia, a ocidentalizaram pela tradução do seu olhar. E esta invenção é a representação que domina hoje no pensamento do brasileiro e nos seus estereótipos sobre a Amazônia. Eu participei do livro *A invenção da Amazônia*, do Armando Mendes, junto com mais dois colegas, Jean Hébette e Roberto Ferreira.

Nós fomos um pouco caixa de ressonância para discussão, e organizamos dados, comparando, examinando, sugerindo. E eu acho que este livro interpreta bem a perspectiva do Naea. Acredito que a trajetória do Naea acompanha uma trajetória nacional de discussão. Acho que isto também é outro valor, porque, depois das décadas de 1960 e 1970, ela colocou novas questões de pesquisa para a sociedade brasileira. Ela desafiou, apesar da ditadura, apesar de os institutos de pesquisa estarem fechados, de bons intelectuais críticos terem ido embora do país, apesar de vários títulos de história estarem praticamente paralisados. Apesar disto, nós temos a sociedade brasileira colocando outras questões na década de 1970 – e o movimento social também. E isto se reflete nas universidades, e o Naea era um lugar de demanda. Era um lugar onde os intelectuais faziam pesquisa. Na década de 1970 há uma reconfiguração: os movimentos sociais começam a aparecer. Na década de 1980 eles se escancaram, e o Brasil real se mostra cada vez mais. E, com isso, a importância das ciências sociais na época, a sociologia, por exemplo, porque ela dá uma guinada para absorver, discutir e trazer para dentro da sala de aula o que ocorria no campo político da sociedade brasileira. Não é para pautar apenas o debate dos intelectuais, e sim fazer discussão com os movimentos sociais, como o movimento urbano, os movimentos camponeses, e discutir a instalação dos grandes projetos, como Tucuruí. Desde a década de 1980, Tucuruí passou a ser objeto de discussão dentro do Naea – o Grande Carajás, o projeto Calha Norte, o Polamazônia, enfim, continua a discussão sobre a fronteira, a questão fundiária e os processos de conflito. Nós saímos fazendo seminários e, imediatamente, catalisando forças, levando informações para

a imprensa nanica, que era quem conseguia divulgar, tipo o *Jornal Resistência*. Então, eu acho que o Naea acompanhou este momento nacional, de luta pelas Diretas já, de luta pela Constituinte. Isto fez com que houvesse uma politização, por certo questionada, do ensino e da pesquisa. Hoje, talvez, menos interpretação política, da economia à ecologia política, ou dos estudos pós-coloniais, e mais interesse pela razão da gestão, pelo pensamento formal e pela solução de problemas.

RTMA: *Eles criaram esta estrutura do Naea, deram esta visão interdisciplinar; e como nós aqui, nos anos 2000, estamos pensando o curso? Quais são as novas perspectivas nesta construção de novos atores acadêmicos que fazem parte do Naea?*

EC: Mas eu acho que o debate ambiental, isso é geral, não só no Naea, desviou um pouco. É manejo, gestão de florestas, dispositivos legais – perdeu um pouco o eixo da discussão; não se discutem modelos de desenvolvimento macro, não se discutem perspectivas para investigar o futuro.

RTMA: *Sobre os seus trabalhos na área de cinema: todos eles traduzem uma preocupação conceitual histórica?*

EC: *Marias da castanha* é resultado das pesquisas sobre as fábricas de produtos regionais, destacando as fábricas de castanhas em Belém. Busca retratar, na cidade, os bairros onde as trabalhadoras moram, e as lutas urbanas que travam dentro do bairro. A vida das operárias na fábrica e a briga por um lugar no bairro, no Jurunas, cidade que se fez pela ocupação. São mulheres que lutam pela terra, para ter a casa onde morar. Além disso, elas têm dupla jornada, trabalham e cuidam dos filhos.

Outro filme trata das pesquisas sobre os grandes projetos de mineração e os conflitos provocados pela sua expansão sobre terras da pequena produção agrícola. *Fronteira Carajás* retrata o projeto Ferro Carajás; é sobre a estrada de ferro, aborda os migrantes que vêm e vão, e os que ficam à beira da estrada vendendo comida nas estações de trem. Expõe o discurso do seu Almir (Ferreira Barros, ex-presidente do STR de São João do Araguaia), dos sindicalistas, do pessoal do movimento camponês, dos operários das fábricas guseiras de Açailândia, e o discurso dos visionários, dos caras da cidade que pensam a cidade daqui a dez, trinta anos, e que podem configurar a direção da expansão urbana pela especulação imobiliária. Acho que foi legal fazer estes filmes. Eles sintetizaram bem algumas ideias tratadas nas pesquisas.

RTMA: *Eu vi no seu discurso sobre o Naea que aparece uma crítica ao conceito de desenvolvimento, esta construção de desenvolvimento de 2008-2009, e que levou você a ter um embate forte com David McGraph sobre como ele colocava uma inexorabilidade, um tipo de desenvolvimento que não tinha como fugir. Como é essa discussão dentro do Naea e a sua perspectiva futura?*

EC: Houve uma confrontação na instituição nos anos 1990, e a saída de vários professores, entre eles o Jean Hébette, o Heraldo Maués, o Lucio Flavio Pinto, o Samuel Sá, a Edila Moura, a Aurileia Abelém, e que tinham um perfil mais político e sociológico da interpretação da realidade. Na verdade, eles não abriam mão desta dimensão política da leitura da realidade e, por isso, ficou este vazio de interpretação desta perspectiva. E, em contrapartida, foi tomando conta uma interpretação biologista da realidade amazônica, conceitos que focalizam o "verde", as relações ecológicas e a preservação da floresta. É um *modus operandi* que preza mais o fazer do que o pensar. Decorrente um pouco da influência, na época, de ONGs ambientalistas de perfil mais biologizante, às vezes financiadas por organizações sem compromisso nenhum com a história da região, com sua história socioambiental e com concepções e/ou compromissos de preservação e de conservação da natureza *acríticas* e supostamente *apolíticas*. Dentro do Naea havia, a propósito desse tema, várias posições de professores que divergiam na interpretação. E a entrada do agronegócio mais forte, sua relação com o aumento do desmatamento e com as possibilidades de desenvolvimento, passou a ser visto, de certa forma, como inexorável. Um caso, digamos, perdido para a monocultura.

Em torno dessas questões, houve esse debate com o David McGraph, motivado pela sua entrevista dada nas páginas amarelas da revista *Veja*. O discurso hegemônico sobre a Amazônia passou a ser a discussão ambiental e, a nosso ver, a análise da Amazônia precisa contemplar suas várias dimensões, em sua complexidade social, étnica e de saberes. E não alienígena. Enfim, acaba predominando uma visão parcial e reducionista da realidade na maior parte dos discursos produzidos sobre a Amazônia, sejam eles vindos da academia, da mídia, do Estado, de empresas; e, não poucas vezes, a pesquisa trafega como refém no meio desses discursos. E, por acabarem se generalizando esses discursos, chegaram ao ponto de influenciar uma boa parte do desenho da pós-graduação na Amazônia, pois é refém de um discurso ambientalista a-histórico. Eu acho que isso influenciou muito o Naea e a seleção de pessoas novas para a instituição. Isso levou, por exemplo, a uma guinada dentro das instituições do Estado,

do papel que tem a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), as ONGs sociais e as universidades. Então, foi muito investimento nesta reorientação de pesquisas.

A tendência dessas discussões passa para controle territorial, ordenamento territorial, manejo, dispositivos legais de concessões da floresta, enfim, uma série de normas, uma judicialização da questão social e da questão ambiental. Vejo que foi uma perda, porque o Naea se afastou da realidade amazônica e deixou de produzir conhecimentos muito mais pertinentes e interpretativos. E passamos a ter uma produção de teses e dissertações com um teor crítico e construtivo da realidade menos significativo e impactante na produção do conhecimento. Florestan Fernandes disse uma vez que, enquanto todo mundo na década de 1950 só falava de desenvolvimento nacional, ele ficou estudando a formação da sociedade brasileira e a revolução burguesa no Brasil, para entender densamente esse país. Ele ficou tentando entender a relação do negro com o branco, a diferença de classes, outras questões que tinham a ver com a realidade brasileira, e não embarcou na ideologia nacional desenvolvimentista do período. Não quer dizer que o Naea não possa ter dado, ou dê agora, uma contribuição importante para o tema de desenvolvimento sustentável, mas, para isso, tem que se descolar do ideologismo verde. Isto arrastou um pouco a produção da época e, até hoje, tem na sua produção esse filtro do biologismo, um interesse por formas de mapeamento abstrato, fora do contexto social, cultural e político do território, um fascínio pela modelagem, como se a modelagem dissesse tudo; e, na verdade, a realidade é muito mais complexa, a gente não pode perder o pé da pesquisa empírica, da experiência vivida. Trabalhar a sociologia, a questão da identidade, das travessias e trânsitos de culturas tão diversas, por exemplo, questões que emergem e que fazem esta Amazônia ser o que ela é.

Eu tenho interesse em pensar sobre a diversidade das cidades nas fronteiras, a diversidade étnica, de experiências completamente diversas daquelas propostas por uma visão homogeneizante e simplificada de identidades nacionais. Ou seja, a natureza do conflito – ela é subordinada a uma percepção ambiental. Então, eu acho que são questões extremamente polêmicas, interpretações em disputas, que devem ser discutidas.

DEBATES

DENDEICULTURA DE ENERGIA E AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA PARAENSE: A MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU[1]

João Santos Nahum[2]

Pressupostos

Partimos do pressuposto de que a chegada da dendeicultura de energia na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense, é um evento, pois reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, enfim, o espaço geográfico ou território usado (Nahum; Malcher, 2012). Desde então, arriscamo-nos a dizer que temos demarcado um período geográfico do dendê, tornado possível por determinados estágios das pesquisas tecnológicas acerca das condições edafoclimáticas necessárias e propícias ao cultivo em grande escala da palma do dendê; por um conjunto de ações governamentais que promoveram a dendeicultura a política de Estado, tais como o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, que propõem saídas à crise da matriz energética alicerçada no combustível fóssil e responder positivamente à histórica dívida social do Estado para com o campesinato tradicional, visto que esse plano promoveria a inclusão social dos agricultores familiares por meio do programa dendê sustentável; por fim, tornado possível pela voracidade do mercado de *commodities* de óleo de palma, que encontrou seus limites físicos e territoriais no continente

1 Artigo fruto do projeto de pesquisa "Usos do território, dendeicultura e modo de vida quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA)", que tem auxílio financeiro do CNPq, chamada Universal 14/2011.

2 FGC/PPGEO/UFPA. Correio eletrônico: joaonahum@ufpa.br.

asiático, isto é, não tem mais terra para plantar dendê, por isso expande-se para África e América Latina.

Consideramos que, do ponto de vista técnico, as vantagens econômicas e produtivas do dendê, comparadas às outras palmas e oleaginosas, são imbatíveis. Teses, dissertações, publicações especializadas, jornais e sites em uníssono exaltam as virtudes da palma africana que prodigiosamente tão bem se adaptou ao solo amazônico (Furlan Júnior *et al.*, 2006; Castro; Lima; Silva, 2010; Suframa/FGV, 2003; Silva, 2006; Semedo, 2006; Embrapa, 2006; Embrapa, 2011, <www.redebiodiesel.com.br/>). Sublinham que se trata de uma palma capaz de promover o desenvolvimento sustentável, posto que recuperaria ambiental, econômica e socialmente áreas degradas pela pecuária. O cultivo do dendê geraria empregos e renda para o campesinato, resgatando-o da condição de "classe incômoda" ou "classe invisível", esquecida pelas políticas de Estado. Ele não terminaria mais seus dias nas roças de mandioca, nos retiros e casas de farinha. Dada a imensa disposição para o trabalho, sua organização familiar e a baixa escolaridade, esse campesinato tradicional pode ser absorvido para trabalhar nos campos de dendê, coletando cachos e juntando os frutos, além de outras atividades que exigem vitalidade.

Tendo como premissa que é preciso perguntar *quem* ganha com a dendeicultura, pois, tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê é refletir sobre quem usufrui dos dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra. É preciso refletir sobre os impactos no modo de vida do lugar onde o agronegócio do dendê se implanta e expande, isto é, o que significa passar da condição de lavrador para agricultor de dendê ou, de outro modo, de camponês tradicional para agricultor familiar.

É considerando esses pressupostos que refletimos sobre as relações entre dendeicultura de energia e agricultura familiar na microrregião de Tomé-Açu. Por dendeicultura de energia entendemos a produção de dendezeiros (*Eleaeis guineenses Jacq*) destinados ao biodiesel, isto é, para a agricultura de energia. Para efeitos de construção de uma definição geral, agricultura familiar "corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas" (Neves, 2012, p. 33).

Indicamos alguns componentes dessa nova situação geográfica que se desenha no espaço agrário amazônico. Expomos em largos traços uma tendência que visualizamos no horizonte regional onde o evento da dendeicultura aporta a formação de um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital, seja como assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar.

Dendeicultura de energia e agricultura familiar

No estado do Pará formaram-se territórios usados pelo dendê, possibilitados por políticas estatais associadas a interesses empresarias. Distribuem-se predominantemente pela macrorregião do nordeste paraense, singularizando-se pela descontinuidade, configurando-se como territórios-rede (Haesbaert, 2004) espalhados pelo arranjo espacial do estado, onde cada campo de dendê constitui um ponto na rede, unificados por um comando exógeno. O tamanho e quantidade dos pontos dependem da envergadura e natureza do capital acionado para transformar extensas terras em território do dendê. Portanto, nem toda empresa de dendê tem condições políticas, econômicas e espaciais para construir seu território-rede.

No período atual, a configuração de territórios-rede da dendeicultura de energia na Amazônia paraense deve ser compreendida a partir das políticas de Estado para a matriz energética, tais como promoção da agricultura de energia e, no interior desta, as espécies vegetais para o biodiesel. Políticas sistematizadas no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, que objetivam a implementação de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. Tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

Para tanto, o governo cria reserva de mercado por meio da Lei n. 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. O percentual obrigatório em 2012

alcançaria 5%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da lei.[3]

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhão de ha, o que equivale a 1% dos 150 milhões de ha plantados e disponíveis para agricultura no Brasil. Tecnicamente este número não inclui as regiões ocupadas por pastagens e florestas. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas (soja, algodão, palma, amendoim, girassol, mamona, dentre outras) e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável pela regulação e fiscalização do novo produto, cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização. A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo será feita pelas distribuidoras de combustíveis, assim como é feito na adição de álcool anidro à gasolina. Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel de fevereiro de 2013, da Agência Nacional de Petróleo, a composição do biodiesel é: biodiesel (5%) + diesel (95%). Igualando-se biodiesel 5% a 100%, temos a seguinte composição: óleo de soja (67,09%), gordura bovina (21,92%), óleo de algodão (4,63%), outros materiais graxos (2,75%), gordura de porco (1,10%), gordura de frango (0,10%); óleo de palma/dendê (1,39%).[4]

A partir do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel emerge a dendeicultura para energia, isto é, o cultivo de palma de dendê destinada à produção de biodiesel. O programa atrai Biopalma/Vale, Petrobras, Archer Daniels Midland (ADM), dentre outras, para o espaço agrário regional. A chegada dessas empresas foi precedida de aquecimento no mercado de terras nos municípios da mesorregião do nordeste paraense. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos fizeram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando propriedades rurais potencialmente qualificadas para a dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia.

3 Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>. Acesso: 15 abr. 2013.

4 Disponível em: <www.anp.gov.br/?pg=65301&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1366056447869>. Acesso: 15 abr. 2013.

Foram os especuladores imobiliários locais que criaram as condições territoriais para que a Biopalma/Vale, Petrobras e ADM adquirissem terras para dendeicultura. A Biopalma/Vale, segundo Basa (2012), tem por meta plantar 80 mil ha, sendo 60 mil ha próprios e 20 mil ha em associação com a agricultura familiar, abrangendo 2 mil famílias pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Considerando-se que a reserva legal a ser respeitada pelo dendê é de 50% da área plantada, podemos dizer que a Biopalma/Vale terá o monopólio de uso do território de uma área de 160 mil ha.

A Petrobras Biocombustível, conforme Basa (2012), tem dois grandes projetos de agricultura de energia. O projeto Belém Bioenergia S/A (BBB), em associação com a Galp Energia, visa produção de óleo para Portugal. Ele prevê exportar 250 mil toneladas em 2014, abrangendo 50 mil ha em associação com agricultores familiares e produtores independentes. O outro projeto, Petrobras Pará, tem por meta uma área de 48 mil ha e abastecer a região Norte. A empresa não tem interesse em comprar terras, por isso estabelece parcerias, sobretudo arrendamento e programas de agricultores familiares. Concretizando-se essa meta, a Petrobras Biocombustível terá o monopólio de uso do território de uma área de 196 mil ha, considerada a reserva legal.

A ADM do Brasil, de acordo com Basa (2012), iniciou em 2011 a construção de uma planta de processamento de palma no município de São Domingos do Capim, em parceria com produtores locais e o governo. A produção ocupará um total de 12 mil ha, sendo 50% próprio e a outra metade com a agricultura familiar (600 famílias com plantio individual em torno de 10 ha). A usina de processamento será implantada na comunidade Perseverança, município de São Domingos do Capim, com capacidade de 60 toneladas de cachos de frutos frescos (CFF) por hora. Concretizando-se essa meta, a empresa terá o monopólio de uso do território de uma área de 24 mil ha, considerada a reserva legal.

Nesta situação geográfica, visualizamos no horizonte a tendência à formação de um campo sem camponeses. Senão vejamos: para concretizar suas metas, a Biopalma/Vale deverá contar com um contingente de mão de obra de aproximadamente 8 mil pessoas, sendo 6 mil de mão de obra individual assalariada e 2 mil unidades familiares – mão de obra coletiva – provenientes de associação com agricultura familiar; a Petrobras Biocombustível contará com a adesão de 98 mil unidades produtivas entre familiares e arrendatário; a ADM, por sua vez, para atingir sua meta, terá

a adesão de 600 unidades familiares e um contingente de 600 trabalhadores assalariados individuais.

Na contabilidade gerencial das empresas, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 ha, ou seja, cada trabalhador e unidade familiar cuidará de 1.430 plantas. Isso torna o trabalho na dendeicultura profundamente exaustivo, pois, desde a aquisição e transporte das mudas, preparo de área, plantio, tratos culturais, colheita, transporte até a agroindústria e processamento, tudo demanda esforço físico. Ainda que a unidade familiar inserida nos programas de agricultura familiar quisesse cultivar dendê consorciado, só poderia fazê-lo no primeiro ano de plantio, quando as raízes da palma ainda não estão completamente desenvolvidas e permitem o plantio de culturas que não são de raízes profundas. Entretanto, provavelmente lhe faltaria energia física para essas atividades, visto que, nos empreendimentos do dendê, de 10 ha por unidade familiar, esta terá que cuidar de 1.430 plantas. De modo que a pluriatividade característica da unidade familiar camponesa tende a ceder espaço para a especialização produtiva, predominando o que Bernstein (2011) chama de mercantilização da sobrevivência, ou seja, "[a] mercantilização é o processo pelo qual os elementos de produção e reprodução social são produzidos para troca no mercado e nele obtidos e que os sujeita às suas disciplinas e compulsões" (Bernstein, 2011, p. 125).

As unidades familiares associadas aos projetos de agricultura familiar de dendê não perdem a propriedade jurídica da terra, tampouco as pessoas tornam-se assalariadas das empresas; em suma, continuam proprietárias da terra enquanto meio de produção e força produtiva, e sua força de trabalho não é vendida à empresa. Porém, quem determina e comanda os usos dessa terra são as empresas; a terra, por meio de contratos entre partes "juridicamente iguais" e em comum acordo, transformou-se em território usado pelo dendê. Igualmente, a força de trabalho de todos que adentram os campos é treinada, comandada e utilizada exclusivamente para a cultura da palma africana.

Tais unidades distam no máximo 50 km da agroindústria de processamento, de modo que o cacho de fruto fresco colhido diariamente não demore 24 horas para ser processado, caso contrário perde qualidade. Tempo e espaço são variáveis determinantes na "inclusão produtiva" das unidades familiares. Para driblar essas instâncias da existência humana,

os empreendimentos constroem os territórios-rede do dendê, de modo a permitir que, nos vários quadrantes do nordeste paraense, unidades familiares associem-se aos Programas de Agricultura Familiar.

Considerando-se os números do Basa acerca das operações e da área financiada para agricultura familiar de dendê, ainda estamos demasiadamente distantes das metas de inclusão social de unidades familiares por meio da dendeicultura de energia, pois de 2002 a 2012, os dados do Basa (2012) agregam os empreendimentos de dendê no estado e, até março de 2012, chegaram ao tímido número de 772 contratos. Altos índices de inadimplência, ausência de arranjos institucionais locais com as prefeituras, ausência de capital social camponês, grande hiato entre o número de famílias cadastradas no diagnóstico territorial participativo e aquelas aptas ao programa de agricultura familiar, dentre outros, tentam explicar e justificar este cenário.

Portanto, a dendeicultura de energia não se sustenta do trabalhador coletivo das unidades familiares. Este contingente é pequeno se comparado à quantidade de trabalhadores individuais. Mas é importante para reprodução do discurso de responsabilidade socioambiental, geração de emprego, renda e inclusão social, transformando o tradicional camponês em agricultor familiar associado à dendeicultura.

Os lugares sentem o impacto da associação de unidades familiares à dendeicultura. Mudam-se a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social; enfim, a relação com o território, que antes era o quadro da vida, usado para reprodução da unidade familiar camponesa, isto é, satisfação de sua condição de existência. Hoje a reprodução da existência está profundamente dependente da associação com a dendeicultura, de onde provém o dinheiro para aquisição de tudo o que antes, em sua condição de camponês, produzia. Aqui não vai nenhum saudosismo, visão edênica de camponês bom selvagem, mas tão somente a crítica à proposição da dendeicultura de energia como única política de Estado para inclusão do camponês no desenvolvimento territorial rural, tentando transformá-lo em empreendedor rural, desconsiderando seu modo de vida e relações com os recursos naturais, como se o campo fosse tão somente um espaço produtivo, e não um espaço de vida. Portanto, sustentamos que nos lugares onde a dendeicultura se estabelece forma-se um campo sem camponeses, mas povoado por assalariados rurais.

No atual período, a dendeicultura de energia impulsionada pelo biodiesel é um grande projeto agroindustrial, um enclave territorial de agroenergia,

com as mesmas bases tradicionais dos que aportaram na região, sustentados por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas, agora propondo a reinvenção da Amazônia como fronteira da agricultura de energia. Ele reinventa os lugares onde aporta, pois seu tamanho e metas exigem quantidades crescentes de terra e força de trabalho. A dendeicultura de energia tem alto poder de atração de mão de obra para execução de atividades que exigem esforço físico constante. Empresas disponibilizam transporte para deslocamento de trabalhadores até os campos, atraindo mão de obra de todos os quadrantes do estado e da região. Assim, em fevereiro de 2013, entrevistamos pessoas que têm família em Nova Esperança do Piriá, mas trabalham a mais de 400 quilômetros nos campos de dendê da Biopalma/Vale no Moju. Visitam seus lares só nas férias.

O raio de ação da Biopalma/Vale, Petrobras Biocombustível e ADM é regional. Essas empresas atraem força de trabalho de todos os quadrantes do estado do Pará, sobretudo da macrorregião do nordeste paraense e do Maranhão e Piauí, dentre outros. Trata-se, predominantemente, de trabalhadores cuja trajetória de vida revela que passaram várias vezes pelo campo, quer trabalhando em sua propriedade ou em de terceiros, desenvolvendo atividades que exigem baixa escolaridade e muito vigor físico.

De acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri), o estado [do Pará] tem hoje cerca de 700 mil trabalhadores no campo que são assalariados. O número de pessoas que sobrevivem com o que ganham com o trabalho na zona rural paraense, no entanto, é bem maior (*O Liberal*, 17 mar. 2013, p. 11).

Esse imenso contingente é atraído pela segurança salarial oferecida pelas empresas. Os trabalhadores migram para os territórios do dendê em busca de emprego e renda, abandonando assim a unidade produtiva familiar camponesa, formando-se um campo sem camponeses, posto que estes se metamorfoseiam, paulatinamente, em trabalhadores para o capital, seja como assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar. Esse movimento acentua processos anteriormente existentes nestes espaços rurais, tais como a crise na produção familiar de alimentos, envelhecimento do agricultor familiar, enfraquecimento da pluriatividade no campo, dependência e subordinação dos lugares à dinâmica das empresas, enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária, dentre outros que são objeto de investigação, análise e interpretação. Foge aos limites deste texto elucidar como, por que, quando e onde a dendeicultura aprofunda tais processos.

O imenso contingente atraído para a condição de assalariado rural possibilita às empresas subvalorizarem a força de trabalho, predominando para as atividades de campo a remuneração do piso salarial, que o trabalhador obtém dedicando em média 8 horas por dia. Tecnicamente, isso lhe possibilitaria trabalhar mais uma ou duas horas contabilizadas como produção, permitindo ao assalariado a remuneração máxima de 1.300 reais, pois não restaria vigor físico para ampliar a produtividade e, por conseguinte, o "bônus produtivo'.

Em nossas andanças pelos campos de dendê de Moju, Tailândia, Acará, Tomé-Açu, Garrafão do Norte, não encontramos nenhum trabalhador de campo que estivesse na empresa há mais de dez anos. Os baixos salários e o intenso esforço físico imprimem ao trabalho nos campos da dendeicultura um caráter provisório, isto é, até o momento em que o cidadão encontrar outro melhor. Em Tomé-Açu, nas plantações da Biopalma/Vale, uma das mais recentes, desencadeadas a partir do PNPB, em fevereiro de 2013, encontramos alta rotatividade de mão de obra. Em média, o trabalhador permanece de dois a três anos. Média semelhante observamos nas plantações da Marborges, em fevereiro de 2013. Mas essa rotatividade é assunto para outro texto.

Referências

BASA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. *Contexto amazônico*. 22ª ed. 2012. Disponível em: <www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5Carquivos%5Cbiblioteca%5Ccontextoamazonico%5Ccontexto_amazonico_22.pdf>. Acesso: 15 abr. 2013.

BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Unesp, 2011.

CASTRO, A. M. G. de; LIMA, S. M. V; SILVA, J. F. V. *Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas*. Brasília: Embrapa Agroenergia, 2010.

EMBRAPA. *Embrapa, Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará*. Belém, 2006. Disponível em: <www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>. Acesso: 4 abr. 2013.

FURLAN JÚNIOR *et al. Biodiesel. Porque tem que ser dendê.* Belém: Embrapa/Palmasa, 2006.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). *Confins* [online], 16, 2012. Disponível em: <confins.revues.org/7947; DOI: 10.4000/confins.79473>. Acesso: 13 dez. 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar*, in:* CALDART, R. S. *et al*. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p. 32-40.

SEMEDO, I. *O mercado de energia renovável: viabilidade econômica do dendê na agricultura familiar do Baixo Sul-Bahia*. Dissertação (mestrado) – Economia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SILVA, J. S. de. *Produtividade de óleo de palma na cultura do dendê na Amazônia Oriental: influência do clima e do material genético.* Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SUFRAMA/FGV. *Potencialidades regionais. Estudo da viabilidade econômica do dendê*. Manaus, 2003. Disponível em: <www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf>. Acesso: 4 abr. 2013.

TRABALHO rural precisa ser formalizado. *O Liberal.* Poder. Belém, 17 mar. 2013, p. 10.

POR QUEM OS SINOS DOBRAM? AS IMPLICAÇÕES DA EXPANSÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA PARAENSE

Guilherme Carvalho[1]

Contexto em que se dá a expansão

A crescente demanda mundial por matérias-primas e alimentos, aliada às crises climática e ambiental, reforça a condição histórica imposta à Amazônia como fornecedora de produtos e serviços para o atendimento de poderosos interesses exógenos; estes, as verdadeiras forças que sustentam a reprodução ampliada do próprio sistema capitalista, materializada no processo que se convencionou denominar de globalização. Entre as pressões atuais, destacamos:

O aumento da demanda mundial por proteínas animal e vegetal: a população do planeta consome cada vez mais carne (de gado, porco e frango), soja e outros produtos agrícolas por conta da melhoria da capacidade de consumo de milhões de pessoas – de chineses, por exemplo –, como também devido às mudanças nos hábitos alimentares principalmente das novas gerações, enquadradas ao sistema "mcdonaldiano" ou premidas pelas circunstâncias do cotidiano. A Amazônia aparece então como propícia à expansão do agronegócio em vista do atendimento dessa demanda, colocando sobre pressão terras ocupadas por agricultores(as) familiares e populações tradicionais;

O aumento da demanda por energia: a Amazônia está sendo preparada para tornar-se a grande província energética brasileira, visando atender as demandas de todas as regiões do país. Segundo os cálculos do professor Osvaldo Sevá (Unicamp), se todas as barragens previstas e/ou defendidas

1 Doutor em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental pelo Naea/UFPA e coordenador da ONG Fase – Programa Amazônia. Correio eletrônico: gcarvalho67@gmail.com.

para serem erguidas na Amazônia forem efetivamente executadas, serão 302 até 2050;

O aumento da demanda por minério: China e Japão são atualmente os maiores consumidores de minério de ferro brasileiro. Cerca de 80% da produção tem como destino aqueles países. A Vale e outras empresas multinacionais, como a Alcoa, desenvolvem intenso trabalho de levantamento de jazidas, buscando controlar vastas extensões do território amazônico. Os conflitos com comunidades remanescentes de quilombos,[2] indígenas, extrativistas, ribeirinhos, agricultores(as) familiares, assentados(as) da reforma agrária e populações de pequenas e médias cidades têm sido frequentes;[3]

A demanda por madeira e o esgotamento de estoques na Ásia: a indústria madeireira da Malásia e de outros países da região poderá entrar em crise nos próximos anos por causa do esgotamento do estoque lá existente, em razão da intensidade da exploração predatória com que a atividade é realizada. É possível constatar, por exemplo, que a abertura de rodovias no Peru tem sido acompanhada do aumento da extração ilegal de madeira. Nesse contexto, a Pan-Amazônia se afirma como região estratégica para o setor. Como bem sabemos, a exploração ilegal de madeira na Amazônia brasileira historicamente tem caminhado lado a lado com a grilagem de terras, o desmatamento e a formação de pastos ou de áreas para a agricultura intensiva;

A financeirização da natureza:[4] Grandes bancos e empresas descobriram que podem faturar alto transformando componentes da natureza em mercadorias, desde o uso da água para produzir energia até a polinização das flores executadas pelas abelhas, passando pela compra e venda do direito

2 Ver *Relatório sobre conflitos Quilombolas/Vale no Maranhão,* elaborado pela organização Justiça nos Trilhos: <www.justicanostrilhos.org/nota/738>.

3 Ver Faustino e Furtado (2013).

4 "Hoje, ao que tudo indica, de acordo com a minha experiência na Amazônia, está se fortalecendo a lógica da acumulação, ou seja, do desenvolvimento e da produção. Em nível global, estamos diante da mercantilização de novos elementos da natureza. Como dizia Karl Polany no início do processo de industrialização: 'Elementos que não foram produzidos para a venda no mercado se tornaram mercadorias fictícias, e com essa ficção se criaram mercados reais'. Hoje, estou usando essa ideia de Polany para mostrar que o ar, a vida e a água estão sendo transformados em mercadorias fictícias.

Mas por que Polany dizia isso? Porque a sociedade deve entender esse problema e estabelecer pressões e ações para limitar a força da mão invisível do mercado, mediante as políticas públicas. Se o Estado e a sociedade não estabelecerem os limites, a mercantilização avança em todos os setores, como está realmente avançando" (Becker, 2009, p. 65-66).

de poluir através das bolsas de valores – a *carbonificação* da economia.[5] Portanto, as crises climática e ambiental se tornaram novas oportunidades de negócios para o capital globalizado, mesmo que a situação do planeta continue a piorar, e que isto venha a colocar em risco a nossa sobrevivência enquanto espécie. Nesse contexto, a Amazônia, por sua biodiversidade e o importante papel que cumpre para o equilíbrio do clima da Terra, se tornou uma excelente oportunidade de negócios para os defensores de mecanismos como a REDD+[6], REDD Plus, MDL[7] e outros.

5 "(...) Assim, uma nova mercadoria é criada sob a forma de redução de emissões. O carbono é agora rastreado e comercializado como qualquer outra mercadoria. Isto é conhecido como o 'mercado de carbono' ou como o sistema *cap and trade*, que significa meta e comércio.

O objetivo do sistema de metas é tornar o processo mais barato para todos os envolvidos. Ou seja, se é mais barato para a empresa 'A' reduzir suas emissões do que é para a empresa 'B', a melhor escolha econômica em termos de custo-benefício é deixar que 'B' continue poluindo como normalmente, acima do permitido, comprando de 'A' o excesso de redução de suas emissões. Neste caso, o preço pago por 'B' pelos créditos comprados de 'A' é menor do que seria o custo de 'B' para reduzir suas emissões até o valor permitido. O preço cobrado por 'A' pelos créditos de reduções é maior do que seu custo para baixar as emissões que excedem o permitido. Assim, as duas empresas ganham. A empresa 'A' ganha dinheiro com a comercialização da permissão de emitir e 'B' gasta menos" (Furtado, 2012, p. 45).

6 Eis o que nos diz Lohmann sobre os projetos de Redução da Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD) nas terras dos índios Yasuni, no Equador: "Los proyectos REDD tienen impactos negativos en las comunidades indígenas, en sus territorios, en sus economías y en sus culturas, dan paso a la monetarización de las responsabilidades. Se lleva la conservación de los bosques al terreno de los negocios. Se mercantiliza y privatiza el aire, los bosques, los árboles y la tierra misma. Es finalmente un acto de ceguera mercantil en torno a la urgencia de iniciar un giro hacia una civilización post petrolera.

La instrumentación de los proyectos REDD no evita la extracción masiva y depredadora de recursos naturales, orientada al mercado mundial, causante no solo del subdesarrollo, sino también de la crisis ambiental global. Al contrario, estos proyectos REDD podrían actuar, en la práctica, como un incentivo para que las comunidades permitan operaciones extractivistas, que de otra manera serían rechazadas en sus territorios. REDD, en síntesis, recoge el espíritu de los espejitos con los que los europeos iniciaron la conquista de América" (Lohmann, 2012, p. 16-17).

7 O mecanismo de desenvolvimento limpo "permite que um país com o compromisso de redução de emissões no âmbito do Protocolo de Quioto (Anexo 1) adquira Reduções Certificadas de Emissões (RCE) geradas por projetos implementados em países que não fazem parte do Anexo 1. Os projetos nos países do Sul Global devem reduzir ou remover CO_2, gerando um ativo financeiro, transacionável, denominado RCE. Esses créditos podem ser usados para cumprir a meta de redução no Protocolo ou podem ser vendidos. A redução de emissões e/ou aumento de remoções de CO_2, decorrentes da atividade do projeto, é medida em toneladas de dióxido de carbono equivalente

Como parte desse processo, desencadeou-se uma ampla estratégia para garantir o acesso, uso e controle de vastas extensões do território amazônico aos conglomerados econômicos vinculados ao agronegócio, à mineração, à produção de energia e à exploração madeireira em grande escala. Tal estratégia foi condensada na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), no plano internacional, e, internamente, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ambos se retroalimentam, pois buscam conectar diversas parcelas do território sul-americano ao fluxo global de mercadorias, ou, dito de outra forma, à globalização capitalista. Ao Brasil é fundamental que a Iirsa seja plenamente implementada, pois os projetos previstos para serem executados no seu âmbito favorecem a exportação de produtos – as *commodities*, em especial – a distintos mercados do planeta e articulam-se perfeitamente aos objetivos e projetos do PAC. A Iirsa também possibilita aos setores empresariais com grande participação no mercado internacional importar insumos fundamentais à efetivação de seus negócios, como produtos químicos para os monocultivos de soja, algodão e dendê, entre outros. Além disso, ela possibilita a grandes grupos econômicos brasileiros, associados ou não a conglomerados econômicos estrangeiros, acessar os mercados dos países vizinhos através da execução direta das obras, da venda de equipamentos ou prestando serviços de assessoria (elaboração de projetos, por exemplo). Além disso, o Brasil utiliza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar a compra de empresas estrangeiras por parte de grupos econômicos brasileiros – consolidando sua atuação enquanto multinacionais –, bem como realiza empréstimos aos países vizinhos a fim de viabilizar a execução de obras.

Além disso, os Estados nacionais desencadearam uma série de reformas estruturais para viabilizar a integração econômica sul-americana e a conexão dos seus territórios ao mercado globalizado. Dentre elas podemos citar: mudanças nos marcos legais para viabilizar a privatização de empresas públicas e/ou a constituição das chamadas parcerias público-privadas; flexibilização da legislação ambiental; reformas administrativas; facilidades para a entrada e saída de capitais etc.

Por fim, é preciso ressaltar que a Pan-Amazônia é fundamental para viabilizar a integração econômica sul-americana. Nesse particular, o que se percebe é que três grandes estratégias geopolíticas se articulam e se con-

---

(tCO_2e). Uma unidade de RCE é igual a uma tonelada de dióxido de carbono" (Furtado, 2012, p. 53).

frontam a todo momento nessa região, cada uma buscando satisfazer seus interesses de diferentes formas e sem que saibamos onde tais conflitos e/ou alianças nos levarão; são elas: a chinesa, a estadunidense e a brasileira. As três se beneficiam da Iirsa e das reformas estruturais em andamento. A elas interessam acessar, usar e controlar a maior quantidade possível de territórios e de componentes da natureza neles disponíveis, bem como entrar nos mercados internos dos diferentes países. Contudo, a luta para impor sua hegemonia na região os leva a momentos de atritos em diferentes graus e intensidades. Onde isso nos levará? A incerteza parece impor-se com toda força.

Agrocombustíveis e agricultura familiar: possibilidade de conciliação?

De acordo com Flexor (2012), há alguns fatores que contribuíram para impulsionar a produção de agrocombustíveis no Brasil, destacando: a) a existência de políticas governamentais como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); b) a elevação do preço do barril do petróleo no mercado internacional; c) considerações ambientais, como a de que o biodiesel causa menos danos à atmosfera; d) considerações geopolíticas ressaltando a inserção do Brasil no cenário internacional e sua tentativa de liderar o debate em torno da sustentabilidade da produção de agrocombustíveis;[8] e) as inovações tecnológicas, cabendo destacar aqui o papel exercido pela Embrapa. Por outro lado, o mesmo autor ressalta também que a elevação dos custos da produção – com matérias-primas, financiamentos etc. –, e dos preços dos alimentos, as incertezas quanto aos mecanismos de regulação do setor e a falta de padrões internacionais

8 A estratégia do governo brasileiro vem sendo a de estimular a produção de etanol e biodiesel em outros países e regiões. Com isto, pretende assegurar aos países importadores alternativas aos produtos brasileiros, desfazendo a hipótese de que possa vir a se formar um novo cartel de países produtores de combustíveis e, assim, viabilizando o reconhecimento do etanol e do biodiesel como *commodities* internacionais.
A Petrobras Biocombustíveis participa ativamente deste processo. O BNDES, braço financeiro do governo, inclui os agrocombustíveis entre os setores prioritários no processo de internacionalização das empresas brasileiras. A Embrapa já possui diversos escritórios em outros países, incluindo as técnicas brasileiras de plantio no pacote oferecido aos países-alvo desta parceria produtiva. Algumas iniciativas neste sentido já estão em andamento, envolvendo acordos internacionais, projetos de financiamento e obtenção de terras em países com potencial de produção (Schlesinger, 2012, p. 8).

são questões que remaram no sentido contrário. Ou seja, se constituíram enquanto fatores que reprimiram a expansão da produção de agrocombustíveis no Brasil.

Flexor observa ainda que, a partir da segunda metade dos anos 2000, a agenda internacional centrou-se na busca de soluções para a grave crise econômica que se espalhou por todos os continentes. Além disso, os alimentos mantiveram-se com preços elevados durante o período. E isto, evidentemente, acabou contribuindo para um certo arrefecimento da empolgação em torno dos agrocombustíveis. No caso do Brasil, a descoberta do pré-sal acabou centralizando o debate político-econômico. Seja como for, as dificuldades citadas por Flexor não paralisaram as ações voltadas à expansão da produção dos agrocombustíveis no nosso país, mas revelaram a complexidade inerente ao tema, como bem demonstraram Vianna *et al.*:

A discussão sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira está centrada em um conjunto de argumentos que cobrem desde as dimensões da inclusão social e da organização dos agricultores até manifestações implícitas de interesses corporativistas setoriais, passando pelas questões ambientais (2009, p. 96).

Aliás, o argumento de que a produção de agrocombustíveis teria grande capacidade de promover a inclusão social dos agricultores familiares através da geração de renda e emprego e de alocação de infraestrutura de transporte, comunicação e energia foi muito utilizado pelos governos federal e estadual para convencer algumas lideranças sindicais e suas organizações de que o dendê realmente viria para atender expectativas historicamente relegadas pelo Estado brasileiro. Contudo, havia ainda a defesa de que a produção em larga escala de oleaginosas para a produção de combustíveis beneficiaria o ambiente por conta da menor emissão de gases poluentes. Além disso, há considerações importantes acerca da necessidade de iniciarmos um processo de transição para uma sociedade pós-petróleo, que nos tire da dependência desse tipo de combustível e contribua para que milhões de pessoas melhorem sua qualidade de vida:

De todo modo, quero fazer uma ressalva. Não devemos esquecer que os biocombustíveis são apenas parte de uma visão maior do que chamo de *civilização moderna de biomassa*, porque a biomassa é alimento, é forragem, é adubo verde, é bionergia, é material de construção, é matéria-prima industrial, é fármaco, é cosmético. Há um mundo de coisas que podemos produzir a partir da biomassa, em bases sustentáveis, usando a ciência, a biotecnologia, para aumentar a produtividade, por um lado, e para abrir o

leque de produtos derivados, por outro. *Creio que este é o caminho de um desenvolvimento socialmente includente e sustentável desde que tomemos o cuidado de organizar a produção de biomassa de tal maneira que inclua aqueles milhões e milhões de agricultores familiares em base ao conceito de trabalho decente – pois não se trata de condená-los a uma miséria perpétua.*

Acho que este desafio vale a pena ser considerado.

Uma outra ressalva é que não devemos pensar que a produção de biomassa esgota a problemática do desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural comporta ao mesmo tempo a geração de um grande número de empregos decentes não agrícolas e, portanto, é a partir desses conceitos que podemos realmente pensar num novo ciclo de desenvolvimento rural, moderno e baseado nos conceitos de desenvolvimento includente e sustentável (Sachs, 2009, p. 33-34 – grifos nossos).

Em princípio, não há qualquer discordância quanto ao potencial da biomassa de gerar energia de forma sustentável como também de promover diversas outras atividades produtivas, inclusive com alto valor agregado. Todavia, quando adentramos no campo da ciência e da tecnologia, sobre o papel que ambas podem desempenhar nesse processo, a situação se complexifica um pouco mais. O caso da Embrapa é exemplar. Grande parte dos seus estudos e dos recursos humanos e materiais disponíveis é voltada ao atendimento das demandas do agronegócio e, como efeito disso, de poderosas empresas de fertilizantes e produtos químicos; recordemos a atuação da instituição para potencializar o cultivo de soja no cerrado brasileiro; ou, ainda, seu empenho na atualidade para adaptar a soja e/ou a cana de açúcar em solo africano.[9] Os impactos socioambientais negativos da expansão

9 "Entre 2003 e 2010, o presidente Lula visitou 29 países africanos – alguns mais de uma vez –, totalizando mais visitas ao continente do que a somatória das visitas de todos os presidentes anteriores. Nessas visitas, foram firmados inúmeros acordos econômicos e foram criadas diversas organizações empresariais, como no caso do lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Gana, em 2005. O Brasil também renegociou a dívida de vários países africanos num valor que ultrapassou 1 bilhão de dólares e representou cerca de 75% do total das dívidas renegociadas pelo governo brasileiro nesse período. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) intensificaram seu apoio e financiamento às exportações brasileiras para o continente africano; em 2008, os incentivos concedidos às empresas brasileiras para exportar para a África – no âmbito do "Programa de Integração com a África" – resultaram no desembolso de R$ 477 milhões, elevando-se para R$ 649 milhões em 2009. (...) *A agricultura também tem sido um campo fértil de colaboração, e a Embrapa tem fornecido – desde seu escritório de Gana – assistência técnica a indústria de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade*

desses monocultivos são alvo de denúncias internacionais. Os setores da Embrapa que atuam no desenvolvimento de tecnologias adaptadas às especificidades da agricultura familiar, ou que trabalham com base nos princípios da agroecologia, são significativamente menores do que aqueles vinculados ao agronegócio. Portanto, não é possível desconsiderar o fato de que ciência e tecnologia também são formas de exercício de controle e mesmo de dominação,[10] e que elas não atendem a todos da mesma maneira.

Quanto à inclusão dos agricultores familiares na produção de oleaginosas para a produção de combustível, no caso da expansão do dendê na Amazônia paraense, tal inclusão se dá de forma a converter esse segmento numa espécie de prestador de serviços às grandes empresas do setor, como a Agropalma, BioVale, BioPetro, Marborges, ADM e outras.[11] Isto porque seus modos de vida alteram-se substancialmente. O que temos visto em municípios como Moju, Acará, Concórdia do Pará, Abaetetuba e Tailândia é que os agricultores deixam de executar determinadas atividades que antes complementavam seu trabalho na terra – como a pesca, o extrativismo, o artesanato etc. – para dedicar-se quase exclusivamente à produção do dendê. Isto porque o plantio e os cuidados exigidos são tão grandes que mal lhes sobra tempo para outros afazeres. Observamos que o cultivo de

e Mali, com algumas empresas brasileiras que produzem soja, cana-de-açúcar, milho e algodão no continente africano (...)." (Fiori, 2013, p. 47 – grifos nossos).

10 Herbert Marcuse tomou como ponto de partida estas análises para demonstrar que o conceito formal de racionalidade que Max Weber extraiu da ação racional do empresário capitalista e do trabalhador industrial, da pessoa jurídica e abstrata e do funcionário moderno, e que associou a critérios da ciência e da técnica, tem implicações determinadas com conteúdo próprio. Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou "racionalização", não se implanta a "racionalidade" como tal, mas, em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta. (...) Por conseguinte, a "racionalização" das relações vitais segundo critério desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político. Na sua crítica a Max Weber, Marcuse chega a esta conclusão: "O conceito de razão técnica é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem). Determinados fins e interesses da dominação não são outorgados à técnica apenas 'posteriormente' e a partir de fora – inserem-se já na própria construção do aparelho técnico; a técnica é, em cada caso, um projeto histórico-social; nele se projeta o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pensam fazer com os homens e com as coisas. Um tal fim de dominação é 'material' e, neste sentido, pertence à própria forma da razão técnica" (Habermas, 1968, p. 46-47).

11 Ver Nahun e Malcher (2013).

hortas ou o plantio de mandioca, macaxeira, cará, arroz, milho e demais espécies historicamente cultivadas naquelas localidades são delegadas às mulheres e filhos, ou são realizadas por pessoas contratadas. Essa falta de tempo para a produção de alimentos não ocorre somente no Pará, mas é algo que acontece em outros lugares onde há o cultivo do dendê em larga escala, como a Indonésia. Segundo Winnie Overbeek, cientista ambiental e coordenador da World Rainforest Movement (WRM), essa situação pode ter efeitos negativos para o nosso país:

"Eu acho que isso é um perigo para o Brasil", afirma Winnie, sobre as dificuldades que os(as) agricultores(as) brasileiros(as) terão por conta do menor tempo para produzirem alimentos para si próprios e para o consumo local, além do tamanho reduzido de suas propriedades. Além desse fator, o cientista esclarece ainda que, em qualquer região onde o dendê se expande, a produção de alimentos reduz, porque não há tempo ou espaço suficientes para essa produção, o que fará com que a população passe a comprar seus alimentos. Este processo diminuirá, inclusive, a demanda de reforma agrária, por ser esta um incentivo à produção de alimentos, pois o processo de produção de palma ocupará as terras férteis (entrevista, novembro de 2013).

Empresas como a BioVale e a BioPetro tentaram impor o monocultivo do dendê a qualquer custo aos agricultores familiares. Alguns se submeteram a tal imposição. Todavia, parcela expressiva das famílias passou a não aceitá-lo, ainda mais diante da elevação do preço de produtos típicos da cultura regional, como a farinha. O fato é que essa pressão vem fazendo com que as empresas revejam seu posicionamento. Atualmente há muitos casos de agricultores que plantam dendê consorciado com outras espécies, sejam elas frutíferas ou madeireiras. E, no município de Igarapé-Miri, a BioPetro abandonou seu projeto – ao menos temporariamente – de ampliar a produção de dendê por conta da renhida resistência dos agricultores de não plantar somente a palma africana.

A elevação do preço da farinha instalou um grande debate no Pará questionando se isto se devia ao fato de que áreas antigamente utilizadas na produção deste item básico da alimentação da população paraense foram convertidas para o plantio do dendê. Os argumentos favoráveis ou contrários a essa tese são muitos. O que podemos dizer é que nossas andanças por diferentes municípios e comunidades revelam a crescente mudança no padrão alimentar da população, através do consumo de enlatados e/ou de produtos que anteriormente eram cultivados pelos próprios agricultores, como arroz e feijão. Esse fato é importante de ser ressaltado porque, de

acordo com Sachs, a segurança alimentar não pode ser comprometida por conta da produção de oleaginosas. Para ele, isto é uma condição importante:

Por outro lado, todo o debate sobre o biocombustível deve partir da premissa de que o biocombustível não deve prejudicar a segurança alimentar. Se não tomarmos isso como base, corremos o risco de criar cenários em que há gente morrendo de fome porque o abastecimento do carro foi privilegiado em relação ao problema humano.

A questão, em última instância, é saber qual é o potencial dos solos cultiváveis e a quantidade de água disponível que permita produzir tanto a segurança alimentar como uma certa quantidade de biocombustíveis (Sachs, 2009, p. 34 – grifos nossos).

Além dos problemas relacionados aos riscos que a expansão do dendê pode provocar à segurança alimentar, há ainda a disseminação de conflitos socioambientais abarcando as áreas onde ocorre o plantio daquela oleaginosa. Em Concórdia do Pará, por exemplo, moradores da comunidade quilombola Foz do Cravo, localizada no Ramal do Curuperé, reclamam da contaminação dos igarapés que cortam suas áreas, cujas nascentes se encontram nas terras da BioVale, no município do Acará, e deságuam no rio Bujaru. Problema semelhante nos foi relatado por moradores da comunidade do Murutinga, em Abaetetuba. Eles nos contaram que as mulheres têm dificuldades para lavar roupas e realizar diferentes afazeres domésticos por conta da coceira e de outros problemas de pele provocados pela água, que, segundo estes, está contaminada pelo plantio do dendê.

Fotografia 1 – Plantio da BioVale no município do Acará

O plantio de dendê da BioVale em Acará abarca milhares de hectares. Contudo, segundo a Vara Agrária do Ministério Público Estadual, a empresa não possui sequer licença ambiental para desenvolver tal atividade naquela área. Enquanto isso, os agricultores familiares sofrem diversos constrangimentos para garantir sua reprodução socioeconômica, como dificuldade para acessar financiamento para plantar macaxeira, mandioca ou outras espécies que fazem parte da sua cultura alimentar ou experiência produtiva, caso tenham alguma pendência bancária. Contudo, quem quiser plantar dendê já não sofre problema semelhante e pode obter novos recursos mesmo que tenha contraído dívidas anteriores. Além disso, há problemas relacionados à deficiência da assistência técnica e extensão rural, ou mesmo da precariedade da infraestrutura de transporte.

Por sua vez, no município de Bujaru nos deparamos com os problemas decorrentes do represamento da água pela barragem construída pela BioVale. A água utilizada pelas comunidades do entorno não somente teve seu volume diminuído como também se tornou inadequada para o consumo humano e dos animais criados pelos moradores do local. Além disso, há queixas contra o desmatamento provocado pela expansão do dendê, que, entre outras consequências, causou a diminuição da produção de mel, atividade econômica relevante desenvolvida pela cooperativa que atua no local.

Fotografia 2 – Ramal da Mariquira, km 29, município de Bujaru

O reordenamento socioterriorial decorrente da expansão do dendê também promove a alta no preço da terra, constituindo-se, dessa forma, em mais um mecanismo de pressão sobre agricultores, quilombolas e outros segmentos sociais que não estão inseridos na lógica do mercado de agrocombustíveis. A BioVale foi uma das empresas que adquiriu grandes quantidades de terras, inclusive de agricultores familiares, para expandir sua atividade. Ocorre que tal procedimento colocou em xeque o argumento de que o plantio de dendê tinha capacidade de incluir os agricultores familiares e melhorar suas condições de vida. Ora, como acreditar nesse discurso se a cada dia novas famílias vendem suas terras por conta do brutal assédio de corretores a serviço das empresas? Tal fato fez com que o governo federal exercesse alguma pressão sobre empresas como a BioVale para que mudassem seus procedimentos para a aquisição de terras. A partir de então, as empresas passaram a adquirir grandes fazendas em vez de lotes individuais. Isto porque elas já vinham sendo preparadas para receber o plantio do dendê. Ou seja, já "estavam limpas". Uma estratégia adotada foi forçar os vendedores de terras a desmatar o máximo possível as áreas antes de efetivar o negócio. Com isso, as empresas buscavam livrar-se de qualquer denúncia futura por parte dos órgãos ambientais de que teriam desmatado as terras compradas. Esse fato é comumente citado nas comunidades visitadas por nós.

Fotografia 3 – Placa encontrada na propriedade da BioVale, entre Bujaru e Concórdia do Pará

A apropriação de vastas extensões de terras também dificulta a mobilidade dos moradores de diferentes comunidades que se localizam aos fundos dos dendezais, como ocorre no Acará. Além disso, dificulta a caça, a pesca e outras atividades que antes eram realizadas cotidianamente pelos trabalhadores. Em Abaetetuba, uma empresa simplesmente invadiu a área do quilombo Acarati, derrubou a mata e iniciou o plantio do dendê. Somente depois que o Ministério Público Estadual interviu é que o governo do estado negociou outra área para a empresa desenvolver sua atividade. Uma situação um tanto quanto inusitada, já que a empresa agiu ilegalmente e mesmo assim foi beneficiada pelo poder público.

Em Tomé-Açu e em Moju, a disputa pela terra tem se acirrado nos últimos anos. Em Tomé-Açu ao menos quatro moradores de áreas quilombolas foram assassinados em 2013. Já no Alto Moju, próximo a Tailândia, a situação é grave de acordo com moradores do local. Segundo os relatos colhidos houve, inclusive, queima de casas de agricultores a mando de fazendeiros interessados nas suas terras para desenvolver a pecuária e o plantio de dendê. A situação fundiária nos locais onde se expande o cultivo da palma africana é complexa, e, ao que parece, empresas e fazendeiros têm se utilizado do "esquentamento" de papéis podres para regularizar suas propriedades, contrariando, dessa forma, vários dispositivos legais.

Por fim, duas outras questões que demonstram a fragilidade do argumento da inclusão social através do plantio do dendê. A primeira diz respeito às cláusulas draconianas a que estão submetidas as famílias de agricultores nos contratos que regem as relações entre elas e as empresas. O contrato elaborado pela BioPetro, por exemplo, dá a esta livre acesso aos lotes dos agricultores. O contrato em questão permite à empresa entrar nos lotes "sempre que julgar conveniente, para verificar a regularidade das condições do plantio e do solo, prestar a assistência necessária, bem como fiscalizar a execução do presente contrato" (Repórter Brasil, 2013). Além disso, obriga os agricultores a cumprirem estritamente o que estabelece o contrato, a fim de não correrem o risco de sofrer punições, como a retenção, por parte da empresa, do pagamento pela compra do dendê. Ou ainda a exigência de que a área utilizada para o cultivo da palma africana seja exclusiva para este fim. Como dissemos anteriormente, tal cláusula vem sendo paulatinamente modificada por conta da pressão exercida pelos agricultores familiares. O fato é que há grande desproporção entre os deveres impostos aos agricultores e os direitos que lhes são reconhecidos:

De acordo com João Augusto Araújo Paiva, gerente geral de Produção da Diretoria de Biodiesel da Petrobras Biocombustíveis (PBio), as cláusulas contratuais que garantem o acesso da empresa às terras de seus parceiros, bem como as que definem as práticas de manejo, devem garantir o bom desempenho do dendezal e sua produção, fator de interesse tanto da Petrobras como dos agricultores.

Já a exigência de que o dendê seja cultivado sem consorciamento com outras culturas é real, mas a Petrobras teria encomendado estudos à Embrapa para que desenvolvesse manejos alternativos, neste sentido. 'Confirmo que esta cláusula existe, mas vamos tentar mudar isso, já pedimos estudos à Embrapa', explica João Augusto Paiva. Questionado sobre a incapacidade de muitas famílias de manterem seus dendezais e cultivarem roças, o gerente da Petrobras disse que a empresa tem procurado prioritariamente fechar parcerias com agricultores que se comprometem a não abandonar as roças. 'Claro, não está no contrato, mas é uma das condições para a parceria' (Repórter Brasil, 2013).

A segunda está relacionada às condições de trabalho nas áreas de plantio das empresas. O trabalho realizado na fixação das mudas exige grande esforço físico, pois cada uma pesa entre 25 a 30 quilos. Para ganhar um pouco mais do que o salário mínimo, os trabalhadores precisam plantar a maior quantidade possível de mudas. Durante a visita que realizamos em conjunto com a ONG Repórter Brasil no município de Igarapé-Miri encontramos uma pessoa que atuava como "gato" naquela região, que afirmou ter em suas equipes de trabalho jovens que consumiam cocaína para poder "aguentar o tranco". Segundo ela, somente dessa maneira eles conseguiam aumentar sua produtividade e, dessa forma, adquirir alguns reais a mais ao final de cada mês. Contudo, afirmou também que os mesmos gastavam grande parte dos salários para pagar os fornecedores da cocaína, que, ainda de acordo com ela, atuavam dentro das áreas de plantio (Repórter Brasil, 2013). Tal fato era ou não do conhecimento das empresas? Não obtivemos resposta a essa pergunta.

Em que pese todo o discurso justificador da expansão do plantio da palma africana na Amazônia, o que parece evidente é que tal estratégia de forma alguma está sendo executada para favorecer os agricultores familiares. Os impactos socioambientais negativos são vários: a) contaminação de solos, subsolos e de lençóis freáticos; b) agravamento das condições de saúde dos habitantes de locais próximos aos plantios; c) recrudescimento da violência no campo; d) concentração fundiária; e) êxodo rural etc. Não

obstante, uma parcela dos dirigentes sindicais e de lideranças comunitárias acredita que pode tirar proveito do plantio da palma africana. Contudo, o monocultivo jamais mostrou ser um bom caminho para a superação das desigualdades sociais e a afirmação de direitos. E a abundância de fatos nessa direção ocorre no Brasil, na Indonésia, na Colômbia e em diferentes países africanos. Por quem os sinos dobram? Esta é outra pergunta a nos perturbar.

Referências

BECKER, B., Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, *in:* NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S. A. *Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil), 2013.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI*, in: Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Clacso/Flacso. Disponível em: <biblioteca.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20130610051040/LulaeDilma.pdf>.

FLEXOR, G. Agrocombustíveis: situação atual e implicações políticas. Exposição realizada durante a oficina Agrocombustíveis, segurança alimentar e sustentabilidade: construindo estratégias comuns de ação. ONG ActionAid. Rio de Janeiro, 6 e 7 de dezembro de 2012.

FURTADO, F. *Ambientalismo de mercado: economia verde e mercado de carbono no Rio de Janeiro.* Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Rio de Janeiro, 2012.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como "ideologia".* Lisboa: Edições 70; LDA; Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1968.

LOHMANN, L. *Mercados de carbono: la neoliberalización del clima*. Quito: Alberto Acosta y Esperanza Martinez edit.; Diciones Abya-Yala, 2012.

NAHUN, J. S.; MALCHER, A. T. C. Território, campesinato e dendeicultura na Amazônia: um olhar sobre a microrregião de Tomé-Açu*, in:* SILVA, C. N. da *et al.* (org.). *Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense.* 1ª ed. Belém: Gapta/UFPA, 2013, p. 201-223.

OVERBEEK, W. Dendê: o avanço do monocultivo ameaça a agricultura familiar na Amazônia paraense. Entrevista concedida à Fase/Programa Amazônia.

Série: Entrevistas sobre a Amazônia, nov. 2013. Disponível em: <www.fase.org.br/v2/subindex.php?id=6>.

REPÓRTER Brasil. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará, 2013. Disponível em: <reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>.

SACHS, I. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, *in:* NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHLESINGER, S. Cooperação e investimentos internacionais do Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel. Fase/Núcleo Justiça Ambiental e Direitos (Fase/NJAD). Rio de Janeiro, 2012.

VIANNA, J. N. S.; WEHRMANN, M. E. de F.; DUARTE, L. M. G. Os desafios da bionergia para o desenvolvimento sustentável no Brasil*, in:* NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

INSTRUÇÕES PARA COLABORAÇÃO

A revista Terceira Margem Amazônia divulga trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre questões relacionadas direta ou indiretamente à Amazônia, que estimulem o intercâmbio e o debate entre comunidade acadêmico-científica e atores sociais que colaboram na produção de conhecimentos sobre a Amazônia.

A revista aceita contribuições para as seguintes seções:

Corpus

Artigos – científicos: textos analíticos, resultantes de estudos e pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento; e/ou de revisão: textos analíticos e/ou ensaísticos com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema, com até 25 laudas de texto.

Notas de pesquisa – relato preliminar sobre observações de campo, dificuldades e progresso de pesquisa em andamento, ou em fase final, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados, em até 12 laudas de texto.

Resenhas – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas nos últimos cinco anos na forma impressa ou eletrônica, relevantes para a Amazônia ou obras que viraram referência e que há muito tempo não foram reeditadas. Até 5 laudas de texto.

Teses e Dissertações – descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Até uma lauda de texto.

Práxis

Entrevistas – seção que se dedica à apresentação de personalidades da comunidade acadêmico-científica e de atores sociais, que contribuem com conhecimentos sobre a realidade amazônica de forma direta ou indireta. Esses documentos serão transcritos parcial ou integralmente. Até 10 laudas de texto.

Debates – seção dedicada à divulgação de debates entre a comunidade acadêmico-científica e os diversos atores sociais, que contribuam com conhecimentos sobre a realidade da Amazônia. Assim como debates, comentários e réplicas a trabalhos publicados na revista. Até 12 laudas de texto.

Normas Gerais

A revista será publicada semestralmente a partir de um processo de seleção de trabalhos. Como norma geral, os artigos apresentados passam por uma avaliação prévia do Conselho Editorial, em seguida, submetidos a especialistas (avaliação por pares). Podendo ter, em caráter excepcional, autores convidados de notório conhecimento em determinado domínio de interesse da Revista.

Sobre os direitos autorais: os materiais recebidos para publicação serão cedidos gratuitamente para a revista sem ônus para a mesma.

Serão aceitas colaborações em quatro idiomas (português, espanhol, francês e inglês). Os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em português, quando o texto original não for neste idioma. Todos os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em um dos demais idiomas acima citados, quando o texto original estiver em português.

São de responsabilidade do(s) autor(es): o conteúdo do trabalho e traduções para outros idiomas.

Os artigos deverão seguir as recomendações da ABNT para uso e apresentação dos elementos bibliográficos: Resumos NBR 6028; citações em documentos NBR 10520; referências bibliográficas NBR 6023; apresentação de artigos em publicação científica impressa NBR 6022.

A Revista publicará apenas em preto e branco.

Imagens digitalizadas (fotos, mapas, gráficos e outros) devem ter resolução mínima de 300 dpi em formato JPEG.

Quadros e Tabelas devem ser em formato de texto, sequencialmente numeradas, com claro enunciado e referência no texto. O texto deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações utilizadas.